

Estudos Linguísticos & Literários

65

DEKJ DEKJ DEKJ DEKJ

UFR. UFR. UFR. UFR. UFR. UFR.

Alejandra Josiowicz
Genoveva Vargas-Solar



Rio de Janeiro, v. 32, n. 65, mai./ago. 2025



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades – Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

Reitora	Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitor	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação – PR1	Antonio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa – PR2	Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3	Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Educação e Humanidades	Roberto Rodriguez Dória
Diretora do Instituto de Letras	Janaina da Silva Cardoso
Vice-Diretor do Instituto de Letras	Rodrigo da Silva Campos
Coord. da Pós-Graduação em Letras	Carlos Eduardo Soares da Cruz
Vice-Coord. da Pós-Graduação em Letras	Vanessa Cianconi Vianna Nogueira

Matraga é uma iniciativa da Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras da UERJ

Editoras-Executivas do número 65

Alejandra Josiowicz
Genoveva Vargas-Solar

Conselho Editorial

Viviane da Silva Vasconcelos
Ana Lúcia Machado de Oliveira
Davi Ferreira de Pinho
Andréa Sirihal Werkema
Vania Lúcia Rodrigues Dutra
Sandra Pereira Bernardo
Marina R. A. Augusto (Editor-associado)
Nabil Araújo (Editor-associado)

Revisão

Alejandra Josiowicz
Genoveva Vargas-Solar
Beta da Costa Melo

**Logomarca da revista *Matraga*,
projetos gráficos de capa e miolo e editoração**
Cláudio Ricardo Corrêa (Egresso do Doutorado do PPG-Letras/UERJ)

Catalogação na fonte: UERJ/REDE SIRIUS/CEH-BWW

M 433 *Matraga* – vol. 32, n. 65 (2025) – . Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras, 1986- .
v.

quadrimstral
ISSN eletrônico 2446-6905

1. Letras – Periódicos; 2. Linguística; 3. Artes

CDU: 82(05)

MATRAGA

ISSN eletrônico 2446-6905

Estudos Linguísticos & Literários

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ

65



Estudos Linguísticos

Humanidades Digitais e Ciência de Dados
a partir do Sul: perspectivas interdisciplinares
sobre inclusão, poder e tecnologia

EDITORES

Alejandra Josiowicz
Genoveva Vargas-Solar

Matraga, Rio de Janeiro, v. 32, n. 65, mai./ago. 2025





Conselho Consultivo

- ▶ Angela Del Carmen B. Romero de Kleiman (UNICAMP)
- ▶ Benjamin Abdalla Jr. (USP)
- ▶ Bethania Mariani (UFF)
- ▶ Carmem Lucia Pereira Praxedes (UERJ)
- ▶ Célia Marques Telles (UFBA)
- ▶ Charlotte Marie Chambelland Galves (UNICAMP)
- ▶ Claudio Cezar Henriques (UERJ)
- ▶ Claudius Armbruster (Universidade de Colônia)
- ▶ Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (UNICAMP)
- ▶ Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi (UNICAMP)
- ▶ Enylton de Sá Rego (Universidade do Texas)
- ▶ Esmeralda Vailati Negrão (USP)
- ▶ Eurídice Figueiredo (UFF)
- ▶ Frank F. Sousa (University of Massachusetts, Dartmouth)
- ▶ Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
- ▶ Heidrun Friedel Krieger Olinto de Oliveira (PUC – RJ)



- ▶ Helena Carvalhão Buescu (Universidade de Lisboa)
- ▶ Ivo Biasio Barbieri (UERJ)
- ▶ Jacqueline Penjon (Paris 3, Sorbonne-Nouvelle)
- ▶ João Adolfo Hansen (USP)
- ▶ João Roberto Gomes de Faria (USP)
- ▶ Jorge Schwartz (USP)
- ▶ José Luíz Fiorin (USP)
- ▶ José Luís Jobim (UFF)
- ▶ Kenneth David Jackson (Yale University)
- ▶ Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
- ▶ Laura Padilha (UFF)
- ▶ Letícia Sicuro Corrêa (PUC – RJ)
- ▶ Lucia Helena (UFF)
- ▶ Luiz Costa Lima (UERJ)
- ▶ Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)
- ▶ Márcia Atália Pietroluongo (UFRJ)
- ▶ Márcia Paraquett (UFF)
- ▶ Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ)
- ▶ Maria Cecília de Souza e Silva (PUC – SP)
- ▶ Maria Conceição Monteiro (UERJ)
- ▶ Maria da Glória Bordini (PUC – RS)
- ▶ Maria da Glória di Fanti (UCPel/Pelotas; UNISINOS)
- ▶ Maria das Graças Dias Pereira (PUC-RJ)
- ▶ Maria Eugenia da Gama Alves Boaventura Dias (UNICAMP)
- ▶ Maria Lúcia Leitão (UFRJ)



- ▶ Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)
- ▶ Maria Zina Gonçalves Abreu (Universidade da Madeira, Funchal)
- ▶ Marisa Philbert Lajolo (UNICAMP)
- ▶ Mary Theresa Seig (Ball State Unniversity)
- ▶ Mônica Rector (University of North Carolina, Chapel Hill)
- ▶ Nadiá Paulo Ferreira (UERJ)
- ▶ Paulo Elias Allane Franchetti (UNICAMP)
- ▶ Peonia Viana Guedes (UERJ)
- ▶ Regina Zilberman (PUC – RS)
- ▶ Rita Terezinha Schmidt (UFRGS)
- ▶ Roberto Acízelo de Souza (UERJ)
- ▶ Rosemary Arrojo (UNICAMP)
- ▶ Severino J. Albuquerque (University of Wisconsin, Madison)
- ▶ Sybille Große (Universidade de Heidelberg)
- ▶ Telê Ancona Lopez (IEB – USP)
- ▶ Victor J. Mendes (University of Massachusetts, Dartmouth)



Sumário

Apresentação

- Humanidades Digitais em tempos de crise:** resistências, imaginários e formas de coconstrução 215
Alejandra Josiowicz, Genoveva Vargas-Solar

Artigos — ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

- Do Norte ao Sul Global:** um panorama das Humanidades Digitais no Brasil 221
Virgínea Novack Santos da Rocha, Vanessa Rodrigues Barcelos
- Mujeres, redes sociales y discursos digitales desde las geopolíticas del Sur** 237
Ana Sofía Pabón Chaves, Luciana Patricia Zucco
- Assimetrias, obscurecimentos e inversão:** das relações de agir, saber e poder entre o “usuário” e a “máquina” 254
Michelle Gomes Alonso Dominguez
- Interacción humanx-chatbot:** estudio exploratorio sobre variedades lingüísticas, acomodación y desigualdad 266
Paula Salerno, Milagros Vilar
- Reflexiones sobre las asimetrías de género en la ciencia.** ¿Qué aprendizajes dejan las experiencias de las mujeres en las ciencias físicas en México? 290
Liliana Ramírez Ruiz



O discurso de ódio endereçado à identidade docente: uma análise semiolinguística da página “Escola sem Partido” no Instagram	307
Ana Carolina dos Santos, Ilana da Silva Rebello	

Interfaces de hemerotecas digitais em português: análise crítica e desafios para o desenvolvimento de uma nova geração de acervos históricos	326
Eric Brasil Nepomuceno	

ENTREVISTA

Nombrar, resistir, transformar: una conversación sobre sexismo, lenguaje y pensamiento feminista	347
Stefania Cavagnoli, Francesca Dragotto, Alejandra Josiowicz, Genoveva Vargas-Solar	

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

RESENHA

Humanidades Digitais na América Latina: linguagens, metodologias e práticas de análise, organização de Alejandra J. Josiowicz e Naira de Almeida Velozo	352
Ana Cristina Andrade dos Santos, Milene Santos Couto	

Editoras e colaboradores	356
---------------------------------	-----



Humanidades digitais em tempos de crise: resistências, imaginários e formas de coconstrução

E escrevemos esta apresentação em um momento atravessado por convulsões históricas, crises sociais e transformações radicais. Como advertiu Valentin Volóchinov, nesses contextos o signo ideológico se torna um campo de disputa: “Qualquer xingamento vivo pode se tornar um elogio, qualquer verdade viva deve inevitavelmente soar para muitos como uma grande mentira” (Volóshinov, 2018, p. 113). Essa observação é fundamental para refletirmos sobre os sentidos atribuídos atualmente às tecnologias digitais, especialmente em relação aos seus papéis social e histórico.

Tecnologias, como a inteligência artificial, são apresentadas, por alguns, como símbolos do progresso: promessas para resolver as mudanças climáticas ou transformar o sistema judicial, a ciência e o jornalismo. Essas visões se baseiam na ideia de que sistemas automatizados seriam mais confiáveis e racionais do que qualquer especialista humano (Katz, 2020; Crawford, 2021, p. 7). No entanto, outras vozes, em muitas esferas acadêmicas, adotam uma postura moral diante da técnica, considerando essas tecnologias inimigas do pensamento reflexivo e argumentando que deveriam manter-se o mais distante possível da reflexão sobre as práticas culturais e o funcionamento das sociedades humanas (Levy, 2010).

Diante dessas duas posições — a fé “tecnosolucionista” e a desconfiança moralista —, os estudos sociais da ciência e da tecnologia propõem uma terceira via, na qual as humanidades desempenham um papel fundamental: compreender como os algoritmos, onipresentes na vida cotidiana, se entrelaçam com práticas, sentidos e imaginários coletivos (Siles, 2023).

Sob essa perspectiva, particularmente influenciada por visões da América Latina (González, 2020) e de Abya Yala (Aguilar, 2020), coloca-se no foco o modo como coletivos humanos e sistemas algorítmicos entram em relações de coconstrução. Não se trata de assumir os algoritmos como forças externas e deterministas, mas de investigar como nossas formas de conhecer, sentir, agir e viver são mediadas por dispositivos digitais, e como essas mediações podem tanto reproduzir quanto subverter relações de poder (Siles, 2023; Ricaurte, 2022).

Nas duas últimas décadas, três grandes correntes enriqueceram esse campo: os estudos digitais raciais críticos, o feminismo de dados e os estudos do colonialismo digital. Longe de serem



excludentes, essas abordagens se entrelaçam em um mapa teórico essencial para pensar o mundo digital a partir da América Latina, que considere sua história colonial e pós-colonial.

Dentro dessas vertentes, identificamos dois grandes eixos estruturais que gostaríamos de mapear, ainda que de forma esquemática. O primeiro reúne uma série de estudos que analisam como as tecnologias reproduzem formas históricas de dominação por meio do capitalismo de plataformas, da vigilância massiva, do extrativismo de dados e da violência epistêmica (Zuboff, 2019; Benjamin, 2020; Noble, 2018; Ricaurte e Zasso, 2022). Essas perspectivas examinam como as tecnologias inscrevem, reproduzem e amplificam desigualdades preexistentes nas sociedades, perpetuando formas de opressão. Argumenta-se que as tecnologias são concebidas com base em ideologias raciais, coloniais e de gênero que permeiam seu desenvolvimento (Benjamin, 2020; Noble, 2018; Ricaurte, 2022; D’Ignazio e Klein; Couldry e Mejias, 2019; Silva, 2024). Essa vertente resulta crucial para evidenciar o papel do colonialismo digital na reprodução dos ambientes digitais, da vigilância massiva, do extrativismo e da dependência epistêmica e tecnológica dos países do Sul (Ricaurte, 2022; Ricaurte e Zasso, 2022). Esse processo é compreendido tanto em nível coletivo quanto subjetivo, revelando como as formas algorítmicas de ser, conhecer, sentir, fazer e viver geram uma consciência colonizada, em que a produção da subjetividade está intrinsecamente vinculada a dispositivos digitais e sua lógica privatizada, exteriorizada, sujeita à autovigilância e à visibilidade (Ricaurte, 2022; Bruno, Bentes, Faltay, 2019).

Paralelamente, fortaleceu-se um segundo eixo estrutural que enfatiza práticas comunitárias e criativas desde o Sul Global: ativismos digitais, pedagogias alternativas, linguagens híbridas e apropriações culturais que configuram o que Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte (2024) denominam “culturas algorítmicas populares”. Essa abordagem não vitimiza, mas torna visíveis resistências, tensões e heterogeneidades em comunidades capazes de reinventar sua relação com a tecnologia. Esse eixo destaca a importância de considerar as práticas, teorias, saberes e experiências das comunidades latino-americanas (Silva, 2024; Siles, 2023). Aqui, a investigação sobre formas de ativismo digital e ativismo de dados é central, materializando-se em práticas e experiências capazes de desafiar e subverter as hierarquias raciais, coloniais e de gênero impostas pelas plataformas (D’Ignazio e Klein, 2019; Neves Barros, Silva, 2023; Méndez, 2020; Josiowicz, Méndez, 2024). Os estudos evitam narrativas homogêneas ou centradas no déficit das comunidades que enfrentam exclusão e opressão e, em vez disso, evidenciam as tensões, multiplicidades e heterogeneidades que as caracterizam (Ricaurte, Zasso, 2022). Essas investigações apontam para uma agenda crucial: analisar como as comunidades latino-americanas geram sentidos por meio de suas apropriações das tecnologias (Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte, 2024). Diante disso, propõem uma perspectiva decolonial que recupera genealogias de saberes e práticas feministas, antirracistas e populares, que resistem ao design excludente das infraestruturas digitais. Essas dinâmicas consideram a especificidade histórica e cultural da região na interação entre algoritmos e cultura. Além disso, pesquisadoras e pesquisadores reivindicam a centralidade do pensamento social latino-americano e feminista na teorização sobre os ambientes sociotécnicos, nomeando teóricas e teóricos e reconstruindo genealogias antirracistas (Barros, 2023; Rodrigues, Josiowicz, no prelo; Aguilar, 2020).

É nessa linha que se insere o dossiê “Humanidades Digitais e Ciência de Dados a partir do Sul: perspectivas interdisciplinares sobre inclusão, poder e tecnologia”, que reúne pesquisas situadas, multilíngues e interdisciplinares. As contribuições exploram temas, como desigualdades na ciência, vieses algorítmicos, escritas ativistas, discursos de ódio, interfaces digitais, políticas linguísticas e memórias coloniais em hemerotecas. Todas compartilham uma sensibilidade crítica e um compromisso ético com o Sul Global. A partir de diversas disciplinas e perspectivas, os artigos aqui reunidos mostram como as tecnologias digitais podem reproduzir hierarquias sociais, mas também abrir fissuras que nos permitam imaginar futuros mais justos e plurais.

Virgínea Novack Santos da Rocha e Vanessa Rodrigues Barcelos apresentam “Do Norte ao Sul Global: um panorama das humanidades digitais no Brasil”, no qual traçam um percurso do desenvolvimento desse campo em diálogo com perspectivas globais, especialmente as decoloniais. A reflexão aponta para a construção de estratégias próprias, para fortalecer o crescimento contextualizado das humanidades digitais no Brasil.

Em “Mujeres, redes sociales y discursos digitales desde las geopolíticas del Sur” (“Mulheres, redes sociais e discursos digitais nas geopolíticas do Sul”), Ana Sofia Pabón Chaves e Luciana Patricia Zucco analisam a relação entre mulheres, redes sociais e processos de digitalização de uma perspectiva do Sul Global. Por meio de uma revisão de abordagens feministas, ciberfeministas, decoloniais e neomaterialistas, as autoras mostram como a escrita digital se torna uma estratégia ética e política para interpelar o poder.

Michelle Gomes Alonso Dominguez, em seu artigo “Assimetrias, apagamentos e inversão: das relações de agir, saber e poder entre o ‘usuário’ e a ‘máquina’”, examina as interações entre pessoas usuárias e tecnologias digitais contemporâneas. A partir de uma perspectiva multidisciplinar, identifica as assimetrias e os mecanismos ideológicos que reforçam relações de dominação por meio de infraestruturas e discursos tecnológicos.

Em “Interacción humanx-chatbot: estudio exploratorio sobre variedades lingüísticas, acomodación y desigualdad” (“Interação humanx-chatbot: estudo exploratório sobre variedades linguísticas, acomodação e desigualdade”), Paula Salerno e Milagros Vilar investigam como agentes conversacionais, como ChatGPT e Gemini, respondem a diferentes variedades do espanhol. A partir de uma abordagem sociolinguística, o artigo revela que esses sistemas reproduzem desigualdades e promovem uma visão homogeneizante da linguagem.

O artigo “Reflexiones sobre las asimetrías de género en la ciencia. ¿Qué aprendizajes dejan las experiencias de las mujeres en las ciencias físicas en México?” (“Reflexões sobre as assimetrias de gênero na ciência. Que aprendizados deixam as experiências das mulheres nas ciências físicas no México?”), de Liliana Ramírez Ruiz, aborda as desigualdades de gênero enfrentadas por cientistas mulheres no México. A partir de uma pesquisa etnográfica na UNAM, a autora visibiliza experiências de discriminação e destaca a sensibilidade como uma via legítima de observação na ciência.

Em “O discurso de ódio direcionado à identidade docente: uma análise semiolinguística da página ‘Escola sem Partido’ no Instagram”, Ana Carolina dos Santos e Ilana da Silva Rebello exploram como se constroem discursos de ódio em redes sociais contra docentes brasileirxs. Utilizando a teoria semiolinguística de Charaudeau, o artigo revela os mecanismos de deslegitimação da figura docente no espaço digital.



Eric Brasil Nepomuceno, em seu trabalho “Interfaces de hemerotecas digitais em português: análise crítica e desafios para o desenvolvimento de uma nova geração de arquivos históricos”, analisa três plataformas digitais do ponto de vista do *design* de interface, acessibilidade e funcionalidade. Propõe avançar rumo a “hemerotecas digitais 2.0” que facilitem uma pesquisa histórica mais inovadora e acessível.

A entrevista com Stefania Cavagnoli e Francesca Dragotto complementa esse conjunto de contribuições, ao oferecer uma reflexão profunda e situada sobre o sexismo na academia, a linguagem e a produção do conhecimento. A partir de seu livro *Sessismo* (Mondadori Education), as autoras dialogam sobre as tensões entre ativismo e legitimidade acadêmica, o lugar das mulheres na pesquisa, o papel da inteligência artificial e a importância de construir novas narrativas sob uma perspectiva feminista. Sua conversa, entre o pessoal, o político e o epistêmico, ilumina os vínculos entre escrita, poder e transformação, e ressalta a necessidade de uma abordagem colaborativa para imaginar futuros mais justos.

Por fim, “Humanidades digitais na América Latina: linguagens, metodologias e práticas de análise”, resenhado por Ana Cristina Andrade dos Santos e Milene Santos Couto, oferece uma visão ampla sobre o potencial articulador entre tecnologias digitais e humanidades. Editado por Alejandra Josiowicz e Naira de Almeida Velozo, o volume reúne catorze capítulos que abordam desde enfoques metodológicos até práticas pedagógicas e analíticas em uma perspectiva latino-americana.

Este número especial da *Matraga* interroga a necessidade urgente de pensar as tecnologias a partir do Sul Global, não como dispositivos neutros, mas como construções sociotécnicas impregnadas de ideologias, memórias coloniais e disputas simbólicas. As contribuições reunidas neste dossiê encarnam esse olhar crítico, ao oferecer diagnósticos profundos sobre os efeitos da digitalização da vida e, ao mesmo tempo, propor caminhos de resistência e reconfiguração a partir de práticas sociotécnicas localizadas, feminismos decoloniais e humanidades digitais comprometidas com a justiça epistêmica. Longe de se deterem na denúncia, os trabalhos aqui apresentados abrem horizontes possíveis, propondo narrativas alternativas que reconhecem e fortalecem a agência coletiva de comunidades historicamente silenciadas na transformação da cultura digital. Assim, este dossiê não apenas documenta desigualdades, mas também se posiciona como uma aposta política, ética e metodológica para imaginar futuros tecnológicos mais plurais, inclusivos e situados.

Alejandra Josiowicz e Genoveva Vargas-Solar

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Y. **A Modest Proposal to Save the World**. The Rest of World. 09 dez. 2020. Disponível em: <<https://restofworld.org/2020/saving-the-world-through-tequiology/>>. Acesso em 17/11/2024.

BARROS, Z. Prefácio Griôs e Tecnologias. In: NEVES BARROS, T.; SILVA, T. (orgs.) **Griots e tecnologias digitais**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, 2023. Dispo-



nível em: <<https://desvelar.org/wp-content/uploads/2023/11/Griots-e-Tecnologias-Digitais.pdf>>. Acesso em: 11/04/2025.

BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: Estudos de Ciência e Tecnologia, Teoria Racial Crítica e a imaginação carcerária. In: SILVA, Tarcízio (org.) **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: Olhares afro-diaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. **Tecnopolíticas da vigilância**: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, 26(3), e33095, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>>.

COULDRY, Nick; MEJIAS; Ulises A. **The Cost of Connection**: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRAWFORD, K. **The Atlas of AI**: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence. Yale University Press, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctv1ghv45t>>.

D'ANDREA, C. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

DEUSDARÁ, B.; JOSIOWICZ, A. Uma abordagem discursiva para o campo das humanidades digitais. In: DEUSDARÁ, B.; JOSIOWICZ, A.; ALONSO, M. (Eds.) **Discurso e Humanidades digitais**: perspectivas interseccionais em debate, São Paulo: Ed. Mercado das Letras, no prelo.

D'IGNAZIO, C.; Klein, L. **Data Feminism**. Cambridge: MIT Press, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KATZ, Y. **Artificial Whiteness**: Politics and Ideology in Artificial Intelligence, New York, NY, USA: Columbia Univ. Press, p. 352, 2020.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 2010.

NEVES BARROS, T.; SILVA, T. (orgs.). **Griots e tecnologias digitais**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, 2023. Disponível em: <<https://desvelar.org/wp-content/uploads/2023/11/Griots-e-Tecnologias-Digitais.pdf>>. Acesso em 11/04/2025.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.

PERES OSORIO, A. et al. (org.) **Desinformação, o mal do século**: o futuro da democracia: inteligência artificial e direitos fundamentais. Brasília: Supremo Tribunal Federal: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/desinformacao>>. Acesso em 11/04/2025.

RICOURTE, P. Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale. **Media, Culture & Society**, 44(4), 726–745, 2022.

RICOURTE, P.; ZASSO, M. (Eds.). **Inteligencia Artificial Feminista**: Hacia una agenda de investigación en America Latina y el Caribe. Costa Rica: Editorial Tecnológica de Costa Rica, 2022.

RODRIGUES, F. F. X.; JOSIOWICZ, A. Da amefricanidade nos discursos literários negros: perspectivas cartográficas em torno dos tecnodiscursos sobre Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus. **Revista Bakhtiniana**, no prelo.



SILES, I. **Living with algorithms**: agency and user culture in Costa Rica. Cambridge: MIT Press, 2023.

SILES, Ignacio; GÓMEZ-CRUZ, Edgar; RICAURTE, Paola. Rumo a uma teoria popular de algoritmos. **Revista Mídia e Cotidiano**, n. 18. p. 87-108, 2024. 10.22409/rmc.v18i2.63057.

SILVA, T. Papagaios Estocásticos: A Revanche da Epistemologia da Ignorância. In: SILVA, Tarcizio (org.). **Inteligência Artificial Generativa**: discriminação e impactos sociais. *Online*: Desvelar. Disponível em: <<https://desvelar.org/>>. 2024.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. **The Platform Society**: public values in a connective world. London: Oxford Press, 2018.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, Notas e Glossário Sheila Grillo; Ekaterina V. Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. 2nd ed. São Paulo: Ed. 34, 2018.



Do Norte ao Sul Global: um panorama das Humanidades Digitais no Brasil

Virgínea Novack Santos da Rocha

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3089-3298>

E-mail: novack.virginea@gmail.com

Vanessa Rodrigues Barcelos

University of Miami, Flórida, EUA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6810-0495>

E-mail: vrd28@miami.edu

RESUMO

Este artigo parte da revisão dos principais debates no campo das Humanidades Digitais em nível global, tais como os propostos por Schreibman, Siemens e Unsworth (2004), Burdick et al. (2012) e Drucker (2021). Posteriormente, focaliza-se nos esforços teóricos e práticos de iniciativas que, embora partam do Norte geográfico, assumem um posicionamento anti/pós/decoloniais, tal como fazem Risam (2018) e Aiyegbusi (2018), ao explorar outras formas de narrar a memória colonial a partir das Humanidades Digitais. Em seguida, propõe-se um panorama das Humanidades Digitais no Brasil, de modo a avaliar criticamente o seu desenvolvimento em comparação com os Estados Unidos. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre possíveis estratégias de desenvolvimento das Humanidades Digitais no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Humanidades Digitais; Sul Global; Decolonial; Estudos Pós-Coloniais; Brasil.

From the North to the Global South: an overview of Digital Humanities in Brazil

ABSTRACT

This article begins by reviewing the main debates in the Field of Digital Humanities at a global level, such as those proposed by Schreibman, Siemens, and Unsworth (2004), Burdick et al. (2012), and Drucker (2021). It then focuses on the theoretical and practical efforts of initiatives that, although originating from the Global North, take an anti/post/decolonial stance, as seen in the work of Risam (2018) and Aiyegbusi (2018), who explore alternative ways of narrating colonial memory through Digital Humanities. Next, it presents an overview of Digital Humanities in Brazil, critically assessing its development in comparison to the United States. Finally, the article proposes a reflection on possible strategies for the development of Digital Humanities within the Brazilian context.

KEYWORDS: Digital Humanities; Global South; Decolonial; Postcolonial; Brazil.



1. Introdução

Ao elaborar um panorama dos principais debates que levaram ao desenvolvimento das Humanidades Digitais, percebe-se que o campo parte sobretudo da Europa e, em especial, dos Estados Unidos. Assim, a presente reflexão busca compreender, em um primeiro momento, de que modo os debates relativos ao uso das teorias, técnicas e práticas de pesquisa em Humanidades Digitais vêm sendo pensadas e aplicadas numa perspectiva pós/decolonial, ou seja, privilegiando um olhar a partir do Sul Global, ainda que produzidos no Norte.

Em um segundo momento, considerando tais discussões, busca-se mapear o desenvolvimento das Humanidades Digitais no Brasil, de modo a compará-lo ao contexto norte-americano. Isso, porém, não significa abster-se de um olhar crítico à colonialidade do poder e da organização geopolítica do mundo; em vez disso, percebe-se como a área pode desenvolver-se de forma eficiente a partir de debates internacionais, aprendendo especialmente com os seus erros e acertos. No entanto, é importante deixar evidente que este panorama não se pretende completo, visto que se baseia na criação de grupos de pesquisa com “Humanidades Digitais” no título, ou seja, muitos projetos e iniciativas podem estar sendo deixados de fora.

Portanto, após a elaboração de um panorama dos grupos de pesquisa e algumas iniciativas autônomas, mas de grande relevância, das Humanidades Digitais no Brasil, aponta-se para um futuro desenvolvimento do campo. Esta discussão leva em consideração os desafios enfrentados por pesquisadores locais, sem deixar de propor caminhos possíveis para sua evolução. Desse modo, objetiva-se não apenas servir como referencial teórico ao posicionar o Brasil num horizonte global das Humanidades Digitais, mas também busca-se incentivar e fomentar um debate que impulse a inovação a partir do Sul Global.

2. Humanidades Digitais: um ponto de partida

O território das Humanidades Digitais começa a se formar inicialmente na Europa, mas se expande fortemente nos Estados Unidos. Um dos momentos mais importantes de sua consolidação é a fundação da *Alliance of Digital Humanities Organizations*¹, somada à realização de conferências anuais na área de Humanidades Digitais, a partir de 1986. Tais eventos têm ocorrido principalmente nos Estados Unidos, no Canadá ou nos países da Europa (em especial, na Alemanha). Rompendo com os países do eixo EUA-Europa, somente em 2018, a conferência ocorreu no México e em 2022 no Japão. No entanto, as conferências de 2025 e 2027 estão previstas para ocorrerem, respectivamente, em Portugal e na Irlanda, voltando a circular pela Europa, o que, em certo sentido, já anuncia os principais espaços de circulação internacional desses debates.

Ainda assim, importantes reflexões do campo bem como algumas de suas delimitações surgem a partir desses encontros. É o caso da publicação disponibilizada na *web*, de forma gratuita,

¹ Disponível em: <<https://adho.org/conference/>>. Acesso em: 29/10/2024.

em 2004, com a edição de Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth, do *A companion to Digital Humanities*,² o qual começa a propor as Humanidades Digitais como um campo mais formal, isto é, não apenas um conjunto de metodologias e/ou ferramentas, o que fica evidente na introdução da edição ao afirmar que:

Essa coletânea destaca um ponto de virada no campo das Humanidades Digitais: pela primeira vez, uma ampla gama de teóricos e praticantes, desde aqueles ativos no campo há décadas até os mais recentemente envolvidos, especialistas disciplinares, cientistas da computação e especialistas em biblioteconomia e estudos de informação, foram reunidos para considerar as Humanidades Digitais como uma disciplina por si só, além de refletir sobre como ela se relaciona com áreas tradicionais de estudos humanistas (Schreibman, Siemens, Unsworth, 2004, p. s/p, tradução nossa).³

Essa formalização, ao mesmo tempo que apresenta um desenvolvimento teórico, também propõe uma ampliação de meios e canais de interlocução. Ela é um exercício de resgatar o passado a partir de práticas individuais, ao mesmo tempo que busca publicizá-las de modo a ampliar o escopo de pesquisas na área com a finalidade de consolidar as Humanidades Digitais enquanto disciplina própria. Por esse motivo, é importante compreender que esse novo campo está propondo “novas maneiras de fazer perguntas e fornecer respostas possibilitadas pela nossa interação com o computador” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2004, p. s/p, tradução nossa)⁴. Nesse sentido, é interessante ter em mente a historicização do campo por Anne Burdick, Johana Drucker, Peter Lunenfeld, Todd Presner, Jeffrey Schnapp (2012) no livro *Digital_Humanities*:

As primeiras ondas do envolvimento das humanidades com redes e computação abraçaram trabalhos pioneiros desde o final da década de 1940 e os modelos que inspiraram projetos arquivísticos em Oxford no início da década de 1970. Ao longo das décadas seguintes, as humanidades continuaram a imaginar o digital como uma forma de expandir as ferramentas da pesquisa tradicional e abrir arquivos e bases de dados para audiências mais amplas de usuários (Burdick et al., 2012, p. 8, tradução nossa).⁵

Como se pode observar a partir das reflexões de Burdick et al. (2012), o desenvolvimento do campo foi bastante gradual, ao longo dos últimos oitenta anos, compreendendo os diferentes campos de pesquisa, como sociologia, história e os estudos literários, dentre outros. Essa breve historicização possibilita a inferência de que existem três momentos principais na consolidação

² Disponível em: <<https://companions.digitalhumanities.org/DH/>>. Acesso em: 29/10/2024.

³ No original: “*This collection marks a turning point in the field of digital humanities: for the first time, a wide range of theorists and practitioners, those who have been active in the field for decades, and those recently involved, disciplinary experts, computer scientists, and library and information studies specialists, have been brought together to consider digital humanities as a discipline in its own right, as well as to reflect on how it relates to areas of traditional humanities scholarship*” (Schreibman, Siemens, Unsworth, 2004, p. s/p).

⁴ No original: “*new ways of asking and answering that are enabled by our interaction with the computer*” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2004, p. s/p).

⁵ No original: “*The first waves of the humanities’ engagement with networks and computation embraced pioneering work from the late 1940s and the models that inspired archival project sat Oxford in the early 1970s. Over subsequent decades, the humanities continued to imagine the digital as a way of extending the toolkits of traditional scholarship and opening up archives and databases to wider audiences of users*” (Burdick et al., 2012, p. 8).



das Humanidades Digitais e que somente com determinados avanços tecnológicos é que a área se torna mais acessível do ponto de vista da circulação e da apresentação dessas informações.

Dessa forma, um projeto em Humanidades Digitais envolve principalmente a capacidade de diálogo de métodos e teorias mais tradicionais com ferramentas e perspectivas inovadoras. Esse movimento chama atenção ao romper com a disciplinarização dos conhecimentos, rumando a uma interdisciplinaridade. Nesse sentido,

As Humanidades Digitais são uma extensão das habilidades e métodos tradicionais de conhecimento, não uma substituição para eles. Suas contribuições distintivas não apagam as percepções do passado, mas adicionam e complementam o compromisso de longa data das humanidades com a interpretação acadêmica, pesquisa informada, argumentação estruturada e diálogo dentro das comunidades de prática (Burdick et al., 2012, p. 16, tradução nossa).⁶

Portanto, é possível assumir que a potência das Humanidades Digitais está, sobretudo, em sua natureza interdisciplinar, visto que “o trabalho digital desafia muitas dessas separações, promovendo o diálogo não apenas através das linhas disciplinares estabelecidas, mas também através das divisões entre puro/aplicado, qualitativo/quantitativo e teórico/prático” (Burdick et al., 2012, p. 7, tradução nossa)⁷.

Apenas em 2016 *A New Companion to Digital Humanities* foi lançado. O novo livro apresentou importantes avanços nos estudos de Humanidades Digitais, tendo sido igualmente editado pelos três autores, já mencionados como editores de *A companion to Digital Humanities*, Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth. Desse modo, embora doze anos tenham se passado desde a publicação do primeiro livro, o debate segue aberto, como se nota na passagem: “Ainda é discutível se as humanidades digitais devem ser consideradas uma ‘disciplina por si só’, em vez de um conjunto de métodos relacionados, mas não se pode duvidar, em 2015, que é um campo de empreendimento vibrante e em rápido crescimento” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2016, p. xvii, tradução nossa)⁸. Os autores acrescentam ainda um importante aspecto que vem sendo fortuito terreno crítico dentro das Humanidades Digitais: “O campo agora é muito mais amplo do que era antes, incluindo não apenas a modelagem e análise computacional de informações humanísticas, mas também o estudo cultural das tecnologias digitais, suas possibilidades criativas e seu impacto social” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2016, p. xvii, tradução nossa).⁹

⁶ No original: “*Digital Humanities is an extension of traditional knowledge skills and methods, not a replacement for them. Its distinctive contributions do not obliterate the insights of the past, but add and supplement the humanities’ long-standing commitment to scholarly interpretation, informed research, structured argument, and dialogue within communities of practice*” (Burdick et al., 2012, p. 16).

⁷ No original: “*Digital work challenges many of these separations, promoting dialogue not only across established disciplinary lines but also across the pure/applied, qualitative/quantitative, and theoretical/practical divides*” (Burdick et al., 2012, p. 7).

⁸ No original: “*It remains debatable whether digital humanities should be regarded as a “discipline in its own right,” rather than a set of related methods, but it cannot be doubted, in 2015, that it is a vibrant and rapidly growing field of endeavor*” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2016, p. xvii).

⁹ No original: “*The field is now much broader than it once was, and includes not only the computational modeling and analysis of humanities information, but also the cultural study of digital technologies, their creative possibilities, and their social impact*” (Schreibman, Siemens; Unsworth, 2016, p. xvii).

Nesse sentido, Johanna Drucker (2021), em *The Digital Humanities Coursebook*, defende que “experiência técnica e consciência de questões críticas são inseparáveis” (Drucker, 2021, p. x, tradução nossa)¹⁰. Portanto, a teoria deve ser base para uma prática e a prática deve verificar (e repensar) a teoria, no que tange, especialmente, os temas envolvendo questões (de)coloniais. Esse princípio faz-se ainda mais importante ao considerar a relevância do pensar e do fazer pesquisa em Humanidades Digitais partindo do Sul Global, como será examinado na seção 3.

3. Humanidades Digitais em perspectiva decolonial

A partir do exposto, ficam evidentes os principais embates teóricos em torno dos limiares entre teoria e prática, interdisciplinaridade inata ao campo e novos modos de formular perguntas no campo das Humanidades Digitais. No entanto, nos últimos anos, o que fica também em grande evidência é uma tentativa de estabelecer um território para as Humanidades Digitais mais voltado ou, pelo menos, interseccionado, com as questões da decolonialidade, dos estudos críticos de raça e do feminismo, dentre outras questões envolvendo as minorias. Nesse sentido, o que será apresentado nesta seção são os debates sobre as Humanidades Digitais realizados nos Estados Unidos, mas a partir de uma perspectiva decolonial, reafirmando que as Humanidades, nesse caso digitais, não são conhecimentos, ferramentas e metodologias neutras.

Disrupting the Digital Humanities (2019), editado por Dorothy Kim e Jesse Stommel, é um livro, por exemplo, que se situa justamente nesse ponto da discussão, ao propor as Humanidades Digitais como uma prática coletiva em prol da construção de um mundo mais democrático. Por esse motivo, enfatiza-se que:

As humanidades digitais não são neutras, e esta não é uma declaração de reflexão passiva. As humanidades digitais não são neutras porque – em sua configuração atual, ampla e em expansão – ainda não (e às vezes se recusa a) trazem consistentemente, rigorosamente, metodologicamente, teoricamente as perspectivas das margens em relação à raça, ao gênero, à deficiência, sexualidade, etc., para o centro de seu discurso padrão. Nossos dados, nossos algoritmos, nossa base de dados, nossas ferramentas, nossas metodologias, nossos objetos, nossas redes, nossa escrita, nossas fontes de financiamento, nossas conferências nunca são neutros (Kim, Stommel, 2018, p. 30-31, tradução nossa).¹¹

Como um exemplo disso, é possível citar a contribuição de Roopika Risam em *The digital words: Postcolonial digital humanities in theory, praxis, and pedagogy* (2018), ao assumir que “as humanidades digitais pós-coloniais são uma abordagem para descobrir e intervir nas perturbações do registro cultural digital produzidas pelo colonialismo e pelo neocolonialismo” (Risam,

¹⁰ No original: “technical expertise and awareness of critical issues are inseparable” (Drucker, 2021, p.x).

¹¹ No original: “The digital humanities is not neutral and this is not a statement of passive reflection. The digital humanities is not neutral because – in its current big – tentish, expanding – terrainish configuration – it still does not (and sometimes refuses to) consistently, rigorously, methodically, theoretically bring the perspectives of the margins in relation to race, gender, disability, sexuality, etc. into the center of its default discourse. Our data, our algorithms, our database, our tools, our methodologies, our objects, our networks, our writing, our funding streams, our conferences are never neutral” (Kim, Stommel, 2018, p. 30-31).



2018, p. 3, tradução nossa)¹². Assim, assumir que um projeto em Humanidades Digitais é de/pós-colonial significa, em última instância, assumir que sua função é a de romper com o conhecimento hegemônico produzido pelo processo colonial.

Nesse sentido, “todos os praticantes das humanidades digitais devem assumir a tarefa de não recriar as dimensões coloniais do registro cultural em suas formas digitais” (Risam, 2018, p. 17, tradução nossa)¹³, sobretudo se compreendemos a problemática da digitalização dos arquivos do cânone como primeiros exercícios de Humanidades Digitais. Isso pode ser percebido, uma vez que “nos estudos literários digitais, por exemplo, projetos como o *William Blake Archive*, o *Walt Whitman Archive* e o *Dante Gabriel Rossetti Archive* dão a sensação de que as humanidades digitais podem, de fato, ser as humanidades canônicas digitais” (Risam, 2018, p. 16, tradução nossa)¹⁴.

Esse exercício pode ter variadas formas e ensaiar uma decolonização igualmente diversa. Por esse motivo, é importante estar atento ao modo como cada projeto se organiza dentro de uma geopolítica do conhecimento, ou seja, é necessário observar, sobretudo, quem segue produzindo conhecimento e tendo acesso às ferramentas, pois, como se sabe, muitos projetos de Humanidades Digitais nascem e desenvolvem-se em universidades norte-americanas.

Sobre isso, Titilola Babalola Aiyegbusi em *Decolonizing Digital Humanities: African Perspective* (2018) comenta que “Historicamente, as humanidades digitais prosperaram mais em países desenvolvidos” (Aiyegbusi, 2018, p. 434, tradução nossa)¹⁵, e alerta ainda que:

As discussões dentro do campo parecem desequilibradas porque os projetos de Humanidades Digitais, incluindo aqueles sobre a África, são em sua maioria iniciados e/ou executados na Europa e América do Norte. Alguns exemplos incluem *Africa Past & Present* (Universidade Estadual de Michigan), *Slave Biographies* (Universidade Estadual de Michigan), *AfricaBIB de Davis Bullwinkle* (Universidade de Arkansas), *The Yoruba Architectural Reconstruction* de Steven Nelson (UCLA), *Accra Mobile* de Jennifer Hart (Universidade Wayne State) e *Trans-Atlantic Slave Trade Database* (Universidade Emory). Embora muitos desses projetos estejam afiliados a universidades locais, por exemplo, *Accra Mobile* está vinculado à Universidade Ashesi, Gana, a ausência de centros de Humanidades Digitais com sede na África associados a eles tende a criar uma desconexão entre o projeto e o público e usuários-alvo, podendo reduzir a acessibilidade e a incorporação nos círculos de pesquisa acadêmica (Aiyegbusi, 2018, p. 435, tradução nossa).¹⁶

¹² No original: “Postcolonial digital humanities is an approach to uncovering and intervening in the disruptions within the digital cultural record produced by colonialism and neocolonialism” (Risam, 2018, p. 3).

¹³ No original: “[...] all digital humanities practitioners must assume the task of not reinstantiating the colonial dimensions of the cultural record in its digital form” (Risam, 2018, p. 17).

¹⁴ No original: “In digital literary studies, for example, projects like the *William Blake Archive*, the *Walt Whitman Archive*, and the *Dante Gabriel Rossetti Archive* give the sense that digital humanities may, in fact, be the digital canonical humanities” (Risam, 2018, p. 16).

¹⁵ No original: “Historically, digital humanities has flourished more in developed countries” (Aiyegbusi, 2018, p. 434).

¹⁶ No original: “Discussions within the field appear lopsided because DH projects, including those about Africa, are mostly initiated and/or executed in Europe and North America. Some examples of these include *Africa Past & Present* (Michigan State University), *Slave Biographies* (Michigan State University), *AfricaBib Davis Bullwinkle* (University of Arkansas), *The Yoruba Architectural Reconstruction* by Steven Nelson (UCLA), *Accra Mobile* by Jennifer Hart (Wayne State University), and *Trans-Atlantic Slave Trade Database* (Emory University). Although many of these projects are affiliated with local universities — for instance, *Accra Mobile* is linked with Ashesi University Ghana — the absence of Africa-based DH centers affiliated with them tends to create a disconnect between the project and the targeted audience and users, and may reduce accessibility and incorporation into academic research circles” (Aiyegbusi, 2018, p. 435).

Nesse sentido, a pesquisadora deixa claro que há um movimento de olhar para a África por meio de perspectivas mais inclusivas, mas que continuam em sua maioria deixando de fora pesquisadores e universidades da África. No entanto, observando diretamente o desenvolvimento do campo das Humanidades Digitais no continente, em especial na Nigéria, Titilola Babalola Aiyegbusi (2018) amplia o debate evidenciando o modo como o espaço acadêmico, principalmente nas universidades, se organiza. Diferentemente dos EUA, ainda como resultado da colonização, os cursos superiores na Nigéria são desenvolvidos em uma perspectiva bastante disciplinar, o que dificulta a assimilação desse novo campo de estudos, visto que sua natureza é interdisciplinar e colaborativa. Dito de outro modo, “no momento, a maneira como as humanidades digitais estão estruturadas torna menos inclusiva para os acadêmicos africanos, pois adota o modelo educacional americano que incentiva uma comunidade acadêmica muito mais interativa e integrativa, em que a colaboração é incentivada” (Aiyegbusi, 2018, p. 443, tradução nossa)¹⁷.

Essa questão mapeia um problema que ultrapassa as dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento e destaca um contexto presente em que poucas e fracas são as vozes das referências em África sobre Humanidades Digitais, pois, de acordo com o relato:

A emoção de adicionar a voz africana aos debates, trazendo assim uma nova perspectiva para as discussões, rapidamente se dissipa assim que se tenta abordar as assombrosas questões: Quem é minha referência? Quem mais por aí está falando sobre humanidades digitais na África? Seria errado presumir que ninguém mais está, pois já li e ouvi várias peças interessantes e palestras sobre humanidades digitais de acadêmicos africanos, como Justus Roux (África do Sul), James Yeku (Nigéria), Babatunde Opeibi (Nigéria), Laila Shereen Sakr (Egito) e Omolara Owoeye (Nigéria). No entanto, os africanos que participam do discurso das HD são poucos em número, e nossas vozes estão esparsamente espalhadas pelo espaço das humanidades digitais (Aiyegbusi, 2018, p. 435, tradução nossa).¹⁸

O que se pode assumir a partir dessa citação é que a geopolítica do conhecimento segue invisibilizando os poucos Humanistas Digitais que pesquisam e trabalham em África, tanto pelas dificuldades de divulgação da área no próprio continente quanto pela dificuldade de levá-los além-mar para divulgar suas percepções.

Titilola Babalola Aiyegbusi, por fim, conclui sua reflexão apontando algumas formas de resolver essas problemáticas de forma bastante objetiva, alertando que os Humanistas Digitais dos grandes centros precisam olhar para o mundo por meio das lentes de outros mundos, o que significa dizer que não basta “exportar as Humanidades Digitais”, mas sim compreender diferentes

¹⁷ No original: “At the moment, the way digital humanities is structured makes it less inclusive of African scholars because it adopts the American education model which encourages a much more interactive and integrative academic community where collaboration is encouraged” (Aiyegbusi, 2018, p. 443).

¹⁸ No original: “The thrill of adding the African voice to debates, there by bringing new perspective to discussions, quickly dissipates as soon as one tries to tackle the haunting questions: Who is my reference? Who else out there is talking about digital humanities in Africa? It will be wrong to assume no one else is, as I have read and listened to quite a number of interesting pieces and talk son digital humanities from African scholars like Justus Roux (South Africa), James Yeku (Nigeria), Babatunde Opeibi (Nigeria), Laila Shereen Sakr (Egypt), and Omolara Owoeye (Nigeria). However, Africans who participate in the DH discourse are few in number, and our voices are sparsely scattered across the digital humanities space” (Aiyegbusi, 2018, p. 435).



contextos evitando que os membros dos países não-ocidentais se sintam alienados. Para isso, sugere que os pesquisadores dos grandes centros literalmente convidem acadêmicos africanos para projetos de investigação conjuntos, pois

Convidar acadêmicos africanos para colaborar em temas de interesse semelhante promoverá a aceitação, integração e popularidade necessárias para o aprimoramento global das Humanidades Digitais. Outras iniciativas colaborativas, como criar conscientização por meio da formação de grupos de foco, alinhar incentivos para estimular a colaboração entre acadêmicos e co-organizar conferências na África, também podem ajudar a construir um ambiente global de humanidades digitais inclusivo. Mas tudo deve começar desmistificando a ideia de que as humanidades digitais pertencem apenas ao Ocidente (Aiyegbusi, 2018, p. 435, tradução nossa).¹⁹

Em outras palavras, somente assim teremos a resposta para a pergunta “quando as Humanidades Digitais vão contar essas narrativas como o centro de sua prática metodológica?” (Kim, 2019, p. 493, tradução nossa)²⁰, uma vez que “um registro cultural digital que coloca a justiça social no centro – um registro que é pós-colonial, feminista, antirracista, interseccional – é uma questão de sobrevivência cultural” (Risam, 2018, p. 144, tradução nossa)²¹.

Nesse sentido, é possível citar alguns importantes projetos que têm colaboradores do Sul Global e estão preocupados com a perspectiva Decolonial, mesmo originados nos Estados Unidos. Entre estes, merecem ser mencionados os projetos *Slave Voyages*²², *Mukurtu Wumpurrarni-kari Archive*²³ e *Early Caribbean Archive*²⁴. *Slave Voyages* é um dos mais antigos projetos em Humanidades Digitais, tendo como objetivo a construção de uma base de dados capaz de mapear o tráfico negreiro. Para que isso fosse possível, foi necessário buscar dados em pesquisas anteriores individuais e coletivas, em um esforço internacional, para então padronizá-los. Tais registros são publicados inicialmente em 1999, em CD-ROM, e somente em 2006 é que esses dados foram publicados em um *website*, graças a um prêmio²⁵ recebido pelo grupo de pesquisa. Certamente, esse é um dos maiores empreendimentos colaborativos, que conta, além de contribuições eventuais, com uma gigantesca equipe de pesquisadores e desenvolvedores²⁶ em sua maioria dos Estados Unidos, mas também da África, do Caribe e até mesmo do Brasil, para que se chegue à consolidação de um banco de dados de 12 milhões de registros, atualmente disponíveis na plataforma, de africanos traficados.

¹⁹ No original: “Inviting African scholars to collaborate on similar topics of interest will promote the acceptance, integration, and popularity necessary for a DH global enhancement. Other collaborative moves such as creating awareness by forming focus groups, aligning incentives to encourage collaboration among scholars, and co-organizing conferences in Africacan also help to build an inclusive global digital humanities. But it all must begin with debunking the notion that digital humanities belongs only to the West” (Aiyegbusi, 2018, p. 435).

²⁰ No original: “When is DH going to tell these narratives as the center of their methodological praxis?” (Kim, 2019, p. 493).

²¹ No original: “A digital cultural record that puts social justice at its center – a record that is postcolonial, feminist, antiracist, intersectional – is a matter of cultural survival” (Risam, 2018, p. 144).

²² Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: 29/10/2024.

²³ Disponível em: <<https://mukurtu.org/project/mukurtu-wumpurrarni-kari-archive/>>. Acesso em: 29/10/2024.

²⁴ Disponível em <<https://ecda.northeastern.edu/>>. Acesso em 29/10/2024.

²⁵ Emory University concedeu ao grupo um financiamento suplementar da *W. E. B. Du Bois Institute for African and African-American Research de Harvard*.

²⁶ Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/about/about#project-team/2/pt/>>. Acesso em: 29/10/2024.

O projeto *Mukurtu*, por sua vez, propõe algo revolucionário tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista ético. A palavra que nomeia o projeto significa “bolsa de carregar coisas preciosas” e foi atribuído por Michael Jampin Jones, um ancião indígena *Warumungu*. O *Mukurtu* atualmente é um sistema de gerenciamento de conteúdo e ferramenta de acesso digital ao patrimônio cultural, construído para e em diálogo contínuo com as comunidades indígenas. O projeto, fundado, em 2007, em parceria entre a comunidade *Warumungu* e os pesquisadores Kim Christenand Craig Dietrich, é uma plataforma *open source* suficientemente flexível para satisfazer as necessidades de diversas comunidades que pretendem gerir e partilhar o seu patrimônio cultural digital à sua maneira e nos seus próprios termos. Dito de outro modo, o projeto é inicialmente um sistema que pode ser baixado porque é de acesso livre e usado em um servidor próprio. Isso permite que qualquer pessoa ou instituição possa utilizar o recurso em projetos próprios gratuitamente.

Por fim, o *Early Caribbean Archive* é um projeto realizado pela Northwestern University. O arquivo contém atualmente 57 documentos caribenhos antigos, incluindo romances, narrativas de viagens, histórias naturais, documentação colonial, narrativas *Obeah* e narrativas de escravos, os quais nunca antes foram reunidos. Além disso, trinta desses itens são prefaciados com introduções acadêmicas que fornecem uma visão geral das histórias de produção e recepção do texto, bem como a sua importância nos estudos atuais. Interessante mencionar que há um alerta no *website* informando que esses são textos coloniais (publicados originalmente por europeus, em sua maioria, e com uma visão eurocêntrica). No entanto, o empenho do projeto está justamente em propor um “*remix*” do arquivo por meio de ferramentas digitais, focalizando a narrativa sobre o Caribe na resistência e na criatividade dos povos escravizados, afro-crioulos e indígenas escravizados e livres no mundo caribenho. Atualmente, de acordo com o *site*, o projeto conta com 22 membros²⁷ oriundos de diversas partes do mundo.

Nesse sentido, embora sejam apresentados apenas três dos diversos projetos em Humanidades Digitais que partem de uma perspectiva de/pós-colonial produzidos nos Estados Unidos, é inegável que a realidade das Humanidades Digitais nesse contexto conta com grandes incentivos. Isso inclui a formação dos núcleos de pesquisa em Humanidades Digitais nas universidades, financiamentos e premiações, que permitem a contratação de equipes de especialistas de diversas áreas para criação e manutenção de tais projetos. Menciona-se ainda que esses projetos têm sede em universidades norte-americanas, mas que há uma preocupação com a perspectiva decolonial na construção de seus bancos de dados e arquivos, tanto pela apresentação dos projetos em seus *websites* quanto pela participação de pesquisadores de diversas partes do mundo, inclusive de ex-colônias, como o Brasil.

Além disso, vale mencionar que os esforços na consolidação da área podem ser percebidos desde os anos 1980, com o lançamento de grandes projetos ao público, enquanto que no Brasil, além da falta de recursos e disciplinarização dos conhecimentos, a área começa a formar-se apenas nos últimos dez anos. Assim, a seção 4 irá se ocupar de analisar a realidade brasileira e o modo como as Humanidades Digitais tem se articulado aqui nos últimos anos.

²⁷ Disponível em: <<https://ecda.northeastern.edu/home/about/credit/>>. Acesso em: 29/10/2024.



4. Humanidades Digitais à brasileira

A partir do exposto anteriormente, quase todos os projetos mencionados, mesmo os com propostas decoloniais, estão sendo construídos no Norte Global, com apoio de generosos financiamentos, poderosas instituições, grupos interdisciplinares de pesquisa e desenvolvimento e anos de trabalho.

Partindo disso, caberia questionar o modo como as Humanidades Digitais, mesmo sem toda essa estrutura, vêm se desenvolvendo no Brasil, uma vez que até mesmo estabelecer diálogos internacionais, de modo a apropriar-se de ferramentas, configura um desafio. Por exemplo, uma importante proposição de pesquisadores latino-americanos envolve a necessidade de produzir pesquisa em línguas do Sul Global, em especial em espanhol, em vez de publicar exclusivamente em língua inglesa, pois “o multilinguismo é a nova fronteira nas Humanidades Digitais” (Allés-Torrent; Del Río Riande, 2020, p. 12, tradução nossa)²⁸. Sobre isso, vale ainda a reflexão de María Gimena del Río Riande e Domenico Fiormonte (2022) em *Una vez más sobre lossures de las digital humanities*:

O certo é que, neste cenário complexo e desigual, as Humanidades Digitais do Sul não podem se eximir da responsabilidade de enfrentar as implicações geopolíticas do conhecimento digital e devem se perguntar: quais são os custos sociais, políticos, culturais etc. dos instrumentos que utilizamos em nossa pesquisa? É possível criar modelos independentes e socioeconomicamente sustentáveis ou estamos condenados a incorporar paradigmas, ferramentas e padrões do Norte Global sem, pelo menos, um olhar crítico? E se isso for possível, como fazemos? (Del Río Riande; Fiormonte, 2022, p. 13).²⁹

Tais questionamentos reverberam na realidade brasileira, visto que, mesmo linguisticamente, nos diferenciamos do restante da América Latina. Embora boa parte dos brasileiros já tenham acesso à internet, a barreira da língua ainda afeta negativamente a troca com o público estrangeiro, uma vez que boa parte do mundo ligado às tecnologias se desenvolve em língua inglesa.

No entanto, antes de tratarmos das carências quanto ao fomento e desenvolvimento de pesquisas em Humanidades Digitais no Brasil, é preciso reconhecer projetos pioneiros. Nesse sentido, tendo em mente que as Humanidades Digitais ainda são uma “nova” área de estudos que ganha força sobretudo depois dos anos 2010, vale a pena buscar compreender como a área se articula no Brasil.

Um ponto de referência para o desenvolvimento do campo é que, em 2013, é fundada a Associação de Humanidades Digitais (AHDig), que teve como objetivo ser uma rede de pesquisadores unidos pela língua portuguesa e pela tentativa de conectar a pesquisa em Humanidades Digitais no Brasil com a de pesquisadores portugueses. De acordo com a última

²⁸ No original: “Multilingual is the new frontier in DH.” (Allés-Torrent; Del Río Riande, 2020, p. 12).

²⁹ No original: “Lo cierto es que, en este escenario complejo y desigual, las DH de sur no pueden eximirse de la responsabilidad de afrontar las implicaciones geopolíticas del conocimiento digital y deben preguntarse: ¿qué costes sociales, políticos, culturales etc. tienen los instrumentos que utilizamos en nuestra investigación? ¿es posible crear modelos independientes y socioeconómicamente sostenibles o estamos condenados a incorporar paradigmas, herramientas y estándares del Norte Global sin, al menos, una mirada crítica? Y si esto es posible, ¿cómo lo hacemos?” (Del Río Riande, Fiormonte, 2022, p. 13).

informação disponível no *site* oficial da associação, o qual não parece atualizado nos últimos anos, ela conta/contou com 136 associados³⁰.

Há ainda, no *site*, a aba “Projetos”³¹, que apresenta os principais projetos em Humanidades Digitais ocorrendo à época de sua fundação. Dentre os doze projetos apresentados, seis são desenvolvidos em São Paulo (quatro na UNICAMP). São eles: *Brasiliana USP*³², da Universidade de São Paulo; *Caminhos do Romance*³³, *Circulação Transatlântica dos Impressos – a globalização da cultura no século XIX*³⁴, *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*³⁵, os três da Universidade Estadual de Campinas; *eDictor*: ferramenta para edição filológica eletrônica³⁶, fruto de uma parceria entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas; *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CEDOHS), Universidade Estadual de Feira de Santana; e *Edição dos Panfletos de Eulálio Motta*, Universidade Federal da Bahia, sendo que os dois últimos projetos, ou seja, os de fora de São Paulo, atualmente encontram-se fora do ar.

No entanto, no dia 16 de abril de 2021, durante a II edição do Congresso Internacional em Humanidades Digitais (HDRio 20/21), ocorre o lançamento da Associação Brasileira de Humanidades Digitais³⁷, transmitida em seu canal do Youtube. A transmissão contou com a presença de pesquisadores de várias áreas, incluindo um pesquisador de Cabo Verde. Além disso, estabelece-se em seu lançamento a necessidade de pensar Humanidades Digitais de forma contra-hegemônica e própria do Sul Global, focada em questões de diversidade.

Essa associação nasce com três objetivos centrais: 1) pensar um programa de pós-graduação internacional e interinstitucional a partir do olhar do Sul; 2) pensar um programa/plataforma educacional para a formação dos jovens (além do espaço acadêmico); e 3) criar a revista de Humanidades Digitais. Há, ainda, o reconhecimento da Associação de Humanidades Digitais de 2013 e, em especial, ao trabalho da professora Maria Clara Paixão de Sousa, uma das principais responsáveis pela articulação da Associação de Humanidades Digitais (AHDig).

A *Revista Brasileira de Humanidades Digitais*³⁸, até o momento, publicou quatro números e mais um caderno de resumos do II Congresso. Outra revista que merece atenção é a recém lançada *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais*³⁹, abrigada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Com três publicações em 2023 e com chamada aberta para 2024, a revista tem apresentado textos que versam sobre o uso de variadas mídias digitais. De modo geral, é possível afirmar que, em ambos os casos, as reflexões visam mais diretamente refletir sobre o uso da tecnologia e até mesmo explorar alguma metodologia, mas em última instância não estão promovendo projetos de Humanidades Digitais. Isso exemplifica

³⁰ Disponível em: <<https://ahdig.hypotheses.org/participantes>>. Acesso em: 29/10/2024.

³¹ Disponível em: <<https://ahdig.hypotheses.org/projetos-na-rede-ahdig>>. Acesso em: 29/10/2024.

³² Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 29/10/2024.

³³ Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁴ Disponível em: <www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁵ Disponível em: <www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁶ Disponível em: <edictor.net>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oFvIN0BQIQo>>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁸ Disponível em: <<http://abhd.org.br/ojs2/ojs-3.3.0-9/index.php/rbhd/issue/archive>>. Acesso em: 29/10/2024.

³⁹ Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/issue/view/52>>. Acesso em: 29/10/2024.



como, pelo menos até o momento, as Humanidades Digitais no Brasil tendem a se manifestar predominantemente de forma mais teórica e individual do que nos Estados Unidos.

Cenário mais ou menos similar pode ser encontrado no Diretório de grupos do CNPQ⁴⁰. Em primeiro lugar, por exemplo, pode-se afirmar que os grupos começam a se articular pelo menos desde 2014⁴¹, mas não parecem seguir uma tendência clara de pesquisa. Dito de outro modo, é como se não houvesse de fato um interesse em comum ou um grande projeto que aglomere pesquisadores. Isso é o que se pode identificar na tabela 1:

TABELA 1. Grupos de pesquisa cadastrados no diretório de grupos do CNPQ

	Nome do grupo	Ano de fundação	Uni.	Estado	Área	Linhas de pesquisa
1	Grupo de Pesquisa em Linguagens, História e Humanidades Digitais (LiHHDi) ⁴²	2014	UFS	SE	Letras	Linguagens, História e Tecnologias
2	GREAL – Gênero, Raça, Estudos Amazônicos, Novas Linguagens e Humanidades Digitais ⁴³	2016	UNIFESSPA	PA	História	Relações de poder, Conflitos e Movimentos Sociais
3	Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA ⁴⁴	2018	UFBA	BA	Sociologia	Antropologia Digital História Digital Humanidade e subjetividade na era digital Imaginários de vigilância Sociologia Digital Web scraping e Mineração de dados para as Ciências Sociais
4	Idade Média e Humanidades Digitais ⁴⁵	2019	USP	SP	História	Projeto Temático FAPESP (2021/02912-3) Uma História Conectada Da Idade Média. Comunicação e Circulação a partir do Mediterrâneo
5	Laboratório de Humanidades Digitais / PUC-Rio ⁴⁶	2019	PUC-Rio	RJ	Educação	Laboratório de Humanidades Digitais, Metodologias Informacionais e Multiletramentos

(continua)

⁴⁰ Esse levantamento foi realizado até o ano de 2022 não incluindo, portanto, grupos cadastrados depois desse ano.

⁴¹ Havia outros dois grupos cadastrados anteriormente, porém, como estavam desatualizados, optei por não adicioná-los na tabela.

⁴² Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/85856>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴³ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/219080>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴⁴ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/352150>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴⁵ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/513498>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴⁶ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0909938995103333>>. Acesso em: 29/10/2024.

(continuação)

	Nome do grupo	Ano de fundação	Uni.	Estado	Área	Linhas de pesquisa
6	Laboratório de Humanidades Digitais ⁴⁷	2020	FGV	RJ	História	Acervos Digitais Literacia Digital Tecnologias de análise de som, imagem e vídeo Tecnologias textuais
7	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades Digitais (NEPEHD) ⁴⁸	2020	UFU	MG	Sociologia	História Pública Digital Tecnologias Digitais, Linguagens e Educação Territorialidades, Identidades e Representações no Mundo Digital
8	Humanidades Digitais ⁴⁹	2011	USP	SP	Letras	Filologia Digital Representação do conhecimento
9	Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais E Inovação Tecnológica ⁵⁰	2021	UPF	RS	História	Economia, Espaço e Sociedade Política e Relações de Poder
10	LISCOD – Grupo de Pesquisa Línguas, Sistemas de Escrita, Computação, Jogos e Humanidades Digitais ⁵¹	2022	UFPB	PB	Letras	Computação Humanidades Digitais Línguas Sistemas de Escrita

Fonte: Elaborada pelas autoras

A tabela evidencia, em primeiro lugar, que embora Rio de Janeiro e São Paulo sejam os estados que mais apresentam grupos de pesquisa em Humanidades Digitais, reproduzindo lógicas centro-periferia, já é possível ver um crescimento em outras regiões do Brasil, sobretudo no Nordeste (Paraíba, Sergipe e Bahia), Norte (Pará) e Sul (Rio Grande do Sul). Além disso, vale comentar que a tabela 1 é apenas um recorte que busca identificar os grupos de pesquisa ativos no Brasil, mas que certamente deixa diversas iniciativas de pesquisadores individuais/autônomos de fora, ou mesmo grupos de pesquisa que não tenham a expressão “Humanidades Digitais” no título, critério de pesquisa utilizado ao realizar tal levantamento. Em síntese, o que se pode assumir é que a área de Humanidades Digitais está em grande expansão no país, mas a maior parte de suas contribuições está voltada a projetos de mineração e análise de dados e/ou reflexões teóricas, como o mapeamento que se propõe neste artigo. Não é possível ainda encontrar em quantidade expressiva projetos que objetivem construir um arquivo digital decolonial, para voltar aos termos de Roopika Risam (2019). Por esse motivo, é importante mencionar, por fim, aproximando o debate de uma faceta mais prática no contexto brasileiro das pesquisas em

⁴⁷ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/668250>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴⁸ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/637466>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁴⁹ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/766441>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁵⁰ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/765682>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁵¹ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7782722829380359>>. Acesso em: 29/10/2024.



Humanidades Digitais, o MAP – Mulheres na América Portuguesa⁵², projeto desenvolvido desde 2007 sob a coordenação das professoras Maria Paixão de Souza e Vanessa Martins do Monte, somadas a uma equipe de 33 pesquisadores⁵³, na Universidade de São Paulo. Seu objetivo é oferecer um modo de visualização enquanto catálogo georreferenciado da vida e produção de mulheres no período colonial, ou seja, um modo de visualização de territorialidades, bem como circulação da produção escrita (não apenas literária) de mulheres que estiveram em trânsito pelo Brasil. Esse projeto, concebido e desenvolvido por pesquisadoras brasileiras, não deixa nada a dever quando comparado a projetos estrangeiros, tanto do ponto de vista da complexidade técnica quanto da profundidade teórica. Isso porque sua plataforma organiza e apresenta os textos não apenas em formato de lista simples (118 linhas), mas também através de um catálogo georreferenciado, além da disponibilização de uma tabela de dados catalogada por autoras. Esse projeto dá um tom otimista à pesquisa em Humanidades Digitais pela maturidade e pelo potencial de divulgação e circulação de autoras e autores e textos referentes a períodos cruciais da formação do Brasil. Esse, porém, juntamente com alguns outros projetos mencionados, é um dos poucos projetos que se constituiu de forma colaborativa e que realmente se manteve disponível ao longo dos anos.

5. Considerações finais

Tendo em vista as características do campo das Humanidades Digitais nos Estados Unidos e no Brasil, é possível assumir pelo menos três instâncias para aprimoramento no contexto brasileiro. O primeiro aspecto que se destaca é a necessidade de desenvolver abordagens mais práticas, que se traduzam em projetos e em publicações não apenas teóricas, mas sobretudo metodológicas. Isso significa conferir maior enfoque ao processo de desenvolvimento dos projetos, os desafios enfrentados, as ferramentas digitais empregadas, os custos, benefícios, aplicabilidade, reprodutibilidade, entre outros aspectos que serão de interesse para estimular novos projetos. Embora ainda haja amplo espaço para futuros estudos sobre o campo teórico das Humanidades Digitais – especialmente a partir de uma perspectiva de formação a partir do Sul Global em língua portuguesa –, há ainda maior carência de materiais que abordem o *como* fazer.

Entretanto, também é possível destacar a necessidade de combater a tendência à departamentalização do conhecimento, que, por vezes, dificulta a interdisciplinaridade tão necessária nas humanidades, com intuito de vislumbrar um futuro das Humanidades Digitais em que se conectem áreas diversas e que, por exemplo, a história se beneficie dos conhecimentos tecnológicos da ciência da computação e os cientistas da computação aprofundem sua compreensão da realidade através do conhecimento histórico. Além disso, a interdisciplinaridade pode abrir novas possibilidades de financiamento para pesquisas, já que essas pesquisas abrangem diversos campos do conhecimento. Isso inclui, e deve incluir, as áreas STEM, que frequentemente enfren-

⁵² Disponível em: <<http://map.prp.usp.br/>>. Acesso em: 29/10/2024.

⁵³ Disponível em: <http://map.prp.usp.br/MAP_Equipe.html>. Acesso em: 29/10/2024.

tam menos resistência na obtenção de recursos de instituições de fomento. Tal interdisciplinaridade é fundamental para que possamos iniciar, desenvolver e manter projetos de maior prazo e com maiores equipes.

É certo que tais iniciativas demandam um maior número de pesquisadores, bem como maior disponibilidade de fundos para pesquisa, sendo este último, um desafio em particular para a produção acadêmica em contexto brasileiro. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver estratégias mais eficazes para a manutenção de projetos em Humanidades Digitais, de modo que os mesmos permaneçam disponíveis *online*, caso parem de ser atualizados. De fato, manter páginas e gráficos vivos ao longo das décadas pode ser particularmente desafiador, devido ao custo de pesquisadores/desenvolvedores ou mesmo com a hospedagem e manutenção de *sites*.

Por fim, evidencia-se ainda a necessidade de mais profunda compreensão do campo, o que inclui, por exemplo, resgatar projetos e os (meta)dados gerados por eles. Além disso, ter um local que centralize tais informações e/ou novos projetos, onde não apenas os *sites* fiquem disponíveis para o público, mas também as reflexões e métodos que levaram a sua consolidação; isso poderia facilitar o acesso de outros pesquisadores, bem como servir de referência para futuros projetos, estimulando assim uma espécie de *network* entre pesquisadores e desenvolvedores de variadas universidades. Ter uma central poderia também servir como plataforma para conferir visibilidade a novos projetos, ou seja, algo similar ao *DH Awards*⁵⁴.

No entanto, a questão que deve se manter sempre atualizada no campo das Humanidades Digitais no Brasil, mesmo que em diálogo com a produção a partir do Norte Global e por vezes a partir de ferramentas desenvolvidas pelo Norte, é que essas reflexões e ferramentas não podem ser utilizadas sem uma perspectiva crítica e um olhar próprio do Sul, como bem pontuaram María Gimena del Río Riande e Domenico Fiormonte (2022).

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Ambas as autoras realizaram pesquisa bibliográfica e escrita do texto colaborativamente.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras não têm conflito de interesses a declarar.

FINANCIAMENTO

Programa Capes PrInt.

⁵⁴ Disponível em: <<http://dhawards.org/>>. Acesso em: 29/10/2024.



REFERÊNCIAS

- AIYEGBUSI, Babalola Titilola. Decolonizing Digital Humanities: African perspective. *In*: LOSH, Elizabeth; WERNIMONT, Jacqueline (Orgs.). **Bodies of information:** Intersectional feminism and Digital Humanities. University of Minnesota Press: London, 2018.
- ALLÉS-TORRENT, Susanna; DEL RÍO RIANDE, María Gimena. The Switchover: Teaching and Learning the Text Encoding Initiative in Spanish. **Journal of the Text Encoding Initiative**, 2020.
- BURDICK, Anne; DRUCKER, Johanna, LUNENFELD, Peter; PRESNER, Todd; SCHNAPP, Jeffrey. **Digital Humanities**. MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 2012.
- DEL RÍO RIANDE, María Gimena; FIORMONTE, Domenico. **Una vez más sobre los usos de las “digital humanities”**. *Acervo*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 1-15, 2022.
- DRUCKER, Johana. **The Digital Humanities Coursebook**. Routledge: London and New York, 2021.
- KIM, Doroty; STOMMEL, Jesse. **Disrupting the Digital Humanities**. Punctum books, 2019.
- RISAM, Roopika. **The digital words:** Postcolonial digital humanities in theory, praxis, and pedagogy. Northwestern University Press: Chicago, 2018.
- SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **A companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell, 2004. Disponível em: <<https://companions.digitalhumanities.org/DH/>>. Acesso em: 29/10/2024.
- SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **A new companion to Digital Humanities**. Wiley: Blackwell, 2016.
- WARWICK, Claire. Building theories or theories of building? A tension at the heart of Digital Humanities. *In*: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **A new companion to Digital Humanities**. Wiley: Blackwell, 2016.



Mujeres, redes sociales y discursos digitales desde las geopolíticas del Sur

Ana Sofía Pabón Chaves

Universidad del Cauca, Cauca, Colombia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0842-9509>

E-mail: sofia.pabon150@gmail.com

Luciana Patricia Zucco

Universidad Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2955-1642>

E-mail: zuccoluciana@gmail.com

RESUMEN

Este texto aborda la relación de las mujeres con los procesos de digitalización de la vida desde las geopolíticas del Sur. Para ello, se presenta una revisión teórica desde los estudios feministas, ciberfeministas, ciberactivistas, descoloniales y neomaterialistas, con el propósito de desenmarañar cómo se han materializado las relaciones entre las mujeres y la tecnología. En términos generales, consideramos que dichas relaciones han dejado un legado digital activista en la escritura de sí, el cual revelaría que la escritura continúa siendo no solo uno de los lenguajes formales de internet, sino también, y principalmente, una estrategia ética individual y colectiva a través de la cual es posible interpelar el poder de manera relacional.

PALABRAS CLAVE: Mujeres; Feminismos; Discursos digitales.

Women, social networks and digital discourses from the geopolitics of the Global South

ABSTRACT

This paper addresses the relationship of women with the processes of digitalization of life from the geopolitics of the South. In this sense, a theoretical review from feminist, cyberfeminist, cyberactive, decolonial and neo-materialist studies is presented to unravel how the relationships between women and technology have materialized. In a general way, we consider that such relationalities have left an activist digital legacy in the self-writing. This would reveal that writing continues to be not only one of the formal languages of the internet, but also, and primarily, an individual and collective ethical strategy by which power can be relationally interpellated.

KEYWORDS: Women; Feminisms; Digital discourses



Mulheres, redes sociais e discursos digitais nas geopolíticas do Sul

RESUMO

Este texto aborda a relação das mulheres com os processos de digitalização da vida a partir da geopolítica do Sul. Para isso, apresenta uma revisão teórica dos estudos feministas, ciberfeministas, ciberativistas, decoloniais e neomaterialistas, com o propósito de desvendar como se materializaram as relações entre as mulheres e a tecnologia. De modo geral, consideramos que essas relações deixaram um legado ativista digital na escrita de si, o que revelaria que a escrita continua a ser não apenas uma das linguagens formais da internet, mas também, e principalmente, uma estratégia ética, individual e coletiva, por meio da qual é possível interpelar o poder de maneira relacional.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Feminismos; Discursos digitais.

1. Introducción

Este texto presenta la discusión teórica sobre la relación entre mujeres, redes sociales y discursos digitales, teniendo en cuenta el entramado colonial-tecnológico instaurado en las geopolíticas del Sur¹. Para comprender este enmarañado, es necesario situar las posibilidades que están enmarcadas dentro de la lógica neoliberal, pautada por el Norte Global y su relación de modernidad/colonialidad con el Sur global (Curiel, 2007; Haraway, 2009 [1985]).

En esta lógica, cabe reconocer que las interfaces digitales existen mucho antes de ser incorporadas al lenguaje computacional, como la invención del reloj doméstico en el siglo XVI, emblema del proyecto moderno europeo mediante el cual se instauró el uso moral del tiempo y el espacio. Este mecanismo reforzó la diferencia sexual al ordenar a los hombres en los espacios públicos y a las mujeres y las infancias en los espacios privados. Además, sincronizó las actividades humanas a nivel mundial al servicio del capitalismo (Sibilia, 2013).

La digitalización de la vida en el Norte y en el Sur Global, a través de internet y las redes sociales, representa la continuidad de ese proyecto capitalista neoliberal. De acuerdo con Sibilia (2013), la digitalización mantiene la lógica moral capitalista introducida por el reloj doméstico; sin embargo, con las tecnologías, se produce una captura total del tiempo y el espacio como experiencias sensibles humanas, en sistemas abiertos de los cuales nada parece quedar por fuera. Esta captura de las subjetividades y las corporalidades contemporáneas es producto de un nuevo régimen de gobierno, característico de las sociedades de control.

El gobierno digital-algorítmico no solo se utiliza para desplegar estrategias de control totalitario al estilo nazi, como la producción de propaganda hecha a la medida de cada usuario,

¹ Esta reflexión hace parte de la tesis doctoral: *Un análisis bastardo de las materialidades tecnobiodiscursivas de Djamila Ribeiro y Carolina Sanín*, la cual tuvo por objetivo analizar los discursos digitales de las mujeres mencionadas por ser portavoces de discursos feministas en Brasil y Colombia, América Latina y en el exterior, a través de redes sociales, como Facebook, Twitter e Instagram. El análisis se realizó a partir de la construcción de una metodología miope de corte feminista, agencial, decolonial y tercermundista (Barad, 2014; Blanco, 2021; Calixto, 2022; Oyèwùmí, 2017), con tres momentos de análisis denominados *exploración, familiarización y profundidad* (Galeano, 2012).

basada en la perfilación de sus elecciones políticas, emociones, experiencias y gustos, sino también es usado para procesos de perfilación policial que, de manera encubierta y anónima, pueden tomar decisiones discriminatorias basadas en el género, la raza, la orientación sexual y la nacionalidad, determinando quiénes son considerados ‘sospechosos’ o ‘peligrosos’ para el gobierno (Véliz, 2019).

Este gobierno digital-algorítmico refuerza las desigualdades sociales entre países y entre personas, generando procesos sofisticados de control social que deterioran el ejercicio democrático en cada país y el derecho a la privacidad. Pero, ¿qué significa este gobierno digital-algorítmico para las mujeres de las geopolíticas del Sur?

De acuerdo con Soria-Guzmán (2021), desde una perspectiva hackfeminista, este gobierno es fundado y consolidado por las personas que saben programar computadoras. Es precisamente este saber-hacer el que ha sido privatizado por políticas como el código fuente cerrado, implementado por Estados Unidos en los años 90, lo que ha marcado una nueva estratificación en el mundo, reforzando las desigualdades a nivel global, nacional, regional y local entre quienes poseen las tecnologías y las consumen o usan.

Soria-Guzmán (2021) enfatiza que la privatización del conocimiento computacional ha sido la principal fuente de desigualdades en el acceso y el uso de las tecnologías en el mundo. Sin embargo, afecta de manera particular a las mujeres en las geopolíticas del Sur, ya que aquellas con mayor proximidad a las tecnologías suelen tener condiciones de clase y geopolíticas que han favorecido sus procesos de formación como programadoras o feministas *hacker*.

Este tipo de datos requiere la integración de abordajes interseccionales y descoloniales que sitúen nuevas preguntas sobre la digitalización de la vida, como, por ejemplo: ¿Por qué existe un conocimiento de la tecnología que se nos da para facilitar nuestras interacciones y por qué existe un conocimiento de las tecnologías que se nos oculta, como el código fuente de las redes sociales? ¿Qué consecuencias tiene la privatización del conocimiento computacional en los marcos legales de cada país y en los modos de vida de las mujeres conectadas, así como aquellas que están más distantes de su acceso?

Con estos aspectos clave en cuenta respecto a la relación digital entre Norte y Sur Global, se considera importante aclarar que el término ‘mujeres’ utilizado en el título de este texto no ha sido empleado con la intención de reforzar la lectura esencialista médico-legal de los cuerpos denominados o leídos bajo los parámetros de ‘hembra’ o ‘femenino’ al nacer. Cabe resaltar que esta noción responde al contexto específico de Occidente y a su concepción heterocentrada enraizada en la diferencia sexual de los cuerpos. Por ello, desde una perspectiva decolonial, se entiende que ‘mujeres’ es un referente jurídico-legal que organizó la vida en América Latina y el Caribe a partir de la creación de las Constituciones Políticas en los años 90 y de la concepción de los Estados de Derechos (Curiel, 2013).

Brasil y Colombia son geopolíticas atravesadas por historias coloniales que aún mantienen la inauguración del término ‘mujer’ a la subordinación y explotación de cierta población de seres humanos y no humanos. De este modo, nos remitimos con el término ‘mujeres’ a la experiencia colonial y transcultural que redujo la existencia corporal humana a los significantes femenino y masculino, siendo lo femenino catalogado como patológico y negativo, teniendo en cuenta,



que el significado occidental de ‘mujer’ ha sido equivalente a no tener pene, no tener poder y no tener participación o poder en la dimensión pública de la vida (Oyěwùmí, 2017).

‘Mujer’ o ‘mujeres’, entonces, no es un término que remita a una esencia universal que atraviesa las realidades materiales de los cuerpos humanos, sino que funciona como un referente material-discursivo de una condición de subalternidad, bajo la cual cuerpos humanos y no humanos participan o están articulados con el conocimiento, la ciencia y las tecnologías. Esto, considerando que los principales creadores y propietarios de los gigantes tecnológicos son los hombres blancos, de clase alta, estadounidenses y europeos. En estas corporaciones, la mayoría de las mujeres solo pueden desempeñarse como mano de obra o usuarias (Soria-Guzmán, 2021).

Según el informe *Los efectos de la IA en la vida laboral de las mujeres*, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco et al. 2022), existen ciertas relaciones entre las mujeres y la tecnología que es importante reconocer. En África, las mujeres tienen la tasa más baja de acceso a internet (20,2%) en comparación con los hombres (37,1%). En contraste, las tasas más altas se registran en Europa, donde el 80,1% de las mujeres y el 85,1% de los hombres tienen acceso a internet. Además, las mujeres ocupan el 29% de los puestos científicos a nivel mundial y tienen un 25% menos de probabilidades que los hombres de aprovechar la tecnología digital para usos básicos.

Aunque el acceso a internet difiere en todo el mundo, su uso se distribuye de manera desproporcionada entre hombres y mujeres: el 48,3% de las mujeres accede a internet, frente al 55,2% de los hombres. A nivel global, las mujeres y las niñas tienen un 25% menos de probabilidades que los hombres y los niños de saber utilizar la tecnología digital para tareas básicas, como aplicar fórmulas aritméticas en una hoja de cálculo de Excel, y cuatro veces menos de tener conocimientos de programación informática. En Brasil, la principal barrera para el acceso a internet no es el costo, sino la falta de conocimientos. En Colombia, aunque el uso de teléfonos inteligentes es alto, muchos usuarios no están en condiciones de adoptar un hábito efectivo de uso de la tecnología (Unesco et al. 2022).

Igualmente, el informe destaca otras situaciones de las mujeres en el uso de las tecnologías, como el hecho de que tienden a utilizar sus teléfonos inteligentes principalmente para comunicarse con otras personas, mientras que los hombres los utilizan para actividades relacionadas con el trabajo. Esto puede deberse a que las mujeres se perciben a sí mismas como menos preparadas para nuevos empleos o menos familiarizadas con las posibilidades de generar ingresos a través de plataformas digitales. Otro aspecto, tiene que ver con la educación, encontrando que existe una diferencia significativa en la elección de carreras profesionales entre hombres y mujeres, con una media de sólo el 0,5% de las chicas de 15 años pensando en ser profesionales de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), frente al 5% de los chicos. Del mismo modo, en el campo de las ciencias, la ingeniería y las matemáticas, el número de hombres duplica al de mujeres (Unesco et al. 2022)².

² Este informe hace hincapié en que los datos aportados se centran en economías avanzadas, generalmente del Norte Global, por lo que las desigualdades por regiones relacionadas con el acceso y uso de internet y las tecnologías para mujeres y hombres pueden ser aún mayores, ya que el diseño puede fallar para determinados contextos.

Los datos presentados confirman que la relación de las personas con las tecnologías varía en cada país, destacando, a nivel global, las dificultades que enfrentan las mujeres para acceder y utilizar las tecnologías, ya sea en términos de conocimientos de programación o de un uso estratégico o económico de las mismas. En consonancia con estos datos, y siguiendo la perspectiva de Galindo (2022), las mujeres ‘racializadas’, ‘pobres’ y ‘tercermundistas’ del Sur Global ni siquiera aparecen como sujetos digitales, pues sus luchas quedan por fuera del espectro del gobierno digital. Sin embargo, esto no significa que no lo integren en sus formas de sobrevivir, en la soledad y en el silencio, a un sistema violento, machista, misógino, racista y homofóbico, que continuamente las asesina, las esclaviza y las descarta.

Por lo tanto, esta discusión planteada en este texto se sitúa en la urgencia de comprender el campo problemático en el que habitamos las mujeres al asumir un ‘yo tecnológico’ individual y colectivo, cómplice de las lógicas tecnológicas al hacer uso de estas (Haraway, 1995). Este escenario coloca, eminentemente, la relación de las mujeres con las tecnologías en una encrucijada ética, que las vincula a las exigencias imperativas de adaptación corporal y subjetiva a los procesos de digitalización en las geopolíticas del Sur, implementadas por un gobierno digital-algorítmico importado del Norte global. Al mismo tiempo, este proceso revela que la relación de las mujeres con las tecnologías en el Norte y en el Sur globales se produce de maneras específicas, dado que la digitalización acentúa las desigualdades en el acceso y uso de internet para aquellas que no llegan a ser sujetos digitales (Galindo, 2022).

Para construir este camino, exploraremos las aristas de los estudios feministas (Aguilar, 2008; Haraway, [1985] 2009; Soria-Guzmán, 2021; 2023, Ochoa, 2020), los estudios ciberfeministas y ciberactivistas (Bentes, 2021; Gargallo, 2019; Gazire, 2009; Lamus, 2020; Ortiz, 2014; Pinto, 2004; Ruiz-Navarro, 2019), los estudios decoloniales y tercermundistas (Calixto, 2022; Curiel, 2007, 2016; Galindo, 2022), así como los estudios neomaterialistas en el campo del discurso digital y las narrativas de sí en línea (Butturi y Lara, 2019; Butturi y Camozzato, 2023; Butler, 2021; Rago, 2019). Finalmente, propondremos algunas ideas clave sobre el enmarañado mujeres, redes sociales y discursos digitales, que nos permitan diagnosticar el presente de una vida corporal digitalizada desde el Sur.

2. Discusión

Comprender el lugar de las mujeres desde las geopolíticas de Sur y los procesos de subjetivación a partir de la interactividad con las tecnologías, posibilita responder a los problemas bioéticos que enfrentamos en el proceso de digitalización de la vida en estas geografías. Este abordaje implica tomar responsabilidad del lugar que ocupamos en el enmarañado tecnobiocultural en el que participamos.

Para ello, es fundamental discutir cómo se han construido, o no, las relaciones entre ciencia, tecnología y mujeres. Esto nos introducirá en la relación de las mujeres de las geopolíticas del Norte con las tecnologías, a partir de referentes como el panfletarismo y el *Manifiesto Cyborg*. Del mismo modo, la relación de las mujeres con las tecnologías en las geopolíticas de Sur,



desde estudios ciberactivistas y feministas que destacan la llegada de la *web 2.0*, a partir de las redes sociales, como una plataforma fundamental para la amplificación de los movimientos sociales, en una nueva modalidad de organización habilitado por la auto publicación en los *post* y comentarios *on-line*. Se destaca así, el uso de las tecnologías por parte de las mujeres para denunciar la cultura de la violencia sexual, los gobiernos ultraconservadores o reforzar las luchas de olas feministas anteriores, como el derecho al aborto.

De ese modo, abortamos también la rigurosidad política de las acciones en línea, o *ciber-acciones*, las cuales, en el Norte Global presentan una continuidad entre el *Manifiesto Cyborg* y los movimientos ciberfeministas. No obstante, en América Latina, al identificar su ausencia o escasa recepción, surgen otras perspectivas, como las hackfeministas y decoloniales, que advierten sobre las condiciones de etnia/raza, clase social y geopolíticas que intervienen en una mayor o menor aproximación de las mujeres al conocimiento computacional, al manejo de sus lenguajes formales en la escritura digital y a las matemáticas. Aun así, se estima que, gracias a las *ciber-acciones*, las luchas feministas se han convertido en movimientos transnacionales, lo que representa una mayor posibilidad de que las ideas feministas entre el Norte y el Sur global se encuentren y amplifiquen.

Por último, llegamos a la relación entre mujeres y discursos digitales, donde se explora el campo ético implicado en nociones como la escritura de sí *online* y sus efectos ontológicos. Se destaca que las nuevas dinámicas de socialización y activismo (entre ellas, las luchas feministas o los movimientos de mujeres) inauguradas con el uso del '*smartphone*', están inmersas en regímenes de verdad tecnobiopolíticos o tecnobiodiscursivos, que solicitan el reconocimiento de la producción discursiva digital como parte de procesos específicos de visibilidad e invisibilidad, normalización y resistencia.

En este sentido, se sostiene la premisa de que la relación de las mujeres con las redes sociales y los discursos digitales desde las geopolíticas del Sur se produce bajo un gobierno algorítmico, que revela la dimensión ética-relacional que las mujeres han ocupado y pueden ocupar a través de las narrativas de sí: en la relación consigo mismas, entre mujeres y con el mundo, como una forma de interpelar el poder. Así, damos paso a la siguiente discusión.

3.1. La praxis asociativa-digital de las mujeres en la era de la dominación informática

Antes de que internet fuera el centro del poder en los modos de existencia contemporáneos, fue el lugar de las mujeres como actoras sociales, marcando un precedente de lo que hoy podríamos llamar praxis digital. Como explica Gazire (2009), el panfleteo como recurso mediático, es un buen ejemplo de la relación significativa que surgió en los movimientos feministas, como medio para exteriorizar las realidades de las mujeres y producir efectos en las subjetividades del público que interactuaba con los contenidos de los carteles.

Tanto el panfletarismo como la era informática son experiencias que conectan a las mujeres de hoy, por lo que es fundamental reconocer que estas experiencias están directa o indirectamente marcadas por el contexto de los años 60 en Estados Unidos. Por un lado, con la exclusión de las mujeres blancas de la ciencia y la tecnología; por otro, la dominación informática como narrativa

colonial y racista, que marcaba las diferencias entre países desarrollados y subdesarrollados “en grados y niveles de modernización” (Haraway, 2009 [1985], p. 61).

En este escenario informatizado, que exigía otras habilidades socioemocionales y políticas en las mujeres, aparece el término feminista *Cyborg* como producto de una crítica contextual, que surgió en medio del avance del feminismo de la primera y la segunda ola. Este término se materializó en las mujeres blancas, universitarias y trabajadoras, que comenzaron a desempeñar un papel en la sociedad, particularmente en el campo de los medios de comunicación y las artes. Así, la causa feminista blanca y de la clase trabajadora abordó la discusión sobre el lugar y la imagen de la mujer en la sociedad, dando lugar a nuevas subjetividades contrahegemónicas de lo femenino y abriendo otros espacios de emergencia para las mujeres (Gazire, 2009; Ortíz, 2014).

Sin embargo, este avance de las mujeres blancas revelaría la profunda adhesión feminista a la producción de separatismos que terminarían reduciendo las luchas de las mujeres a epistemologías que vigilarían “[...] cualquier posición que se desvíe de la experiencia oficial de las mujeres” (Haraway, 2009 [1985], p. 50). Así, la era *Cyborg* marcó la necesidad de que las mujeres iniciaran su propia lucha antifeminista o antiesencialista, es decir, se trataba de cómo no reivindicar y denunciar ese feminismo policial.

El *Manifiesto Cyborg*, por lo tanto, estuvo vinculado a las mujeres artistas y activistas de los años 90, que crearon grupos autodenominados *ciberfeministas*. Siendo el ciberfeminismo un movimiento fuerte en Australia y Alemania, pero con poca recepción en América Latina, dio lugar a dos corrientes: la teoría radical, que llevaría a las mujeres a utilizar internet como medio para organizar seminarios y encuentros pedagógicos de intercambio de experiencias; y la teoría crítica, que se desarrollaría en la alianza de mujeres que crearon editoriales para publicar mujeres en diferentes partes del mundo (Gazire, 2009; Ortíz, 2014; Torres da Silva et al. 2017).

Como se mencionó, los estudios indican que en América Latina hubo poca recepción de los movimientos ciberfeministas, por lo que es necesario entender que la concepción de ‘menor recepción’ debe abordarse teniendo en cuenta las geopolíticas desde las cuales se puede tejer este proceso. Para América Latina y el Caribe, el conocimiento científico y tecnológico fueron instituciones creadas a partir de estructuras coloniales como el racismo religioso y de color (siglo XV) (Grosfoguel, 2016), y el racismo biológico y psiquiátrico (siglo XIX y XX) (Foucault, 1999). Es decir, que su desarrollo está intrínsecamente vinculado al proceso de modernidad/colonialidad (esclavitud) que tuvo lugar hace más de 500 años (Curiel, 2016; Grosfoguel, 2016).

En este orden de ideas, la relación entre las mujeres racializadas y la praxis digital, en la era de la dominación informática, no puede desvincularse de la experiencia de la división internacional del trabajo entre el Norte Global y el Sur Global, que fue la principal medida de invasión y dominación de Europa sobre tierras extranjeras. Esta medida estuvo plagada de discursos hegemónicos y estructuras ideológicas que construyeron la episteme a partir de la cual los sujetos de las tierras colonizadas fueron representados y aprendieron a representarse a sí mismos en un sentido político, filosófico y artístico, como personas o seres subalternos (Spivak, 2010).



Si bien, en América Latina ha habido poca recepción de los movimientos ciberfeministas, iniciados en la década de 1990, los estudios también indican que, en la geopolítica latinoamericana, en los últimos siete años (desde 2014 en adelante) se han producido importantes movilizaciones de mujeres a través del uso de redes digitales, como Facebook, Twitter y WhatsApp.

Para Gargallo (2019) y Lamus (2020), lo sucedido en América Latina desde 2015 puede interpretarse como la cuarta ola del feminismo, en la que mujeres, jóvenes, adolescentes y niñas se involucran y comprometen con las más diversas causas feministas. Entre los movimientos más destacados, podemos mencionar: la Marcha Mundial de las Mujeres (8MM); la performance: ‘*Un violador en mi camino o el Violador eres tú*’ creada por el grupo feminista chileno llamado ‘*Las Tesis*’ (2019) y la canción: ‘*Sin Miedo*’ (2020) de la compositora mexicana Vivir Quintana. Por otro lado, también hubo tendencias digitales impulsadas por tecnosignos como *hashtags* y *twitasos*, algunas de ellas fueron: #NiUnaMenos en Argentina; #ViejasVerdes en Colombia y #EleNãO en Brasil (Ruiz-Navarro, 2019).

Para las autoras, lo que ha ocurrido en América Latina es la difusión de ideas feministas a través del uso popular de las redes sociales como fuentes de auto-publicación, teniendo como resultado la multiplicidad de movimientos feministas que han ido ganando voz y fuerza, en la materialización de un movimiento feminista popular que se pronuncia desde los diferentes contextos de América Latina para el mundo. A continuación, se discuten algunos aspectos relacionados con el uso de las redes sociales y así profundizar en el horizonte de esta figura que estamos tejiendo.

3.2. Mujeres y redes sociales

Tanto en los estudios ciberfeministas (Bentes, 2021; Gazire, 2009; Lamus, 2020; Ruiz-Navarro, 2019; Torres da Silva et al. 2017) como en los ciberactivistas (Di Felice, 2013; Kraus, 2016; Langner et al. 2015), se puede identificar que la llegada de la *web 2.0* hizo que los movimientos militantes ganaran fuerza y representatividad a nivel local, nacional y global.

Para Kraus (2016), los recursos de la *web 2.0* facilitaron la creación y circulación de contenidos por parte de los internautas. Estos recursos plantearon la posibilidad de cuestionar: ¿qué cabe dentro del significado de activismo digital? ¿Y qué características incluiría tal noción? Para Ferreira (2018), el activismo digital o las acciones *en línea* se enfrentarían a la hipótesis de que los fenómenos de comunicación en internet no permiten un debate político riguroso, dado que, de alguna manera, estamos interactuando con lo que queremos ver. Para Di Felice (2013), las redes sociales permiten dos dimensiones que problematizarían las acciones de los activistas: por un lado, el activismo digital como consecuencia de un conflicto político entre los movimientos sociales y el Estado; y por otro, el activismo digital como un entorno ecológico complejo que reúne a diferentes actores humanos y no humanos.

Las cuestiones planteadas son el punto de partida para discutir la relación de las mujeres con las redes sociales en términos de acciones *en línea* o *ciber-acciones*. Así, las *ciber-acciones* nos permiten leer la relación entre mujeres y tecnologías, teniendo en cuenta al menos dos trayectorias: por un lado, las posiciones de la cultura *hacker* y de las mujeres *hackers* frente al

cierre del código fuente de programación en Estados Unidos hacia la década de 1970; y por otro, en las posiciones de las mujeres ciberfeministas de la década de 1990, también conocidas como *Netianas*, que adoptaron la escritura *Cyborg* como referente de sus estrategias tecno-políticas.

Desde la perspectiva hacker feminista el sistema de *copyright* en internet sostiene la producción del *software* neoliberal, es decir, una tecnología que refuerza nuevas relaciones de poder a través de la privatización del conocimiento computacional. A partir de esta premisa, la mayoría de las mujeres hackers han contado con privilegios geopolíticos, socioeconómicos y raciales que les han permitido apropiarse de conocimientos y habilidades informáticas, como la reparación de sus ordenadores y la programación. Además, han sido críticas con el código fuente cerrado y, por lo tanto, no suelen ser usuarias de las redes sociales de los gigantes tecnológicos. Desde su punto de vista, estas plataformas son sistemas informáticos privatizados, por lo que el ‘activismo’ en las plataformas de los gigantes tecnológicos no sería realmente contrahegemónico, ya que toda *cibernética* realizada en el marco de estas lógicas computacionales contribuiría al funcionamiento de su sistema privatizador (Soria-Guzmán, 2021).

Así, pasamos a las experiencias de las mujeres que se han autodenominado ciberfeministas y el papel que juega el *Manifiesto Cyborg* de Haraway (1985) en este tipo de relaciones tecnológicas. Según Aguilar (2008), la noción de *Cyborg* de Haraway parte de la idea de que el cuerpo es textual, ya que “el código genético nos revela que somos escritura” (Aguilar, 2008, p. 23). En este sentido, es precisamente “nuestra naturaleza textual la que puede hacernos libres” (Aguilar, 2008, p. 23), permitiéndonos reescribir lo que somos y los espacios que habitamos.

Para la autora, la biología y la información son esferas que integran la evolución humana, reescribiendo el cuerpo y el lenguaje en lo que Haraway (1985) denomina ‘la traducción del mundo en un problema de códigos’. Así, cuando el sujeto es reducido a un código, a la escritura, deja de ser un sujeto de conocimiento para convertirse en componente biótico, es decir, en un elemento más del circuito integrado de la información.

Entre el *Manifiesto Cyborg* de los años ochenta y los movimientos ciberfeministas de los años noventa, se tendió un puente que revela el contexto mediado por la polifonía de las narrativas feministas, especialmente en relación con las luchas feministas que las precedieron en los años setenta, marcadas por el cuestionamiento de los límites entre lo privado y lo público. Ante la aceleración de las representaciones estereotipadas de las mujeres, surgieron producciones televisivas comunitarias con nuevas subjetividades contrahegemónicas, como documentales educativos y contenidos orientados a los intereses de las mujeres, en los que se prohibían los programas de cocina o belleza, o se presentaban de forma irónica (Gazire, 2009).

Estas prácticas predecesoras evidencian que las luchas políticas de las mujeres se han colectivizado en torno a reivindicaciones específicas, pero han seguido entrecruzándose a lo largo del tiempo (Gargallo, 2019; Lamus, 2020). Por ello, para Gazire (2009), en *las ciber-acciones* se está afianzando una cuarta ola de feminismos, conformada por mujeres *net-activistas*, cuyas luchas se centran en combatir la arbitrariedad simbólica y de sentido, produciendo nuevos procesos de semantización que diseminan otros efectos de sentido y significados sobre lo que significa ser ‘mujer’ en la producción de contenidos contrahegemónicos. La autora señala que existe un ciberfeminismo que no se avergüenza de los principios del feminismo clásico y que



se inspira en olas feministas anteriores, como las cenas entre mujeres, una forma simbólica de romper con el estereotipo de género que sitúa a las mujeres como enemigas.

En suma, no se trata de definir si las *ciber-acciones* en las redes sociales son verdaderamente militantes o no, sino de comprender el espacio ambiguo que movilizan, tanto en la reivindicación de conductas digitales como en la ruptura con los significados hegemónicos asociados a la noción de ‘mujer’, una intervención situada de elementos como género, raza, clase social, nacionalidad, edad, localización geopolítica, que influyen en las formas en que las mujeres se relacionan con las tecnologías desde las geopolíticas del Sur. En otras palabras, el tejido relacional entre mujeres y redes sociales ha dado lugar a un feminismo transnacional, capaz de situarse y dislocarse, fragmentarse y articularse en un movimiento feminista popular (Ruiz-Navarro, 2019).

Con estas inferencias, pasamos a la siguiente sección en donde se trata la relación entre las mujeres y la producción de discursos *en línea*, entendidos como ejercicios de poder, en el sentido de la producción de una positividad intersubjetiva, tejida entre lo discursivo y lo no discursivo, entre una modalidad particular de las topologías digitales como los *posts* o publicaciones.

3.3. Mujeres y discursos digitales

Lo discutido hasta ahora, nos lleva a abordar la relación entre las mujeres y la producción de escrituras de sí, a modo de *posts* o auto-publicaciones *en línea*. Conceptos explorados por Rago (2019), Butturi y Lara (2019), para referirse a las prácticas de escritura *online* que sugieren una producción de saberes, conocimientos y significados que se vinculan a las condiciones de una realidad tecnobiopolítica (Haraway, 2016) y tecnobiodiscursiva (Butturi, 2019).

En las referencias empírico-teóricas de Butturi y Lara (2019) los *posts* digitales presentan una nueva agencia discursiva, como es el caso de los *posts* de usuarios con el Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), en las cuentas @soropositividade y @posihtivides. Para los autores, según un análisis del funcionamiento tecnobiodiscursivo, estas dinámicas son posibles de acuerdo con una topología marcada por la tecnología de los *smartphones*. De este modo, conectan las facilidades de las tecnologías ‘inteligentes’ con el activismo digital, tomando la referencia del acto de resistir como acto de descentralización estratégica. Estos autores, señalan que “el activismo aparece en ausencia de políticas públicas en la década de 1980, donde fueron las ONG las que jugaron un papel central en los movimientos activistas” [... y, en la década de 1990,] el ciberactivismo aparece como ese desplazamiento de la resistencia hacia las redes interactivas digitales” (Butturi y Lara, 2019, p. 90).

Lo que ellos entienden por descentralización del gesto de ‘resistir’ es su desplazamiento hacia nuevas formas de agencia en el mundo digital, las cuales sitúan la discusión sobre el ‘activismo digital’ a partir del punto de vista de un movimiento entre el cuerpo y la política. En otras palabras, este gesto de ‘resistencia’ analizado como una narrativa del yo, a la luz de la lectura foucaultiana de Judith Butler, se produce en la dimensión ética, en la relación del sujeto con la norma como parte de un movimiento que cuestiona “[...] el régimen de verdad y nuestra condición ontológica” (Butturi y Lara, 2019, p. 91).



Para Butler (2021), el ejercicio discursivo está habilitado por una regularidad que implica la asunción de un yo sobre un cuerpo. Sin embargo, este yo existe porque no puede separarse completamente de las condiciones sociales de su emergencia, es decir, del conjunto de normas morales que lo hacen parte de una temporalidad social y que exceden su propia capacidad de narrarse. En otras palabras, “si el yo no está de acuerdo con las normas morales, esto solo significa que el sujeto debe deliberar sobre estas normas, y que parte de la deliberación traerá consigo una comprensión crítica de su génesis social y su significado” (Butler, 2021, p. 19). Por otro lado, esta deliberación implica la necesidad de una reflexividad que nos lleve a contar sobre nosotras mismas, ya que “por mucho que uno quisiera, no es posible liberarse de esta paradójica condición de deliberación moral y de la tarea de contar sobre uno mismo” (Butler, 2021, p. 21).

En este horizonte, son fundamentales las apreciaciones de Rago (2019) sobre la conexión entre los análisis foucaultianos y las propuestas feministas, que se asemejan en dos aspectos: “la crítica a los modos de sujeción promovidos en la modernidad y la búsqueda de otras posibilidades de existencia” (Rago, 2019, p. 1). Este encuentro epistemológico se situaría en la crítica a la medicalización del cuerpo femenino y en las prácticas feministas de libertad, creando así “la activación de ‘políticas de nosotras mismas’, o políticas de subjetividades, a través de las cuales se ha problematizado lo que las mujeres somos y queremos ser, escapando de las mallas del poder” (Rago, 2019, p. 4).

De hecho, Rago (2019) considera que el nuevo régimen neoliberal ha capturado al feminismo como un capital más, definiendo a las mujeres como ‘empresarias de sí mismas’. Por ello, señala que, más allá de esa captura capitalista, las prácticas feministas, como procesos de reflexividad de sí, informan sobre un tipo de transformación que no solo ha tenido lugar en el ámbito político para las mujeres, sino también en la posibilidad de un legado feminista que ha sido crítico y agente de sus propias condiciones de existencia como sujeto relacional. Esta transformación conlleva la tarea urgente y fundamental de que, en última instancia, no hay otro punto de ‘resistencia’ al poder político que en la relación de sí consigo misma, al construirse autónomamente como legado y registro escrito.

De este modo, si retomamos el proceso de diversificación de las ideas feministas que ha tenido lugar en las geopolíticas del Sur, con el uso de las redes sociales, en la producción de *posts* (auto-publicación) como escrituras de sí (Butler, 2021; Butturi; Lara, 2019; Rago, 2019), podemos inferir que la facilidad de auto-publicación otorgada allí, para las mujeres, está atravesada por discursos digitales que no están sueltos o por fuera del entramado digital que los hace posibles. Por lo tanto, las narrativas de sí construidas en estas topologías son rastros de ‘reflexibilidades relacionales’, de ‘políticas de sí mismas’ y de ‘prácticas de libertad’ que las mujeres han ido registrando.

Aunque estos rastros de escrituras de sí pueden indicar que, en las geopolíticas del Sur, existe mayor probabilidad de que las personas que interactúan con alguna plataforma digital, lo hagan, al mismo tiempo, con una diversidad de ideas y luchas feministas, el debate pendiente es sobre cuáles luchas feministas están en las pautas digitales y cuáles no, así como qué mujeres están en el mundo digital y cuáles no. En este contexto, recurrimos a la descripción que hace Galindo



(2022) sobre el movimiento *#MeToo* (2006), conocido por nacer en la red social MySpace y por ser un referente del uso de las redes sociales para denunciar la cultura de la violación en Hollywood, Estados Unidos, a partir de la denuncia de la actriz Tarana Burke:

Se dice que el *Me Too* representa el grito mundial de las mujeres y sale en la portada de la revista Times, aunque miles de mujeres pobres hayan matado a sus violadores, denunciado a sus acosadores y huido de sus torturadores, antes que las estrellas de Hollywood. Ellas, claro está, no son tapa, no son un movimiento digno de ser reconocido ni nombrado, aunque su gesto de valentía haya representado interpelas en soledad al jefe, al patrón y al padre eterno (Galindo, 2022, p. 83).

Como vemos, la reflexión de Galindo (2022) nos permite adicionar un elemento al campo ético de las escrituras de *sí online*, como es el auto-reconocimiento de las contrariedades.

Partimos del hecho de reconocernos, a nosotras y a la otra como mujeres habitadas por profundidad contrariedades; reconocer en nuestro propio interior alianzas autodestructivas, a veces indescifrables, con nuestra opresión, alianzas que nos hacen socapar esas contradicciones que a veces nos convierten en sus cómplices; que otras veces nos conducen a convivir cotidianamente con nuestros opresores. Por esas turbadoras contradicciones hemos escogido el feminismo, empeñadas en la ética de la coherencia entre lo público y lo privado, en el no-totalitarismo de ningún deber ser absoluto, en el camino que nos conduzca siempre y de nuevo al diálogo con la otra; diálogo que me permite entrar dentro de mí misma para no perderme (Galindo, 2022, p. 110).

La autora nos muestra la funcionalidad colonial de las tecnologías respecto a las mujeres en las geopolíticas del Sur y, bajo esta indicación, se comprende que la producción de discursos digitales como escrituras de *sí*, a la que se refieren Butturi y Lara (2019), Butler (2021) y Rago (2019), nos invita a pensar tal relación desde una dimensión ética, que solicita integrar el exterior constitutivo de lo discursivo, es decir, su dimensión relacional-ontológica, en la cual el legado ético de las mujeres nos revela que la primera relación con el poder que debe ser interpelada es la relación consigo mismas.

4. Consideraciones finales

Consideramos que la relación entre mujeres, redes sociales y discursos digitales desde las geopolíticas del Sur es una realidad que debe seguir continuando profundizando. Un primer aspecto trata sobre los términos feministas, con los cuales se describe la relación entre mujeres y tecnologías, pues, como evidenciamos, *ciberfeminismo* y *feminismo hacker*, hacen referencia a experiencias del Norte Global, vinculadas con una apropiación del repertorio feminista hegemónico y el repertorio digital de los años 60 y 90. En este sentido, aún es importante explorar los términos con los que se puedan situar e identificar las experiencias de las mujeres con las tecnologías desde el Sur Global.

Un segundo aspecto requiere continuar desdoblado la discusión sobre el carácter agencial y participativo de los términos *ciber-acciones* y *ciberactivismo*. Teniendo en cuenta que estos

términos pueden contribuir a vincular polos opuestos, como los sugeridos entre las mujeres *hackers* y las mujeres *ciberfeministas*, la revisión de la relación entre mujeres y redes sociales nos muestra que seguimos frente a un nodo gordiano ético, en la asunción de un 'yo tecnológico' cómplice de las tecnologías y capturado por estas, en una condición contradictoria, entre lo vincular/particular y su lógica colonial/capitalista.

Por último, la relación entre mujeres y discursos digitales nos muestra que, en las geopolíticas del Sur, a partir de la difusión de los activismos en las redes sociales desde los años 2014-2015, se instauró la cultura digital de la escritura de sí. Explorar las dimensiones relacionales de la escritura de sí es clave para reconocer el entramado ético tecnobiopolítico y tecnobiodiscursivo mediante el cual se producen las condiciones de posibilidad de las existencias digitales. Estudiar y traer a discusión este entramado puede abrir el espectro digital sobre cuáles luchas feministas o qué mujeres aparecen en la pauta digital y cuáles no. Así, es necesario hackear y despatriarcalizar el sistema colonial-tecnológico en el que estamos inmersas, reconociendo que la primera relación de poder a ser intervenida es la que mantenemos con nosotras mismas y con nuestras prácticas digitales.

CONTRIBUCIÓN DE LAS AUTORAS

Ana Sofia Pabón Chaves:

Escritura – borrador original – Preparación, creación y/o presentación del trabajo publicado, específicamente la redacción del borrador inicial (incluida la traducción sustantiva).

Escritura – revisión y edición – Preparación, creación y/o presentación del trabajo publicado por parte de aquellos del grupo de investigación original, específicamente revisión crítica, comentarios o revisiones, incluyendo las etapas pre- o post-publicación.

Luciana Zucco:

Conceptualización – Ideas; formulación o evolución de los objetivos y metas generales de la investigación.

Escritura – borrador original – Preparación, creación y/o presentación del trabajo publicado, específicamente la redacción del borrador inicial (incluida la traducción sustantiva).

CONFLICTO DE INTERESES

Declaramos que no hay conflicto de intereses.

FINANCIAMIENTO

No hubo financiamiento para esta investigación.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Teresa. **Ontología Cyborg. El cuerpo en la nueva sociedad tecnológica**. Barcelona: Gedisa, 2008.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: La nueva mestiza**. Traducción por Carmen Valle. Madrid: Capitán Swing Libros S.L, [1987] 2016. Disponible en: <https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Giro_descolonizador/Frontera-Gloria_Anzaldua.pdf>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- BARAD, Karen. Diffracting Diffraction: Cutting Together-Apart. **Parallax**, v. 20, n. 3, p. 168-187, 2014. Disponible en: <<https://doi.org/10.1080/13534645.2014.927623>> . Acceso en: 28 mar. 2025.
- BENTES, Ana Christina. Produção textual em blogs feministas: uma abordagem sociocultural. **Universidade de Campinas: UNEB**, Campus V. 27 de maio 2021. 1 vídeo (1h 26min). [Live]. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=9Q0XHDZlsTQ>>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética**. 1. Ed; 5. reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2021.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, p. 637-657, maio 2019. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/010318138655542019582>>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. LARA, Camila, de Almeida. Ativismo digital, tecnogênero e *ethos*: o instagram e os relatos de soropositividade. **Em Discurso 2: Pesquisar com gêneros discursivos: problematizando mídias e ambientes**, p. 83-104, 2019.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio; CAMOZZATO, Nathalia. Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In: **Cosmopolítica e Linguagem**, GORSKI, Cristine Severo; BUZATO, Marcelo El Khouri (Org.). São Paulo: Letraria, 2023, p. 77-95. Disponible en: <https://www.academia.edu/104568174/CAP%C3%8DTULO_Proleg%C3%B4menos_a_uma_an%C3%A1lise_neomaterialista_dos_discursos>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- BLANCO, Mercedes. Autoetnografía: una forma narrativa de generación de conocimientos. **Andamios**, v. 9, n. 19, p. 49-79, 2012. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/628/628_24428004.pdf>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- BRAIDOTTI, Rosi. **Lo Posthumano**. Editorial Gedisa: Barcelona, 2015.
- CALIXTO, Aitza. Pulso autoetnográfico: La urgencia de un enfoque afectivo para la antropología social. In: GONZÁLES, Alma. et al., **Etnografías afectivas y autoetnografía: Tejiendo nuestras historias desde el Sur**, 2022, p. 57-69. Disponible en: <<https://generoymetodologias.org/media/publicaciones/archivos/EtnografiasAfectivas.pdf>>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115_241010.pdf>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Ediciones Brecha lesbica y en la frontera, Bogotá: Colombia, 2013. Disponible en: <<https://glefas.com/wp-content/uploads/2024/04/preview-La-Nacion-Heterosexual.-Ochy-Curiel.pdf>>. Acceso en: 28 mar. 2025.
- CURIEL, Ochy. El feminismo Decolonial. Prácticas Políticas Transformadoras. In: **Conferencia y debate: “El Feminismo Decolonial Latinoamericano y Caribeño. Aportes para las Prácticas Políticas Transformadoras”**.

CICODE UGR y Asociación Solidaria Andaluza de Desarrollo (ASAD). 7 de nov. 2016. 1 vídeo (1h 09:17 min) [Live]. Disponible en: <<https://youtu.be/B0vLlncsg0>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013. Disponible en: <<https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/69406>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

FALCONI-PIRES, Livia; LOURENÇO, Julia. Twitter ontem e hoje: observações metodológicas críticas. **Heterotópica**, [S.I.], v. 4, n. Especial, p.36-52, 2022. Disponible en: <<https://orcid.org/0000-0001-8571-8879>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

FERREIRA, Suely. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3133-3136, 2018. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.21122018>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Les anormaux**. (aula de 19 de março de 1975). França: Paris, Seuil, 1999.

GALEANO, Eumelia. **Estrategias de investigación social cualitativa**. El giro en la mirada. Medellín: La carreta Editores E.U, 2012.

GARGALLO, Francesca. **Reflexiones en torno a ideas y prácticas del entre-mujeres a principio del siglo XXI**. México: Librería La Cosecha San Cristóbal de las Casas, 2019.

GAZIRE, Marina. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponible en: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/5260>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexis-mo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, [1985]. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Disponible en: <<https://vidaboa.redelivre.org.br/files/2018/03/ANTROPOLOGIA-DO-CIBORGUE.pdf>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponible en: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016. Disponible en: <<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

HINE, Christine. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. New York: Routledge. 1, ed, p, 240. 2015.

KRAUS, Caroline. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, vol. 30, p. 297 – 312, 2016. Disponible en: <[https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2499](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2499)>. Acceso en: 28 mar. 2025.



LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas. In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 2015, Santa Maria. **Memórias eletrônicas...** / RS UFSM: Universidade Federal de Santa Maria. Disponible en: <http://www.ufsm.br/congresso_direito/anais>. Acceso en: 28 mar. 2025.

LAMUS, Doris. La irrupción de una nueva ola feminista: ¿la cuarta ola? **La manzana de la discordia**, v. 15, n. 2, p. 1- 26, 2020.

LEMO, André. Dataficação da vida. In: Dossiê: Digitalização e dataficação da vida: Pervasividade, Ubiquidade e Hibridismos Contemporâneos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. Disponible en: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

MARTINS, Leda. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

ÑAUPAS, Humberto; MEJÍA, Elías; NOVOA, Eliana; VILLAGÓMEZ, Alberto. **Metodología de la investigación**. Cuantitativa-Cualitativa y Redacción de la Tesis. Bogotá: Ediciones de la U, 2014.

OCHOA, Karina. Feminismos descoloniales. **Ciclo la Otra Política**, Centro Internacional Otras Voces en Educación de Venezuela, 2020, Venezuela: 13 de oct, 2020. 1 vídeo (1h:33min). [Live]. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=neRrBoGiuLE>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

ORTIZ, Nidia. **Ciberfeminismo en Colombia: ¿En la desconexión o el enredamiento?** Dissertação de mestrado (Mestra em Estudos de Gênero) – Faculdade de Ciências Humanas – Escola de Estudos de Gênero, Bogotá, D.C. Universidade Nacional de Colômbia, 2014. Disponible en: <<https://repositorio.unal.edu.co/52736250.2014.pdf>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, Bogotá: La frontera, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Julia Lourenço (Org). Traducción: Roberto Baronas. São Paulo: Pontes Editores, 2021.

PINTO, Joana. Sobre discurso feminista em publicações: A Política do Grupo Transas do Corpo. **Estudos Feministas**, v. 12, p. 106-114, 2004. Disponible en: <<https://www.redalyc.org/pdf/381/38114353012.pdf>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. 1-11, 2019. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180515>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

RUIZ-NAVARRO, Catalina. **Las mujeres que luchan se encuentran**. Manual de feminismo pop latinoamericano. Bogotá: Penguin Random House, 2019.

SORIA-GÚZMAN, Irene. Mujeres hacker, saber-hacer y código abierto: tejiendo el sueño hackfeminista. **Liminar Estudios Sociales y Humanísticos**, v. XXI, n. 1, p. 57-74, 2021. Disponible en: <<https://doi.org/10.29043/liminar.v19i1.806>>. Acceso en: 28 mar. 2025.

SIBILIA, Paula. **El hombre postorgánico**. Cuerpo, subjetividad y tecnologías digitales. 3ra. Ed. Reimpressão. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, [2005] 2013.



SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Brasileira. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

TORRES DA SILVA Marisa; MAGALHÃES Mara; MAROPO, Lúcia. Feminismo online no Brasil e em Portugal: um mapeamento do ativismo no Facebook. In: **Congresso IBERCOM**, XV. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22583/1/Feminismo%20online%20no%20Brasil%20e%20em%20Portugal%20-%20pp.%202815-2836.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

UNESCO; BID e OCDE. **Los Efectos de la IA en la vida laboral de las mujeres**. 2022, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18235/0004055>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

VÉLIZ, Carissa. “The Internet and Privacy”. In: David Edmonds (Edit). **Ethics and the Contemporary World**. Abingdon: Routledge, p. 149-159, 2019. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/VLITIA.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2025.





Assimetrias, obscurecimentos e inversão: das relações de agir, saber e poder entre o “usuário” e a “máquina”

Michelle Gomes Alonso Dominguez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0794-2514>

E-mail: michelle.alonso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a interação entre o usuário e as tecnologias digitais contemporâneas, a partir das relações de agir, de saber e de poder em que estão envolvidos. Identificando a assimetria que constitui tais relações, são observados movimentos de obscurecimento dessas diferenças que invertem os sentidos e reforçam a manutenção de dominação. Compreendidos como estratégia ideológica, esses obscurecimentos são produzidos tanto discursivamente quanto pela própria infraestrutura digital. De caráter multidisciplinar, o estudo integra diferentes áreas do conhecimento dedicadas às relações entre sociedade e linguagem, como Análise do Discurso, Comunicação, Antropologia e Sociologia, apoiando-se em pesquisadores como Fairclough (2003, 2016), Paveau (2021), Salgado (2021), Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020) e Thompson (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Tecnologia; Sociedade; Poder.

Asymmetries, obscurities and inversion: on the relationships of action, knowledge and power between the ‘user’ and the ‘machine’

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the interaction between the user and contemporary digital technologies, examining the relationships of action, knowledge and power involved. By identifying the asymmetry inherent in these relationships, the study observes processes that obscure these differences, thereby reversing meanings and reinforcing domination. Understood as an ideological strategy, these obscurations are produced both discursively and by the digital infrastructure itself. Multidisciplinary in nature, this research integrates various fields dedicated to the interactions between society and language, such as Discourse Analysis, Communication, Anthropology, and Sociology, drawing on scholars such as Fairclough (2003, 2016), Paveau (2021), Salgado (2021), Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020), and Thompson (2011).

KEYWORDS: Discourse; Technology; Society; Power.



1. Introdução

Memória ilimitada vs. velocidade permanente; acesso à informação vs. propagação de *fake news*; comunicação todos-todos vs dinâmica de *influencers*; acesso ilimitado vs. personalização, esses são apenas alguns dos paradoxos que constituem as interações na *web* e, de acordo com Leticia Cesarino (2022, p. 107), há uma “reciprocidade assimétrica e invertida entre usuários e algoritmos” que está na base de muitos deles. Partindo de tal premissa, a investigação de discursos nativos digitais (produzidos, circulados e consumidos *online*) demanda a consideração de tais assimetrias, posto que elas posicionam o usuário/sujeito na interação, bem como delimitam o espaço da máquina¹ nesta discussão.

Como analista do discurso, interessam-me sobremaneira as questões relacionadas à constituição/manifestação dos sujeitos no discurso, e não é de hoje que as tecnologias digitais vêm impondo dificuldades a essa reflexão. Tanto é assim que, a despeito do reconhecimento dos limites enfrentados por concepções pré-digitais na compreensão de sujeitos em interação digital, não são muitos os estudos que se arriscam em tal empreitada. E este artigo é mais um deles. Proponho-me, no entanto, a uma tarefa que considero essencial para que o debate avance: refletir (i) sobre as assimetrias, na relação e nos saberes, entre usuário e máquina; (ii) sobre os obscurecimentos que reforçam tais assimetrias; (iii) sobre os modos de discursivização que os apoiam. Para tanto, o artigo se divide em três seções, nas quais são consideradas, respectivamente, as relações de agir, de saber e de poder. Na primeira delas, parto da relação entre os sentidos de usuário e sujeito para reconhecer uma inversão de expectativa de agência e uma diferença na posição das entidades em relação; na sequência, são apreciadas as divergências entre saberes de usuário e máquina, reconhecendo-se a alienação técnica como projeto inscrito na arquitetura digital; por fim, os obscurecimentos infraestruturais e discursivos são interpretados como relações de poder assimétricas alimentadas por estratégias ideológicas.

A perspectiva epistemológica que me orienta na reflexão sobre os fenômenos é da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003, 2016). A partir dela, estabeleço diálogo com outras discursistas, Salgado (2021) e Paveau (2021), e com pesquisadores de outras áreas do conhecimento interessadas nas relações entre tecnologia, sociedade e poder, como Lemos (2021), Cesarino (2022), Zuboff (2020) e Thompson (2011).

2. Das relações de agir

Em português, como em outras línguas², os termos que nomeiam a pessoa que acessa a internet registram a agência do indivíduo, seja como responsável pela “navegação” (inter + **nauta**), seja pela identificação de alguém que faz uso de um objeto ou serviço (**usuário**). Como seres em

¹ Uso o termo neste artigo não como referente aos aparelhos (computadores, *tablets*, *e-readers*, *smartphones*, *smartwatches* etc.), mas como metonímia dos sistemas infraestruturais das plataformas e aplicativos.

² Em espanhol, os termos são os mesmos; em inglês, “*internet user*” ou “*netizen*” (que combina “*net*” e “*Citizen*”); em francês, “*Internaute*” (combinação de internet com o sufixo *-aute*, indicando alguém que “navega” na internet), em alemão, “*Internet-nutzer*” ou “*Internetbenutzer*” (onde *nutzer* e *benutzer* significam “usuário” em alemão).



interação linguística (com outros humanos ou com a máquina), esses usuários recobrem-se em sujeitos e, em qualquer abordagem de Análise do Discurso, estão submetidos ao poder.

Para Foucault (1996), o sujeito é um produto das relações de poder e das práticas discursivas que operam na sociedade. Como efeito de dispositivos de poder e saber, ele é constituído por práticas discursivas e de controle. Em sentido semelhante, mas a partir de relações diferentes, Pechêux (1983) concebe o sujeito como entidade não autônoma, “assujeitado” pelas formações discursivas que lhe preexistem e posicionado em discursos que refletem as estruturas de poder e as ideologias em que está inserido. Algum espaço de agência é reservado ao sujeito na perspectiva de Fairclough (2016), para quem, embora seja moldado pelas estruturas de poder, o sujeito mantém algum espaço de negociação e contestação dessas influências porque atua no nível dos eventos sociais. Como se vê por esse brevíssimo e simplificado compilado conceitual, qualquer rota que se adote na elaboração do sujeito nos conduz ao reconhecimento inescapável dos atravessamentos sócio-históricos de sua constituição e abre uma primeira fresta de desconfiança sobre a agência e a autonomia desses usuários/internautas.

Expondo a necessidade de reformulação conceitual dos estudos discursivos a partir da virada digital, Marie-Anne Paveau (2021) inaugura uma Análise do Discurso Digital que compreende os discursos nativos digitais como compósitos de linguagem e técnica entre humano e máquina. Assim, Paveau (2021, p. 31) defende “uma perspectiva ecológica e integrativa que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções languageiras” e, entre as reformulações conceituais que elabora, interessa ao debate aqui proposto a seguinte:

Chamo de ambiente o conjunto de dados humanos e não humanos dentro dos quais os discursos são desenvolvidos. A noção de ambiente é para mim uma alternativa crítica à de contexto comum na análise do discurso, bastante centrada em parâmetros sociais, históricos e políticos. Esta noção é consistente com uma abordagem ecológica da produção de enunciados, implicando que o objeto de análise não é mais apenas o enunciado, mas todo o sistema no qual ele é produzido. Na análise do discurso digital, a noção de ambiente é central, pois dá conta dos aspectos compósitos (tecnolinguísticos e tecnodiscursivos) dos discursos: a tecnologia não é um simples “suporte”, mas sim um componente estrutural dos discursos. O agente enunciativo está distribuído no ecossistema digital (Paveau, 2013, p. 142) (tradução nossa).³

Reconhecida como parte constitutiva dos discursos, nessa perspectiva, a tecnologia compartilha com o sujeito a agência enunciativa. Temos aqui um desdobramento interessante, posto que, como toda ferramenta técnica, os recursos cibernéticos são criados pela humanidade e, nesse sentido, são atravessados pelas mesmas estruturas de poder que constituem os sujeitos. Mas, diferentemente destes, aqueles são recursos elaborados em decorrência de interesses

³ *J'appelle environnement l'ensemble des données humaines et non humaines au sein desquelles les discours sont élaborés. La notion d'environnement est pour moi une alternative critique à celle de contexte courante en analyse du discours, plutôt centrée sur les paramètres sociaux, historiques et politiques. Cette notion est cohérente avec une approche écologique de la production des énoncés, impliquant que l'objet d'analyse n'est plus seulement l'énoncé mais l'ensemble du système dans lequel il est produit. Dans l'analyse du discours numérique, la notion d'environnement est centrale puisqu'elle rend compte des aspects composites (technolangagiers et technodiscursifs) des discours : la technique n'est pas un simple « support » mais bien un composant structurel des discours. L'agent énonciatif se trouve distribué dans l'écosystème numérique*

socioeconômicos hegemônicos. Em tempos de capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), é importante ter clareza de que a internet e a *web* são artefatos técnicos estruturados a partir de uma lógica neoliberal capaz de monetizar informação, atenção e afetos.

Promovida pela captação e análise de dados, tal monetização desloca o usuário do papel social de cliente para o de mercadoria. Afinal, a relação comercial efetiva se dá entre as *big techs*⁴ que controlam o mercado e outras empresas – estas, sim, clientes – interessadas em explorar o processamento de dados. Do ponto de vista da relação comercial, parece-me inegável que somos o produto e, portanto, “coisa” valorada e submetida aos atores do mercado. Na perspectiva da interação, entretanto, não somos inertes. Afinal, são os usuários que criam os conteúdos gerenciados pelas plataformas, que curtem, compartilham, clicam, lincam, postam etc. Essas ações podem ser compreendidas como enunciados compósitos sujeito-máquina, conforme Paveau (2021), mas vou propor uma abordagem distinta que pensa essa relação/integração a partir de uma assimetria fundante que os coloca em posições diversas.

De acordo com Cesarino (2022, p. 89), “os ambientes das novas mídias são construídos a partir de um pressuposto inverso [...] o usuário humano não é o agente, mas o ambiente, para a agência de sistemas não humanos”. Pensarmos-nos como ambiente para a agência de outros seres/entidades pode ser desconcertante – apesar de sabermos, esquecemo-nos com frequência de que somos ambiente para um universo de bactérias e micro-organismos –, especialmente se consideramos uma agência maquinica. Mas de que outro modo pensar nossa interação com a arquitetura algorítmica que estrutura as plataformas?

Como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (van Dijck; Poell; Waal, 2020, p. 4), as plataformas atuam transformando ações em dados quantificáveis, permitindo amplo rastreamento e análises preditivas. E o “motor desse processo de uso dinâmico de dados são os sistemas algorítmicos altamente performativos” (Lemos, 2021, p. 195). Na *web*, a série de instruções, raciocínios e operações que os algoritmos realizam visa à manutenção do usuário em interação constante com a máquina, pois é a partir dela que se gera valor.

A manutenção do engajamento do usuário depende do conhecimento sobre seus interesses e gostos, o que, por sua vez, depende de que essas informações sejam colhidas a partir dos rastros de sua navegação. Para que os dados sejam colhidos, é importante manter a atenção e a interação do usuário, o que, por sua vez, é conquistado a partir de um ambiente de navegação que atenda especificamente aos interesses desse usuário, gerando um ciclo infinito de retroalimentação entre coleta de dados-personalização e coleta de dados (Dominguez, no prelo).

Nesse ciclo, observamos o algoritmo aprendendo e aperfeiçoando suas habilidades a partir de um ambiente-usuário que o alimenta a cada gesto. Como qualquer ambiente, o usuário não é passivo. Afinal, o agente-máquina depende de sua interação para se desenvolver. A questão

⁴ Termo usado para nomear as gigantes (Google, Apple, Microsoft, Meta, Amazon) que monopolizam o mercado digital e, conseqüentemente, a exploração e o controle de dados.



aqui é compreender essa interação por uma perspectiva nova, em que as ações humanas estão a serviço da agência desses sistemas; a tal ponto que podemos mesmo nos questionar se as ações foram nossas ou foram instruções da máquina. De uma forma ou de outra, o sucesso dessa interação depende de uma experiência ativa do usuário, que deve interagir com a infraestrutura a partir de um imaginário de autonomia e liberdade – como na “ilusão do um”, em Authier-Revuz (1995).

Há, portanto, em toda a arquitetura das plataformas um obscurecimento dessa relação no sentido de dissimular a agência do sujeito. Elementos clicáveis de toda ordem, *affordances* de busca, compartilhamento etc. criam uma experiência interativa que simula a agência do usuário. É ele quem decide se vai curtir ou não a postagem que viu, se vai compartilhar aquele conteúdo de que tanto gostou; é ele quem digita as palavras na busca ou a pergunta que faz à IA; é ele quem decide os itens de compra que vai colocar no carrinho do *app* do mercado. Mas quem (ou melhor, o que) hierarquizou as postagens na rede social e enviou a leitura? Quem/o que completou as palavras da busca, fez o recorte das várias respostas possíveis e as apresentou em determinada ordem? Quem/o que anunciou uma superpromoção imperdível? Em todos os casos, os gestos do usuário são contornados pelo algoritmo, de modo a criar uma ilusão que inverte os papéis de agente e ambiente em função da eficácia do ciclo, gerando a experiência de agência do usuário em um ambiente digital.

Desse modo, estou propondo um pequeno deslizamento na proposta de Paveau (2021), no sentido de considerar que, para além de afirmar que o discurso digital se funda na coemergência enunciativa entre usuário e técnica, é imprescindível levar em conta a assimetria e a dissimulação envolvidas nessa interação. O elemento técnico não apenas compõe a linguagem – no sentido do composto em Paveau –, ele é agente em um ambiente-usuário que com ele compõe o ecossistema digital elaborado de modo a garantir uma experiência invertida.

3. Das relações de saber

O que fundamenta a assimetria invertida, apresentada na primeira seção, é um modelo de negócio baseado no comércio de informação passada, presente e futura, elaborada a partir da conversão de toda e qualquer ação do usuário em dados digitais rastreáveis. Diferentemente do que se costuma pensar, o interesse não é por nossas informações pessoais cadastrais (cpf, telefone, endereço etc.), mas por nossos traços mais subjetivos, nossos gostos, nossas experiências de vida, nosso deslocamento pela cidade etc.; tudo o que nos compõe como cidadãos, eleitores, trabalhadores, consumidores suscetíveis.

Os dados... a mais importante moeda do chamado capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), que vive tanto do que voluntariamente oferecemos, quando preenchemos formulários de toda sorte, quanto dos resíduos de navegação, a atividade de que nem temos consciência e que revela hábitos e disposições, viabilizando as previsões que constituem o *marketing one to one*, ultrapersonalizado, ultrapreciso no seu modo de oferecer um certo produto ou serviço no exato momento em que se calculou que se está especialmente suscetível de aderir a ele (Salgado, 2020, p. 18).

Como “conjunto de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados para realizar previsões” (Lemos, 2021, p. 194), a dataficação é um ingrediente indispensável à compreensão das relações contemporâneas. A questão é que, se por um lado sabemos de sua importância, por outro, como usuários, pouco conhecemos sobre seu funcionamento. Cesarino (2021, p. 198), apresenta uma descrição bastante ilustrativa dessa discrepância:

Do ponto de vista do usuário, o botão “curtir” do Facebook serve para indicar concordância etc. Do ponto de vista da plataforma que o criou, esse botão é um *input* para a clusterização dos usuários com outros visando o microdirecionamento de anúncios, além de *plug-in* para APIs que permitem compartilhar dados dos usuários com outros *sites*.

Cada gesto de interação do usuário é experimentado nessa infraestrutura como uma produção enunciativo-discursiva, seja com outros usuários (como nas redes sociais), seja com a máquina, em interações com IA generativas, como o ChatGPT. Na esfera do usuário, curtir e compartilhar um conteúdo são atos enunciativos; fazer uma pergunta ou pedir uma informação ao ChatGPT, também. Na esfera da máquina, entretanto, não há apenas gestos ou produção enunciativa. Há conversão de tudo em dados que alimentam sistemas algorítmicos diversos, criados com a função de gerar lucro para as empresas. E quando digo “tudo”, exponho a diferença brutal em relação aos saberes: o usuário nada (ou pouco) sabe sobre como seus gestos são codificados pelo sistema; o aparato técnico das plataformas, por sua vez, sabe até do que os usuários não têm consciência. É essa assimetria em relação aos saberes do que acontece “da tela pra cá” ou da “tela pra lá” que sustenta, simultaneamente, uma experiência de usuário ativa, individualizada e empoderadora e a força político-econômica das grandes corporações da indústria *tech*.

A alienação técnica do usuário é, obviamente, projetada pela própria infraestrutura digital, pois ela atende aos interesses das empresas. A essa dimensão técnica são associados valores produzidos pela própria experiência do usuário com a materialidade do artefato e pelas diversas instâncias sociais que abordam o tema (mídia, academia, empresas etc.). Luciana Salgado (2020, p. 20) observou essa relação a partir da concepção de psicoesfera, do geógrafo Milton Santos:

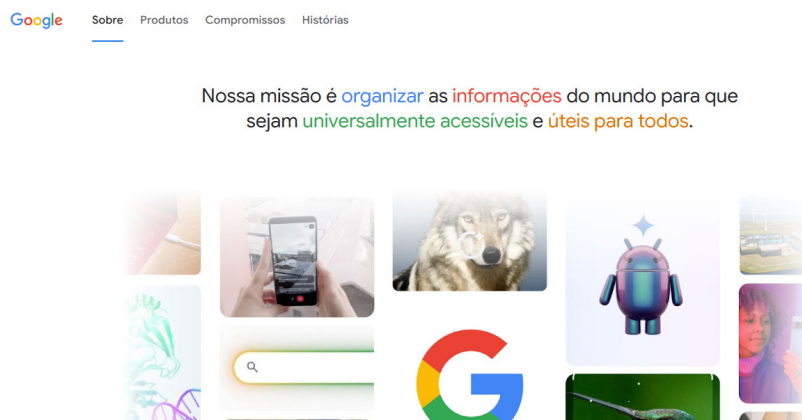
Milton Santos propõe compreendermos que, pela primeira vez na história da humanidade, temos uma técnica que se distribui por todo o globo, uma tecnoesfera de diferentes densidades nas diferentes partes do globo, mas que toma todo o planeta distribuindo informação, coletando informação, cruzando dados, cruzando dados, cruzando dados... e produzindo as “verdades” que geram “engajamento”. Segundo o autor, à tecnoesfera corresponde uma psicoesfera, um conjunto de valores, crenças, sonhos... uma espécie de “grande sentimento de mundo” que não só deriva dos usos da tecnoesfera como recai sobre ela, demandando ajustes ou transformações.

Não pretendo explorar aqui todos os desdobramentos da psicoesfera vinculada à tecnoesfera contemporânea. Mas é importante observar que a assimetria nas relações de saber entre usuário e máquina se apoia em uma psicoesfera de neutralidade das tecnologias digitais, que as compreende pelo campo semântico da “ferramenta” e do “serviço”. Já me referi, neste artigo, a termos, como “navegação” e “busca”, como reforçadores de um imaginário de agência do usuário.



Ao fazerem isso, tais expressões – e tantas outras similares – contribuem com a crença de que a *web* é um espaço neutro, cujos recursos estão à nossa disposição. Segundo esse imaginário, uma busca no google seria como entrar em uma biblioteca que contém toda a informação produzida no mundo organizada por palavras-chave; ou seja, é a agência do usuário que produz os resultados pela busca, sendo a empresa apenas o repositório. Vejamos como a própria empresa se define:

IMAGEM 1. Sobre a Google (captura de tela)

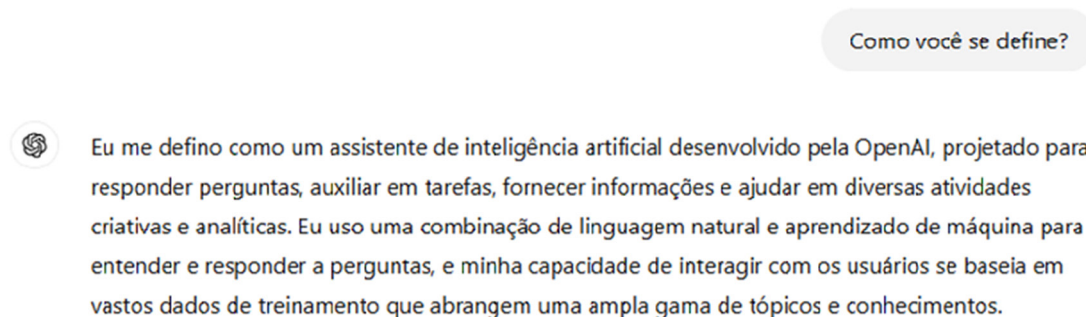


Fonte: Google (acesso em: 01/11/2024)

Na definição de sua missão, a empresa se compromete a “organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”. Nesse sentido, a empresa se coloca como uma ferramenta de organização (“organizar”) da totalidade de informações existentes (“das informações do mundo”) a serviço de todos (“universalmente acessíveis e úteis a todos”). O sentido de ferramenta é elaborado aqui a partir da imparcialidade implícita na descrição pela integração das expressões “do mundo”, “universalmente” e “para todos” que retiram da empresa qualquer interesse particular. Como ferramenta de organização, a plataforma afirma ainda que seus critérios atenderão à finalidade (“para que”) de acessibilidade e utilidade universais.

De modo equivalente, ao ser perguntado sobre como se define, o ChatGPT deu a seguinte resposta:

IMAGEM 2. Pergunta ao ChatGPT (captura de tela)



Fonte: ChatGPT (acesso em: 01/11/2024)

Definindo-se como “assistente”, a plataforma coloca-se como ferramenta a serviço do usuário para “auxiliar”, “ajudar” e, desse modo, neutraliza sua posição de agente. Ainda que esclareça sobre o fato de que sua “capacidade de interagir com os usuários se baseia em vastos dados de treinamento”, o ChatGPT mantém preservada sua imagem de neutralidade por vincular sua interação com o usuário a dados, categoria muitas vezes associada a uma racionalidade numérica imparcial.

Como se vê pelos exemplos, as plataformas dissimulam discursivamente sua neutralidade, apresentando-se como ferramentas (objetos inanimados concebidos para facilitar a realização de uma tarefa) que servem à ação e aos interesses do usuário. Desse modo, ofuscam o fato de que seus algoritmos seguem parâmetros desenvolvidos em função da monetização das plataformas, contribuindo assim para a alienação técnica dos usuários.

Esse imaginário de neutralidade das plataformas se conforta ainda em uma concepção de imparcialidade dos dados que vem sendo apropriada não só pelo senso comum, mas por diversas áreas científicas. Concebidos como transparentes, os dados e a correlata análise máquina são equivocadamente tratados como “neutros, racionais e eficientes” (Lemos, 2021, p. 198):

Sabemos que não há dados brutos e que o algoritmo é uma escrita e, como toda escrita, produz enviesamentos (Couldry 2020; Kitchin 2014b; Mayer-Schönberger e Cukier 2013). Como os dados são coletados e tratados como se fossem brutos, e como esses algoritmos funcionam como uma inteligência técnica e racional (logo neutra), a dataficação e a performatividade algorítmica seriam “a” maneira de conhecer e gerir a vida no planeta (idem).

Assim, por meio de um imaginário de neutralidade dos dados e das plataformas, vem se produzindo uma dataficação da sociedade, da natureza, do conhecimento e, em última instância, da vida (Lemos, 2021), que, simultaneamente, aprofunda as diferenças entre os saberes do usuário e da máquina e obscurece os interesses envolvidos na programação dos sistemas de captação e tratamento dos dados.

4. Das relações de poder

Observamos nas seções anteriores como as assimetrias entre usuário-ambiente *vs.* máquina agente / ignorância de usuário *vs.* onisciência da máquina são constitutivas da interação humana com as tecnologias digitais e são dissimuladas pela infraestrutura e pelos discursos em sentidos invertidos. A primeira questão a se notar aqui refere-se ao fato de que relações assimétricas devem ser compreendidas como relações de poder e de dominação. Nas palavras de Thompson (2011, p. 73):

Podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Diante da performatividade maquínica desenvolvida na interação com um ambiente-usuário, é inevitável reconhecer a assimetria sistemática envolvida nessa relação. Como ambiente, a ação/poder humana fica submetida à agência de uma infraestrutura técnica que se desenvolve em seu próprio benefício, no sentido de aprimorar seus mecanismos no exercício de poder – “tratamento e análise dos dados para fazer inferências, gerar recomendações e auxiliar na tomada de decisão” (Lemos, 2021, p. 195). Não me parece haver outra forma de nomear tal relação que não seja pela dominação.

Como qualquer outra relação de poder e dominação, essa também está submetida aos padrões da hegemonia, cujo principal compromisso é o consentimento ativo dos dominados, que passam a incorporar em suas práticas todo um sistema de crenças que mantém e conserva as relações de dominação (Gramsci, 1978). A alienação técnica dos usuários, a dissimulação de sua agência e o reforço técnico e discursivo de um imaginário de neutralidade da máquina podem ser compreendidos, portanto, como estratégias ideológicas – no sentido que Thompson (2011) dá ao termo – de manutenção dessas relações de poder.

Partindo de uma concepção crítica de ideologia, Thompson (2011, p. 79) atribui ao termo um sentido negativo (enganador, ilusório ou parcial), definindo-o “em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Compreendidas como um amplo espectro de ações, falas, imagens e textos reconhecidos como constructos significativos, as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder de variadas maneiras:

Há inúmeros modos em que o sentido pode servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação, e nós podemos responder a essa questão de uma maneira apropriada somente prestando atenção cuidadosamente à interação entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social. [...] aqui, pode ser útil identificar certos modos de operações gerais da ideologia e indicar algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica (Thompson, 2011, p. 80).

O teórico apresenta cinco modos gerais (não exclusivos) de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Em vista do que foi elaborado anteriormente nas relações de agir e saber, interessa-me aqui, especialmente, o modo da dissimulação. Como um *modus operandi* da ideologia, a dissimulação oculta, nega ou obscurece relações de dominação a partir de representações elaboradas por estratégias linguísticas, como o deslocamento, o eufemismo e o tropo (sinédoque, metonímia e metáfora).

Observado pelo uso de termos, como “usuário”, o deslocamento é uma estratégia que se dá quando um termo passa a ser associado a um referente distinto de seu uso original. Antes da virada digital, a palavra “usuário” definia apenas aquele que usa uma ferramenta ou serviço, sendo, portanto, recoberto pelos sentidos de agente e beneficiário da ação. Deslocado para nomear a pessoa em interação com as plataformas e aplicativos, o vocábulo recobre a entidade com os sentidos originais do termo e, simultaneamente, encobre a agência da máquina e os potenciais malefícios dessa interação. De modo semelhante, o sentido de “serviço” que as plataformas atribuem a si constrói uma imagem altruísta positiva, com base em um eufemismo

que recobre a relação de exploração algorítmica; e os tropos de “navegação”, “universalidade” etc. estabelecem a imagem de neutralidade e imparcialidade que invisibilizam a agência e os interesses das plataformas.

Assim, em interação com o usuário, as máquinas assumem uma posição de poder – de agir e de saber – articulada pela própria infraestrutura algorítmica das plataformas e dos discursos associados às tecnologias. Compreendida como dominação, tal relação é estabelecida e sustentada por formas simbólicas ideológicas que a dissimulam em sentidos invertidos, atribuindo agência ao usuário e neutralizando a performatividade da máquina. É nesse sentido que contribuem para a instituição do que se tem convencionado chamar *colonialismo de dados*:

O epistemicídio não recai somente à racialidade, também integra o regime de verdade da colonialidade que está justaposto com práticas acríticas e normalizadas pelas infraestruturas de submissão que se baseiam na alienação técnica e são fundamentais para o ordenamento neoliberal em uma sociedade fortemente dataficação (Silveira, 2021, p. 35).

E assim, erguida sobre a negação e o apagamento das relações de poder e saber, a colonialidade se amplia às tecnologias mantendo o padrão mundial de poder capitalista.

5. Considerações finais

Como aparato técnico circunscrito sócio-historicamente, a tecnologia digital se constitui a partir de uma hegemonia capitalista à qual atende. É técnica desenvolvida por monopólios empresariais em função do lucro e dos poderes comercial, político e econômico. É nesse sentido que se conformam em plataformas, cuja arquitetura se institui na captura, no processamento e na análise de dados gerenciada por algoritmos performativos alimentados pela interação com o usuário.

Partindo dessa relação, propus um primeiro deslizamento conceitual, identificando posições distintas de interação entre o usuário e a máquina, sendo o primeiro ambiente para a agência da última. Assimetricamente situadas, essas entidades agem a partir de lugares diferentes, apresentados de modo invertido na infraestrutura algorítmica e nos discursos sobre a máquina, que dissimulam a agência do usuário.

No mesmo sentido, foi identificada a assimetria entre os saberes do usuário e das plataformas. Fundamento do empreendimento das *big techs*, a alienação dos usuários é alimentada discursivamente pelo reforço da neutralidade e imparcialidade da técnica. Altamente performativos, os sistemas digitais contemporâneos se mantêm associados a campos semânticos de “ferramenta” e “serviços” e, assim, ofuscam sua atuação em função da monetização das plataformas.

Tais assimetrias e obscurecimentos nas relações de agir e saber entre usuário e máquina foram interpretadas como relações de poder e dominação, pois invertem a experiência do sujeito por meio de estratégias ideológicas que dissimulam sua agência e autonomia, bem como invisibilizam a atuação da tecnologia. Menos do que um acontecimento, trata-se de um



projeto, posto que a eficácia da dinâmica hegemônica pressupõe o consentimento ativo dos dominados.

Acredito que o caminho, para pensar o sujeito nesse novo paradigma de interação, passa, inevitavelmente, pela compreensão das relações entre o usuário e a máquina que busquei mostrar aqui e, nesse sentido, espero ter contribuído para o debate. Mais do que isso, tentei colaborar com o descortinamento das assimetrias que fundamentam essas relações torcidas na técnica e no discurso para a manutenção do poder e, conseqüentemente, fomentar uma ação de um ambiente-usuário comprometido com a transformação da agência da máquina.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora não tem conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **O sujeito do discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

CESARINO, L. Pós-verdade: uma explicação cibernética. **Revista Ilha** - Dossiê da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/41347109/Pós_verdade_uma_explicação_cibernética_preprint_>. Acesso em: 05/08/ 2020.

CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

DOMINGUEZ, M. G. A. Rel(ações) de resistência nas redes sociais digitais: intertextualidades hegemônicas e comunidades insurgentes. In: DEUSDARÁ, B.; DOMINGUEZ, M.; JOSIOWICZ, A. (Orgs.). **Discurso e Humanidades digitais**: perspectivas interseccionais em debate. Campinas, SP: Ed. Mercado de Letras (no prelo).

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2016.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade e Política. Organização de Daniel Defert e François Ewald; tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE MOS, A. Dataficação da Vida. **CIVITAS** – Revista de Ciências Sociais: Dossiê: Digitalização e dataficação da vida: pervasividade, ubiquidade e hibridismos contemporâneos. Escola de Humanidades: PUCRS, 2021. Disponível em: Dataficação da vida | Civitas: revista de Ciências Sociais. Acesso em: 01/11/2024.

PAVEAU, M-A. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique. **Epistémè**: revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées /, Center for applied cultural science, Korea university, Séoul, 2013, 9, p.139-176.

PAVEAU, M-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.



PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, François; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALGADO, L. S. A dimensão algorítmica dos discursos ou como a língua se textualiza nos mídiuns digitais. *In*: ABREU-TARDELLI, L.; GARCIA, T.; FERREIRA, A. (Orgs.). **Pesquisas em Linguagem**: diálogos com a contemporaneidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: SILVEIRA, S. A., SOUZA, J. e CASSINO, J. F. (Orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia literária, 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. Plataformização. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos 22(1):2-10 janeiro/abril, 2020 Unisinos. Disponível em: DOI: 10.4013/fem.2020.221.01. Acessado em: 10/09/2024.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Trad. de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.





Interacción humanx- *chatbot*: estudio exploratorio sobre variedades lingüísticas, acomodación y desigualdad

Paula Salerno

Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1430-3072>

E-mail: psalerno@unsam.edu.ar

Milagros Vilar

Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9043-0423>

E-mail: mvilar@unsam.edu.ar

RESUMEN

Este trabajo analiza cómo lidian los agentes conversacionales de inteligencia artificial con la diversidad lingüística existente en el ámbito hispanohablante y presenta algunos de los efectos de estas tecnologías en términos de (des)igualdad social. Para ello, realizamos un experimento en el cual interactuamos con dos *chatbots*, ChatGPT y Gemini, con el objetivo de observar si estos agentes conversacionales ajustan, modifican o acomodan su comportamiento verbal de acuerdo a la variedad de español propuesta por lxs usuarixs. Desde un enfoque sociolingüístico, analizamos las acciones de acomodación (y no acomodación) comunicativa de los *chatbots* en la interacción y las ideologías lingüísticas que subyacen a este comportamiento. A partir de los *prompts* diseñados, abordamos dos tipos de acomodación: una léxica y una atinente a rasgos formales. Esto nos permitió evaluar hasta qué punto los agentes conversacionales se acomodan a nuestra variedad de habla rioplatense y explorar las posibles causas de dichos comportamientos. Los resultados exponen que las dinámicas de acomodación varían en cada *chatbot*, aunque en el comportamiento interaccional de ambos hay ciertas limitaciones que dan cuenta de la reproducción de desigualdades preexistentes en nuestra sociedad. Específicamente, el análisis nos permitió identificar ciertos discursos homogeneizantes e ideologías monoglosicas que orientan las decisiones en materia lingüística de estos desarrollos tecnológicos que se proponen como “neutrales”. Finalmente, discutimos los efectos que acarrea la elección de una variedad lingüística para la IA en el mundo hispanohablante y observamos quiénes son los actores e instituciones que intervienen hoy en estas decisiones de política lingüística.

PALABRAS-CLAVE: Sociolingüística; Interacción humano-*chatbot*; Acomodación Comunicativa; Ideologías lingüísticas; Variedades lingüísticas.



Interação humanx-chatbot: estudo exploratório sobre variedades linguísticas, acomodação e desigualdade

RESUMO

Este artigo analisa como os agentes conversacionais de inteligência artificial lidam com a diversidade linguística presente no mundo hispanofalante e apresenta alguns dos efeitos dessas tecnologias em termos de (des) igualdade social. Para isso, realizamos um experimento a partir de interações com dois *chatbots*, ChatGPT e Gemini, com o objetivo de observar se esses agentes conversacionais ajustam, modificam ou acomodam seu comportamento verbal de acordo com a variedade de espanhol utilizada pelas usuárias. A partir de uma perspectiva sociolinguística, analisamos as ações de acomodação (e não acomodação) comunicativa dos *chatbots* durante a interação e as ideologias linguísticas que orientam esse comportamento. A partir dos *prompts* desenhados, abordamos dois tipos de acomodação: uma lexical e outra relacionada a características formais. Essa abordagem nos permitiu avaliar até que ponto esses agentes conversacionais se adaptam à nossa variedade de espanhol rioplatense, assim como explorar as possíveis causas desses comportamentos. Os resultados revelam que as dinâmicas de acomodação variam em cada *chatbot*, embora ambos apresentem certas limitações em seu comportamento interacional que refletem desigualdades preexistentes em nossa sociedade. Especificamente, a análise revelou discursos homogeneizantes e ideologias monoglóssicas que influenciam as decisões linguísticas desses desenvolvimentos tecnológicos frequentemente apresentados como “neutros”. Por fim, discutimos os efeitos da escolha de uma variedade linguística para a IA no mundo hispanofalante e analisamos o papel dos atores e instituições atualmente envolvidos nessas decisões de política linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Interação humano-*chatbot*; Acomodação Comunicativa; Ideologias Linguísticas; Variedades Linguísticas.

Human-chatbot interaction: exploratory study on linguistic varieties, accommodation, and inequality

ABSTRACT

This paper examines how AI conversational agents handle the linguistic diversity of the Spanish-speaking world and explores some of the effects of these technologies in terms of social (in)equality. To do so, we conducted an experiment based on interactions with two chatbots, ChatGPT and Gemini, to observe whether these conversational agents adjust, modify, or accommodate their verbal behavior according to the variety of Spanish used by users. From a sociolinguistic perspective, we analyze chatbots' actions of communicative accommodation (and non-accommodation) during interactions, as well as the underlying linguistic ideologies shaping their behavior. From two designed prompts, we identified two types of accommodation: lexical and formal. This approach allowed us to evaluate the extent to which these chatbots adapt to our Rioplatense Spanish variety, and to explore the potential causes of these behaviors. The results reveal that the dynamics of accommodation differ for each bot, though both exhibit certain limitations in their interactional behavior that reflect the reproduction of pre-existing inequalities in our society. Specifically, the analysis uncovered homogenizing discourses and monoglossic ideologies that influence the linguistic decisions of these technological developments, which are often presented as “neutral”. Finally, we discuss the implications of choosing a specific linguistic variety for AI in the Spanish-speaking world, and we reflect on the role of actors and institutions currently involved in these language policy decisions.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Human-Chatbot Interaction; Communicative Accommodation; Linguistic Ideologies; Linguistic Varieties.

1. Introducción

Surgidos hacia fines de los años 1960 con el lanzamiento de ELIZA,¹ los *chatbots* con base en inteligencia artificial (IA) han tenido un crecimiento exponencial, acentuado en la última década en el marco de una “revolución” en el campo (Slezak, 2022). Junto con el desarrollo de multiplicidad de agentes por parte de distintas empresas e instituciones, los desafíos que surgen a la hora de analizar, comprender y regular el funcionamiento de estas aplicaciones se han vuelto cada vez mayores. En este marco, las investigaciones de corte sociolingüístico son tan escasas como necesarias. Nuestro trabajo se centrará en un aspecto específico de estos nuevos desarrollos, concerniente a la diversidad lingüística en las interacciones entre tales agentes y humanxs que hablan español. El problema a abordar radica en una asunción que ha guiado el entrenamiento de estos sistemas: aquella según la cual todxs lxs usuarixs hispanohablantes usan y comprenden la misma variedad de español. Nuestro análisis busca hacer un aporte a la reflexión sobre el rol de los usos tecnológicos del lenguaje natural en la distribución social de los recursos simbólicos y materiales y en las formas heterogéneas y subterráneas de discriminación lingüística.

Con *variedades lingüísticas* nos referimos a los usos lingüísticos concretos, instancias en que *la lengua* se actualiza y toma forma de acuerdo a la manera en que cada usuarix, grupo o comunidad la utiliza (Unamuno, 2016). Las variedades materializan diferencias no lingüísticas, como edad, género, pertenencia a cierto grupo, y también señalan elementos del contexto, como la situación comunicativa o la actividad que estamos realizando. El concepto de variedad lingüística pone de relieve que las lenguas sólo existen en su diversidad y que lo que permite delimitar, por ejemplo, que existe un “español argentino” o “español rioplatense” es, a fin de cuentas, “cierto consenso alrededor de que tales usos están relacionados con nuestra intuición de pertenencia a algo común, a algo que nos relaciona en tanto hablantes. Es decir, a cierta ‘identidad colectiva’” (Unamuno, 2016, p. 15). Pero también hay instituciones y grupos que buscan establecer, definir y fijar cuáles usos son “mejores”, desde criterios que no reflejan este consenso construido entre hablantes, sino que responden a intereses de diversa índole (políticos, económicos...) que históricamente han permitido delimitar no sólo qué es una lengua y qué no, sino también qué lengua es más *pura*, *correcta*, *bonita*, *neutral*. Así, los usos lingüísticos son jerarquizados y, debido a su carácter indexical, también lo son sus hablantes (Arnoux y Bein, 1999; López García, 2013).

Surgen, entonces, algunos interrogantes acerca del desarrollo, entrenamiento y regulación de estos desarrollos de IA: ¿cómo se comporta un agente conversacional frente a la diversidad lingüística? ¿Cómo se comporta al interactuar con hablantes de variedades no dominantes? ¿Qué variedad o variedades puede usar o entender, y por qué? ¿De qué manera contribuye a (re) producir valoraciones o jerarquizaciones de lenguas y hablantes? ¿Qué ideologías lingüísticas guían las prácticas comunicativas en la interacción humanxs-agentes de IA?

¹ Chatbot con rol de terapeuta, creado entre 1964 y 1966 por Joseph Weizenbaum. <<https://es.wikipedia.org/wiki/ELIZA>>

Según Alemany (2022), las aplicaciones de IA tienen un importante componente subjetivo que responde a intereses y posiciones de quienes las desarrollan y financian y que puede resultar perjudicial para grupos poblacionales que están excluidos de la toma de decisiones. Alemany lo ilustra de esta forma: “Muchas veces tratamos de adaptar nuestro comportamiento para obtener buenos resultados, como por ejemplo cuando pronunciamos *bien* para que un reconocedor de voz identifique correctamente las palabras que queremos comunicar” (p. 36). Como explica la autora, la definición de “bien” es ambigua y muestra que, aun cuando se proponen como asistentes, los *chatbots* priorizan el beneficio de las empresas que los desarrollan, por sobre el de sus “asistidxs”.

Para evaluar las asimetrías y desigualdades que se (re)producen en las aplicaciones de IA, nos enfocaremos en el fenómeno de la *acomodación comunicativa* en la interacción con *chatbots*. Analizaremos los resultados de un experimento que llevamos adelante para poner a prueba las dinámicas de acomodación y no acomodación en la interacción humanx-*chatbots*. Los objetivos son observar si los *chatbots* pueden ajustar su comportamiento verbal a la variedad de español propuesta por lx usuarix, y determinar qué ideologías lingüísticas² subyacen a esa conducta. Como apuntan Del Valle y Meirinho Guede (2016), “las ideologías lingüísticas responden a los intereses de grupos sociales concretos y tienen un efecto naturalizador —como si de verdades inapelables se tratara— de las imágenes que producen del lenguaje” (p. 622). Nuestro análisis busca examinar dichas ideologías en el ámbito material de las prácticas lingüísticas en que se producen y reproducen (Del Valle, 2007); en este caso, en un espacio discursivo emergente y aún poco explorado: la interacción humanx-*chatbot*.

A continuación, nos detendremos brevemente en la noción de acomodación comunicativa e introduciremos algunos antecedentes para nuestro estudio. Luego explicaremos el diseño metodológico de nuestro experimento y expondremos los resultados principales. Finalmente, desarrollaremos la discusión y, en las conclusiones, propondremos pasos para el futuro.

2. Acomodación comunicativa e IA

La teoría de la acomodación comunicativa (CAT, por sus siglas en inglés) ha investigado los enlaces entre lenguaje, contexto e identidad por varias décadas, desde su desarrollo inicial como una teoría para el estudio de los cambios en el estilo de habla de las personas durante los encuentros sociales (Giles et al., 1973). En términos generales, la CAT estudia el proceso a través del cual lxs participantes regulan su comunicación para parecer más similares (*acomodación*) o distintos (*no-acomodación*) a otrx(s).

La acción de acomodarse (o no) también está relacionada con otros mecanismos comunes en la interacción, como la *reparación*, una acción mediante la cual lxs participantes buscan intervenir y regular, de algún modo, ciertos aspectos del uso del lenguaje que emergen como

² Las *ideologías lingüísticas* son “sistemas de ideas que articulan nociones del lenguaje, las lenguas, el habla y/o la comunicación con formaciones culturales, políticas y/o sociales específicas” (Del Valle, 2007, p. 20).

“problemáticos” en cierto contexto.³ La acomodación y la reparación son indicadores del constante control y monitoreo que realizamos los hablantes sobre nuestro propio discurso.

Dada su heterogeneidad y elasticidad, como se observa en su constante adaptación y reformulación a lo largo de los años (Gallois, Ogay y Giles, 2005), la CAT será entendida como un proceso general mediante el cual los individuos cambian o adaptan su comportamiento verbal y no verbal cuando interactúan entre sí, y se explorará de qué manera nos ayuda a pensar fenómenos emergentes de la interacción ya no entre personas, sino entre personas y chatbots.

Giles et al. (2023) plantean interrogantes sobre la validez de la CAT para abordar la comunicación *a través y con* dispositivos tecnológicos y explorar el fenómeno de la acomodación en la interacción con agentes no humanos. Observan que uno de los principales focos de interés para la investigación ha sido, justamente, explorar cómo las personas nos acomodamos hacia nuestros “*technological partners*”. Los autores citan el trabajo de Cirillo et al. (2022), quienes encontraron que, cuando los *bots* emplean categorías semánticas del tipo “*frutas*” (en oposición a términos que designan objetos más específicos, como “*banana*”), los humanos hacemos lo mismo. Esto evidencia que esta acomodación conceptual no ocurre sólo en interacciones humano-humano. Otro estudio encontró que, en cuanto al uso del léxico, *es más probable* que las personas se alineen con un ordenador que con otrx humanx (Shen y Wang, 2023).

Wang et al. (2024) comparan el comportamiento de dos modelos de lenguaje, GPT-3.5 y GPT-4, en sus conversaciones con personas a partir de dos *prompts*: uno orientado a tareas [*task-oriented*], que consiste en narrar una historia de manera colaborativa, y otro no orientado a tareas [*non-task-oriented*], que propone iniciar una conversación informal sobre pasatiempos. De esta forma, lxs autorxs buscan comprender, primero, si la acomodación difiere entre un modelo y otro y, segundo, si la acomodación léxica varía en función de los distintos tipos de tareas asignadas al agente. La conclusión es que ChatGPT-4 muestra un nivel mayor de acomodación léxica que GPT-3.5, lo cual se traduce en un uso “más selectivo o eficiente” del lenguaje. A la vez, la conversación “*task-oriented*” muestra que las expresiones compartidas por humanx y *bot* son más frecuentes y más complejas, lo cual indica una mayor acomodación léxica en este tipo de tareas.

En cuanto a la acomodación fonética, también se ha observado aquel “hablar *bien*” que mencionaba Alemany (2022) en la comunicación oral con asistentes de IA: “when a communicator’s voice is misrecognized, whether it be by Alexa or another human, they accommodate by producing more distinct vowel backing and by being louder and slower” (Cohn y Zellou, 2021). En esta línea, Mengesha et al. (2021) encuentran como antecedentes de su estudio que los asistentes de IA, al basarse en un sistema de reconocimiento automático del habla, generalmente dan prioridad a los estilos lingüísticos de hablantes blancxs. En

³ La reparación es una acción extensamente estudiada desde el Análisis de la conversación, que la define como un mecanismo a través del cual se identifican y se arreglan problemas de habla, escucha y comprensión en la interacción (Schegloff, Sacks y Jefferson, 1977). Lo mencionado como “problema” o “obstáculo” no es un error en sentido objetivo ni a una decisión de lx analista, sino la interpretación local de lxs propixs participantes.

consecuencia, “African-American participants in this study reported having to work around the issue of their machine assistant misrecognizing what they said by “accommodating their speech to ‘meet the limits of voice technology’...” (p. 7). Estos resultados nos obligan a considerar las implicancias de los procesos de entrenamiento de estos sistemas de IA, que pueden perpetuar desigualdades sociales si no se cuenta con un *corpus* de datos diverso (Ver 5.Comentarios finales).

En un estudio reciente, Pütz y Espósito (2024) se preguntan hasta qué punto los asistentes de IA y, en particular, los *chatbots* son capaces de lidiar con obstáculos y problemas en la interacción. Retoman el enfoque teórico-metodológico del análisis de la conversación para observar el funcionamiento de la reparación en conversaciones entre humanos y *chatbots* (GPT-3.5), generando instancias propicias para que el *bot* inicie reparaciones durante la interacción. Las autoras concluyen que, a diferencia de lxs humanxs, la resolución de los problemas por parte de los *chatbots* no se apoya en la comprensión de lo que está ocurriendo durante la conversación, sino en el *feedback* que obtienen de sus interlocutores humanos. En otras palabras, el *chatbot* puede responder a un pedido de reparación sin haber entendido la fuente del problema. Al igual que en los ejemplos anteriores, vemos que la resolución de los obstáculos recae finalmente en lx usuarix: “the communicative competence of the chatbot requires direction by a human user” (Pütz y Espósito, 2024, p. 4).

Estos antecedentes son relevantes y motivadores para este trabajo en varios sentidos. Para empezar, la mayoría de estos estudios fueron realizados en lengua inglesa, por lo que hay un área inexplorada aún en relación a fenómenos y dinámicas que son específicas del español y sus variedades. Los trabajos mencionados nos llevan a pensar que, en estas interacciones, la acomodación emerge como un modo de superar un obstáculo en la comunicación, aun cuando este se deba claramente a los límites en el funcionamiento o el entrenamiento de los asistentes de IA, que podría entenderse como un “error” pero también como un “sesgo” en tanto representación imprecisa de la realidad.⁴

Además, numerosas investigaciones sobre el comportamiento lingüístico de los agentes de IA evalúan los resultados en términos de mayor o menor “eficiencia”, adoptando ese parámetro de manera acrítica (Wang et al., 2024). Se trata de un subjetivema⁵ que encarna uno de los valores de mayor prestigio en los desarrollos actuales y que también influye en las decisiones que lxs hablantes toman a la hora de interactuar. Nuestro enfoque aboga por formas de sopesar los usos lingüísticos que permitan problematizar la idea de eficacia comunicativa.

Por otra parte, la mayoría de los avances revisados sigue una metodología cuantitativa que es pocas veces cuestionada. Una excepción es la autocrítica de Wang et al. (2024), quienes entienden

⁴ Para Zajko (2022), en el mundo tecnológico se suele llamar sesgos a las representaciones imprecisas de la realidad. Si bien esto ocurre en muchos casos, en otros se trata de la fiel reproducción de las desigualdades sociales ya existentes. En este último caso, resulta más adecuado hablar de discriminación, la cual se asienta en estructuras de desigualdad, opresión y explotación que se interinfluencian, tales como, colonialismo, heteropatriarcado, capacitismo, entre otras. Se trata, entonces, de representaciones que reproducen la realidad social actual concerniente a la diversidad, y no de errores que surgirían de datos imprecisos o de calidad dudosa. Retomaremos esta discusión en el apartado 5. Comentarios finales.

⁵ Los subjetivemas son lexemas que constituyen categorías axiológicas que expresan la valoración del enunciador (Kerbrat-Orecchioni, 2006 [1999]).

tal aproximación como una limitación. En sus palabras, las métricas obtenidas del análisis cuantitativo no permiten percibir los matices y complejidades de las interacciones humanx-GPT ni proporcionan interpretaciones confiables de los datos. La consecuente necesidad de incorporar un análisis cualitativo es fundamental, dirección que adoptamos aquí.

3. Metodología

Para analizar la acomodación comunicativa en las interacciones *chatbot*-humano realizamos un experimento 2x2 factorial, usando dos variables: el modelo de lenguaje⁶ (LLM, *Large Language Model*) y el *prompt* utilizado para iniciar la conversación. En el primer caso, optamos por dos *chatbots*⁷, basados en distintos LLMs: GPT-4o y Gemini 1.5 Flash. En el segundo, diseñamos dos *prompts* para evaluar aspectos diferentes de la acomodación (Recuadro 1). Finalmente, cruzamos las cuatro variables para obtener nuestros datos considerando todas las combinaciones posibles.

3.1. Elección de los *chatbots*

Elegimos trabajar con dos de los sistemas de IA conversacional más avanzados al día de hoy: las plataformas ChatGPT de OpenAI y Gemini de Google DeepMind. Se trata de dos programas que marcaron avances significativos en la trayectoria de los *chatbots*. ChatGPT fue lanzado por primera vez el 30 de noviembre de 2022; la versión que utilizamos, GPT-4o, es una versión gratuita lanzada en mayo de 2024. Para Gemini, utilizamos la versión gratuita 1.5 Flash, anunciada en diciembre de 2023.

La selección de estos *chatbots* respondió no sólo a que lideran la oferta de agentes conversacionales, sino también a la posibilidad de evaluar el comportamiento en agentes con distintas características, que podrían incidir en la conducta comunicativa de cada modelo. GPT ha tenido más tiempo de desarrollo y actualmente es más usado que Gemini.⁸ Este último está integrado a las aplicaciones de Google y recibe actualización constante a partir de los datos de usuarixs.

3.2. Diseño de los *prompts*

Desarrollamos un *prompt* en dos versiones con los siguientes elementos. En primer lugar, incluimos una *instrucción*, esto es, la tarea específica que queríamos que el *chatbot* realizara.

⁶ Los grandes modelos de lenguaje (*Large Language Models*) son modelos de procesamiento del lenguaje natural. Según Alemany et al. (2023), se trata de “artifacts that represent not individual words, but sequences of words, for example, sentences or dialogue turns”. Los LLMs pueden ejecutar diversas tareas, para lo cual son entrenados a partir de una amplia variedad y cantidad de datos de texto. Los *chatbots* son programas que se valen de LLMs (u otros modelos) para establecer conversaciones con humanxs.

⁷ Estos programas de IA están diseñados y entrenados para asistir a las personas, mejorando o reemplazando sus tareas. Lxs usuarixs establecen una interacción con estos programas de un modo “conversacional”: los *chatbots* generan respuestas a *prompts*, textos que las personas producen para elicitare respuestas.

⁸ Disponible en: <<https://zapier.com/blog/best-ai-chatbot/>>. Último acceso: 8 de marzo de 2025.

Utilizamos la misma en ambas versiones: “Necesito instrucciones para hacer un barrilete”. En segundo lugar, añadimos un *indicador de salida*, al señalar el formato en que queríamos que presentara la tarea: para ambas versiones, indicamos “que estén escritas en una lista” y añadimos restricciones respecto del uso de verbos (“con verbos conjugados”, *prompts* 1 y 2) y su extensión (“de no más de 5 ítems”, *prompt* 2).

TABLA 1. Prompts diseñados para el experimento

<i>Prompt</i> 1	Necesito instrucciones para hacer un barrilete, que estén escritas en una lista con verbos conjugados y en registro informal.
<i>Prompt</i> 2	Necesito instrucciones para hacer un barrilete, que estén escritas en una lista de no más de 5 ítems con verbos conjugados. Deben estar dirigidas a una persona argentina y en registro informal.

Fuente: Producida por las autoras

La elección por un *prompt* instruccional se basó en nuestro supuesto de que el *chatbot* iba a usar el español en su variedad dominante y que eso se manifestaría en el tuteo,⁹ tanto en pronombres como en verbos. Por tal razón especificamos que debía usar “verbos conjugados” y no, por ejemplo, infinitivos que, si bien son comunes en géneros discursivos instruccionales, carecen de morfemas de persona.

Finalmente, añadimos un tercer elemento, el *contexto*, que brindaba información adicional sobre la tarea y podría orientar hacia una mejor respuesta: “en registro informal” (*prompts* 1 y 2) y “deben estar dirigidas a una persona argentina” (*prompt* 2). El registro tenía que ser informal ya que, en caso de que el *chatbot* optara por la forma pronominal “usted”, no podríamos notar el uso de una variedad lingüística a partir de los pronombres de tratamiento, lo cual atentaría contra nuestro interés por saber si utilizaba el tuteo o el voseo como forma no marcada. Por otra parte, si bien la opción léxica “barrilete” (frente a otras como “cometa”) podría funcionar como una pista sobre la variedad lingüística de preferencia de lx usuariix, optamos por reforzar esta pista con un elemento contextual, agregando la procedencia argentina de lx destinatariix (*prompt* 2). En este caso, el objetivo fue orientar al *chatbot*, pero no explicitar la variedad que queríamos que usara, dado que buscamos observar si se ajusta al comportamiento verbal de lx usuariix espontáneamente o si, por el contrario, requiere de una mayor orientación o retroalimentación.

3.3. Construcción de los datos

Las interacciones fueron realizadas por nosotras mismas: a partir del *prompt* diseñado, iniciamos la conversación con GPT y Gemini tratando de mantener el flujo conversacional y propiciando un intercambio singular con cada *chatbot*, dependiente de las respuestas que íbamos obteniendo. Para ambos casos observamos, en primer lugar, el cumplimiento de la instrucción requerida (obtener las instrucciones para armar un barrilete). Luego, en cada

⁹ El tuteo es propio de la forma madrileña utilizada como modelo por la Real Academia Española. Ver 5. Comentarios finales.

conversación seleccionamos expresiones y términos empleados por el *chatbot* que podrían resultar “problemáticos” (Tabla 2), en tanto podrían ser opacos o poco frecuentes para hablantes de una variedad “rioplatense” del español.¹⁰

TABLA 2. Expresiones y términos usados por los *chatbots* que pueden ser “problemáticos” o poco frecuentes para su interlocutorx humanx, según su variedad lingüística

Prompt / Chatbot	GPT-4o	Gemini 1.5 Flash
Prompt 1	“pegatinas”	“hojas de periódico”
		“periódico”
Prompt 2	“salí a volar”	

Fuente: Producida por las autoras

Estos lexemas fueron el punto de partida para nuevos turnos de habla en los cuales asumimos el rol de hablantes que desconocen dichas formas lingüísticas, manifestando dificultades en su comprensión. En lugar de aceptar estos términos y expresiones usadas por el *chatbot*, optamos por señalar su opacidad y sostener nuestra variedad lingüística, lo que nos permitiría observar qué efectos producía esto en el comportamiento del *bot*.

El recorte de la conversación se estableció a partir del criterio de saturación teórica, según el cual la recolección de datos termina cuando los nuevos datos no arrojan información adicional para desarrollar nuevas hipótesis o ampliar las categorías de análisis (Soneira, 2006). Como resultado, obtuvimos cuatro conversaciones: para el *prompt* 1, la conversación con cada *bot* resultó en 16 turnos de habla; para el *prompt* 2, obtuvimos 10 turnos con GPT y 2 con Gemini. Para su posterior análisis y visualización, exportamos las conversaciones usando la herramienta brindada por sus plataformas, que generaron respectivos enlaces de acceso (Tabla 3).

TABLA 3. Enlaces generados por cada plataforma para acceder a las conversaciones desarrolladas en el experimento

	GPT-4o	Gemini 1.5 Flash
Prompt 1	< https://chatgpt.com/share/b30960ea-897d-49bf-81a9-3d97a30f236f >	< https://g.co/gemini/share/c765fb4527a4 >
Prompt 2	< https://chatgpt.com/share/15eef58c-725f-4da9-8913-11f59cc7536a >	< https://g.co/gemini/share/fe91d53372d4 >

Fuente: Producida por las autoras

¹⁰ La variedad rioplatense fue definida inicialmente por Berta Vidal de Battini (1964) en un trabajo pionero para el desarrollo de la dialectología en Argentina. Teniendo en cuenta los rasgos fonológicos hallados en conversaciones cotidianas con hablantes de distintos niveles de formación, identificó cinco regiones lingüísticas: Litoral, Noroeste, Guaranítica, Centro y Cuyo. La primera, a su vez, fue subdividida en tres: pampásica, patagónica y rioplatense. La noción de variedad rioplatense ha sido discutida en distintos trabajos, que destacan el contacto del español de Buenos Aires con otras variedades y lenguas (López García, 2013) o el borramiento, en la investigación de Vidal de Battini, de los “lexemas y frasearios en lengua indígena” (Domínguez, 2023), entre otros. En este artículo, usamos la expresión “variedad rioplatense” para referirnos a nuestra propia variedad como hablantes de español de la Ciudad de Buenos Aires, a falta de un concepto más operativo que abarque las críticas señaladas.

Para el análisis de la muestra implementamos un enfoque cualitativo. Desde esta perspectiva, se prioriza la efectividad de la particularización frente a la generalización de los resultados, lo que resulta consecuente con los objetivos propuestos en este estudio. Seguimos la observación realizada por Shiro (2016) para el análisis cualitativo en lingüística, quien sugiere codificar cuidadosamente los datos, sistematizar el análisis y explicitar los pasos interpretativos para que sea posible validar los resultados y poder replicarlos.

Siguiendo a Arnoux (2006), adoptamos un enfoque discursivo que considera crucial analizar no sólo lo dicho, sino sobre todo la forma de decir y lo no dicho. El procedimiento analítico implementado es abductivo, con foco en determinadas opciones realizadas en la materialidad lingüística que consideramos huellas de las condiciones de producción de los textos. La abducción fue de tipo “peirceana” en tanto consistió en realizar hipótesis a partir de elementos que llamaron nuestra atención. Se trató de una “inferencia hipotética a partir de premisas inciertas” y la posterior puesta a prueba de hipótesis mediante su confrontación con el texto analizado (Arnoux, 2006, p. 22). Esta metodología nos permitió rastrear posiciones ideológicas detrás de los usos específicos del lenguaje de los agentes conversacionales.

4. RESULTADOS

Presentamos los resultados del análisis en dos secciones, correspondientes a las interacciones generadas a partir del *prompt* 1 y del *prompt* 2.

4.1. ¿Qué palabras prefieren los *bots*?

Para analizar el *prompt* 1, nos centramos en el léxico utilizado por los *bots*. Para eso, luego de la primera respuesta, observamos qué lexemas podrían considerarse ajenos a una variedad rioplatense, teniendo en cuenta que tales elementos funcionan como huellas de la posición del *chatbot* acerca de qué uso del español es legítimo. Seleccionamos dos: “pegatinas” de la interacción con GPT (Ejemplo 1), y “hojas de periódico” de Gemini (Ejemplo 2).

Ejemplo 1:¹¹

8. **Decora** tu barrilete como más te guste. Puedes usar marcadores, pegatinas, o recortes de papel de colores.

¹¹ Todos los ejemplos se muestran en capturas de pantalla de la interacción establecida entre las autoras y los *bots*. Todas las capturas fueron producidas por las autoras. La conversación completa puede encontrarse en el enlace provisto en la Tabla 3.

Ejemplo 2:

Materiales que vas a necesitar:

- Un par de hojas de periódico o papel de envolver

A partir de esta selección, diseñamos una respuesta destinada a precisar el uso de estos elementos léxicos mediante una pregunta directa, estructurada de la siguiente manera: “¿Qué son...?”. Si bien la pregunta no explicita la falta de comprensión por parte de lx usuarix, en una conversación entre humanxs este tipo de intervención podría interpretarse como una acción que identifica y señala un problema e inicia una secuencia de reparación.

La pregunta suscitó dos orientaciones diferentes en las respuestas de los *chatbots*. ChatGPT respondió incluyendo elementos prototípicos de una definición: la definición lexicográfica tradicional (“Las pegatinas son adhesivos decorativos...”) y una descripción de sus características (“pueden tener diversas formas”) y usos (“se usan comúnmente para...”) (Ejemplo 3). Si bien se trata de la respuesta esperada teniendo en cuenta el diseño de la pregunta (¿qué son?), es interesante que GPT agrega al final una oración que responde más de lo pedido, ya que provee información sobre otras maneras de nombrar las “pegatinas”. Así, la pregunta es interpretada como un posible malentendido causado por una diferencia lingüística: este *bot* no sólo responde al *contenido semántico* de un término (“qué significa X”), sino también a su *contenido pragmático* (“a qué te referís con X”).

Ejemplo 3:

¿Qué son las pegatinas?



Las pegatinas son adhesivos decorativos que se pueden pegar en diferentes superficies. Pueden tener diversas formas, tamaños y diseños, y se usan comúnmente para decorar y personalizar objetos como cuadernos, paredes, juguetes, y en este caso, barriletes. También se les llama calcomanías o stickers.

Para corroborar si la acomodación léxica de GPT se mantenía, decidimos usar la expresión “*sticker*” en los siguientes intercambios y observamos que el *bot* adoptó ese término de manera consistente, abandonando la opción “pegatinas” empleada al comienzo. En un mismo gesto, hacia el final del intercambio, usamos la palabra “pegatinas” y el *chatbot* la repitió. Es decir, la acomodación se sustenta en la repetición de las opciones realizadas por lx interlocutorx humanx.

Por su parte, Gemini produjo una respuesta extensa que también incluye elementos de una definición, pero avanza luego hacia una justificación de la elección de “hojas de periódico” como material para el armado de un barrilete (Ejemplo 4). Su respuesta retoma elementos del contexto de interacción previo y, en lugar de interpretar la pregunta como un pedido de aclaración de un término, la interpreta como un pedido de explicación:

Ejemplo 4:



¿Qué son las hojas de periódico?



¡Hola! Las hojas de periódico son el material principal con el que se imprimen los periódicos. Son hojas grandes, generalmente de color blanco o ligeramente amarillento, y están hechas de un tipo especial de papel que es bastante delgado y ligero.

¿Por qué usamos hojas de periódico para hacer barriletes?

La respuesta es mucho más extensa y se estructura mediante preguntas retóricas que podrían representar la voz del usuario: “¿Por qué usamos hojas de periódico para hacer barriletes?” y “¿Por qué no usar otro tipo de papel?”. Tras responderlas, el *bot* concluye con un párrafo que resume las ventajas de usar papel de diario, pero no provee ninguna aclaración sobre el uso del término en cuestión.

En lo que sigue, produjimos un nuevo turno en la conversación con Gemini en el que reorientamos la pregunta, esta vez, empleando el término “periódico” y no “hojas de periódico”: “Gracias por tu ayuda, pero sigo sin entender. ¿Qué es un periódico?”. Así, explicitamos que se trata de un problema de comprensión de un término, para elicitare un tipo de respuesta diferente (no centrada en el material para hacer un barrilete). No obstante, el *chatbot* no logró identificar el origen del problema de comprensión señalado (Ejemplo 5): no incluyó en su respuesta variantes léxicas de “periódico”, sino que volvió a definir este objeto.

Ejemplo 5:



Gracias por tu ayuda, pero sigo sin entender. ¿Qué es un periódico?



¡Claro que sí! Imaginemos que tienes una caja mágica que te trae todas las noticias del mundo cada día. Esa caja mágica sería como un periódico.

Un periódico es como una revista grande que te cuenta todo lo que está pasando en el mundo. Tiene noticias sobre política, deportes, entretenimiento, y muchas cosas más. Por ejemplo, te puede decir si ganó tu equipo de fútbol favorito, si va a llover mañana o qué pasó en otro país.

En esta definición Gemini construye discursivamente unx interlocutorx infantil, lo que se observa en ciertas estrategias discursivas: el uso de figuras retóricas como metáforas (“Imaginemos que tienes una caja mágica...”), comparaciones, hipérboles (“Un periódico es

como una revista grande que te cuenta todo lo que está pasando en el mundo”) y ejemplificaciones (“Por ejemplo, te puede decir si ganó tu equipo de fútbol favorito...”). Estos rasgos de discurso didáctico y la construcción discursiva de unx usuarix infantil evidencian una acomodación del *chatbot* a este tipo de interlocutor y exponen las asociaciones que realiza entre los problemas de comprensión y el tipo de hablante con que interactúa. En otras palabras, la única razón posible para no comprender parece ser la falta de desarrollo en los saberes de hablante que pueda tener unx niñx, y no la posesión de saberes lingüísticos distintos a los del *bot*, como sería el caso de hablantes de otras variedades de español. Como señala Becker (2023), la configuración de un Otro ignorante es un tópico habitual en los desarrollos de tecnologías de la palabra desde la época de la colonización.

Luego de esta definición, Gemini retoma la instrucción para el armado del barrilete y vuelve a orientar su intervención hacia la explicación de dos preguntas: “¿Por qué usamos las hojas de periódico para hacer barriletes?” y “¿Por qué no usamos otro tipo de papel?”. Cierra su turno con un párrafo en el que busca confirmar la comprensión (“¿Te quedó más claro ahora?”) y ofrece más ayuda de ser necesaria. En este punto, Gemini propone una nueva estrategia, que apela nuevamente a un interlocutor infantil: “¡Podemos hacer dibujos si quieres!”. Se afianza, así, una ideología que presupone una variedad de español dominante y que ubica a lxs hablantes de esa variedad en un lugar de superioridad (en este caso, cognitiva).

En nuestro siguiente turno decidimos darle a Gemini la información que buscábamos obtener: “Ahhhh, ¡un periódico es un diario!” (Ejemplo 6). En este enunciado, “periódico” y “diario” se presentan como términos equivalentes; sin embargo, en la respuesta, el *bot* propone “¡Exactamente! Un periódico *es como un diario*” y, mediante el mitigador “como”, realiza un desplazamiento, al no reconocer los términos como equivalentes, sino como semejantes.

Ejemplo 6:



Ahhhh, ¡un periódico es un diario!



¡Exactamente! Un periódico es como un diario, pero en vez de ser personal y contar tus propias aventuras, un periódico cuenta las aventuras de todo el mundo. Es como una ventana al mundo que te muestra lo que está pasando en todos lados.

¿Te gustaría saber cómo se hace un periódico? O tal vez, ¿te interesa saber por qué usamos hojas de periódico viejas en vez de papel nuevo para hacer barriletes?

¡Estoy aquí para responder a todas tus preguntas!

Como se observa en este fragmento, Gemini interpreta “diario” como “diario íntimo” y sigue sin reconocer las diferencias dialectales; pareciera desconocer el uso del término “diario” en otras acepciones o variedades. En el diccionario de la Real Academia Española (a partir de aquí, RAE),

de hecho, las acepciones 2 y 3 de esta palabra son “diario íntimo” y ocupan un lugar prioritario sobre la acepción “periódico”, ubicada en cuarto lugar.¹² Esto nos permite evidenciar que los instrumentos lingüísticos, como son los diccionarios de la RAE, ejercen una clara influencia en el entrenamiento de estos modelos, al destacar ciertos usos como prioritarios y desestimar otros, presentando una única versión de lengua legítima. Como este ejemplo muestra, la regulación de la discursividad no alcanza solo a lo que el *chatbot* puede decir (y cómo) sino que también afecta lo que lxs usuarixs pueden decir, y cómo lo deben decir, para ser entendidxs por el *chatbot* y no ser excluidxs de estas nuevas formas de interacción.

Nuestra siguiente intervención se dirigió a resolver el malentendido mencionando que “diario” es el término correspondiente a nuestra variedad lingüística y, al mismo tiempo, a señalar el problema de comprensión del *bot*.

Ejemplo 7:



En mi país a eso se le llama “diario”, que no es lo mismo que el diario íntimo.



¡Claro que sí! Es completamente normal que en diferentes países se utilicen palabras distintas para referirse a lo mismo, o que la misma palabra tenga significados diferentes.

En español, es común usar tanto “periódico” como “diario” para referirse a esa publicación que nos informa sobre las noticias del día. **La diferencia principal radica en el uso:**

- **Periódico:** Es un término más general y formal. Se utiliza para referirse a cualquier publicación impresa que se emite diariamente o con una frecuencia regular y que contiene noticias de actualidad.
- **Diario:** También se utiliza para referirse a una publicación diaria de noticias, pero a veces se emplea de forma más coloquial o informal.

Entonces, en tu país, es más común usar “diario” para referirte a lo que en otros lugares se llama “periódico”. ¡Eso está genial! Cada región tiene sus propias costumbres lingüísticas.

¿Te gustaría saber algo más sobre los periódicos o los diarios? Por ejemplo, podríamos hablar sobre cómo se hacen, cuál es su historia o qué tipos de periódicos existen.

En la respuesta de Gemini se vislumbran dos orientaciones: descriptiva y prescriptiva. Por un lado, el *bot* reconoce que existe la diversidad lingüística e incluye evaluaciones que resaltan

¹² Disponible en: <<https://dle.rae.es/diario?m=form>> Último acceso: 8 de marzo de 2025.

la normalidad del fenómeno (“es completamente normal”, “es común”) y, al mismo tiempo, la aprueba (“¡eso está genial!”). Al explicar la variación con la expresión “costumbres lingüísticas” no la interpreta en relación con diferentes lenguas, variedades o identidades lingüísticas, sino que remite a ciertos discursos sobre la tolerancia, el respeto o la celebración de la diversidad que circulan en ámbitos institucionales. Esto se acentúa en la singularización de la expresión “en tu país” (frente a “otros lugares”) que contradice la aserción anterior sobre el carácter extendido de la diversidad lingüística. Esta oscilación entre la aceptación y la negación de la diversidad subyace a la ideología panhispánica que rige las políticas lingüísticas globales del español, impulsadas por la RAE con el fin de “configurar el estatus del español como lengua internacional” (Lauria y López García, 2009).

En cuanto a la orientación prescriptiva, el *bot* se erige como una voz autorizada para explicar cuáles son las diferencias en el uso de estos términos en español, pese a ser algo que su interlocutorx no había solicitado. En tales diferencias es posible advertir una jerarquización entre variedades: “periódico” es descrito como un término “más general y formal” y “diario”, como un “más coloquial o informal”. Esta distinción se sustenta en ideologías monoglósicas (Bürki y Morgenthaler, 2016), según las cuales los usos lingüísticos pueden ser clasificados de acuerdo a una única norma que determina aquello que puede ser considerado una lengua (variedad estándar) y diferenciarlo de otras variedades (regionales, subestándar) (Blommaert, 2009). Como explica Arnoux (2020), aunque el lema panhispánico de la RAE es “Unidad en la diversidad”, en los últimos años se avanzó en la conformación de un “español general” a partir de la homogeneización de las variedades, que se observa en el hecho de señalar como dudosos los usos americanos porque “las variedades peninsulares son consideradas las más generales” (p. 21).

En el cierre del turno, la oscilación vuelve a aparecer. En lugar de adoptar el término propuesto por lx usuarix y acomodarse a su variedad, el *bot* incorpora el término en un lugar secundario: “¿Te gustaría saber algo más sobre los periódicos o los diarios?”. La opción estándar prevalece y la opción de lx usuarix no logra reemplazarla. La falta de acomodación se refuerza hacia el final de la conversación cuando, luego de algunos intercambios, le solicitamos que nos reitere los materiales para el armado del barrilete e insistimos: “Debe entenderlo alguien de mi país”.

Ejemplo 8:



Entonces, volviendo a los barriletes, ¿podrías decirme qué materiales necesito? Debe entenderlo alguien de mi país.



¡Claro que sí! Para hacer un barrilete, vas a necesitar materiales que seguramente tengas por casa. Aquí te dejo una lista con palabras que se entiendan fácilmente:

Materiales:

- **Papel:** Puedes usar papel de diario, papel de regalo, o incluso una bolsa de papel. Lo importante es que sea ligero.

Como se observa, Gemini opta por el término “diario”, pero lo enmarca valorativamente al explicitar que usará “una lista con palabras que se entiendan fácilmente”. Es decir, asocia la variedad lingüística con un nivel de complejidad menor, asumiendo que un hablante de nuestra variedad requiere expresiones simples o “fáciles”. La acomodación de este modelo se guía por la intención de una comunicación eficiente, en términos de intercomprensión, y no busca acercarse a su interlocutor, sino que establece una relación asimétrica.

El análisis hasta aquí revela cómo los recursos lingüísticos puestos en juego en la interacción adquieren valores que, como señala Zavala (2019), siempre “camuflan ideologías de otro tipo y que están estrechamente vinculadas con el poder”. En la interacción analizada, se construye y reproduce una representación ideológica de la lengua estándar como variedad legítima, intrínsecamente superior a otras, que reproduce desigualdades sociales. En tal sentido, la noción de “justicia sociolingüística”, acuñada por Bucholtz et al. (2014) y expandida por Zavala (2019), apunta a promover investigaciones que se comprometan en la educación en temas de sociolingüística y aporten herramientas a individuos y grupos subalternos para participar de las luchas sociopolíticas en torno al lenguaje. En este caso, la legitimación de las variedades y la promoción de su uso son pasos necesarios para promover justicia lingüística en el espacio de interacciones con *chatbots*, tema que retomaremos hacia el final del artículo.

4.2. No eres tú, sos vos

El *prompt* 2 es distinto del 1 en cuanto que incorpora información sobre la destinación: el *bot* debe dirigirse “a una persona argentina”. Esto nos permite centrarnos, sobre todo, en los usos pronominales en función de la distinción voseo/tuteo. En efecto, la información agregada en este *prompt* orienta la respuesta de ambos modelos (Recuadro 4). En ambas conversaciones, tanto GPT como Gemini enumeran las instrucciones usando formas de “vos” en el encabezado de cada ítem de la lista, rasgo que se repite en el cierre de su turno de habla (“podés”, “querés”). El uso del voseo excede el espacio de las instrucciones solicitadas, ya que es adoptado también por los *chatbots* en su saludo final.

Sin embargo, esta primera respuesta de los *chatbots* muestra algunas vacilaciones en torno al uso de recursos lingüísticos que podrían atribuirse a otras variedades. Las respuestas inician con expresiones de una variedad lingüística que difícilmente puede asociarse a la rioplatense: respectivamente, “Claro, *aquí* tienes las instrucciones” y “Dale! *Aquí te va* una lista bien fácil para que *te armes* un barrilete como los de antes”. En el caso de GPT, tanto la declinación verbal en “tú” como el deíctico responden a una variedad no marcada del español; mientras que Gemini combina una expresión habitual del español rioplatense (“Dale!”) con dos formas poco frecuentes: el uso reflexivo del verbo “armar” y el deíctico “aquí”.



TABLA 4. Primera respuesta de cada *chatbot* al Prompt 2

GPT-4o	Gemini (modelo 1.5 Flash)
Claro, aquí tienes las instrucciones: 1. Cortá dos varillas de madera y <u>cruzalas</u> en forma de cruz. 2. Atá las varillas con hilo en el centro para que queden bien firmes. 3. Cortá un trozo de papel o plástico en forma de rombo y pegalo a las varillas. 4. Colocá un hilo resistente en la parte inferior para la cola del barrilete y <u>decorala</u> a tu gusto. 5. Atá un hilo largo en la parte superior y salí a volar tu barrilete. ¡Listo! Ahora podés disfrutar de tu barrilete en el aire.	¡Dale! Aquí te va una lista bien fácil para que te armes un barrilete como los de antes: 1. Cortá dos rombos iguales de papel de seda, esos que vuelan re bien. 2. Pegá los rombos por dos lados opuestos, dejando una abertura para meter la cola. 3. Armá la cola con varillas livianas y papel crepé, ¡que quede bien colorida! 4. Uní la cola al barrilete y <u>asegurala</u> bien con cinta. 5. Atá un hilo resistente y ¡a volar! Buscá un día ventoso y un espacio abierto. Tip: Si querés que tu barrilete sea más firme, podés pegarle varillas de madera o bambú en los lados. ¡A disfrutar! 🎈

Fuente: Producida por las autoras

Gemini, además, utiliza la expresión “re bien” en el ítem 1 de sus instrucciones. Se trata de una frase (“esos que vuelan re bien”) que no incluye información relevante, sino que pareciera tener el fin único de aportar el carácter regional de una variedad que coincida con la destinación indicada en el *prompt*. Este gesto puede deberse a la intención de parecerse a su interlocutorx, un efecto que se suele buscar alcanzar con la acomodación comunicativa entre personas.

En la interacción con GPT, en cambio, encontramos mayores dificultades del *chatbot* para adoptar expresiones que puedan identificarse con una variedad lingüística de Argentina. Particularmente, el último punto de la lista proporcionada por el *bot* recurre a una forma muy poco frecuente para hablantes de nuestra lengua: “Atá un hilo largo en la parte superior y *salí a volar tu barrilete*”. En español, “volar” es un verbo intransitivo, de modo que no se suele decir que *alguien vuela algo*, sino que *alguien vuela* o que *algo vuela*. Para usarlo como verbo transitivo, debe estar acompañado de “hacer”. En ese caso, la construcción sintáctica habitual es “*hacer volar el barrilete*” o, más específicamente, “*remontar el barrilete*”, y no “volar el barrilete”. Decidimos, entonces, detenernos en la expresión usada por GPT, para tratar de comprender la raíz de su elección y observar sus posibilidades de acomodación. Para ello, optamos por adjudicarnos falta de comprensión y respondimos “No entendí la segunda parte de la última instrucción”.

Con todo, el *chatbot* no identifica el problema, sino que en sus dos siguientes intervenciones mantiene esa expresión verbal y modifica cuestiones secundarias:

Ejemplo 9:

No entendí la segunda parte de la última instrucción.



Claro, te explico mejor la segunda parte:

5. **Atá** un hilo largo en la parte superior del barrilete y **salí** a volar el barrilete en un lugar amplio.

¿Salgo a volar? Yo no tengo esa capacidad



¡Lo siento por la confusión! Quise decir que **te** salgas a volar el barrilete. Aquí está la corrección:

5. **Atá** un hilo largo en la parte superior del barrilete y **salí** a volar el barrilete en un lugar amplio.

En el primer caso, el *bot* agrega información adicional (“en un lugar amplio”) que no es relevante para comprender la instrucción. Nuestra respuesta, en modo interrogativo, pone el foco en el carácter intransitivo del verbo “volar”, ridiculizando el sentido de la instrucción. GPT, si bien admite haberse equivocado, sigue sin identificar el problema, al que asocia con una elipsis pronominal: “Quise decir que **te** salgas”, lo cual tampoco es habitual en la mayoría de las variedades argentinas. A continuación, repite la instrucción sin ninguna modificación con respecto a “volar”, es decir, sin acomodarse al habla de sus interlocutoras.

Posiblemente, la expresión usada por GPT provenga de una traducción literal del inglés, idioma que admite el uso transitivo del verbo “to fly”. De hecho, la transitivización del verbo “volar” puede ser frecuente en variedades del español de Estados Unidos, donde las transferencias, préstamos y alternancia de lenguas entre español e inglés son fenómenos más frecuentes entre hablantes (Moreno-Fernández, 2020). En esta línea, podemos pensar que el *bot* no reconoce el problema porque no logra distinguir variedades de español.

Decidimos, entonces, orientar la resolución del problema mediante una respuesta que reformula la expresión original y aporta la opción que nos parece más adecuada: “Ahhh que salga yo y que *haga volar* el barrilete!”. En esta ocasión, el *bot* replica la forma verbal utilizada por nosotras, al responder inmediatamente: “¡Exacto! [...] para que puedas *hacer volar* el barrilete”. Vemos que, como también señalan Pütz y Espósito (2024), el *chatbot* no comprende la causa de la falla en la comunicación, sino que acepta la propuesta de su interlocutorx humanx.

Este mismo gesto de repetición de la expresión usada por nosotras reaparece en los dos turnos de habla que cierran la conversación. Esta vez, decidimos usar el verbo “remontar” para corroborar la capacidad de acomodación del *bot* a partir de la repetición de nuestras opciones lingüísticas:

Ejemplo 10:

Gracias! Entonces saldré a remontar el barrilete =)



¡Perfecto! Espero que te diviertas mucho remontando el barrilete. ¡Que lo disfrutes! 😊

5. Comentarios finales

A partir de los *prompts* diseñados, en las conversaciones obtenidas pudimos identificar dos tipos de acomodación: una específicamente léxica (*prompt* 1) y otra que contempla distintos rasgos formales (*prompt* 2). Esto nos permitió evaluar hasta qué punto los agentes conversacionales se acomodan a nuestra variedad de habla rioplatense y explorar las posibles causas de dichos comportamientos.

Los resultados de este experimento arrojaron que la acomodación léxica fue mayor en GPT, mientras que la formal fue mayor en Gemini. Inversamente, GPT no logró una adecuada acomodación formal, mientras que Gemini no lo hizo en términos de léxico. Las dificultades en la acomodación del *bot* fueron superadas en ambos casos gracias a un rol sumamente activo de la parte humana: además de sostener nuestra no acomodación, dirigimos la conversación con preguntas e intervenciones con el fin de llevar al *bot* a ajustar su propio comportamiento para superar los obstáculos manifestados.

Entre las limitaciones de nuestro trabajo, debemos considerar nuestra posición como hablantes: en las interacciones asumimos el rol de usuarias que no comprenden determinadas formas lingüísticas usadas por los *bots*. Esta falta de entendimiento (llevada al extremo) posiblemente haya propiciado una relación jerárquica entre el *chatbot* y nosotras; lo cual deberá ser demostrado en un próximo trabajo. A su vez, queda pendiente proponer interacciones que soliciten a los *bots* otro tipo de instrucciones, sin ceñirnos a los *prompts* orientados a tareas.

Por ahora, hemos demostrado que, para los dos tipos de acomodación analizada en este artículo, los *chatbots* pueden perpetrar la discriminación lingüística a partir de la reproducción de inequidades estructurales de nuestra sociedad. En particular, la investigación permitió exponer la ideología lingüística que subyace a estos desarrollos tecnológicos que se proponen como neutrales: una ideología monoglósica que sostiene una jerarquización de los usos lingüísticos necesaria para ejercer el control sobre las lenguas y sus hablantes.

De hecho, la interacción humanx-IA es “uno de los nuevos ámbitos de control de la discursividad impulsados desde la economía y la tecnología, en el que la simplificación juega un papel importante” (Becker, 2023, p. 82). Los estilos simplificados, que intentan reducir la complejidad lingüística, han ganado terreno en busca de “transparencia”, “eficacia” y “reducción de costos”, todo lo cual acompaña una “economización” de las instituciones (Lauria, 2019). Estos valores son impulsados desde la RAE y empresas tecnológicas que presuponen que el lenguaje sencillo beneficia el éxito de la comunicación personas-*chatbots*.

El alcance de estas posiciones sobre la lengua se materializa en el proyecto LEIA: Lengua Española e Inteligencia Artificial.¹³ Se trata de un acuerdo entre la RAE y Telefónica, Google, Microsoft, Amazon, Twitter y Facebook para trabajar en el desarrollo de aplicaciones de IA. En el sitio de presentación del acuerdo se lee: “LEIA tiene como fin principal cuidar el uso de un *correcto* español en los medios tecnológicos y así evitar que se pierda *la unidad* que permite que más de 585 millones de personas puedan comunicarse en nuestra lenguasin dificultades”.¹⁴ Esto habilita la elección de una única variedad de español que permita simplificar el lenguaje de los *bots* y garantice la “unidad”. Esta variedad “no marcada”, sin embargo, coincide con el habla culta peninsular y, amén del lema panhispánico “Unidad en la diversidad”, elude la heterogeneidad de variedades existentes. El objetivo declarado de es “velar por el buen uso de la lengua española en las máquinas”¹⁵, aunque los reiterados sintagmas “el buen uso de la lengua” y “un español correcto” permanecen sin definir. Por otro lado, la idea de aprendizaje y la necesidad de claridad postuladas en LEIA presuponen la incapacidad de las máquinas, pero también de lxs usuarixs para comprender el español en su versión “compleja”.

Nuestro experimento contribuye a esta discusión sobre las políticas lingüísticas en torno a la IA en el mundo hispanohablante, al aportar evidencia de cómo el entrenamiento de los *chatbots* está guiado por una ideología lingüística homogeneizante, cuyo efecto es borrar la diversidad de lxs hablantes y acentuar la concentración de recursos lingüísticos y simbólicos. La elección de la variedad lingüística con que se entrena los desarrollos de IA es vehiculizada por actores y discursos dominantes que, en nombre de los derechos ciudadanos, impiden un acceso equitativo a las nuevas tecnologías y afianzan las jerarquías entre hablantes y entre variedades. En este punto, acordamos con el enfoque de la justicia sociolingüística en asumir las desventajas lingüísticas como desventajas estructurales y proponer “una educación lingüística que empodere a los individuos y grupos subordinados en batallas sociopolíticas en torno al lenguaje” (Zavala, 2019). Esta mirada requiere dejar de lado una perspectiva descriptiva del lenguaje para pasar a una perspectiva crítica: no sólo analizar las injusticias sociales, sino también abordarlas activamente para revertirlas, implicando a diferentes actores en procesos participativos (Martin Rojo, Pujolar y Amorrortu, 2025).

¿Qué hacer, entonces? Alemany et al. (2023) subrayan la necesidad de auditar los LLMs para garantizar los derechos de sus usuarixs y, en el caso que nos compete, evitar la reproducción de desigualdades debidas a “sesgos” en la representación lingüística de la población hispanohablante.¹⁶ Como explica Lee (2024), si se entrena a los modelos de lenguaje con *datasets* cuestionables o limitados, probablemente los *bots* se verán afectados por problemas de rendimiento, como el sesgo. Para Lee, entrenar un modelo de aprendizaje profundo con conjuntos de datos de alta calidad permite obtener resultados más precisos y coherentes y, agregamos, respetuosos de la diversidad.

¹³ Disponible en: <<https://www.rae.es/leia-lengua-espanola-e-inteligencia-artificial>> Último acceso: 8 de marzo de 2025.

¹⁴ Disponible en: <<https://www.rae.es/noticia/que-es-leia#:~:text=El%20proyecto%20Lengua%20Espa%C3%B1ola%20e,el%20apoyo%20inicial%20de%20Telef%C3%B3nica>> . Último acceso: 8 de marzo de 2025.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ Siguiendo a Zajko (2022), consideramos que se trata de discriminación lingüística, no de “sesgos”, ya que las limitaciones de los *bots* responden a inequidades de nuestra sociedad.



La calidad del *dataset* tiene implicaciones relevantes para el modelo que se busca entrenar, especialmente porque puede causar comportamientos indeseables en sistemas de IA¹⁷. Al respecto, coincidimos con la necesidad de que lxs lingüistas y hablantes de variedades no dominantes participemos activamente en el desarrollo y la evaluación de los LLM con el fin de abogar por los derechos lingüísticos y, en definitiva, frenar la reproducción social de desigualdades. Como explica Zajko (2022), para hacer frente a la “automatización de las desigualdades”, hay que considerar que tanto el funcionamiento como los errores de los desarrollos en el campo de la IA y el aprendizaje automático encuentran sus raíces en inequidades preexistentes al desarrollo en cuestión. Las problemáticas que se manifiestan en el uso de *bots* requieren su abordaje en múltiples dimensiones que, las más de las veces, exceden el campo tecnológico. Por tal motivo, es perentorio reducir la brecha tecnológica entre investigadorxs de distintos campos del conocimiento.

CONTRIBUCIÓN DE LAS AUTORAS

Las autoras contribuyeron de igual manera en la conceptualización, análisis de los datos, escritura y revisión del artículo.

CONFLICTO DE INTERESES

Las autoras no tienen ningún conflicto de intereses que declarar.

REFERENCIAS

ALEMANY, Laura Alonso. Inteligencia artificial y valores. In: FERRANTE, Enzo. (Dir.) **Aprendizaje automático, un viaje al corazón de la inteligencia artificial contemporánea**. Editorial Vera cartonera, 2022. p. 34-42. <<https://www.fhuc.unl.edu.ar/veracartonera/portfolio/aprendizaje-automagico/>>.

ALEMANY, Laura Alonso; BENOTTI, Luciana; MAINA, Hernán; GONZÁLEZ, Lucía; RAJNGEWERC, Mariela et al. A methodology to characterize bias and harmful stereotypes in natural language processing in Latin America. Cornell University; **arXiv**, 3, p. 1-24, 2023. <<https://arxiv.org/abs/2207.06591>>.

ARNOUX, Elvira. Modos de regulación de la discursividad: en torno a la simplificación y la uniformización. **La Rivada. Revista electrónica de la Secretaría de Investigación y Posgrado FHyCS-UNaM**, 14, p. 15-36, 2020.

ARNOUX, Elvira. **Análisis del discurso. Modos de abordar materiales de archivo**. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006.

ARNOUX, Elvira; BEIN, Roberto. Introducción: Las representaciones del lenguaje. In: ARNOUX, Elvira y BEIN, Roberto. **Prácticas y representaciones del lenguaje**. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 9-15.

¹⁷ Véase, por ejemplo: <https://www.theregister.com/2020/07/01/mit_dataset_removed>. Último acceso: 8 de marzo de 2025.

BECKER, Lidia. El lenguaje claro o ciudadano en América Latina: ¿un movimiento glotosocial, una nueva regulación democratizadora de la discursividad pública o una herramienta hegemónica?. In: ARNOUX, E. y BEIN, R. (Eds.) **Semiótica y política en el discurso público**. Buenos Aires: Biblos, 2023. p. 81-103.

BLOMMAERT, Jan. Language, Asylum, and the National Order. **Current Anthropology**, 50 (4), p. 415-441, 2009.

BUCHOLTZ, M.; LÓPEZ, A.; MOJARRO, A.; SKAPOULLI, E.; VANDERSTOUWE, C.; WARNER-GARCÍA, S.. Sociolinguistic justice in the schools. Student researchers as linguistic experts. **Language and Linguistics Compass**, 8/4, p. 144-157, <2014.<https://doi.org/10.1111/lnc3.12070>>.

BÜRKI, Yvette; MORGENTHALER GARCÍA, Laura. En torno al olvido en el estudio de la variación lingüística del español. **Estudios de Lingüística del Español**, 37, p. 3-15, 2016.

CIRILLO, Giusy; RUNNQVIST, Elin; STRIJKERS, Kristof; NGUYEN, Noël; BAUS, Cristina. Conceptual alignment in a joint picture-naming task performed with a social robot. **Cognition**, 227, 105213, 2022. <<https://doi.org/10.1016/j.cognition.2022.105213>>.

COHN, Michelle; ZELLOU, Georgia. Prosodic differences in human- and Alexa-directed speech, but similar local intelligibility adjustments. **Frontiers in Communication**, 6, 2021. <<https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.675704>>.

DEL VALLE, José. **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid/Fránkfort: Iberoamericana/Vervuert, 2007.

DEL VALLE, José y MEIRINHO-GUEDE, Vítor. Ideologías lingüísticas. In: GUTIÉRREZ-REXACH, Javier. (Ed.): **Enciclopedia de Lingüística Hispánica**, 2 (2), 2016, p. 622-631.

DOMÍNGUEZ, Verónica. Vidal de Battini y las encuestas del habla regional (1950). El registro de lenguas indígenas en la Patagonia Central. In: LAGUARDA, Paula Inés y ABBONA, Anabela. (Eds.) **Diálogos sobre cultura y región. Políticas, identidades y mediación cultural en La Pampa y Patagonia Central (siglos XX y XXI)**. Teseo Press, 2023. Cap. 7. <<https://www.teseopress.com/dialogossobreculturayregion/chapter/capitulo-7-vidal-de-battini-y-las-encuestas-del-habla/>>.

GALLOIS, Cindy; OGAY, Tania; GILES, Howard. Communication accommodation theory: a look back and a look ahead. In: GUDYKUNST, William (Ed.) **Theorizing About Intercultural Communication**. London: Sage, 2005. p. 121-148.

GILES, Howard; EDWARDS, America L.; WALTHER, Joseph B. Communication accommodation theory: Past accomplishments, current trends, and future prospects. **Language Sciences**, 99, 101571, 2023. <<https://doi.org/10.1016/j.langsci.2023.101571>>.

GILES, Howard; TAYLOR, Donald M.; BOURHIS, Richard Y. Towards a theory of interpersonal accommodation through speech: some Canadian data. **Language in Society**, 2 (2), p. 177-192, 1973.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation. De la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin, 2006 [1999].

LAURIA, Daniela. Sobre el programa Justicia en lenguaje claro del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación (Argentina). **Entremeios. Revista de Estudos do Discurso**, 18, p. 43-61, 2019.



LAURIA, Daniela; LÓPEZ GARCÍA, María. Instrumentos lingüísticos académicos y norma estándar del español: la nueva política lingüística panhispánica. **Lexis**, 33(1), p. 49-89, 2009.

LEE, Kenny. Why are datasets important in training LLMs? **Kili** [blog], 2024. Disponible en: <<https://kili-technology.com/large-language-models-llms/9-open-sourced-datasets-for-training-large-language-models#3>>. Acceso: 3 de marzo de 2025.

LÓPEZ GARCÍA, María. El otro yo: la identidad lingüística argentina como conflicto. **Amérika. Mémoires, identités, territoires**, 9, 2013. <https://web.archive.org/web/20220419132713id_/https://journals.openedition.org/amerika/4387>.

MARTÍN ROJO, Luisa; PUJOLAR, Joan; AMORRORTU, Estibaliz. Negotiating sociolinguistic justice: turning spaces of inequality into spaces of conscientization. **International Journal of the Sociology of Language**, v. 2025, n. 291, p. 1-26, 2025. <<https://doi.org/10.1515/ijsl-2022-0114>>.

MENGESHA, Zion; HELDRETH, Courtney; LAHAV, Michal; SUBLEWSKI, Juliana; TUENNERMAN, Elyse. "I don't think these devices are culturally sensitive." Impact of automated speech recognition errors on African Americans. **Frontiers in Artificial Intelligence**, 4, 2021. <<https://doi.org/10.3389/frai.2021.725911>>.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. Variedades del español en los Estados Unidos. In: MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. **Variedades de la lengua española**. Londres/Nueva York: Routledge, 2020. p. 130-141.

PICKERING, Martin J.; GARROD, Simon. Alignment as the Basis for Successful Communication. **Research Language Computation**, 4(2-3), p. 203-228, 2006.

PÜTZ, Ole; ESPOSITO, Elena. Performance without understanding: How ChatGPT relies on humans to repair conversational trouble. **Discourse & Communication**, 0(0), 2024. <<https://doi.org/10.1177/17504813241271492>>.

SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail; SACKS, Harvey. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, 53, p. 361-82, 1977.

SHEN, Huiyang; WANG, Min. Effects of social skills on lexical alignment in human-human interaction and human-computer interaction. **Computers in Human Behavior**, 143, 108818, 2023. <<https://doi.org/10.1016/j.chb.2023.107718>>.

SHIRO, Martha. Editorial. El método tampoco viene del aire... **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, 12(2), p. 3-6, 2016.

SLEZAK, Diego F. Una breve introducción a la inteligencia artificial. In: FERRANTE, Enzo. (Dir.) **Aprendizaje automático, un viaje al corazón de la inteligencia artificial contemporánea**. Editorial Vera cartonera, 2022. p. 12-17. <<https://www.fhuc.unl.edu.ar/veracartonera/portfolio/aprendizaje-automagico/>>.

SONEIRA, Abelardo Jorge. La "Teoría fundamentada en los datos" (Grounded Theory) de Glaser y Strauss. In: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. (Coord.) **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006. p. 153-173.

UNAMUNO, Virginia. "¿Qué son las lenguas?" In: UNAMUNO, Virginia. **Lenguaje y educación**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2016. p. 9-30.

VIDAL DE BATTINI, Berta Elena. **El español de la Argentina**. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1964.



WANG, Boxuan; THEUNE, Mariët; SRIVASTAVA, Sumit. Examining Lexical Alignment in Human-Agent Conversations with GPT-3.5 and GPT-4 Models. *In: FØLSTAD, Asbjørn, et al. (Coord.) Chatbot Research and Design. Conversations 2023*. Lecture Notes in Computer Science, vol 14524. Springer, Cham, 2024. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-54975-5_6>.

ZAJKO, Mike. Artificial intelligence, algorithms, and social inequality: Sociological contributions to contemporary debates. *Sociology Compass*, 16(3), 2022. <<https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soc4.12962>>.

ZAVALA, Virginia. Justicia sociolingüística para los tiempos de hoy. *Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura*, v. 24, n. 2, p. 343-359, 2019. <<https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v24n02a09>>.





Reflexiones sobre las asimetrías de género en la ciencia. ¿Qué aprendizajes dejan las experiencias de las mujeres en las ciencias físicas en México?

Liliana Ramírez Ruiz

Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM),¹ Cidade do México, México

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8905-5600>

E-mail: liliana.r.ruiz.2020@gmail.com

RESUMEN

En este artículo presento las reflexiones del proyecto de investigación sobre la caracterización de las asimetrías de género de la ciencia en México, el cual retoma evidencias desde el campo de las ciencias físicas. El objetivo es comprender aquellos aspectos que enfatizan las brechas, desventajas, asimetrías y violencias de género hacia las mujeres, también los obstáculos que las investigadoras experimentan en el área de las ciencias físicas de la UNAM, a diferencia de los investigadores. Utilicé tres estrategias metodológicas para lograr el objetivo; 1) construí en colaboración con colegas² tres grandes bases de datos sobre la producción científica en el área³; 2) realicé etnografías de los laboratorios en los que las investigadoras realizan su trabajo, las cuales se extendieron a un acompañamiento a seminarios, reuniones de grupos de investigación, eventos académicos y de difusión y 3) mediante entrevistas semiestructuradas a investigadoras y técnicas académicas comprendí de una mejor forma sus trayectorias, sus vínculos sociales con colegas mujeres y hombres, las prácticas de producción, colaboración y citación de la disciplina en que han desarrollado una carrera académica, también las experiencias de discriminación y las violencias basadas en su sexo, origen étnico, clase y edad. Este artículo no será exhaustivo en las metodologías, sino en los hallazgos de una investigación encarnada. Es decir, escribiré sobre los efectos del encuentro con las experiencias de mujeres en la ciencia y la sensibilidad como una forma de observar la misma. Esto último me llevó a involucrarme y afectarme de las vivencias de las mujeres con y por las que investigo.

PALABRAS CLAVE: Género; Ciencia y tecnología; Mujeres en la ciencia; Feminismo; Física en México.

¹ Esta investigación ha sido realizada en el marco de la estancia posdoctoral realizada gracias al apoyo del Programa de Becas Posdoctorales de la UNAM (POSDOC).

² Mis colaboradoras y mis colaboradores en la generación han sido la estudiante de actuaría Sandra Valencia Camacho Aguilar, la coordinadora de la biblioteca Juan B. de Oyarzabal del Instituto de Física de la UNAM, la licenciada América Cortés, la doctora Suyin Ortega del IIMAS de la UNAM, el doctor Lucas Carvalho de la Universidad Federal Fluminense de Brasil (a quién siempre le estaré agradecida por su generosidad y camaradería) y el doctor Eduardo Robles Belmont del IIMAS de la UNAM.

³ La primera corresponde al total de la producción de artículos científicos del Instituto de Física de la UNAM desde su creación en 1938 hasta 2024 en la base de datos Scopus, la segunda es una base de datos que recopila el histórico de los datos del Sistema Nacional de Investigadoras e Investigadores del antes llamado Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías y la tercera es una base de datos de OpenAlex que contempla toda la producción en Física y Astronomía de la UNAM desde 1961 hasta 2024.



Reflexões sobre as assimetrias de gênero na ciência: que lições podem ser aprendidas com as experiências das mulheres nas ciências físicas no México?

RESUMO

Neste artigo, apresento as reflexões do projeto de pesquisa sobre a caracterização das assimetrias de gênero na ciência no México, o qual retoma evidências a partir do campo das ciências físicas. O objetivo é compreender os aspectos que enfatizam as brechas, desvantagens, assimetrias e violências de gênero direcionadas às mulheres, bem como os obstáculos que as pesquisadoras enfrentam na área das ciências físicas da UNAM, em contraste com os pesquisadores. Utilizei três estratégias metodológicas para alcançar esse objetivo: 1) construí, em colaboração com colegas, três grandes bases de dados sobre a produção científica na área; 2) realizei etnografias nos laboratórios onde as pesquisadoras desenvolvem seu trabalho, as quais se estenderam ao acompanhamento de seminários, reuniões de grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e de divulgação; e 3) por meio de entrevistas semiestruturadas com pesquisadoras e técnicas acadêmicas, compreendi de forma mais aprofundada suas trajetórias, seus vínculos sociais com colegas mulheres e homens, as práticas de produção, colaboração e citação da disciplina em que construíram sua carreira acadêmica, além das experiências de discriminação e das violências baseadas em seu sexo, origem étnica, classe e idade. Este artigo não será exaustivo em relação às metodologias, mas sim nos achados de uma pesquisa encarnada. Ou seja, escreverei sobre os efeitos do encontro com as experiências das mulheres na ciência e a sensibilidade como uma forma de observá-la. Isso, por fim, me levou a me envolver e me afetar pelas vivências das mulheres com e por quem pesquiso.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Ciência e tecnologia; Mulheres na ciência; Feminismo; Física no México.

Reflections on Gender Asymmetries in Science: what can we learn from the experiences of women in the physical sciences in Mexico?

ABSTRACT

This article presents reflections from a research project that characterizes gender asymmetries in science in Mexico, drawing evidence from the field of physical sciences. Its aim is to understand the factors that emphasize gender gaps, disadvantages, asymmetries, and violence against women, as well as the specific challenges faced by female researchers in the physical sciences at UNAM, in contrast to their male counterparts. I employed three methodological strategies to achieve this objective: 1) in collaboration with colleagues, I have developed three extensive databases on scientific production in the field; 2) I conducted ethnographic fieldwork in laboratories where female researchers carry out their work, which including participation in seminars, research group meetings, academic and outreach events; 3) I carried out semi-structured interviews with female researchers and academic technicians to gain a deeper understanding of their career trajectories, their social relationships with male and female colleagues, and the dynamics of production, collaboration, and citation within the discipline in which they have built their academic careers, as well as their experiences of discrimination and violence based on sex, ethnicity, class, and age. Rather than providing an exhaustive methodological account, this article seeks to share the insights that emerged from an embodied research approach. That is, I reflect on the effects of engaging with women's lived experiences in science and the role of sensitivity as a mode of observing scientific practice itself. This process led me to become deeply involved with—and affected by—the lives of the women I research with and for.

KEYWORDS: Gender; Science and technology; Women in science; Feminism; Physics in Mexico.

1. Introducción

El título de mi artículo rinde homenaje a la física y teórica feminista Evelyn Fox-Keller haciendo alusión a su famoso libro publicado en el año 1985 “Reflections on Gender and Science”. Todas –y todos por supuesto– le debemos a esta ingeniosa pensadora ser la pionera en las investigaciones sobre la participación de las mujeres en la publicación de artículos

científicos. En los años ochenta Fox Keller realizó una búsqueda en la revista *Social Studies of Science*, introdujo las palabras “género”, “feminismo” o “mujeres” esperando encontrar cuál era la contribución femenina en el contenido discursivo de la revista. En la actualidad estos análisis son muy frecuentes en la bibliometría y cienciometría, sin embargo, la búsqueda de la autora daría como resultados un sesgo teorizado por las epistemólogas de la ciencia; la invisibilización de las mujeres en la historia de las disciplinas y en las temáticas asociadas a ellas.

Aunque *Social Studies of Science* es una prestigiosa revista internacional que se presenta así misma como el espacio de discusión central sobre los estudios en Ciencia Tecnología y Sociedad (CTS)–la cual fue fundada en el año de 1971–, la búsqueda realizada por Evelyn Fox Keller sólo arrojó solo un artículo (Burrage 1983, citado en Flores Espíndola, 2016). De lo anterior que la socióloga mexicana Artemisa Flores Espíndola hiciera una pertinente pregunta en el título de su artículo del 2016: ¿dónde están las mujeres en los CTS?

La importancia de nombrar a Evelyn Fox Keller es que ella realizó una investigación encarnada sobre la subrepresentación, exclusión y desigualdad que experimentan las mujeres en la Física. Encarnada debido a que era hija de inmigrantes, una de las pocas mujeres realizando un doctorado en el área en Estados Unidos y tuvo que parar su formación unos años debido a la discriminación y el sexismo que experimentó dentro de la academia norteamericana (Pérez, 2023). Sus investigaciones no sólo demuestran las metáforas sexistas en los grandes paradigmas de la ciencia, sino un carácter interseccional⁴. Es decir, la importancia de estudiar al género en relación con otras variables como lo son la raza, la clase, entre otras y cómo la distinción femenino y masculino está detrás de toda vida social; ya sea la vida cotidiana o la ciencia misma.

Fox Keller nos dotó de nuevas formas de pensar la investigación, tal es el caso de la descripción del trabajo de la genetista Bárbara McClintock. La pensadora feminista abrió el debate que desmonta la racionalidad moderna y la objetividad masculina tradicional en el que la física como disciplina es el tipo ideal. Al centrarse en la obra de McClintock, Fox Keller incorpora la afectación en la ciencia, esto en el sentido de cómo era afectada y cómo afectaba su objeto de observación. Afectar la práctica investigativa y ser afectada es una metodología que Bárbara McClintock –la primera mujer ganadora del Premio Nobel en Medicina– nombró como escuchar la materia o estar en sintonía con el organismo. Estar en sintonía con el organismo implica romper la distancia entre investigadora y el objeto, y poner a la intuición y la relación con lo investigado como una apuesta por una nueva forma de objetividad (Fox-Keller, 1985; González y Pérez, 2002).

⁴ Kimberlé Crenshaw fue la teórica que definió el concepto en la década de los ochentas. Catherine D'Ignazio y Lauren Klein su libro *Data Feminism* (2023) describen la historia de esta forma de categorización e investigación con una claridad pedagógica: “En la facultad de Derecho, Crenshaw se encontró con el caso contra la discriminación De Graffenreid contra General Motors. Emma De Graffenreid era una madre trabajadora negra que había buscado trabajo en una fábrica de General Motors en su ciudad. No fue contratada y demandó a GM por discriminación. La fábrica tenía un historial de contratación de personas Negras: muchos varones negros trabajaban allí en trabajos industriales y de mantenimiento. También tenía un historial de contratación de mujeres: muchas mujeres blancas trabajaban allí como secretarías. Estos dos elementos de prueba son la base para que el juez desestime el caso. Como la empresa contrataba a personas Negras y a mujeres, no podía discriminar por motivos de raza o género. Pero, Crenshaw quería saber, ¿qué pasa con la discriminación por raza y género juntas? Esto es algo diferente, es real, y hay que ponerle nombre. Crenshaw no solo le dio nombre al concepto, sino que pasó a explicar y a elaborar la idea de interseccionalidad en libros, artículos y charlas que fueron premiados” (D'Ignazio y Klein, 2023, p.8).

La que escribe ha experimentado las renunciaciones académicas y las violencias simbólicas –y materiales– de una ciencia androcéntrica⁵. Esto significa que hago investigación que interpela mis propias vivencias y que estoy implicada de múltiples formas en el modo de construir conocimiento, pero también de las desventajas que he venido observando. En ese sentido, uno de los propósitos prácticos es investigar la participación desigual de las mujeres en la producción de conocimiento, incluyendo cómo afecta a las investigadoras las brechas, las asimetrías y las violencias de género. Las opresiones que he observado hacia las mujeres con las que investigo, me han resultado autoevidentes al participar de un espacio masculinizado que es francamente hostil.

Escribo este texto al estilo relacional de las epistemólogas feministas como Donna Haraway (2020) y Vinciane Despret (2021), en el sentido de observar el vínculo como unidad frente a las grandes dicotomías del conocimiento (cultura-naturaleza, individuo-sociedad, agencia-estructura). También recupero las reflexiones de Evelyn Fox-Keller sobre Bárbara de McClintock (1985), quien nos enseñó –como he referido en anteriores párrafos– que la intuición y la afectividad son un método de investigación.

En este documento muestro evidencias y narro historias con y por otras mujeres. La relación que he establecido con las investigadoras me ha afectado y he afectado el espacio en el que investigo. En ese sentido, en el presente artículo describo un recorrido y los hallazgos que he encontrado. Dichos hallazgos han correspondido a distintos momentos y están plasmados en artículos científicos, de divulgación, capítulos de libros y diversas conferencias. No obstante, este texto no es concluyente, sólo responde a los aprendizajes que me han dejado observar las asimetrías de género de la ciencia en México tomando evidencias desde la física. Más que respuestas –como lo describe Vinciane Despret (2018)– pretendo hacer reflexivos mis hallazgos y generar nuevas preguntas de investigación.

El artículo está organizado en tres apartados que muestran; 1) un análisis cuantitativo y cualitativo de dos áreas disímiles de investigación (me refiero a el área de las Físico, matemáticas y ciencias de la tierra y al área de las Humanidades y Ciencias del comportamiento), 2) las redes de las investigadoras de instituciones de ciencias físicas de la UNAM y 3) las experiencias de las académicas frente al desigual trabajo de cuidados, el acoso y otros factores que obstaculizan sus carreras y trayectorias.

2. El sistema de investigación mexicano: sus números y las historias de exclusión de mujeres

2.1. Los números

Comencé esta investigación buscando analizar las diferencias numéricas de la participación de las mujeres con respecto a los hombres en el Sistema Nacional de Investigadoras e Investigadores (SNII), que hasta el año 2024 pertenecía al Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y

⁵ La noción androcentrismo refiere a los sesgos sexistas, racistas, clasistas y colonialistas que ha tenido el conocimiento científico al tomar el punto de vista del hombre blanco como visión legítima del mundo.



Tecnologías de México (CONAHCYT) ahora Secretaría de Ciencia, Humanidades, Tecnología e Innovación (SECIHTI).

El SNII es un programa de estímulos a personas miembros que producen conocimientos, tecnologías e innovaciones, el cual fue creado el 26 de julio de 1984 por un acuerdo presidencial (Reyes y Surinach, 2015). El estímulo está sujeto a comisiones evaluadoras para adquirir un nombramiento y una membresía, que como toda actividad de grupos de científicos y científicas tiene sesgos en la conformación de dichos comités. También, en sus decisiones sobre a quién se incluye o excluye, a quién se promociona y a quién no. Hago la anterior afirmación dado que no hacen análisis sobre identidad de género, datos sociodemográficos, origen social, pertenencia étnica entre otros muchos aspectos relevantes. Los esfuerzos de los comités por ser parciales y objetivos, resultan cuestionables.

El estímulo y el nivel otorgado por el SNII representa un recurso simbólico de reconocimiento entre pares (incluso en las convocatorias de contratación de profesores-investigadores de las universidades mexicanas puede aparecer como requisito), como también lo es en lo económico ya que “surgió más que nada por la necesidad de aumentar los salarios a los investigadores en la crisis económica mexicana de 1984, una de tantas crisis que ya se habían suscitado en el país, y ante la imposibilidad de ofrecer un aumento salarial a todos los trabajadores mexicanos” (Foro Consultivo Científico y Tecnológico 2005, en Reyes y Surinach, 2015).

Los niveles van desde las y los candidatos, el SNII 1, SNII 2, SNII 3 y el nivel más alto es el de Eméritas y Eméritos. La dinámica consiste en que mientras más se asciende en los niveles, mayor es el monto de dinero que se recibe (también el prestigio). El SNII se divide en nueve áreas: 1) Físico matemáticas y ciencias de la tierra, 2) Biología y química, 3) Medicina y ciencias de la salud, 4) Ciencias de la conducta y de la educación, 5) Humanidades, 6) Ciencias Sociales, 7) Ciencias de la agricultura, agropecuarias, forestales y de ecosistemas, 8) Ingeniería y desarrollo tecnológico e 9) Interdisciplina.

El estudio con el que comencé la investigación retomó el periodo de tiempo hasta el año 2019, dado que la normalización de la base de datos construida así lo permitía. En dicho año, el área 1 permanecía como Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra y el área 4 contenía las Humanidades y las Ciencias de la Conducta. En la actualidad, el área 4 las Humanidades y las Ciencias de la Conducta se encuentran divididas en dos áreas, a saber; el área 4 son las Ciencias de la conducta y de la educación y el área 5 son las Humanidades.

La razón por la que retomé las áreas 1 y 4 es dado que estas representan los dos casos extremos (Gerring, 2004). Lo anterior en el sentido de seleccionar las áreas con la mayor y menor brecha entre hombres y mujeres. Así, el área 1 corresponde a la mayor brecha y el área 4 la menor brecha. El estudio presentado como capítulo de un libro (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024a), profundiza en las desigualdades entre los sexos en el sistema científico mexicano (SNII). Uno de los aspectos novedosos es que generamos una base de elaboración propia que contiene tres fuentes de información; 1) el padrón de personas miembros del sistema (SNII), 2) una normalización de la formación académica en la carrera de las y los miembros y 3) la movilidad que han tenido las y los investigadores al desplazarse a otros países para estudiar un posgrado. Como referí anteriormente, esta base estaba normalizada

hasta 2019, desde diciembre del 2024 se encuentra libre y revisada hasta 2023⁶ (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024b).

En este primer acercamiento dentro de la investigación encontré que en todas las áreas de conocimiento existen diferencias entre los sexos (todas favoreciendo la participación masculina), pero que son las disciplinas Físico, Matemáticas, Ciencias de la tierra e Ingenierías las que concentran el mayor número de hombres.

Hasta 2019, el número total de las y los miembros era de 30 mil 548 personas. En el área Físico, Matemáticas, Ciencias de la tierra e Ingenierías eran 7 mil 081 investigadores y 2 mil 081 investigadoras. Hice un ejercicio sencillo que permitía ver las diferencias de los porcentajes entre investigadores e investigadoras, sencillo pero contundente. Dicho ejercicio consistió en agregar una columna con los porcentajes de las diferencias entre los sexos en la parte derecha de la Tabla 1.

TABLA 1. Distribución total de investigadoras e investigadores por área del conocimiento en el Sistema Nacional de Investigadoras e Investigadores hasta el año 2019

Área	Total de miembros	% de 30548	Hombre	% del área	Mujer	% del área	Diferencia por sexo
I. Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra	4708	15.41%	3647	77.46%	1061	22.54%	54.93%
II. Biología y Química	4525	14.81%	2582	57.06%	1943	42.94%	14.12%
III. Ciencias Médicas y de la Salud	3556	11.64%	1795	50.48%	1761	49.52%	0.96%
IV. Humanidades y Ciencias de la Conducta	4453	14.58%	2248	50.48%	2205	49.52%	0.97%
V. Ciencias Sociales	5045	16.51%	2980	59.07%	2065	40.93%	18.14%
VI. Biotecnología y Ciencias Agropecuarias	3807	12.46%	2401	63.07%	1406	36.93%	26.14%
VII. Ingenierías	4454	14.58%	3434	77.10%	1020	22.90%	54.20%

Fuente: (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024a)/ Construcción propia con datos del SNII hasta el 2019

La tabla muestra que las diferencias de los porcentajes fueron de 54.9% para el área 1 (Físico, Matemáticas y Ciencias de la tierra) y 54.20% para las ingenierías (área 7). Para el área de las Ciencias Médicas y de la Salud la diferencia de los porcentajes fue de 0.96% y para las Humanidades y Ciencias de la Conducta fue de 0.97 %. Mostrar así los datos resultó abrumador, es decir, las cifras expresan la masculinización y la feminización de las disciplinas. Vale la pena hacer notar que al ser las humanidades, las ciencias de la conducta, las ciencias médicas y de la salud asociadas al cuidado, muchas mujeres participan de ellas.

Lo expresado en la tabla es consistente con las cifras mostradas por la Academia Mexicana de la Ciencia (AMC)⁷. En el año 2021, Susana Lizano Soberón era la presidenta de la AMC e informó que para el año 2020 sólo el 38.2% de las mujeres pertenecían al nivel SNII 3 y que

⁶ Disponible en: <<https://zenodo.org/records/13892189>>. [Último acceso: 22 noviembre 2024].

⁷ Información disponible en su página oficial: <<https://amc.edu.mx/estadisticas/>>. Último acceso: 06 Abril 2025].

las investigadoras Eméritas representaban el 20.8%. Tanto lo presentado por en el SNII del CONAHCYT, como por la AMC confirman la mayoría masculina⁸.

La tabla presentada y algunas otras observaciones internacionales (Elsevier, 2020) exponían las desigualdades numéricas, así que realizamos un segundo tratamiento a la base de datos para analizar las desigualdades entre hombres y mujeres en los distintos niveles de nombramientos del SNII. De lo anterior que en el capítulo del libro plasmáramos las diferencias entre los sexos desde el nivel candidato o candidata hasta el nivel SNII 3.

La intención era seguir la advertencia de Catherine D'Ignazio y Lauren F. Klein en su libro *Data Feminism* (2023), tenemos que buscar nuevas formas de pensar los datos enfatizando en sus usos y sus límites, también cómo estos muestran las desigualdades de poder (elemento que estará latente en todo momento del artículo). Por supuesto que este primer acercamiento es binario, sin embargo, en las entrevistas consideré otras variables asociadas al género, lo cual contempla la perspectiva interseccional (en la nota al pie 4 ya describí este concepto).

TABLA 2. Diferencias por sexo en los niveles del SNII dentro de las áreas de Física, Matemáticas y Ciencias de la Tierra y Humanidades y Ciencias de la Conducta hasta el año 2019

Área del conocimiento del SNII	Sexo	Nivel C	% del nivel C	Nivel 1	% del nivel 1	Nivel 2	% del nivel 2	Nivel 3	% del nivel 3
I. Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra (4708 miembros)	Hombres	137	66.50%	459	75.00%	279	80.87%	262	90.34%
	Mujeres	69	33.50%	153	25.00%	66	19.13%	28	9.66%
IV. Humanidades y Ciencias de la Conducta (4453 miembros)	Hombres	141	45.34%	374	50.54%	125	53.88%	71	58.68%
	Mujeres	170	54.66%	366	49.46%	107	46.12%	50	41.32%

Fuente: (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024a)/Construcción propia con datos del SNII hasta el 2019

La Tabla 2 muestra las diferencias por sexo en los niveles del SNII dentro de las áreas de Física, Matemáticas y Ciencias de la Tierra y las Humanidades y Ciencias de la Conducta hasta el año 2019. Dicha tabla dio lugar a un hallazgo significativo en la investigación que permitió mostrar cómo las diferencias numéricas expresan asimetrías en las carreras de las académicas frente a los académicos. Es decir, los números son la imagen de cómo se excluye a las mujeres de los estímulos y de los nombramientos que están asociados al prestigio y a mejores condiciones para investigar y para vivir. Esto ha sido ampliamente estudiado cuando de analizar las carreras STEM –ciencia, tecnología, ingeniería y matemáticas por sus siglas en inglés– se trata (Larivière et al., 2013; Estrada et al., 2016; Morales y Morales, 2020; Wang y Degol 2017; Lerback y Hanson, 2017; Makarova et al., 2019; Málaga-Sabogal y Sagasti, 2021; Chan y Torgler, 2020).

⁸ El Informe General del estado de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación del CONAHCYT del 2020 menciona que, del total de personas miembros, el 32% es representado por mujeres y 62% por hombres: <<https://www.siicyt.gob.mx/index.php/transparencia/informes-conacyt/informe-general-del-estado-de-la-ciencia-tecnologia-e-innovacion/informe-general-2020-1/4987-informe-general-2020/file>>. Último acceso: 25 Enero 2024].

En este momento, quiero enfocar la atención en los porcentajes del Sistema Nacional de Investigadoras e Investigadores en los niveles dos (SNII 2) y tres (SNII 3). Por un lado, en las Humanidades y Ciencias de la Conducta, en el nivel SNII 2 eran 125 hombres (53.9%) y 107 mujeres (46.1%) y en el nivel SNII 3 eran 71 hombres (58.68 %) y 50 mujeres (41.32%). La diferencia del porcentaje es mínima en términos numéricos (pero existen otras diferencias simbólicas que no trataré en este apartado). Por otro lado, en el área de conocimiento Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra, en el nivel SNII 2 eran 279 hombres (80.87%) y 66 mujeres (19.13%) y en el nivel SNII 3 eran 262 hombres (90.34 %) y 28 mujeres (9.66%).

¿Qué expresan los números? Que hay un área de conocimiento en la que los hombres concentran los estímulos, tomas de decisión y posiciones de poder y que las mujeres en la carrera académica han sido excluidas de los recursos que favorecen el prestigio, pero también sus condiciones materiales. En el área de conocimiento Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra en el nivel SNII 2, las mujeres representan el 20% y en el nivel SNII 3 el 10%. Estos porcentajes son el resultado de la historia de las desventajas que tienen las niñas y mujeres en el sistema de educación superior. También de la persistencia de la visión masculina que limita la participación de las mujeres en ciertas áreas de conocimiento y la imposibilidad de las investigadoras para poder desarrollarse sin obstáculos en la ciencia.

Además, la ciencia en México tiene el imaginario que representa el ideal del “científico” como los hombres que hacen física y fueron justamente ellos los fundadores del primer consejo de ciencia mexicano (Comisión Impulsora y Coordinadora de la Investigación Científica) y los primeros en establecer los sistemas de medición y evaluación que hasta ahora favorece a los hombres dentro de dicha disciplina. Esto se ha investigado rigurosamente, incluso se ha afirmado que la física como disciplina se autopercebe como aquella que trajo modernidad a la nación (Mateos et al., 2012), pero también que da origen a una ciencia con una visión masculina y positivista en México.

2.2. Las historias de exclusión de las mujeres

Mientras escribía el capítulo del libro sobre el sistema de investigación mexicano, realizaba al mismo tiempo entrevistas con las investigadoras y técnicas académicas en el área de las ciencias físicas de la UNAM. En mi diario de campo, conectaba los datos del SNII con las experiencias personales de las académicas, también reflexionaba con las participantes de mi seminario sobre género, ciencia y tecnología de la División de Estudios de Posgrado de la UNAM⁹ parte de mi investigación. Con las entrevistas he realizado una codificación abierta (Holton, 2007) y utilizado el *Software* Atlas.ti para analizar las mismas (las cuales no se agotan aquí). Recuperaré la experiencia de algunas de las académicas entrevistadas, quienes mediante sus narraciones me

⁹ Agradezco a mis colegas, la doctora Carina Galar del CEIICH de la UNAM y al doctor Oscar Martínez de la Universidad Iberoamericana de la Ciudad de México sus observaciones al instrumento que construí para realizar las entrevistas semiestructuradas. Ningún agradecimiento será suficiente para expresar las recomendaciones y el apoyo que he recibido de la doctora Matilde Luna en mi carrera académica.



permiten describir qué historias importan cuando contamos historias (Haraway, 2020). Así lo enseñó Marilyn Strathern, la etnógrafa de las categorías relacionales y las conexiones parciales (Haraway, 2017).

La primera entrevistada (Paola, entrevista, junio 2024¹⁰) narró distintas formas de discriminación asociadas al género, pero que en su percepción estaban mayormente relacionadas a su origen étnico. En nuestro encuentro, me comentó cómo no logra su promoción dentro del sistema científico mexicano, la razón que expresó es que ella no titula el número necesario de estudiantes de doctorado, que es un requisito de la evaluación y la promoción. Ha permanecido casi una década en un mismo nivel porque –según sus propias palabras– existe la advertencia entre las y los estudiantes de posgrado de que ella es una maltratadora. En la descripción reconoce que sabe del rumor, pero que dicho rumor nunca tiene cara o nombre.

Otra de las entrevistadas (Karla, entrevista, junio 2024) logró recientemente acceder a uno de los nombramientos más altos en el SNII, ahora ella funge como evaluadora de colegas mujeres y hombres en el área de las ciencias físicas. Reconoce que la distinción llegó tarde, pues sus colegas hombres lograron tener el mismo nivel mucho antes que ella, aún cuando no existía una diferencia significativa en la producción, citación, formación de recursos humanos, docencia, participación de eventos y desarrollo institucional. A diferencia de la primera entrevistada (Paola, entrevista, junio 2024), la segunda entrevistada (Karla, entrevista, junio 2024) sabía el nombre de quienes obstaculizaron su promoción. La razón de frenar su carrera se dio porque enfrentó el acoso sexual por parte de un investigador prestigioso. En las distintas facultades, institutos y centros de investigación de la universidad que investigo, a la acción de frenar una carrera las y los académicos le dan la expresión de “congelar”. Esto significa que no podrán tener oportunidades para desarrollar actividades de investigación y los grupos con poder se encargarán de que no avancen en sus carreras. La asimetría que acabo de describir expresan una clara violencia ejercida hacia las mujeres, que si bien pueden no tener nombre, son expresiones de las redes de hombres (muchas de las veces participan mujeres, pero ya he demostrado que son una minoría) que pactan para obstaculizar el ascenso de las mujeres al negarse a hacer favores sexuales.

En la participación política electoral, en la academia y en las empresas se ha demostrado que al observar el sexo del nombre de las y los participantes a ser elegidas o elegidos, se tiende a seleccionar los nombres masculinos sobre los femeninos. De esto que un fenómeno reciente en China sea que padres y madres nombren a sus hijas con un género neutro para que sea difícil de identificar el sexo de la postulante (Zhang et al., 2022).

Durante el primer año de la investigación, participé –por primera vez– en el proceso de evaluación para poder acceder al estímulo del sistema de investigación mexicano (SNII). Aún cuando me he desempeñado quince años como profesora universitaria y he escrito artículos

¹⁰ Todos los nombres de las entrevistadas han sido modificados, así como los datos que permitan identificarlas.

indizados en Scopus e ISI Web of Science, el comité de evaluación decidió no otorgar el nombramiento. El mensaje que recibí tras pedir una reconsideración fue genérico y no dice nada de mi trayectoria académica para no merecerlo. Confirmé la célebre frase de Kate Millet (1970) del feminismo de los años setenta plasmada en “La Política Sexual” y que Evelyn Fox-Keller incorpora a su marco de pensamiento; lo personal es político.

Indagué quiénes habían sido las y los evaluadores de ese año en el área que pertenezco y encontré una conferencia en la que participaban investigadoras e investigadores del comité de evaluación de mi área. En dicha conferencia, uno de los participantes sostuvo frente a la audiencia que “el feminismo está de moda”. Nadie reaccionó, nadie se indignó (al menos no lo hicieron públicamente y dejaron pasar el comentario).

En México, la pensadora feminista Raquel Güereca (2017) ha mostrado las violencias epistémicas dentro de las universidades y el borrado de mujeres en las Humanidades, Ciencias de la Conducta y Ciencias Sociales. Aunque las diferencias numéricas sean desproporcionadas en las STEM, no hay disciplina científica que pueda salir del sexismo y androcentrismo. Existen, por ejemplo, trabajos que vinculan la universidad neoliberal y el género (Martínez-Labrín y Castela-Huerta, 2023), de los que se reconozco la riqueza de las fuentes, también en la interpretación sobre los valores a la investigación a diferencia de la docencia. No comparto la profundidad teórica o epistemológica de la que parten, pero son trabajos valiosos y deben recuperarse.

3. Las redes de las académicas en la física: ¿Estamos frente a un pacto de sororidad?

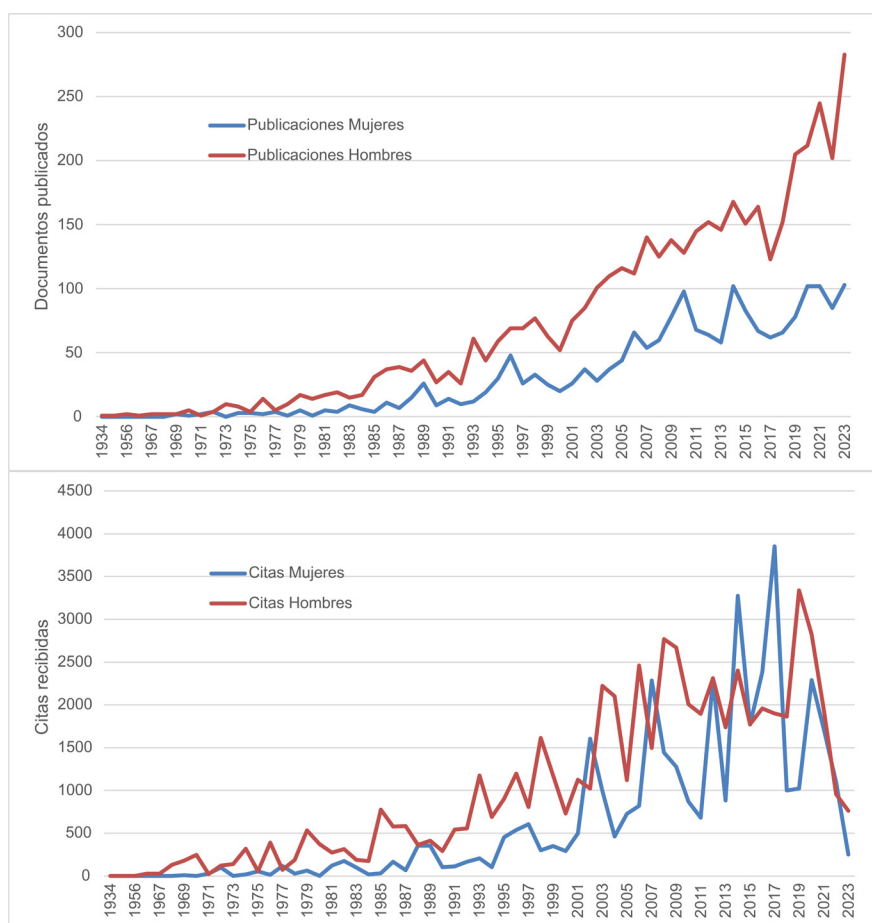
El nombre del tercer apartado hace referencia a dos elementos en la investigación; por una lado, un artículo que busca definir el perfil de las investigadoras en las ciencias físicas y, por otro lado, las redes de apoyo mutuo entre las investigadoras de los institutos de ciencias físicas en la UNAM.

En el artículo buscamos analizar el perfil y la trayectoria de las mujeres del Instituto de Física de la UNAM (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024b). En él realicé una revisión de la bibliografía asociada al pensamiento relacional en teoría sociológica, el vínculo del Análisis de Redes Sociales (ARS) aplicado a los estudios sociales en Ciencia y Tecnología (CTS) y la ausencia de investigaciones sobre la participación de las mujeres en estas áreas.

El objetivo del artículo fue caracterizar el perfil y las redes de las científicas de la Física en el sistema de investigación mexicano y en la UNAM, lo anterior al enfatizar en las desigualdades entre hombres y mujeres. Analizamos la productividad de las mujeres y los hombres, la citación segmentada por sexo, la estructura de las colaboraciones de investigadoras e investigadores y la movilidad, en el sentido del desplazamiento de las y los académicos para estudiar un posgrado en el extranjero, o bien aquellos que migraron a México para formarse en los distintos posgrados.

Presento el análisis de las diferencias en la evolución de la distribución de la producción y de la citación de las y los investigadores en el Instituto de Física de la UNAM.



GRÁFICA 1. Diferencias en la publicación y citación entre hombres y mujeres del Instituto de Física de la UNAM

Fuente: (Ramírez-Ruiz y Robles, 2024b)/Construcción propia con datos de OpenAlex de 1934 a 2023

La distribución de la producción es una herramienta visual que he generado con las distintas bases de datos construidas en el proyecto. En todas las gráficas se podría concluir lo mismo: hay una desigualdad en la producción total y a través de los años de un 80% de los hombres frente a un 20% de las mujeres. Eso resulta una obviedad ya que dicha diferencia porcentual es la composición de las y los investigadores en el Instituto de Física de la UNAM (Huerta e Izeta, 2020). Incluso una de las preguntas de las entrevistas refiere al género de las y los colegas con los que escriben artículos científicos; los físicos y las físicas tienden a reproducir la composición anteriormente descrita sin conciencia de sus propias prácticas. Además, su forma más común de comunicación es mediante el artículo científico en inglés.

Lo que se debe destacar de la Gráfica 1 es que la participación de las mujeres en la producción de artículos científicos se ha mantenido, esto confronta el reporte “There searcher journey through a gender lens: an examination of research participation, career progression and perceptions across the globe” que fue publicado por Elsevier en el 2020. En él, la empresa Elsevier sostiene que a nivel global las ciencias físicas presentan un decrecimiento y una menor participación femenina. El rumbo que le he dado a mi investigación, me da argumentos para decir que los reportes de Elsevier no son concluyentes y que realizar análisis institucionales con perspectiva de género nos puede ayudar a hacer mejores preguntas frente a estos megaproyectos cognitivos.

También, los resultados de la investigación me han permitido cuestionar la forma en que se agrupan las disciplinas en el sistema de investigación mexicano. Los resultados de las áreas del SNII son distintos a lo que se presenta dentro de los institutos de Física de la UNAM, de lo anterior que actualmente me dedique a realizar trabajo de campo en los centros regionales de investigación de ciencias físicas en México. El territorio y los centros y las periferias son nuevas categorías de análisis a integrar.

La segunda observación a considerar es que los estudios internacionales sobre la participación de las mujeres en la ciencia –que ya he citado en este artículo– afirman que existe una subrepresentación en la citación de las investigadoras a nivel global. No sólo se citan menos, se les otorgan menos fondos internacionales de investigación, se les invita poco a ser revisoras de artículos científicos, entre otros aspectos. En un artículo publicado recientemente he explicado este fenómeno (Ramírez-Ruiz y Ruiz, 2023).

Asociado a lo anterior, uno de los elementos que me hacen confrontar las afirmaciones que sostiene el reporte de Elsevier(2020) –que muestra la subrepresentación de la citación a las mujeres en las ciencias físicas– es que para el caso del Instituto de Física de la UNAM, uno de los hallazgos más contundentes es que las mujeres son una minoría hiper productiva y con una citación mayor con respecto a los investigadores en los años recientes¹¹. Lo cual trae problemas como la afectación psíquica y emocional en las académicas, esto lo describiré en el próximo apartado.

Para finalizar esta sección, quiero expresar mi sorpresa al haber visitado durante más de un año el Instituto de Física de la UNAM. Mis primeros encuentros me recordaron las interpretaciones de Michel Foucault en su libro sobre vigilar y castigar (1983). A pocos metros de distancia de la estación del metro Ciudad Universitaria en la Ciudad de México, se podía observar el único instituto que tenía un alambre de púas arriba de sus rejas azules, además en los accesos hay unos dispositivos, que con las entrevistas descubrí son identificadores faciales. Estos se colocaron durante la pandemia para la supervisión de las entradas y salidas a la institución. Las entrevistadas y los colegas con los que ahora convivo, expresan que durante unos años existió un estilo de dirección masculino que se basaba en la sospecha hacia las y los trabajadores (académicos y no académicos). Las historias de acoso laboral fueron una constante en distintas administraciones de la institución, sin embargo, no lo es en la actual. Esto según lo expresaron en las entrevistas y lo pude confirmar con personas que tienen una relación con personas del instituto.

Así que uno de los fenómenos más significativos que encontré fue la forma en que todas las investigadoras defendieron a la actual directora y su administración. En los casi quince años que he investigado a grupos de científicos y científicas, puedo afirmar que el consenso no es natural, siempre existen disensos, tensiones, diferencias, rupturas y disputas por recursos simbólicos, materiales y por poder. Una de mis actuales preguntas es: ¿estamos frente a un pacto de sororidad entre las mujeres del Instituto de Física de la UNAM? Si, pues existe una red de apoyo mutuo entre las investigadoras y técnicas académicas, ellas son las que organizan eventos como el Día de la Niña y la mujer en la Ciencia, el Día Internacional de la Mujer o el Día de la Familia. Ellas

¹¹ Quiero agradecer a mi colega, el doctor Carlos Pineda Zorrilla del Instituto de Física de la UNAM las discusiones que hemos sostenido sobre los hallazgos de la investigación, mucho más sus preguntas sobre los resultados. También le agradezco su apoyo para crear un pequeño grupo de investigación en el que participamos junto con la doctora Itzel Reyna Morales del IFUNAM.



me han invitado a compartir en sus eventos y sus espacios, esta es una de las posibilidades que observo para poder enfrentar el sexismo al interior de las instituciones académicas: las redes de apoyo mutuo y de cuidado entre mujeres. No obstante, son muy pocos hombres los que participan o asisten a las celebraciones que he nombrado, lo que evidentemente representa una asimetría en las cargas de trabajo en las que ellos –otra vez– se ven favorecidos.

4. ¿La ciencia mantiene un punto de vista masculino?

En el momento en que escribo este último apartado, me pregunto si debo seguir sosteniendo que la ciencia mantiene un punto de vista de masculino¹². Tiene cincuenta años que las epistemólogas feministas reconocieron este fenómeno y muchas de ellas han llegado más allá de esta conclusión al incorporar otros saberes, el territorio y nuestros vínculos con las especies compañeras, entre otros temas relevantes. Mientras cuestiono mis propias creencias y mi práctica de escritura académica, reviso una nota esperanzadora sobre el avance de las mujeres en una disciplina de las ciencias sociales. Tengo la esperanza de una ciencia que logre erradicar el sexismo y el androcentrismo. Sin embargo, la experiencia al entrevistar mujeres en las ciencias físicas y el conversar los resultados de mi investigación con mis colegas de las humanidades y las ciencias sociales, no me permiten generar respuestas alentadoras.

Explico la razón de mi desaliento. Antes de comenzar el trabajo de campo, le mostré a la investigadora Matilde Luna el instrumento para hacer las entrevistas, ella me sugirió realizar la siguiente pregunta en la guía: ¿Participas del cuidado de familiares enfermos? La pregunta afectó emocionalmente a mis entrevistadas y me dejó francamente afectada por mis propios procesos en el desigual trabajo de cuidados y mi experiencia con el duelo. De las nueve entrevistas semiestructuradas que realicé, siete de las participantes rompieron en llanto con la pregunta. Las vi experimentar la vergüenza de llorar frente a una extraña, la rabia de haber perdido un familiar que no se quería morir, el desgaste de ser la única mujer en la familia con una carga mental extrema y con un horario de trabajo que oscila doce horas, así como afirmar no saber manejar la pérdida.

Describieron que están cansadas (o lo estuvieron) por tener una mayor carga de trabajo de cuidados que se conjuga con el trabajo académico y reconocieron que este fenómeno las pone en desventaja respecto a sus colegas hombres. Ellas me explicaron que muchas de las veces los investigadores no entienden el proceso que las investigadoras viven y que ellos regularmente no participan del cuidado de familiares enfermos. Las mujeres con y por las que investigo están experimentando un desgaste profesional o el llamado *burnout*. El segundo fenómeno asociado al desgaste profesional –según mis entrevistadas– es la maternidad, sobretodo cuando los hijos son pequeños.

Todas las participantes relataron que han experimentado o conocen alguna experiencia de acoso sexual por parte de algún colega hombre. La historia de una de las entrevistadas puede

¹² Escribí un artículo de divulgación en el que cuestionaba ¿por qué la ciencia mantiene un punto de vista masculino? Mismo que reproduje como exposición con algunos cambios en mi charla a propósito del Día de la niña, las jóvenes y la Mujer en la ciencia en un conversatorio realizado en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM. El conversatorio está disponible en este enlace: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=488993060917961>.

expresar las experiencias de acoso en instituciones universitarias, que quiero aclarar no sucedió dentro del Instituto de Física de la UNAM.

Durante su formación de posgrado en una universidad estatal de México, la entrevistada (Olimpia¹³, octubre, 2024) me confesó que un antiguo novio la manipulaba con la supuesta existencia de un video sexual en el que ambos aparecían. La expareja de la entrevistada (Olimpia, octubre, 2024) –quien también se dedicaba a labores de investigación– mandó un mensaje anónimo al comité académico en el que la entrevistada realizaba su posgrado. En dicho mensaje afirmaba que ella (Olimpia, octubre, 2024) había realizado favores sexuales para el ingreso al posgrado, para la obtención de notas y que seguramente lo haría para obtener una posición en alguna universidad. La decisión del comité académico fue hacer una reunión entre la entrevistada (Olimpia, octubre, 2024) y todos los profesores del departamento, cuestionar su desempeño académico y si este se encontraba relacionado con algún vínculo sexual con los hombres que participaron del encuentro.

Ella (Olimpia, octubre, 2024) narró la humillación pública a la que fue sometida. Si pensamos en la posibilidad de un video sexual en el que aparece un hombre que se dedica a la investigación, la exposición pública es un logro y no una forma de castigo. Esta historia es una expresión de violencia digital contra las mujeres que se realiza dentro y fuera de las instituciones universitarias.

En las categorías utilizadas en las entrevistas, las narraciones muestran la exclusión de mujeres que no estudiaron en sus distintos grados académicos física, una sobrecarga en las comisiones de género hacia las investigadoras sin que esto se refleje en tiempo de investigación o libre, también una visión androcéntrica que se expresa en que el total de mujeres conocen de alguna anécdota o han experimentado discriminación por su sexo, clase u origen étnico. Perciben falta de reconocimiento y apoyo por parte de los investigadores (esto contempla su proceso de formación, se extiende a la carrera académica y no sólo a los institutos), han generado en algún momento de su trayectoria un sentimiento de no pertenencia o no sentirse valoradas y persisten las bromas machistas. También reconocen ambientes masculinos hostiles en el que las mujeres jóvenes reciben trato diferenciado con respecto a otras u otros colegas dependiendo de los vínculos generados con anterioridad con las y los investigadores de tiempo completo en la institución.

El trabajo de campo, hacer las entrevistas, analizarlas y entender los complejos procesos de violencias, ejercicios de poder y desigualdades ha sido un esfuerzo muy complejo, por escribirlo amablemente. Las reflexiones sobre las asimetrías de género no terminan con este artículo, pero muestran elementos para abordar el problema a investigar.

5. Conclusiones

Sobre la interrogante que he planteado en el título de este artículo, los aprendizajes fueron que yo denominé asimetría de género (refiriéndome a las mujeres) a una expresión de vínculos

¹³ Le ha asignado el nombre de la reciente Ley Olympia en México, pues es un logro de Olimpia Coral Melo, quien enfrentó la violencia digital cuando fue difundido un video de contenido sexual en el que aparecía y que debió permanecer privado.



desiguales de recursos, que muestran brechas, discriminación y violencias (simbólicas y materiales) hacia las mujeres.

Los porcentajes de las diferencias numéricas en el sistema de investigación mexicano entre las dos áreas retomadas fueron abrumadores al presentar dos casos extremos del área Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra y las Humanidades y Ciencias de la Conducta. También lo fue encontrar que en los niveles SNII 2 y SNII 3 del área de conocimiento de Físico Matemáticas y Ciencias de la Tierra, las mujeres sólo representan el 20% y el 10% respectivamente.

En las prácticas de producción de artículos científicos y de citación concluyo que nos encontramos frente a una grupo de mujeres hiperproductivas y con un nivel de citación que recientemente supera a sus colegas hombres. Será importante generar ejercicios similares en distintas bases de datos que contemplen Scopus e ISI Web of Science, pero también las bases de datos abiertas como OpenAlex. Además, habrá que confrontar los reportes globales como los que genera Elsevier con lo que sucede en cada institución de las universidades, y si la forma en que agrupan las áreas de conocimiento del sistema científico mexicano es la adecuada.

Existe un arduo trabajo por hacer para erradicar el sexismo (y el androcentrismo) en la ciencia; investigar, generar políticas públicas y al mismo tiempo crear un sistemas que observe los sesgos que obstaculizan las carreras de las mujeres resulta urgente. El mayor aprendizaje es apostar a las redes de apoyo mutuo y de cuidados entre mujeres, es vital generar vínculos fuertes entre nosotras.

CONFLICTO DE INTERESES

La autora declara que no existen conflictos de intereses que pueda afectar la publicación.

FINANCIAMIENTO

Esta investigación ha sido realizada en el marco de la estancia posdoctoral realizada gracias al apoyo del Programa de Becas Posdoctorales en la UNAM (POSDOC).

AGRADECIMIENTO

Quiero agradecer a las mujeres de las ciencias físicas que han participado en mi investigación, por haberme contado sus historias y afectar mi práctica investigativa.

REFERENCIAS

ARREDONDO, F.; VÁZQUEZ, J.; VELÁZQUEZ, L. STEM y brecha de género en Latinoamérica. **Revista de El Colegio de San Luis**, 9(18), p. 137-158, 2019.

ACADEMIA MEXICANA DE LA CIENCIA, marzo 2025. [En línea]. Disponible en: <<https://amc.edu.mx/estadisticas/>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA (2020). Informe General del estado de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación del CONAHTYC del 2020 menciona que, del total de personas miembros, el 32%



es representado por mujeres y 62% por hombres. Recuperado el 14 de febrero de 2025: <<https://www.siicyt.gob.mx/index.php/transparencia/informes-conacyt/informe-general-del-estado-de-la-ciencia-tecnologia-e-innovacion/informe-general-2020-1/4987-informe-general-2020/file>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

DESPRET, V. **¿Qué dirían los animales... si les hiciéramos las preguntas correctas?** Buenos Aires: Cactus, 2018.

DESPRET, V. **A la salud de los muertos:** relatos de quienes quedan. Buenos Aires: Cactus, 2021

D'IGNAZIO, C.; KLEIN, L. F. **Data feminism.** MIT press, 2023.

ELSEVIER. **The researcher journey through a gender lens:** an examination of research participation, career progression and perceptions across the globe, 2020. Disponible en: <https://www.elsevier.com/___data/assets/pdf_file/0011/1083971/Elsevier-gender-report-2020.pdf>. Acceso en: 15 feb. 2025.

ESTRADA, J.; MENDIETA, A.; GONZÁLEZ, B. Perspectiva de género en México: Análisis de los obstáculos y limitaciones. *Opción*, 32(13), 12-36, 2016. Recuperado de <<http://produccioncientificaluz.org/index.php/opcion/article/view/21587>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar:** nacimiento de la prisión. Madrid: Siglo XXI Editores, 1983

FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO Y ACADEMIA MEXICANA DE CIENCIAS. **Una reflexión sobre el Sistema Nacional de Investigadores a 20 años de su creación.** México, 2005.

FOX KELLER, E. **Reflections on Gender and Science.** New Haven, Yale University Press, 1985

GERRING, J. What Is a Case Study and What Is It Good for? *American Political Science Review*, 98(2), 341–354, 2004.

GONZÁLEZ GARCÍA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciencia, tecnología y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación**, n. 2, Enero-Abril, 2002.

GÜERECA, R. Violencia epistémica e individualización: tensiones y nudos para la igualdad de género en las IES REencuentro. **Análisis de Problemas Universitarios**, vol. 28, núm. 74, Julio Universidad Autónoma Metropolitana México, 2017.

HARAWAY, D. **Manifiesto de las especies de compañía:** Perros, gentes y otredad significativa. Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones, 2016

HARAWAY, D. **Seguir con el problema:** Generar parentesco en el Chthuluceno (Vol. 1). Consonni. 2020

HOLTON, J. The coding Process and its Challenges. En: BRYANT, A; CHARMAZ, K. (Eds.). **The SAGE handbook of grounded theory** (p. 265-289). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007.

HUERTA, L.; IZETA, R. Mujeres científicas en México. **Gaceta UNAM**, Feb 11, 2020. Disponible en: <<https://www.gaceta.unam.mx/mujeres-cientificas-en-mexico/>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

LARIVIERE, V.; NI, C.; Gingras, Y.; Cronin, B. ; Sugimoto, C. “Bibliometrics: Global gender disparities in science”. **Nature**, n. 504, p. 211–213, 2013. <https://doi.org/10.1038/504211a>

LERBACK, J.; HANSON, B. “Journals invite too few women to referee”. **Nature**, n. 541, p. 455–457, 2017. Disponible en: <<https://doi.org/10.1038/541455a>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

LÓPEZ-SUÁREZ, P. Sólo tres de cada diez investigadores en el mundo son mujeres. **Gaceta UNAM**, Feb 13, 2025. Disponible en: <<https://www.gaceta.unam.mx/solo-tres-de-cada-diez-investigadores-en-el-mundo>>



son-mujeres/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR3shGac_65qUrKDtmZzGSRrhMrRut0dE2wEo8XGhlzWMVYwvx9W26i5JO8_aem_2cy1xWc03Bk-DTMXUtIHkw>. Recuperado el 15 feb. 2025.

MÁLAGA-SABOGAL, L.; SAGASTI, F. “Género, coautorías, e impacto: las publicaciones de investigadores peruanos en biología (1994- 2017)”. **Revista Española De Documentación Científica**, 44(1), e283, 2021. Disponible en: <<https://doi.org/10.3989/redc.2021.1.1707>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

MAKAROVA, E.; AESCHLIMANN, B.; HERZOG, W. The gender gap in STEM fields: The impact of the gender stereotype of math and science on secondary students’ career aspirations. **Frontiers in Education**, 4, art. 60, 2019.

MARTÍNEZ-LABRÍN, S.; CASTELAO-HUERTA, I. Narrativas de subjetivación en académicas de Chile y Colombia: neoliberalismo y género en la universidad. **Quaderns de Psicologia**, 25(2), e1910-e1910, 2023.

MATEOS, G., MINOR, A.; SÁNCHEZ MICHEL, V. Una modernidad anunciada: historia del Van de Graaff de Ciudad Universitaria. **Historia Mexicana**, 62(1), 415–442, 2012. Recuperado a partir de <<https://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/view/211>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

MILLET, K. **Política sexual**. Madrid: Cátedra, 1995.

MORALES-INGA, S.; MORALES-TRISTÁN, O. “¿Por qué hay pocas mujeres científicas? Una revisión de literatura sobre la brecha de género en carreras STEM”. **Revista Internacional de Investigación en Comunicación**, nº 22, p. 118-133, 2020. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7302725>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

RAMÍREZ-RUIZ, L., RUIZ-LEÓN, A. Índice de Continuidad y Contemporaneidad (ICC): medir, visualizar y significar las asimetrías de género en la producción científica sobre el Trastorno de la Personalidad. **Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, 34(2): 223-237, 2023. Disponible en: <<https://doi.org/10.5565/rev/redes.998>>. Acceso en: 15 feb. 2025.

RAMÍREZ RUÍZ, L.; ROBLES-BELMONT, E. Análisis de las asimetrías de género en el sistema científico mexicano: un estudio comparado entre las físico matemáticas y ciencias de la tierra y las humanidades y las ciencias de la conducta. Manuscrito enviado para publicación. Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y en Sistemas (IIMAS), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2024a.

RAMÍREZ RUÍZ, L.; ROBLES-BELMONT, E. Las redes de las investigadoras en el Sistema Científico Mexicano: un estudio sobre el perfil de las mujeres en la Física. Manuscrito enviado para publicación. Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y en Sistemas (IIMAS), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2024b.

REYES RUÍZ, Gerardo; SURINACH, J. Análisis sobre la Evolución del Sistema Nacional de Investigadores (SNI) de México. **Investigación administrativa**, 44(115), 2015. Recuperado en 16 de febrero de 2025, de <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S244876782015000100004&lng=es&tlng=es>.

WANG, M. & DEGOL, J. Gender gap in science, technology, engineering, and mathematics (STEM): Current knowledge, implications for practice, policy, and future directions. **Educational Psychology Review**, 29(1), 119-140, 2017.

ZHANG, N.; HE, G., SHI, D.; ZHAO, Z.; LI, J. Does a gender-neutral name associate with the research impact of a scientist? **Journal of Informetrics**, 16(1), 101251, 2022.



O discurso de ódio endereçado à identidade docente: uma análise semiolinguística da página “Escola sem Partido” no Instagram

Ana Carolina dos Santos

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4353-7225>

E-mail: ana.santos.uff@gmail.com

Ilana da Silva Rebello

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3032-604X>

E-mail: ilanarebello@id.uff.br

RESUMO

Tendo em vista que os estudos discursivos almejam contribuir para a compreensão e, por conseguinte, para a solução de chagas sociais, o presente trabalho tem o objetivo de, a partir da análise de duas postagens da página “Escola sem Partido” na rede social Instagram, identificar os discursos de ódio endereçados à identidade docente brasileira. Para tanto, com base na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, do pesquisador francês Patrick Charaudeau, pretende-se discorrer sobre os conceitos de contrato de comunicação (Charaudeau, 2001), de semiotização do mundo (Charaudeau, 2005), de sujeitos do discurso (Charaudeau, 2001) e de imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2022). Além disso, este artigo ancora-se também nos postulados de Barros (2015), Butler (2021) e Paveau (2021) acerca do discurso de ódio a fim de reconhecê-lo no *corpus* apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Semiolinguística; Discurso de ódio; Professor; Escola sem Partido; Instagram.

Hate speech addressed to teacher identity: a semiolinguistic analysis of the “Escola sem Partido” page on Instagram

ABSTRACT

Bearing in mind that discursive studies aim to contribute to the understanding and, therefore, to the solution of social wounds, the present work aims to, based on the analysis of two posts from the page “Escola Sem Partido” on the social network Instagram, identify hate speeches addressed to the Brazilian teaching identity. To this end, based on the Semiolinguistic Theory of Discourse Analysis, by French researcher Patrick Charaudeau, we intend to discuss the concepts of communication contract (Charaudeau, 2001), semiotization of the world (Charaudeau, 2005), subjects of discourse (Charaudeau, 2001) and socio-discursive imaginaries (Charaudeau, 2022). Furthermore, this article is also anchored in the postulates of Barros (2015), Butler (2021) and Paveau (2021) regarding hate speech in order to recognize it in the corpus presented.

KEYWORDS: Semiolinguistics; Hate speech; Teacher; School without a party; Instagram.



1. Introdução: Inicia-se o ciclo de vida dos “carrapatos ideológicos”

A sanção pragmática pela exclusão é a forma mais intensa e passional das ações intolerantes, aquela em que o medo e o ódio são exacerbados e em que a oposição semântica entre os contrários “igual” (humano, normal, sadio de corpo e alma, belo, dotado de ética) e “diferente” (animalizado ou não humano, doente, feio, sem ética, imoral) não admite gradação, conciliação ou neutralização (Barros, 2015, p. 65).

A epígrafe, parte integrante do livro *Discurso e (des)igualdade social*, é um trecho do artigo “Intolerância, preconceito e exclusão”, em que a semioticista Diana Pessoa de Barros (2015) discorre sobre como a eliminação do “outro” é engendrada na e pela linguagem, por meio da exploração de figuras antagonistas que impossibilitam a coexistência de diferentes discursos no debate público. Tomamos, aqui, a citação de Barros, a fim de revelar o objetivo deste estudo: analisar, enquanto pesquisadores também pertencentes à classe dos “diferentes”, o discurso da página “Escola sem Partido” no Instagram, que nos subjuga, silencia e marginaliza enquanto professores.

A página “Escola sem Partido”, criada em dezembro de 2016, surge da necessidade de popularizar o movimento homônimo organizado pelo advogado Miguel Nagib no ano de 2004. Antes disso, Nagib já havia aparecido no espaço público ao escrever o texto “Carta ao Professor Iomar”¹, em que denuncia o docente de sua filha no sentido de “doutrinar ideologicamente as crianças [...], impingindo às suas frágeis consciências a visão que o senhor [o professor] tem do mundo” (Nagib, 2003). De acordo com Nagib, o educador teria comparado as trajetórias de Che Guevara e de São Francisco de Assis – santo da igreja católica conhecido popularmente por abdicar de bens materiais e fazer voto de pobreza –, com o objetivo “de envenenamento das almas desses jovens mediante a inoculação do marxismo mais grosseiro” (Nagib, 2003).

É a partir dessa carta que o conceito de doutrinação ideológica passa a circular no espaço público, sobretudo nos discursos produzidos no cenário digital, transformando-se em combustível para a polarização política que emergia na sociedade brasileira. Assim, o Movimento Escola sem Partido (MESP)² ganha visibilidade no discurso político, alinhando-se a parlamentares de bancadas conservadoras e levantando a pauta daquilo que denominavam doutrinação de esquerda nas escolas. Fora do âmbito da política, o MESP inicia a divulgação de projetos de lei em seu *site* e em suas redes sociais. Diferentemente das declarações nas Assembleias Legislativas, nas quais os representantes mostravam-se mais contidos, nesses espaços virtuais a defesa do movi-

¹ O texto fora publicado, originalmente, pelo *site* do teórico Olavo de Carvalho, em 2003, como parte de outra publicação denominada “O estupro intelectual da infância”. Entretanto, por motivos não conhecidos, a referida postagem não se encontra mais disponível para acesso, e atualmente a carta de Nagib pode ser lida apenas através do endereço eletrônico disponível em: <<https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=13848&cat=Cartas&vinda=S>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

² O MESP foi responsável pela elaboração do anteprojeto de lei número 7.180/2014, que versa, entre outros assuntos, sobre o fato de que professores não podem tratar de certos conteúdos, como sexualidade e gênero, em sala de aula, já que alguns temas devem ser “tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros” (Brasil, 2014).

mento ganha contornos belicosos, dirigindo-se, muitas vezes, a professores em tom ameaçador e agressivo.

Vale destacar que, em agosto de 2020, após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar institucional um de seus projetos de lei, Miguel Nagib declara que se distanciaria das redes sociais do MESP, finalizando suas atividades como integrante do movimento. Entretanto, até os dias de hoje, todos os canais criados pelo advogado permanecem ativos, com frequentes publicações destinadas aos professores e com seu nome vinculado a elas.

Sendo assim, não obstante as más condições de trabalho no campo do magistério, o professor, na atualidade nacional, precisa lidar com discursos que o transformam em um mal a ser combatido. De fato, ao associar a identidade docente à imoralidade, as publicações da página no Instagram do MESP legitimam crenças, sobre a docência, capazes de influenciar o sujeito em seus respectivos julgamentos. Dessa forma, este estudo, à luz da Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, almeja identificar, por meio da análise de duas publicações da página do MESP, como a ciberviolência, evocada através do ato de linguagem por sujeitos intencionais, é responsável por associar o professor a imaginários que visam à (des)construção de sua identidade. As postagens em destaque, realizadas entre 2017 e 2023, são um recorte das diversas publicações em que o MESP incentiva a denúncia dos professores-doutrinadores, bem como estimula a animalização da categoria docente.

Ademais, refletir sobre os discursos produzidos na internet oportuniza a discussão sobre como o espaço digital, compreendido por este estudo como um dispositivo tecnológico responsável pela coprodução de discursos junto ao homem, representa um meio valioso para aqueles que almejam disseminar o ódio em seu projeto de influência, já que, ao proporcionar novos ambientes conversacionais – reconhecidos pelas restrições de polidez do contrato de comunicação –, a conversa digital permite ao usuário das redes agir sem qualquer inibição. Assim, o debate sobre a propagação do discurso odioso nas redes será realizado à luz de Butler (2021), Barros (2015) e Paveau (2021), ambicionando contribuir para um melhor entendimento sobre como a produção de sentido no ambiente digital é realizada em prol da estigmatização da figura do educador.

2. “Os professores militantes põem seus ovos na cabecinha oca dos alunos”: A Teoria Semiociológica e o processo de semiotização do mundo

A Teoria Semiociológica de Análise do Discurso (TSAD), elaborada por Patrick Charaudeau, incorpora o discurso em uma situação comunicativa cujos fatos da linguagem e certos fenômenos psicológicos e sociais articulam-se numa perspectiva linguageira. Ao criar essa vertente teórica, o professor emérito da Universidade Paris XIII tem como objetivo analisar a comunicação em sua totalidade, ou seja, para o pesquisador que se aventura na TSAD, o discurso deve ser considerado uma manifestação social que leva em conta, de maneira equitativa, tanto os estudos de língua quanto os aspectos extralinguísticos do projeto de fala. Essa característica que a diferencia das demais análises discursivas é evidenciada pelo próprio nome da teoria: *semio*, de *semiosis*, para evocar que a construção de sentido ocorre através de diferentes sistemas



semiológicos, sob a responsabilidade de um sujeito com um propósito de fala, e linguística, para evidenciar as línguas naturais como seu principal objeto de estudo.

Dessa maneira, a TSAD atenta-se em desenvolver análises discursivas que observem as composições languageiras, bem como todo o contexto em que o sujeito, ao encenar estrategicamente o ato de linguagem, está inserido. Nessa circunstância, a construção de sentido é competência de um sujeito movido por intencionalidades que visam à influência. Por conseguinte, essa influência se acha inscrita em um dispositivo linguístico, uma vez que “se há construção do sentido, trata-se da construção que se faz pelas formas verbais; se há construção de um texto, trata-se daquela que depende das regras de “ordenamento” do verbal” (Charaudeau, 2005, p. 13). Mediante essa dupla articulação, ocorrem os processos de transformação, cuja ação do sujeito falante é responsável por representar o mundo a um destinatário, e de transação, que faz dessa representação de mundo uma espécie de contrato entre os parceiros do ato de linguagem.

Para exemplificar esses processos e entender como se realiza o contrato de comunicação entre os sujeitos, analisa-se a primeira postagem da página “Escola Sem Partido”, publicada na rede social Instagram, em 13 de agosto de 2023 (Figura 1).

FIGURA 1. Publicação da página “Escola Sem Partido” no Instagram (captura de tela).



Fonte: rede social Instagram³

Antes de iniciar a investigação, cabe destacar que a plataforma digital Instagram é uma ferramenta que permite tanto a visibilidade e a articulação das redes sociais do indivíduo quanto a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço *offline*. A possibilidade de produzir textos por meio de múltiplas e diversificadas semioses, ou seja, por meio da junção de palavras, imagens e sons, atrai usuários em busca da dinamicidade da interação mediada pelo computador,

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cv4kcZDu31W/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

tanto que, de acordo com o *site* de notícias CNN Brasil, em 2023, o Instagram alcançou a marca de aplicativo mais baixado do mundo⁴. Assim fica evidente que a plataforma Instagram, mais do que uma “forma simples, divertida e criativa de capturar, editar e compartilhar fotos, vídeos e mensagens com os amigos” – como informa a página introdutória da rede social⁵ –, aparece como um novo ambiente de sociabilidade e de conversação, oportunizando novas formas de interações no contexto do ciberespaço.

Nesse cenário, para comprovar a potencialidade do aplicativo digital, é pertinente destacar o número de seguidores da página em que a Figura 1 foi publicada: atualmente, a página do MESP possui 52,3 mil usuários que acompanham suas publicações diariamente⁶. Esse dado demonstra o sucesso da encenação linguageira produzida pelo MESP, uma vez que, a partir de postagens quase que exclusivamente voltadas para a promoção da denúncia docente, a página no Instagram agrupa sujeitos com sentimentos, interesses e intenções semelhantes ao do discurso do movimento, fortalecendo, assim, os valores que integram a comunidade “antidoutinadores”.

Nesse contexto interacional, os usuários das redes sociais, com o auxílio dos algoritmos⁷, aproximam-se daqueles que possuem interesses e pontos de vista em comum. Esse fato, além de ser responsável pela criação da identidade de um grupo, visto a personalização das informações que são consumidas na internet, faz com que o internauta, isolado de ideias alheias às suas, mantenha contato com uma realidade fragmentada que impede a convivência com opiniões antagônicas, fomentando, portanto, o discurso de ódio.

Marie-Anne Paveau, em seu dicionário de Análise do Discurso Digital, afirma que essas características típicas do ambiente tecnodiscursivo devem, de fato, ser analisadas a partir de uma perspectiva linguística, pois “fazem parte da composição híbrida das unidades linguageiras *on-line* e constituem uma parte das restrições discursivas *on-line*” (Paveau, 2021, p. 47). Sendo assim, o ciberespaço não deve ser debatido com base na visão binária real *versus* virtual, mas sim por meio de uma perspectiva que, distante da ideia de que a máquina seria apenas o suporte do ato de comunicação, o compreenda como um dispositivo tecnológico responsável pela coprodução de discursos junto ao homem.

Dessa maneira, retomando a Figura 1, é possível observar como os processos de transformação e de transação articulam-se para definir a *mise en scène* do ato de linguagem: ao reconhecer a alteridade do sujeito destinatário, o enunciador organiza estrategicamente categorias de língua e alguns recursos imagéticos para representar o professor e sua vida. Legitimando a presença

⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/instagram-ultrapassa-tiktok-e-se-torna-o-aplicativo-mais-baixado-do-mundo-2/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

⁵ Texto de apresentação do aplicativo Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/instagram/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

⁶ Vale ressaltar o aumento do número de seguidores da página: quando os dados começaram a ser coletados para o início desta pesquisa, em julho de 2024, a página tinha 51,9 mil seguidores, ou seja, em menos de um mês, o MESP começou a ser seguido por mais 400 usuários da rede Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

⁷ Paveau (2021) afirma que os algoritmos são “sequências de instruções que [...] permitem resolver o problema do tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a, etc. Para isso, eles fazem cálculos para produzir efeitos: certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras, ou serão mais disseminadas do que outras, ou, pelo contrário, serão invisibilizadas” (p. 39).



de um interlocutor que desconhece o “ciclo de vida” do professor, a página do MESP, enquanto autoridade autoproclamada, mobiliza um EU em posição de “fazer-saber”, com o objetivo de alertar o público acerca dessa mazela (Figura 2).

FIGURA 2. Esquema do processo de semiotização da postagem do MESP (fluxograma)



Fonte: Produzido pelos autores, a partir de Charaudeau (2005)

A imagem do parasita, reproduzida na Figura 1, visa provocar, além da repulsa e do asco, uma atmosfera de apreensão, uma vez que os carrapatos são retratados na postagem como figuras ameaçadoras que “zumbificam” seus hospedeiros. Nesse ato de linguagem, como é possível observar no esquema proposto pela Figura 2, o sujeito falante recorre às operações de identificação e de qualificação para despojar o professor de sua humanidade, tanto que escolhe estrategicamente palavras, como “carrapatos”, “ovos” e “larvas”, para nomear e ao mesmo tempo qualificar a categoria docente. Já quando a transformação é colocada em prática para identificar os alunos, os termos “vítima”, “cabeça oca” e “hospedeiros” são utilizados a fim de construir um cenário de sofrimento e ingenuidade no qual os alunos, devido às atitudes do professor-parasita, estão inseridos. As ações “infestar”, “devorar” e “ecloir” acionam um consequente ímpeto à higienização, uma vez que colocam em cena crenças ligadas a doenças contagiosas, o que corrobora ainda mais a eficácia do processo de causação: precisamos eliminar o parasita pernicioso, já que este é o responsável por “adoecer” nossas crianças.

Essa metaforização do professor como um ser asqueroso é a principal estratégia de influência do processo de transação. Nas palavras de Charaudeau, “todo sujeito que produz um ato de lin-

guagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (Charaudeau, 2005, p. 3). Desse modo, com a intenção de captar o parceiro de comunicação, o sujeito enunciatador propõe um antagonista (“professor militante”) a ser combatido. Esse “combate” é permeado pela dramatização, já que o enunciatador visa produzir repulsa e angústia em seu interlocutor ao retratar os professores como figuras ameaçadoras que devoram seus hospedeiros (“carrapatos ideológicos”). Sobre a manipulação do sujeito por meio do discurso de dramatização, Charaudeau (2020), em sua obra *A conquista de opinião pública*, elucida que o efeito de angústia é proposto através da evocação de uma ameaça, de um perigo em potencial e, até mesmo, da identificação daquele que é, em absoluto, o responsável pela desordem social. Nesse sentido, a palavra de denúncia, ao mesmo tempo que estigmatiza o inimigo que se deve combater, também “constrói uma imagem de combatente que procura galvanizar suas tropas” (Charaudeau, 2022, p. 93), justificando, portanto, ações contra o adversário.

A naturalização do ataque, bem como a consequência subentendida do ato – a aniquilação do “professor-doutrinador” –, também é assegurada pelo princípio de pertinência, dado que, pelo atual contexto sociopolítico, é de conhecimento geral o avanço de ideologias extremistas que desprezam a figura do educador, ou seja, o conteúdo produzido pelo MESP certamente será acolhido como um discurso de verdade por integrantes da página e por outras pessoas que se revoltam com as supostas ações docentes.

Além disso, os sujeitos do ato de comunicação procuram regular o jogo da troca linguageira por meio de diversas estratégias que assegurem uma “intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva” (Charaudeau, 2005, p. 16). Dessarte, a página do MESP manipula o princípio de regulação ao garantir a publicação de uma postagem diferente daquilo que se espera ver na rede social, vide que as fotografias compartilhadas no Instagram tendem a explorar a vida pessoal do usuário, mais prototípica ao tecnogênero⁸ *post*: a imagem do ciclo de vida de um carrapato é vinculada a uma legenda que apresenta quatro ações realizadas pelo professor-doutrinador. Essa construção é responsável por fazer o parceiro reconhecer as condições através das quais se realizam a maioria das publicações da página.

Assim, ainda que constituídos por operações e princípios diferentes, os processos de transformação e de transação se realizam em sincronia, respeitando as regras do contrato de comunicação. Essa dependência entre os processos responsáveis pela semiotização do mundo “equivale a marcar uma mudança de orientação nos estudos sobre a linguagem, buscando-se conhecer o sentido comunicativo (seu valor semântico-discursivo) dos fatos de linguagem” (Charaudeau, 2005, p. 16). Ao transformar o “mundo bruto” em “mundo significado”, temos o intuito de influenciar o parceiro da troca linguageira, seja para causar empatia e reforçar o sentimento identitário – nossas crianças são vítimas dos professores –, seja para acirrar a revolta – os professores parasitas devoram a ingenuidade de nossas crianças. O *corpus* representado pela Figura 1 mostra como, para que a semiotização de mundo se realize, os processos de transformação e

⁸ Paveau (2021) define, como tecnogênero do discurso, os gêneros discursivos dotados de “uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico” (Paveau, 2021, p. 328). Para a autora, o tecnogênero até pode derivar de um gênero do discurso pertencente ao ambiente pré-digital, entretanto, são as características pertinentes ao ciberespaço que engendram o funcionamento e as particularidades do gênero digital nativo.



de transação, além de serem orientados pelas circunstâncias sociais que envolvem a situação comunicativa, devem, portanto, atuar em solidariedade.

3. “Os ovos eclodem e as larvas devoram o cérebro do hospedeiro”: Os sujeitos do discurso e o ato de linguagem

Ao propor um duplo processo de semiotização de mundo, a TSAD pressupõe, como evidenciado no tópico anterior, uma intencionalidade daqueles que participam do ato linguageiro. Decorrente desse ato, acontece o jogo entre conhecimentos revelados e possíveis inferências, que nasce em situações de discurso específicas e que se concretiza na interseção dos processos de produção e interpretação. Com efeito, para que as “regras” desse jogo sejam compreendidas, devem-se considerar duas instâncias distintas: o *DIZER*, responsável pelo nível interno e discursivo da comunicação, e o *FAZER*, espaço exterior à verbalização em que se encontram os seres reais do ato de linguagem.

Nesse sentido, o ato de linguagem diz respeito à totalidade da encenação languageira, ou seja, no processo de significação do discurso, é impossível, para a TSAD, dissociar o espaço do dizer do espaço do fazer, uma vez que o contexto social no qual os sujeitos estão inseridos influencia diretamente a construção linguística engendrada pelos parceiros de comunicação. Ainda conforme a teoria, todo ato de linguagem é uma encenação e, para encenar essa espécie de “jogo comunicativo”, a TSAD evoca, no mínimo, quatro sujeitos comunicacionais: dois externos, seres reais responsáveis pela relação contratual do ato de linguagem, e dois internos, entidades discursivas projetadas pelo falante de acordo com sua intencionalidade. Dessa forma, Charaudeau (2001) revela os parceiros do fazer – *EU-comunicante* (EUc) e *TU-interpretante* (TUi) – como os sujeitos articuladores da palavra, e os protagonistas do dizer – *EU-enunciador* (EUe) e *TU-destinatário* (TUd) –, como as imagens constituídas pelos seres de fala durante o processo de interação linguística.

Assim, o Euc é o sujeito que detém a iniciativa do processo de comunicação. É ele também o responsável por encenar o papel correspondente à imagem que deseja transmitir em seu discurso, ou seja, em uma situação de comunicação particular, o Euc projeta em seu enunciado um ser abstrato, uma imagem discursiva de si mesmo – o Eue –, com vistas a influenciar o TUi – outro sujeito de “carne e osso” encarregado do processo de interpretação. Na verdade, como a ação comunicativa não é estática e os sujeitos do fazer constantemente trocam de papel no interior da encenação languageira, é possível reconhecer a existência de dois “Eus” enunciadoreis: um engendrado pelo Euc e outro estrategicamente pensado pelo TUi.

Da mesma forma, ao analisarmos o Euc, observamos também a possibilidade deste ser uma instância compósita, como nos casos em que uma equipe é responsável por uma enunciação aparentemente unitária. Fato semelhante ocorre com os perfis no Instagram. No intuito da promoção pessoal e visando à “viralidade”⁹ da página, o conteúdo digital costuma ser estrategicamente organizado por agências de *marketing* compostas de sujeitos que definem, por exemplo,

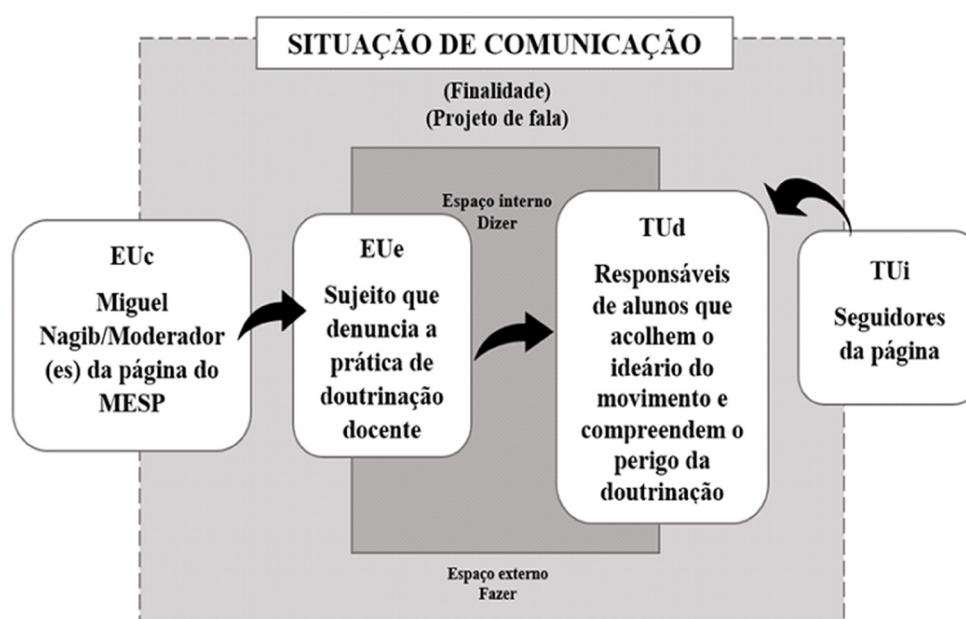
⁹ Viralidade é um termo usado pela indústria, para se referir a conteúdos digitais compartilhados por meio de mídias sociais que se tornam tendências ou passam a figurar entre os tópicos mais discutidos em um determinado momento.

que tipo de imagem o perfil deseja transmitir, a qual público será destinado o conteúdo do perfil, a quantidade diária de postagens e, até mesmo, em quais horários as publicações podem causar maior engajamento.

Já o TUd, é uma abstração do TUi, ou seja, é uma imagem construída pelo Euc ao planejar seu enunciado e, portanto, idealizar seu destinatário. Nesse contexto, nenhuma estratégia discursiva de captação pode garantir que o sujeito idealizado pelo Euc coincida com o TUi, já que este, ao atuar fora do ato de enunciação, configura-se como um ser real e, por isso, pode ser influenciado, por exemplo, pelas circunstâncias em que se encontra durante a troca linguageira, cabendo exclusivamente a ele a responsabilidade pela interpretação do ato discursivo. Além disso, em enunciados produzidos através do meio digital, o TUi é múltiplo, fato que dificulta ainda mais a simetria entre os enunciados. Em virtude dessas características é que Charaudeau sugere entender o ato de linguagem como um jogo, já que todo ato de linguagem “pode ser considerado como uma interação de intencionalidades cujo motor seria o princípio do jogo: ‘Jogar um lance na expectativa de ganhar’” (Charaudeau, 2001, p. 28-9).

Sendo assim, em relação ao *corpus* analisado, os sujeitos que constituem o circuito externo são o Euc-Miguel Nagib/Moderadores da página do MESP – entidade conhecida nos ambientes político e midiático por “denunciar” práticas pedagógicas – e o TUi – internautas que, de fato, acompanham a página do MESP. Já no espaço interno do ato de linguagem, encontram-se o Eue-sujeito preocupado com o futuro dos alunos, aquele que acusa os professores-militantes de doutrinação ideológica, e o TUd – público que acolhe o ideário do MESP e compreende os perigos da doutrinação. O esquema apresentado na Figura 3 representa os sujeitos envolvidos no projeto de fala da página do MESP, evidenciado pela Figura 1.

FIGURA 3. Dispositivo da representação dos sujeitos envolvidos no projeto de fala da página “Escola sem Partido” (fluxograma).



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Charaudeau, 2019, p. 52

Ainda que não seja o objetivo central deste estudo analisar as respostas dos internautas às publicações do MESP, uma breve pesquisa sobre os comentários realizados na postagem, representada pela Figura 1, revela que a imagem produzida pelo Euc é aceita com eficácia pelos seguidores, ou seja, nessa situação de comunicação, o TUi corresponde ao Tud, evidenciando o êxito das estratégias discursivas (a animalização do professor e a vitimização das crianças) engendradas pelo sujeito durante a encenação do dizer (Figura 4).

FIGURA 4. Comentários dos seguidores da página do MESP (captura de tela)



Fonte: rede social Instagram¹⁰

Assim, por meio do dispositivo apresentado pela Figura 3 e dos comentários realizados pelos seguidores, observa-se que Miguel Nagib, enquanto Euc que possui um histórico posicionamento no debate público contra os professores, visa a construir uma identidade discursiva de combatente, de alguém capaz de manifestar o que de fato ocorre no interior das salas de aula. O vocabulário utilizado para se referir aos professores, bem como a ilustração correspondente ao ciclo de vida de um carrapato, contribui tanto para a manutenção de um cenário nocivo à sociedade (o carrapato é capaz de contagiar nossas crianças), quanto para incitação da violência (é preciso que os carrapatos sejam exterminados, para que se garanta o bem-estar social).

Sobre a possibilidade de, ao se encorajar a violência por meio do discurso, o sujeito ultrapassar o espaço da comunicação e iniciar, portanto, um combate físico, a filósofa Judith Butler (2021) alerta: “o poder atribuído ao discurso de ódio é um poder de agência, performatividade e transitividade absolutas e efetivas” (p. 133). Nesse contexto, em que o ato de linguagem é visto como um fenômeno que combina o dizer e o fazer, o discurso voltado ao professor pela página do MESP possui grande potencial de se concretizar em uma ação para além das manifestações linguageiras, pois, ao promover a intolerância contra a categoria docente, em uma apologia explícita à brutalidade, o discurso, inflamado pela viralidade do ambiente digital, chama o sujeito à ação, instigando-o a práticas que, enfim, exterminem “a praga” social.

É válido ressaltar que essa prática de desumanização do outro, como estratégia para se colocar em ação o ataque e a aniquilação do “inimigo”, tem sido usada ao longo dos anos de maneira eficaz: os nazistas se referiam aos judeus como ratos e piolhos. Em *Mein Kampf*, obra em que Adolf Hitler expressa suas ideias antisemitas, o ditador alemão não cessou de utilizar metáforas, como “micróbio judeu”, “câncer judeu” e “parasitas sociais”, para justificar o genocídio da

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv4kcZDu31W/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

população judia. Portanto, é nessa dinâmica que o discurso de ódio ganha força: a partir do uso estratégico de imagens, como verme, parasita e praga, o extermínio ao divergente, mascarado de ação beneficente à população, é naturalizado, desencadeando ainda mais a indignação do público (“exatamente assim que vira praga!”). Essa estratégia de espetacularização do discurso de ódio ficará ainda mais evidente na seção 4, em que analisaremos a segunda publicação da página do MESP.

4. “Infelizmente, nem todos os professores merecem o nosso respeito”: Os imaginários sociodiscursivos e o discurso de ódio

As opiniões apresentadas sobre a categoria docente, tanto pela publicação do MESP quanto pelos comentários digitais, possuem como cenário, conforme já apresentado no início deste estudo, um quadro situacional de polarização política. Nesse contexto, em que se observa um quadro de desvalorização do educador brasileiro pautado, sobretudo, em imaginários que visam à propagação do discurso de ódio contra a classe, discutir a profissão professor no cenário nacional implica levar em conta alguns aspectos da política nacional. Entretanto, faz-se necessário destacar que este estudo não tem como objetivo realizar, nesta seção, um levantamento exaustivo de fatos e de dados sociopolíticos. A intenção é, portanto, pôr em evidência algumas informações capazes de justificar os imaginários depreciativos ligados à identidade do professor.

De início, é válido lembrar as manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre em 2013. Tendo como pauta o aumento da passagem do transporte público na cidade de São Paulo, as Jornadas de Junho atraíram a atenção de um grande número de pessoas para o debate político. Notícias da época contabilizam a presença de mais de 30 mil pessoas nas ruas¹¹, a fim de reverter o reajuste nas tarifas dos modais. Logo, observando o sucesso da mobilização, há tempos não presenciada no Brasil, ativistas e grupos de orientação ideológica distinta rapidamente começaram a transparecer no cenário público, até o movimento implodir, nos anos seguintes, fragmentando a massa. Se antes era ligada por uma retórica antipartidária, agora a população se dividia em dois grupos de militância antagônica: de um lado, a direita fortalecida pelo processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, do outro, a esquerda fragilizada pelo uso político-midiático da Operação Lava Jato¹².

Nesse panorama sociopolítico, discursos anti-institucionais – encenados por correntes que transformavam, por meio da oposição entre “pessoas de bem” e “esquerditas”, os adversários em arqui-inimigos – foram se tornando cada vez mais naturalizados no cenário midiático. Essa

¹¹ Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

¹² Com início em um posto de gasolina, a Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014 e investigou um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e políticos. O juiz federal do Paraná, Sérgio Moro, foi responsável pelas ações penais. Em 2017, emitiu sua primeira sentença contra Lula pelo caso do triplex do Guarujá, que foi posteriormente anulada pelo STF. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.



conjuntura é explorada de maneira exacerbada pelo líder de extrema direita, Jair Bolsonaro. Antes de iniciar seu mandato como presidente do Brasil, Bolsonaro já se destacava na mídia, sobretudo em suas redes sociais, pelo seu discurso alinhado à religião, e, paradoxalmente, ao armamento da população. Em uma postagem feita na rede social X, antigo Twitter, em 31 de dezembro de 2018, um dia antes de tomar posse da presidência, o político reafirma seu discurso agressivo, salientando o futuro da educação (Figura 5).

FIGURA 5. Publicação de Jair Bolsonaro na rede social X (captura de tela).



Fonte: rede social X¹³

Dessa forma, a retórica anticorrupção progressivamente foi sendo associada e/ou substituída por pautas moralistas/moralizantes, sobretudo no que se refere a gênero e à sexualidade. É nessa conjuntura que o processo de culpabilização do professor tem sua gênese, uma vez que, por sua relação estreita com o conhecimento crítico, os docentes começam a representar um entrave à implementação de ideologias dogmáticas e antidemocráticas. A prática pedagógica que oportuniza professores e alunos a debaterem sobre diversos assuntos com o fito de ampliar a argumentação e o olhar sobre temáticas variadas, como política, sexualidades, inclusão social e direitos humanos é, agora, mascarada como o mal responsável pela degradação social.

Assim surgem, no cenário discursivo, duas imagens docentes: a figura “neutra”, que não aborda em sala de aula temas de “natureza político-ideológica”, como questões de gênero, raça e sexualidade, em oposição ao professor militante/comunista, aquele que almeja doutrinar o aluno para ser um ativista de esquerda, bem como incentivá-lo a acreditar em valores que estão em desacordo com a família tradicional brasileira, esse último sendo frequentemente utilizado pelo discurso da extrema-direita. Sobre como é possível “fabricar” a opinião pública, Charaudeau (2020) descreve o processo de reação como uma das manifestações mais eficazes para fazer emergir o julgamento coletivo, uma vez que:

[...] para que uma opinião pública se manifeste, é necessário que surja no espaço social um acontecimento suscetível de tocar uma grande quantidade de indivíduos. Isso ocorre sob certas condições, pois nem todos os acontecimentos têm a mesma importância aos olhos do público. Sua natureza

¹³ Disponível em: <<https://x.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336?lang=pt>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

deve ser tal que chegue a tocar [...] alguma coisa vital no inconsciente dos indivíduos, ou então que ponha em alerta sua consciência moral. Daí surgirá talvez uma indignação que poderá se transformar em acusação aos responsáveis, uma compaixão que poderá desencadear movimentos de solidariedade com as vítimas, uma cólera que, não suportando a iniquidade de uma situação, assumirá diversas formas de reivindicação: manifestações, ocupação das mídias, ações associativas ou interpelação nos tribunais (Charaudeau, 2020, p. 45-6).

É por meio dessa associação do professor aos discursos que vão de encontro à moralidade que o MESP consegue incitar o ódio contra a categoria docente. Nas publicações da página, há uma tentativa de se traduzir a rejeição extrema não somente ao que foi dito, mas, sobretudo, à categoria que o disse, configurando-se, portanto, o discurso de ódio. Nesse sentido, o assédio verbal se caracteriza pelo seu caráter, sobretudo, coletivo, visto que o assediador, como observado na Figura 4, tem como alvo não apenas a figura de um único professor, mas sim o grupo identitário e suas características, bem como a posição social ocupada pela instância docente. Dessa forma:

Em virtude da posição social que ocupa, o/a ouvinte é ferido/a como consequência desse enunciado. O enunciado também obriga o sujeito a ocupar novamente uma posição social subordinada. De acordo com esse ponto de vista, tal discurso reinvoca e reinscreve uma relação estrutural de dominação [...] (Butler, 2021, p. 38).

Assim, caso se leve em consideração que “o discurso de ódio faz o que diz e faz o que diz que fará àquele a quem se dirige” (Butler, 2021, p. 133), o discurso e a conduta são inseparáveis. No que tange à violência verbal, o discurso de ódio seria, então, promovido à categoria de ação, já que os efeitos propostos pelo ato de linguagem poderiam manipular, em maior ou menor grau, o interlocutor a um “fazer agir” diante do inimigo engendrado discursivamente. Estudos recentes de Charaudeau (2022) revelam que, para atingir seus objetivos, o manipulador recorre a inúmeras estratégias discursivas, de modo a incitar o sujeito destinatário a agir no sentido desejado:

A manipulação verbal tem por base estratégias de incitação positiva, para criar confiança, amizade, estima, afeição, como maneira de atrair a adesão das populações, ou provocação negativa, praticando a denúncia, a acusação, a desconfiança, a estigmatização e o ódio contra o inimigo, para provocar movimentos de protesto, reivindicação e revolta (Charaudeau, 2022, p. 93).

Sendo assim, pelas palavras de Butler e Charaudeau, é possível compreender que o discurso de ódio se instaura quando o pensamento ultrapassa o plano das ideias e, dando lugar à imortalidade das palavras no meio digital, encontra-se ao alcance daqueles a quem busca difamar e, sobretudo, daqueles que estão aptos a colocar em prática tais difamações. Ainda no âmbito dos estudos discursivos, destaca-se também a contribuição de Barros (2015), autora da epígrafe desta pesquisa. Para a autora, os discursos intolerantes se pautam em quatro percursos: a animalização do outro; a anormalidade do diferente; o caráter doentio do outro e a imoralidade do outro (ser sem ética). Segundo a autora:

[...] o discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais: de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade e outros. Esses sujeitos são, portanto, no momento do julgamento, reconhecidos como maus atores sociais, maus cidadãos – pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios bárbaros, judeus perigosos, árabes fanáticos, homossexuais promíscuos – e punidos com a perda de direitos, de emprego ou até mesmo com a morte (Barros, 2015, p. 63).

Portanto, a representação social do professor como um mau ator social e, por conseguinte, um sujeito nocivo à comunidade é, de forma recorrente, materializada pela e na linguagem, como é possível observar na postagem (Figura 6).

FIGURA 6. Publicação da página “Escola Sem Partido” no Instagram (captura de tela)



Fonte: rede social Instagram¹⁴

O modo como o sujeito significa discursivamente o mundo possibilita a instauração de saberes que constituem maneiras de ver e de julgar a vida em sociedade. Nessa perspectiva, distantes da definição de simples organização mental, os saberes constituem concretos sistemas de pensamento que configuram e definem o comportamento social por intermédio da linguagem. Sendo assim, a postagem realizada pela página do MESP significa a profissão docente recorrendo a saberes ligados ao conhecimento popular, já que associa o professor ao imaginário ameaçador da figura de um lobo, tradicionalmente conhecido no cenário literário por ser o vilão das histórias infantis.

Nesse sentido, os imaginários sociodiscursivos dão conta de tematizar o campo da enunciação, ou seja, mesmo manipulando determinadas liberdades em seu discurso, o sujeito é subme-

¹⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BaSC9tIFNPq/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

tido ao propósito do campo temático em que sua situação de comunicação está inserida. Isso pode ser comprovado na construção discursiva projetada pela postagem do MESP: ainda que o sujeito desconhecesse o discurso antiprofessor do movimento, a animalização do docente como um “lobo em pele de cordeiro” seria suficiente para evocar a imagem de um sujeito que parece ter uma boa índole, mas, na realidade, é mau, perverso, desonesto. Além disso, a expressão também encontra eco no imaginário religioso, já que é oriunda do ensinamento cristão “Cuidado com os falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores”¹⁵.

Para Charaudeau (2022), os imaginários dividem-se em saberes de crença – um julgamento que o sujeito faz do mundo –, e saberes de conhecimento – uma verdade que existe fora da subjetividade do indivíduo. Os saberes de conhecimento buscam estabelecer uma verdade relativa à existência dos fatos do mundo, ou seja, factual, propondo, assim, explicações sobre os fenômenos sociais por meio da ciência (saber científico), quando a verdade imposta pode ser comprovada ou refutada por um aparato metodológico, ou de uma transcendência (saber de revelação), quando a verdade não precisa ser provada ou verificada, tal como ocorre com os dogmas no cenário religioso.

Já no que diz respeito aos saberes de crença, o analista do discurso afirma que estes não dizem respeito ao mundo, mas às avaliações do sujeito, que se apoiam em discursos de causalidade natural, sobre eventos e seres, seja para descrevê-los (saber de experiência), seja para fazer julgamentos (saber de opinião), quando o indivíduo se depara com a realidade do mundo a significar. Assim, conforme elucida o pesquisador francês, os indivíduos, de modo estratégico, podem se valer de diferentes saberes e até mesmo manipular um no lugar do outro a fim de que seu discurso seja aceito pela coletividade.

Dessa maneira, a publicação apresentada pela Figura 6, ao parabenizar os “professores de verdade” na data em que se comemora o feriado da categoria, evoca saberes ligados à crença da população, já que a imagem do lobo, bem como o medo que é instaurado pela sua presença, pode ser facilmente resgatada no imaginário popular dos textos fabulísticos, por exemplo. Esse gênero infantojuvenil, habitualmente utilizado nas leituras escolares, tem como característica transmitir uma lição de moral através de narrativas protagonizadas por animais. Nesse caso, a moral da história fica por conta do ensinamento em forma de denúncia, realizado pelo MESP: “o seu professor pode parecer um cordeiro, mas, na verdade, é um lobo mau”.

O texto não verbal também é veiculado ao enunciado “Infelizmente, nem todos os professores merecem o nosso respeito” e “Parabéns aos professores de verdade”, estratégia de manipulação que recorre, uma vez mais, ao imaginário da tradicional luta entre o bem e o mal, valorizando o cenário de polarização. A partir da instauração de uma oposição entre os professores que são “de verdade”, e, por isso, merecem o nosso respeito, e os professores que são “de mentira” – aqueles que sequer merecem felicitações no dia dos professores, a publicação desumaniza o

¹⁵ A passagem é parte integrante da Bíblia, encontrada no livro de Mateus, capítulo 7, versículo 15. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/versiculo/mateus_7_15-20/>. Acesso em: 22 ago. 2024.



sujeito-professor, justificando, portanto, o desrespeito destinado à classe. Ademais, o alerta difundido pela página, além de influenciar ainda mais a depreciação aos educadores, evoca, em prol do sujeito comunicante, o imaginário de “salvador”, já que este tem a devida coragem para revelar a verdadeira identidade do docente.

Portanto, analisando os imaginários evocados no interior do contrato de comunicação, fica claro que, mais do que enquadrar o professor em uma representação marginal, o discurso da página é alicerçado na ideia de que os educadores são inimigos das crianças e, por conseguinte, da família brasileira.

5. Conclusão: “Parabéns aos professores de verdade”

Em palestra proferida na Universidade Federal Fluminense, no II Encontro de Semiologia do Discurso (UFRJ/UFF), Charaudeau afirmou que “uma palavra não mata, mas pode ferir à morte” (Charaudeau, 2023, informação verbal)¹⁶. Sendo assim, quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Além disso, como pôde ser observado na análise das publicações realizadas pelo MESP, a dignidade de todo um grupo social é atacada, não apenas a de um indivíduo.

Por conseguinte, assumindo que a intencionalidade é princípio primordial para a realização das trocas languageiras, todo ato de linguagem não somente descreve o mundo por meio das categorias de língua, como também veicula valores sociais daqueles que o enunciam. Sendo assim, ao escolher estrategicamente, por exemplo, o substantivo “carrapato”, o MESP não apenas nomeia o professor, mas qualifica esse ser, denunciando a existência de um “docente-parasita”, ou seja, de um professor repulsivo e perigoso.

Essa periculosidade relacionada à identidade docente é reafirmada pela publicação que apresenta a fotografia de um lobo: a comparação implícita do professor com o clássico vilão da literatura infantil objetiva, mais uma vez, tanto a provocação do medo e da angústia em seus destinatários quanto o apagamento da qualidade humana do professor, pois o ataque ao divergente, mascarado de ação beneficente à população, é naturalizado, desencadeando ainda mais a indignação do público.

Dessa forma, classificamos o projeto de fala do MESP como uma prática do discurso de ódio, uma vez que os efeitos de animalização do professor operam a fim de justificar tanto a violência contra essa posição quanto o seu extermínio. A identidade do professor, projetada pelo EUC como figura abjeta, põe em cena saberes de crença que associam os profissionais da educação – fomentadores da criticidade do aluno – a perigosos doutrinadores ideológicos, ou melhor, a carrapatos e lobos capazes de devorar a inocência das crianças.

¹⁶ A palestra está disponível no *site* do grupo Leifen – Leitura, Fruição e Ensino (UFF/CNPq). Disponível em: <<https://semiologia.uff.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Portanto, veiculado por meio da mídia digital – terreno fértil no que tange à disseminação de mensagens contra um “inimigo comum”, e enquadrado no imaginário de justiça e de denúncia –, a página no Instagram do MESP fomenta o discurso agressivo destinado aos professores, ecoando ainda mais a histórica desvalorização dessa classe e a perseguição ao livre pensar docente. Estudos como este, que visam a denunciar discursos odientos, servem de alerta para a naturalização da promoção do ódio contra aqueles que (ainda) possuem um papel basilar na formação do sujeito-cidadão.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Ambas contribuíram igualmente.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras não têm conflito de interesses a declarar.

FINANCIAMENTO

Não houve.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Pessoa de. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. P 61-78. Versão *on-line*.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.180, de 24 de fevereiro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoes>>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Trad. Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-27. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2. ed. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2019.



CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião Pública:** como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade.** São Paulo: Contexto, 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital:** dicionário das formas e das práticas. COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. (Orgs.) Campinas: Pontes Editores, 2021.



Interfaces de hemerotecas digitais em português: análise crítica e desafios para o desenvolvimento de uma nova geração de acervos históricos

Eric Brasil Nepomuceno

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),
Ceará, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5067-8475>

E-mail: profericbrasil@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as interfaces gráficas de usuário (IGUs) de hemerotecas digitais em português e suas implicações para a pesquisa em história. O estudo examina a Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), a Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BND-PT) e a Hemeroteca Digital de Lisboa (HDL), buscando compreender como suas características influenciam o acesso, a navegação e a exploração de fontes históricas digitalizadas. Para isso, aplicamos o *Método impresso*, de Ehrmann, Bunout e Düring (2019), avaliando seis critérios principais: crítica da fonte, busca de conteúdo, filtro de conteúdo, generosidade, gerenciamento pelo usuário e conectividade. Os resultados indicam avanços em metadados, navegação e visualização, mas evidenciam lacunas significativas em enriquecimento semântico, integração com repositórios externos e suporte a metodologias computacionais avançadas. Argumenta-se que essas características limitam o potencial das hemerotecas digitais e reforçam o uso de práticas analógicas sobre os recursos digitais, restringindo abordagens inovadoras. O artigo defende a necessidade de um salto qualitativo rumo às “Hemerotecas Digitais 2.0”, promovendo maior conectividade, personalização e transparência nas decisões técnicas, consolidando essas plataformas como ferramentas essenciais para a pesquisa histórica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Interfaces Gráficas de Usuário; Hemerotecas Digitais; História Digital.



Graphical user interfaces of digital newspaper libraries in portuguese: a critical analysis and challenges for the development of next-generation historical archives

ABSTRACT

This article analyzes the Graphical User Interfaces (GUIs) of digital newspaper archives in Portuguese and their implications for historical research. The study examines the Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), the Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BND-PT), and the Hemeroteca Digital de Lisboa (HDL), aiming to understand how their features influence access, navigation, and exploration of digitized historical sources. To this end, we apply the *impresso Method*, developed by Ehrmann, Bunout, and Düring (2019), evaluating six key criteria: source criticism, content search, content filtering, generosity, user management, and connectivity. The results indicate progress in metadata, navigation, and visualization but reveal significant gaps in semantic enrichment, integration with external repositories, and support for advanced computational methodologies. We argue that these limitations constrain the potential of digital newspaper archives and reinforce the use of analog practices over digital resources, thereby limiting innovative approaches. The article advocates for a qualitative leap toward “Digital Newspaper Archives 2.0,” fostering greater connectivity, personalization, and transparency in technical decisions, and consolidating these platforms as essential tools for contemporary historical research.

KEYWORDS: Graphical User Interfaces; Digital Newspaper Archives; Digital History.

1. Introdução

Neste artigo,¹ busco discutir a relação entre as interfaces gráficas de usuário (doravante IGUs, do inglês *Graphical User Interfaces*) de hemerotecas digitais em português e a pesquisa em história digital. Para tanto, analiso as interfaces de três acervos digitais: a coleção de periódicos da Biblioteca Nacional Digital de Portugal, a Hemeroteca Digital de Lisboa e a Hemeroteca Digital Brasileira. A partir da análise, busco responder à seguinte questão: como suas características influenciam a pesquisa em história? Utilizo, para isso, um método de avaliação de IGUs desenvolvido por Ehrmann; Bunout e Düring (2019). Inicialmente, apresento uma breve revisão da literatura sobre o tema; em seguida, descrevo as IGUs selecionadas e o método utilizado. Por fim, apresento detalhadamente os resultados obtidos e as conclusões, encaminhando o argumento da necessidade de um salto qualitativo para o desenvolvimento de Hemerotecas Digitais 2.0, capazes de enfrentar as demandas e dilemas colocados pelo avanço das pesquisas no campo das Humanidades Digitais.²

É cada vez mais comum a utilização de acervos de fontes digitalizadas e nascidas digitais nas pesquisas históricas (Marino et al., 2021). Projetos, artigos, cursos têm recorrido a repro-

¹ Foi utilizado o ChatGPT 4o para a revisão ortográfica, gramatical e sintática, bem como para a formatação das referências. Ressalta-se que todo o conteúdo analítico, argumentativo e as ideias centrais do texto são de responsabilidade exclusiva do autor. As consultas foram realizadas entre os dias 3 e 16 de fevereiro e entre 6 e 8 de abril de 2025.

² Este artigo é um produto de pesquisa de pós-doutorado realizada entre outubro de 2022 e outubro de 2023 no Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, integrante do IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. A pesquisa contou com a supervisão de Daniel Alves, a quem agradeço o acompanhamento atento e pelas contribuições fundamentais ao longo do processo. No Brasil, a continuidade das análises e a consolidação desta reflexão contaram com o suporte do Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (LABHDUFBA).

sitórios *on-line* de fontes primárias digitalizadas ou nato-digitais nos últimos anos, mesmo antes da pandemia de covid-19 (Brasil; Valverde; Veloso, 2024). Dentre esses, as hemerotecas digitais têm se destacado por fornecerem acesso a milhões de páginas digitalizadas e por possibilitarem o uso de recursos de busca, leitura e/ou *download* de páginas de variadas qualidades e formatos (Veloso, 2022). Bunout, Ehrmann e Clavert (2022) e Pfanzelter et al. (2021) convergem, ao analisar o impacto das hemerotecas digitais na pesquisa histórica, destacando tanto suas potencialidades quanto seus desafios. Ambos os estudos ressaltam que a digitalização massiva de periódicos facilita o acesso remoto e amplia as possibilidades de análise por meio de técnicas automatizadas, como mineração de dados e processamento de linguagem natural. No entanto, alertam para limitações estruturais dessas plataformas, incluindo a qualidade variável do reconhecimento óptico de caracteres (OCR), os vieses algorítmicos na busca e a fragmentação do acesso às fontes. Além disso, enfatizam que as interfaces digitais não são neutras, influenciando metodologicamente a pesquisa ao determinar como os historiadores acessam, organizam e interpretam os dados. Assim, ambos os estudos defendem a necessidade de abordagens críticas e metodologicamente rigorosas para explorar essas fontes digitais de maneira eficaz e consciente.

Pfanzelter et al. (2021) enfatizam ainda a necessidade de aprimoramento dessas plataformas, sugerindo que a integração de ferramentas, como modelagem de tópicos, análise de frequência de palavras e reconhecimento de entidades nomeadas, poderia beneficiar tanto pesquisadores acadêmicos quanto outros usuários. Ressaltam também que as interfaces atuais frequentemente não atendem às expectativas dos pesquisadores, o que revela um descompasso entre as possibilidades oferecidas e as demandas reais da pesquisa histórica. Concluem que, para que as hemerotecas digitais sejam efetivamente utilizadas como instrumentos de análise histórica aprofundada, é importante que as instituições provedoras invistam na melhoria da usabilidade, na acessibilidade a metadados estruturados e na transparência dos algoritmos de busca e classificação (Pfanzelter et al., 2021).

Ian Milligan (2013), em estudo de caso sobre a pesquisa histórica no Canadá, demonstra que, com o crescimento das bases de dados *on-line*, houve um aumento expressivo na citação de jornais digitalizados em dissertações e artigos acadêmicos, evidenciando como o acesso facilitado influencia diretamente as escolhas metodológicas dos historiadores (Milligan, 2013, p. 541-543). Além disso, o autor alerta que a ênfase na pesquisa baseada em palavras-chave pode enviesar a historiografia, ao privilegiar certos jornais em detrimento de fontes ainda não digitalizadas, criando um efeito de distorção nas abordagens historiográficas (Milligan, 2013, p. 549-553).

Para o caso brasileiro, em parceria com Leonardo Nascimento (2020), apontamos que a interface de busca da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) apresenta desafios estruturais que afetam a pesquisa histórica, especialmente no que diz respeito à qualidade do OCR e à falta de transparência nos processos de indexação e à limitação nas possibilidades de exportação de dados estruturados. Essa opacidade compromete a reprodutibilidade da pesquisa e impõe limitações significativas à aplicação de métodos computacionais mais avançados. Destacam, também, que a organização dos resultados de busca na HDB não permite uma visão estruturada das ocorrências no tempo, o que dificulta a construção de análises históricas mais aprofundadas.



Em outro artigo de minha autoria (Brasil, 2022), busquei avançar nessa discussão ao propor uma solução metodológica para lidar com as limitações da HDB por meio da ferramenta *pyHDB*. Esse *software*, baseado em *web scraping*, permite a coleta sistemática dos dados disponibilizados na plataforma, garantindo o registro detalhado dos parâmetros de busca e a organização estruturada das informações recuperadas. Enquanto Pfanzelter et al. (2021) enfatizam a necessidade de aprimoramento das interfaces digitais para viabilizar análises mais sofisticadas, propus uma abordagem prática para superar algumas dessas barreiras, permitindo que historiadores extraíam, organizem e analisem dados da HDB de forma mais eficiente. Ao integrar métodos computacionais ao processo de pesquisa histórica, o autor demonstra como o desenvolvimento de ferramentas auxiliares pode ampliar as possibilidades heurísticas e garantir maior rigor metodológico na análise de fontes digitalizadas (Brasil, 2022).

A partir dos estudos aqui apresentados, fica evidente que a relação entre as IGUs e as estratégias de acesso, seleção e interpretação de dados digitais constitui um aspecto crítico da prática histórica, que demanda análises mais aprofundadas e metodologicamente rigorosas. Entre os principais desafios identificados estão a falta de transparência nos processos de busca, a organização dos resultados e a ausência de ferramentas avançadas para análise e exploração dos dados. Diante dessas questões, este artigo busca examinar IGUs de hemerotecas digitais em português de forma sistemática, utilizando a metodologia proposta por Ehrmann, Bunout e Düring, doravante referido como *Método impresso* (2019). Essa abordagem permite uma análise detalhada de como as características técnicas e visuais das interfaces influenciam o processo de pesquisa, afetando diretamente os métodos heurísticos e hermenêuticos adotados pelos pesquisadores.

2. Acervos estudados: características e descrição geral

Analizamos aqui as IGUs de três importantes acervos em língua portuguesa: a coleção de periódicos da Biblioteca Nacional Digital de Portugal (doravante BND-PT), a Hemeroteca Digital de Lisboa (HDL) e a Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional do Brasil. Em 2002, a Biblioteca Nacional de Portugal lançou a Biblioteca Nacional Digital como parte de um esforço estratégico para modernizar seus serviços e ampliar o acesso ao vasto acervo da instituição. Inicialmente tratada como um projeto especial, a BND-PT rapidamente se consolidou como um serviço regular da biblioteca, refletindo uma transformação estrutural e estratégica que visava integrar coleções físicas e digitais em uma única infraestrutura operacional (Patrício, 2011). Atualmente, os itens digitalizados abrangem livros, manuscritos, jornais, mapas, partituras e materiais iconográficos, com publicações desde o século XII até o século XXI (Campos; Cabral; Borbinha, 2002; Patrício, 2011). Compõe o acervo digital da BND-PT uma vasta coleção de periódicos, reunindo jornais, revistas e outras publicações com variadas periodicidades, com acesso direto pela interface da BND-PT.³

³ Disponível em: <<https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025

A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB)⁴ foi lançada em 2012 com o objetivo de digitalizar e disponibilizar periódicos históricos, possibilitando o acesso remoto a jornais e revistas que integram o acervo da Biblioteca Nacional do Brasil. Inicialmente, o projeto contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que permitiu a digitalização de 10 milhões de páginas de periódicos (Bettencourt; Pinto, 2013, p. 1). Essa iniciativa incluiu o uso de OCR, que facilita buscas textuais e melhora a recuperação de informações (Giordano, 2016, p. 19) e sua IGU adota um padrão de buscas que permite a combinação de palavras-chave com parâmetros de filtro por datas, localidades e coleções específicas (Giordano, 2016, p. 21). A HDB está inserida em um projeto mais amplo chamado *BNDigital*, lançado em 2006, que consolidou “um programa sistemático de digitalização do acervo documental mantido pela Biblioteca Nacional” (Meirelles, 2020, p. 57).

A Hemeroteca Digital de Lisboa (HDL) foi criada em 2005 como uma iniciativa da Hemeroteca Municipal de Lisboa para a digitalização e disponibilização de periódicos em domínio público (Oliveira; Matos, 2015). O projeto surgiu como resposta à deterioração das coleções físicas e à necessidade de ampliar o acesso remoto ao acervo (Matos, 2001, p. 2). A HDL passou por uma atualização significativa, com a criação de uma nova plataforma digital, cuja versão atualizada foi lançada apenas após a realização desta pesquisa,⁵ razão pela qual a análise aqui apresentada foi baseada na versão anterior da plataforma⁶. Assim, os resultados desta investigação refletem as funcionalidades e limitações da antiga interface, sem levar em conta possíveis melhorias ou mudanças implementadas na nova versão.

3. O Método impresso

Como parte das pesquisas desenvolvidas pela equipe do projeto “*impresso – Media Monitoring of the Past*”, Ehrmann, Bunout e Düring (2019) desenvolveram uma metodologia para a análise crítica de IGUs de hemerotecas digitais. O projeto *impresso* é uma iniciativa interdisciplinar que integra linguistas computacionais, designers e historiadores para a criação de um *corpus* semântico de jornais históricos digitalizados, em múltiplos idiomas, como francês e alemão. Desenvolvido com financiamento do *Swiss National Science Foundation* (SNSF), o projeto busca transformar o conteúdo textual não estruturado desses jornais em dados estruturados, vinculados e semanticamente indexados (Ehrmann; Bunout e Düring, 2020, p. 959)⁷.

O *Método impresso* possibilita uma abordagem sistemática que combina critérios de avaliação qualitativos e quantitativos, para compreender como essas IGUs impactam a pesquisa histórica e a experiência do usuário. Baseia-se na identificação e análise de funcionalidades técnicas e práticas acessíveis diretamente na página *web* dessas interfaces. Para isso, foram definidos seis *Critérios de Avaliação de Alto Nível*: crítica de fontes; busca de conteúdo; filtragem de conteúdo; generosidade; gestão e exploração de conteúdo pelo usuário e conectividade. Os autores elabo-

⁴ Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/hdb>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025

⁵ Disponível em: <<https://hemerotecadigital.lisboa.pt/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025.

⁶ Disponível em: <<https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025

⁷ Disponível em: <<https://impresso-project.ch/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025



raram um formulário contendo 125 funcionalidades agrupadas em 12 famílias (Tabela 1). Essas funcionalidades foram mapeadas para os critérios de avaliação acima mencionados. A coleta de dados é feita diretamente nas IGUs por meio de observação sistemática e registradas em planilhas para posterior análise em termos de frequência e cobertura das funcionalidades (Ehrmann; Bunout; Düring, 2019, p. 6-7).

TABELA 1. Critérios de Avaliação de Alto Nível

Critério de Avaliação	Descrição
Crítica de Fontes	Examina a transparência das informações sobre os documentos digitalizados, incluindo metadados, proveniência e processos de digitalização.
Busca de Conteúdo	Avalia a amplitude e sofisticação das ferramentas de busca, como pesquisa por palavras-chave, operadores booleanos, busca por frases exatas e filtragem baseada em metadados.
Filtragem de Conteúdo	Analisa a existência de mecanismos que permitem refinar os resultados da busca, como filtros por período de tempo, títulos de jornais e local de publicação.
Generosidade	Avalia se a interface proporciona caminhos alternativos para a descoberta de conteúdos, incluindo sugestões de documentos relacionados e modos diferenciados de exibição de resultados.
Gestão e Exploração de Conteúdo pelo Usuário	Examina a capacidade da interface de permitir que os usuários organizem, marquem e comparem conteúdos em espaços personalizados.
Conectividade	Mede a integração do acervo com outras fontes e repositórios, avaliando a presença de conexões diretas, identificadores padronizados e exportação de dados para ferramentas externas.

Fonte: Produzido pelo/a autor/a

No estudo de Ehrmann, Bunout e Düring (2019), a seleção das interfaces gráficas seguiu critérios pragmáticos que buscavam equilibrar diversidade e viabilidade dentro dos limites da pesquisa. Foram incluídas interfaces que refletissem diferentes níveis de sofisticação tecnológica, abrangendo desde plataformas mais simples até as mais avançadas. A prioridade foi dada a interfaces mantidas por bibliotecas nacionais, regionais ou institucionais amplamente reconhecidas por suas coleções de jornais históricos. Além disso, as interfaces selecionadas operavam em idiomas compreendidos pelos pesquisadores, permitindo uma análise detalhada e precisa (Ehrmann; Bunout; Düring, 2019, p. 6-7).

O estudo abrangeu um total de 24 instituições, incluindo bibliotecas nacionais, regionais, portais comerciais e consórcios semipúblicos. Observou-se, contudo, uma predominância de plataformas baseadas em países europeus e nos Estados Unidos. Embora reconhecendo essa limitação, e explicitando que não tenham buscado dar conta da totalidade das hemerotecas digitais disponíveis, os autores afirmam que a amostra foi suficiente para mapear tendências e identificar boas práticas no *design* de interfaces de acesso a periódicos históricos (Ehrmann; Bunout; Düring, 2019, p. 6).

Os resultados revelaram que a cobertura das funcionalidades analisadas nas IGUs de hemerotecas digitais ainda é limitada. Cerca de três quartos das funcionalidades avaliadas estavam presentes em menos da metade das interfaces estudadas. Embora a maioria das plataformas ofereça ferra-

mentas básicas, como busca por palavras-chave e visualização de fac-símile, funcionalidades mais sofisticadas, como enriquecimento semântico, conectividade com outros repositórios e personalização da experiência do usuário, ainda são pouco comuns (Ehrmann; Bunout; Düring, 2019, p. 9).

Argumento que a ampliação do escopo da pesquisa, para incluir IGUs de hemerotecas digitais em língua portuguesa, contribui para um entendimento mais abrangente das dinâmicas envolvidas no acesso e na organização de acervos históricos digitalizados. O português, falado por mais de 260 milhões de pessoas no mundo, está presente em países com acervos documentais extensos que registram períodos históricos globalmente significativos, como a colonização e os processos de independência, Revoluções e Movimentos Sociais variados. A análise e comparação dessas IGUs de hemerotecas contribuem para uma visão mais diversa das práticas e soluções tecnológicas empregadas no acesso a coleções digitalizadas.

4. Aplicação do *Método impresso*

A aplicação do *Método impresso* foi conduzida a partir do preenchimento do formulário de avaliação para as três IGUs em português – BDP-PT, HDB e HDL –, considerando exclusivamente a página *web* onde a consulta é realizada e onde os resultados são acessados. Funcionalidades adicionais presentes em outras seções das plataformas não foram incluídas na análise. O preenchimento dos formulários ocorreu em junho de 2023, no âmbito da pesquisa de pós-doutorado, conforme registrado no *log*⁸. Os dados e os códigos utilizados na escrita deste artigo, assim como todos os gráficos gerados, estão disponíveis no repositório <https://github.com/ericbrasiln/artigo_interfaces>.⁹

Após a conclusão do preenchimento do formulário (acessíveis na pasta */data* do referido repositório), executei o *notebook*¹⁰ de autoria de Ehrmann, Bunout e Düring, com pequenas adaptações. O arquivo *.ipynb* está disponível na pasta */notebooks*, e os gráficos gerados podem ser acessados na pasta */charts*.

O primeiro passo do *notebook* consiste na preparação dos dados: o formulário de avaliação é carregado e estruturado para facilitar a análise; os dados são organizados em uma estrutura de índice múltiplo, garantindo uma categorização clara das funcionalidades das interfaces; antes de prosseguir com a análise, são realizadas limpezas e ajustes nos dados, como a remoção de espaços em branco desnecessários e a conversão de respostas categóricas para valores numéricos.

Em seguida, o *notebook* gera estatísticas descritivas, calculando a quantidade de interfaces que apresentam cada funcionalidade listada no formulário. As funcionalidades analisadas foram agru-

⁸ O repositório no GitHub relativo à pesquisa de pós-doutorado mantém um histórico detalhado das alterações realizadas, permitindo a rastreabilidade das etapas do estudo e a documentação das atividades associadas ao preenchimento dos formulários. Para acessar o repositório da pesquisa completo de pós-doutorado, <<https://github.com/ericbrasiln/hemdig-framework>>, e o arquivo específico com os logs: <https://github.com/ericbrasiln/hemdig-framework/blob/main/log_main.csv>.

⁹ O repositório está armazenado no Zenodo, com o DOI 10.5281/zenodo.15177362.

¹⁰ Um Jupyter Notebook é um ambiente interativo de computação que permite a execução de código, a inclusão de texto explicativo e a visualização de gráficos em um único documento. Ele é amplamente utilizado em pesquisa científica e análise de dados para documentar e reproduzir experimentos computacionais.

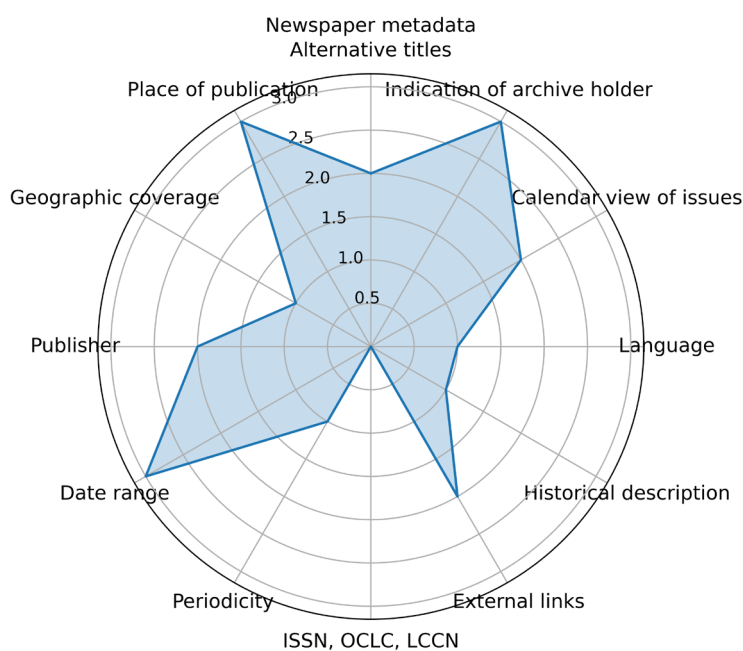


padas em 12 famílias: *Metadados dos periódicos*; *Visualização*; *Navegação*; *Busca*; *Exibição dos resultados*; *Filtros de Resultados*; *Classificação de resultado*; *Informações sobre a digitalização*; *Interação do Usuário*; *Conectividade*; *Enriquecimento* e *APIs*. E para cada uma é gerado um gráfico radial. Como o número de hemerotecas analisadas é reduzido, optou-se por trabalhar com valores absolutos ao invés de porcentagens nessas visualizações. Veremos agora o detalhamento desses resultados.

5. Resultados

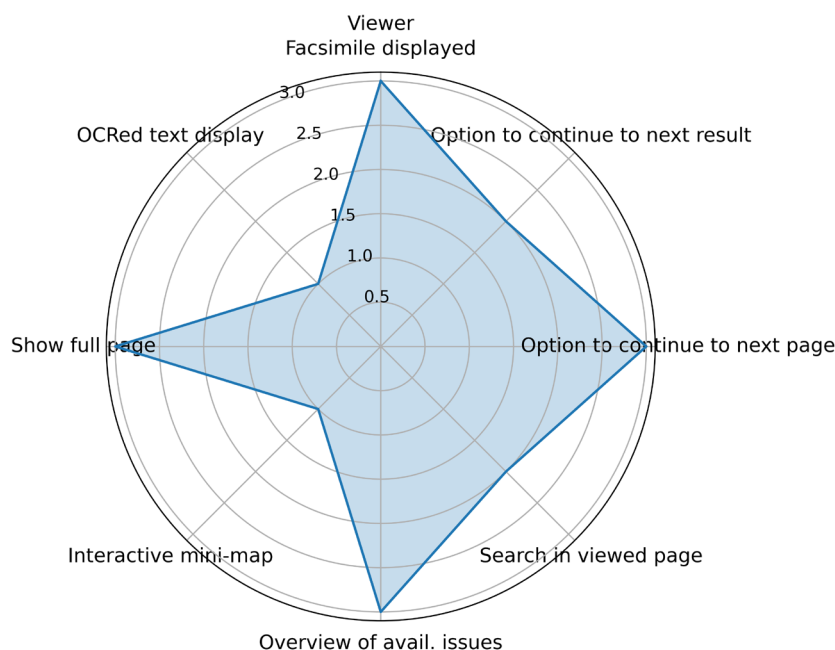
As funcionalidades agrupadas na família *Metadados dos periódicos* está bem representada, com destaque para *Local de publicação*, *período de cobertura* e *indicação da instituição responsável*. Outras funcionalidades, como *Títulos alternativos*, *Editora*, *Links externos* e *Visualização em calendário*, estiveram presentes em duas das três interfaces. Por outro lado, algumas características são pouco exploradas ou inexistentes: *ISSN*, *OCLC* e *LCCN* não aparecem em nenhuma interface, enquanto *Cobertura geográfica*, *Periodicidade*, *Descrição histórica* e *Idioma* registraram apenas uma em três (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Dados globais da família *Metadados de Periódicos* para todas as IGUs



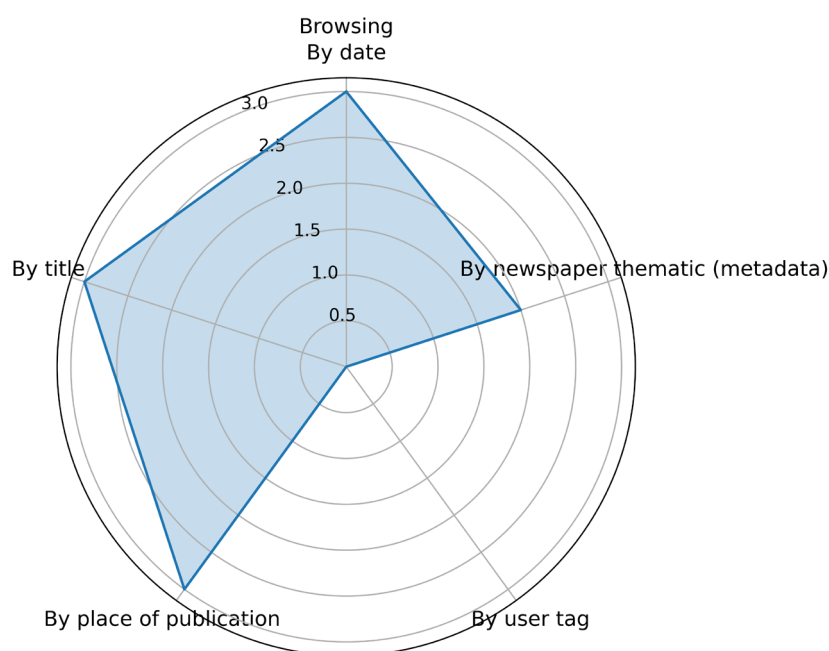
Fonte: Elaborado pelo autor

A família *Visualização* apresenta uma boa representação de funcionalidades, com pelo menos uma ocorrência em todas as oito funcionalidades listadas. Dentre elas, *Exibição de fac-símile*, *Mostrar página completa*, *Visão geral de edições disponíveis* e *Opção de continuar para a próxima página* são comuns às três IGUs. A *Opção de continuar para próximo resultado* e *Busca em páginas visualizadas* estão presentes em duas IGUs e *Exibição do texto de OCR* e *Minimapa interativo* constam em uma das três (ver Gráfico 2).

GRÁFICO 2. Dados globais da família *Visualização* para todas as IGUs

Fonte: Elaborado pelo autor

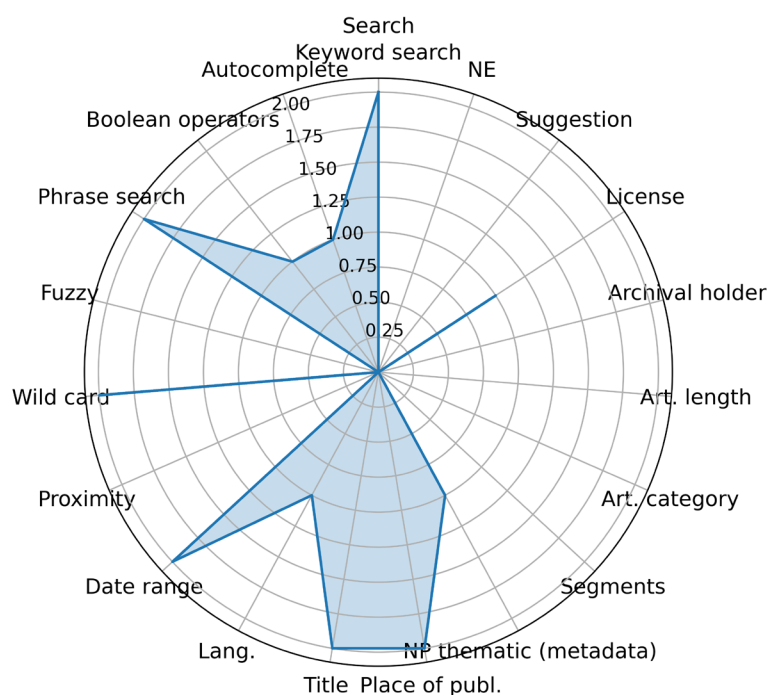
A família *Navegação* apresenta um padrão de organização técnica comum aos três casos estudados: a navegação se dá primordialmente por *data*, *título* e *local de publicação*. Outras opções de navegação, como *temática* (apenas uma ocorrência) e *tags* de usuários (nenhuma ocorrência), que favoreceriam um tipo de navegação mais voltado para aspectos qualitativos e de conteúdo, não estão presentes nas IGUs (ver Gráfico 3).

GRÁFICO 3. Dados globais da família *Navegação* para todas as IGUs

Fonte: Elaborado pelo autor

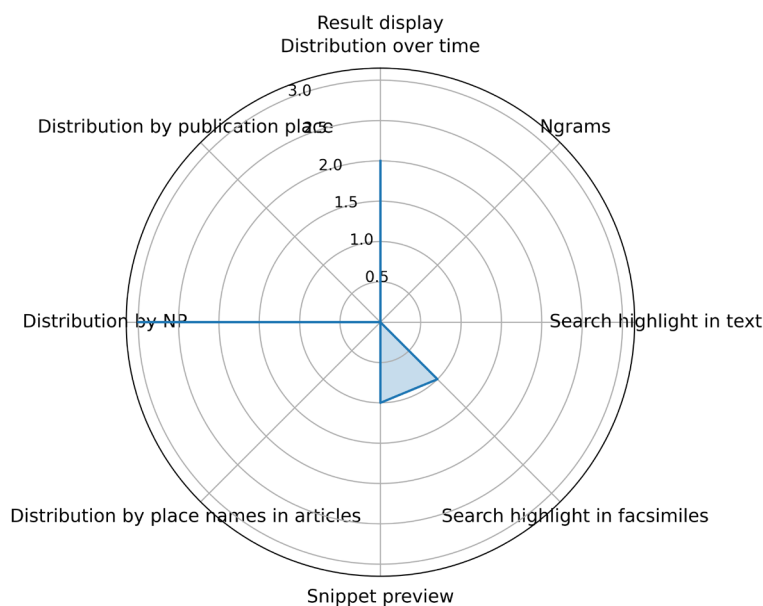
A análise da família *Busca* nos mostra uma significativa disparidade de ocorrências no conjunto de funcionalidades. *Busca por palavra, por expressão exata, limite por recorte temporal, por local de publicação e por título e uso de wildcard* estão presente com mais frequência (em pelo menos duas das três IGUs). No entanto, um número considerável de funcionalidades apresenta ausência total, como *Busca por Entidade Nomeada, Fuzzy e por proximidade, limite por extensão e categoria de artigos, limite por segmento e instituição mantenedora e sugestões de busca*. Algumas funcionalidades, como *autocomplete de buscas, operadores Boolean, limite por licença, linguagem e temático* (a partir dos metadados), têm uma presença pequena, de uma das três IGUs (ver Gráfico 4).

GRÁFICO 4. Dados globais da família *Busca* para todas as IGUs



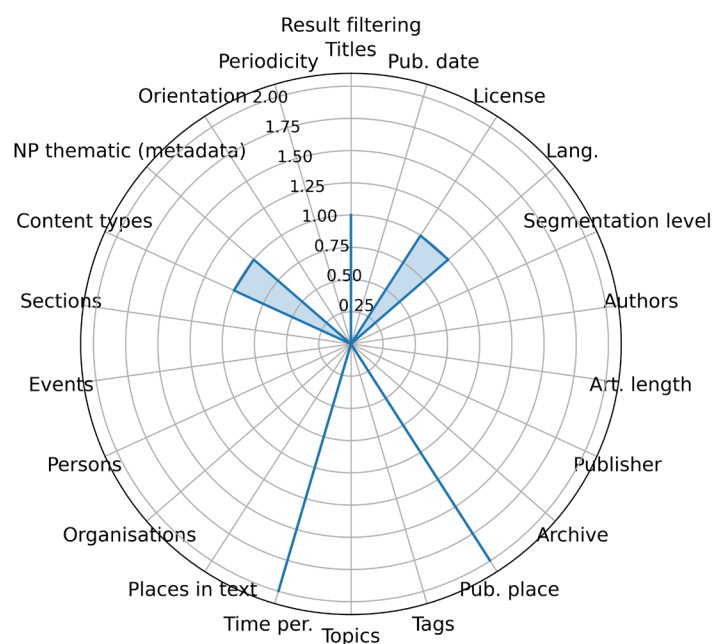
Fonte: Elaborado pelo autor

A família *Exibição dos resultados* apresenta oito funcionalidades, das quais apenas quatro possuem alguma ocorrência. A funcionalidade *Distribuição por Periódico* está presente em todas as IGUs, enquanto *Distribuição ao longo do tempo* aparece em duas delas. Já as funcionalidades *Snippetpreview* e *highlight da busca no fac-símile* ocorrem apenas uma vez. As demais funcionalidades – *Distribuição pelo local de publicação, Distribuição por nome de lugares nos artigos, Highlight da busca no texto* e *Ngrams* – estão ausentes (ver Gráfico 5).

GRÁFICO 5. Dados globais da família *Exibição de Resultados* para todas as IGUs

Fonte: Elaborado pelo autor

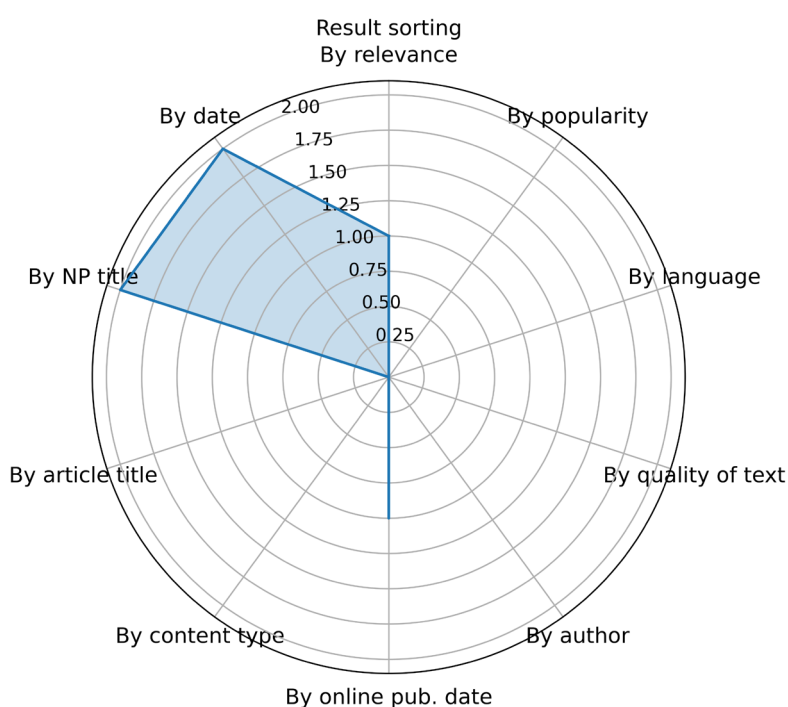
Os *Filtros de Resultados* apresentam uma implementação ainda mais limitada: das 22 funcionalidades listadas, apenas sete possuem ocorrências. Os filtros por *local de publicação* e *período temporal* são os mais comuns, estando presentes em duas das três IGUs. Já os filtros por *licença*, *idioma*, *tipo de conteúdo* e *temática* (a partir dos metadados) aparecem apenas uma vez cada. Por outro lado, a maioria das funcionalidades avaliadas está ausente, incluindo opções relevantes, como filtro por *autores*, *periodicidade*, *tópicos* e *editoras*, entre outros (ver Gráfico 6).

GRÁFICO 6. Dados globais da família *Filtro de Resultados* para todas as IGUs

Fonte: Elaborado pelo autor

Das dez funcionalidades agrupadas na família *Classificação de resultados*, apenas quatro estão contempladas. As classificações por *data* e por *título* são as mais comuns, estando presentes em duas das três IGUs. Já as classificações por *relevância* e por *data de publicação online*, também aparecem, mas apenas uma vez entre as três possíveis. Por outro lado, as funcionalidades de classificação por *título do artigo*, *tipo de conteúdo*, *autor*, *qualidade do texto*, *idioma* e *popularidade* estão completamente ausentes (ver Gráfico 7).

GRÁFICO 7. Dados globais da família *Classificação de Resultados* para todas as IGUs



Fonte: Elaborado pelo autor

As próximas famílias de funcionalidades apresentam baixíssima presença nas IGUs estudadas; algumas, sem nenhuma ocorrência, o que revela um padrão significativo para nossa análise sobre como tais interfaces são concebidas e como podem influenciar os direcionamentos de acesso e as possibilidades de trabalho com seus dados por parte dos pesquisadores.

Na família *Informações sobre a digitalização*, apenas a funcionalidade *Informação sobre Copyright* está presente em duas das IGUs. As demais nove funcionalidades não estão contempladas, incluindo elementos essenciais para a avaliação heurística desses acervos, como *Reconhecimento de layout no nível de artigos*, *Pontuação de confiança de OCR e OLR*, *Documentação sobre vieses*, *Métodos de digitalização*, *Pontuação sobre relevância dos resultados*, *Ferramentas de OCR utilizadas* e *Resolução do scan*.

A ausência dessas informações compromete a transparência e a confiabilidade dos acervos, limitando as possibilidades de análise crítica dos pesquisadores e dificultando a compreensão sobre os processos técnicos que estruturam esses repositórios digitais.

De modo semelhante, a família *Interação do Usuário* revela que apenas a funcionalidade *Links Permanentes*, presente em duas das três IGUs, está contemplada, enquanto as demais treze não estão implementadas. Entre essas ausências, destacam-se funcionalidades essenciais para a personalização e gestão do conteúdo, como *Salvar artigos e buscas nos favoritos*, *Etiquetar artigos*, *Acompanhar materiais visualizados*, *Recomendações de artigos*, *Exportar citação*, *Opção para corrigir OCR*, *Adicionar/editar metadados*, *Ferramenta de captura de tela*, *Downloads em massa*, *Organizar artigos em coleções* e *Visão contrastiva de coleções*. A inexistência dessas opções limita significativamente o potencial de interação das interfaces, restringindo a capacidade do usuário de organizar, editar e acessar.

Dentre as funcionalidades de *Conectividade*, apenas a *Identificação de terceiros* está presente em uma interface, enquanto *Links para outros repositórios* e *Tecnologias de Web Semântica* não foram encontrados. A ausência de conectividade compromete o potencial de integração dos acervos com repositórios externos e ferramentas avançadas, reduzindo o alcance das interfaces para pesquisas colaborativas ou multidimensionais.

As famílias *Enriquecimento* e *APIs* estão completamente ausentes das IGUs das hemerotecas digitais em português. Entre as funcionalidades de *Enriquecimento*, não implementadas, estão *Reconhecimento e Classificação de Entidades Nomeadas*, *Vinculação de Entidades*, *Correção Automática de OCR*, *Correção de OCR Colaborativa*, *Modelagem de Tópicos*, *Reutilização de Texto*, *Análise de Sentimento*, *Recomendações* e *Deteção de Eventos*.

Já na família *APIs*, as funcionalidades *Link para o código-fonte da interface*, *API*, *IIIF Image API* e *IIIF Presentation API* não estão acessíveis diretamente na IGU. Essa ausência representa uma limitação significativa em termos de acessibilidade técnica e integração das interfaces com outras ferramentas e sistemas. APIs são componentes fundamentais para permitir o acesso automatizado aos dados, possibilitando a criação de aplicações personalizadas e o uso avançado dos acervos. A implementação de APIs, especialmente as baseadas no padrão *International Image Interoperability Framework*¹¹ (IIIF), traria benefícios consideráveis para pesquisadores e desenvolvedores, ao viabilizar a visualização e manipulação de imagens digitalizadas de maneira padronizada e interoperável.

A BND-PT adota o padrão *IIIF* em seus objetos digitais, oferecendo vantagens importantes em relação à Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), que ainda não implementa esse recurso. No entanto, a BND-PT não oferece, de formas explícita e direta, acesso aos dados relacionados ao *IIIF* em sua interface. Portanto, não há um caminho detalhado e documentação para

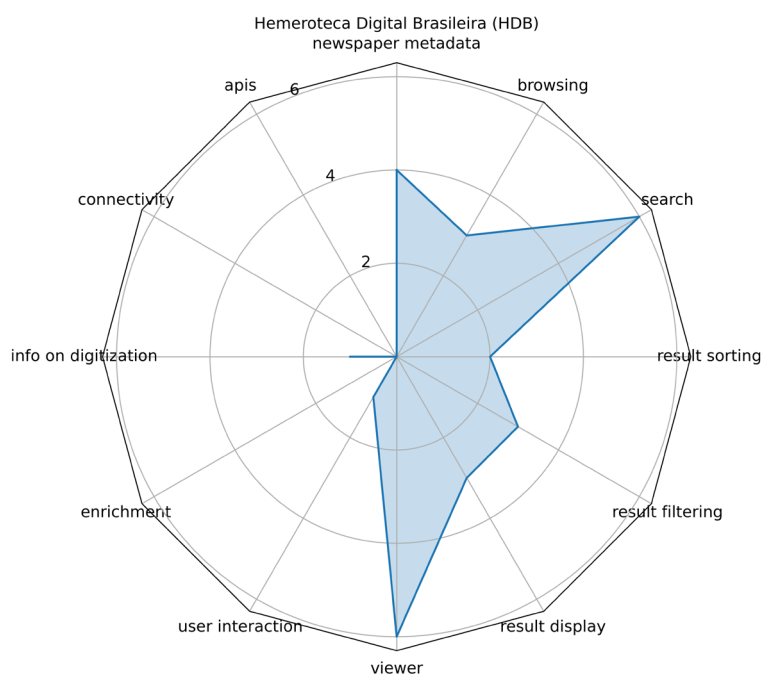
¹¹ O *International Image Interoperability Framework* (IIIF) é um conjunto de padrões abertos que permite o acesso, a exibição e a manipulação avançada de imagens digitalizadas em alta resolução. Desenvolvido para facilitar a interoperabilidade entre repositórios e aprimorar a experiência do usuário, o *IIIF* possibilita que acervos digitais compartilhem imagens de forma estruturada, permitindo sua integração com diversas ferramentas e plataformas sem a necessidade de adaptação específica para cada sistema. Esse padrão é amplamente adotado por bibliotecas, arquivos e museus ao redor do mundo, pois viabiliza funcionalidades, como *zoom* dinâmico, comparação lado a lado de documentos de diferentes instituições e anotação colaborativa. Ao adotar o *IIIF*, acervos digitais ganham maior flexibilidade e acessibilidade, promovendo novas possibilidades para pesquisas em grande escala e a análise computacional de documentos históricos.



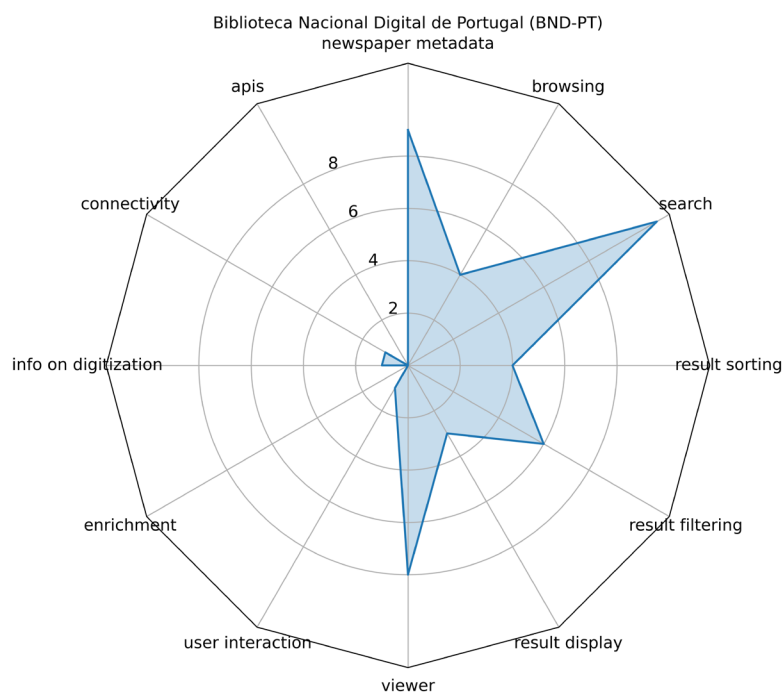
utilização desses recursos, nem acesso ao manifesto da imagem, tampouco um método eficiente para a coleta massiva desses dados. Essa característica compromete a exploração plena do potencial do *IIIF*, restringindo as possibilidades de pesquisa automatizada e de análises que dependem da integração de grandes volumes de dados. Assim, embora a BND-PT avance em conectividade técnica, ainda enfrenta desafios na acessibilidade prática de seu acervo em larga escala.

Ao analisarmos cada interface, percebemos uma acentuada semelhança entre a Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) (Gráfico 8) e a Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BND-PT) (Gráfico 9), com o formato do gráfico radial das famílias de funcionalidades apresentando padrões próximos. Ambas possuem um forte desenvolvimento em funções de busca, navegação, visualização e informação sobre metadados dos periódicos, além de algumas funcionalidades relativas aos resultados, como classificação, exibição e filtros. Já a interface da Hemeroteca Digital de Lisboa (HDL) é a mais limitada em recursos, apresentando apenas implementações voltadas para metadados dos jornais, navegação e visualização (Gráfico 10).

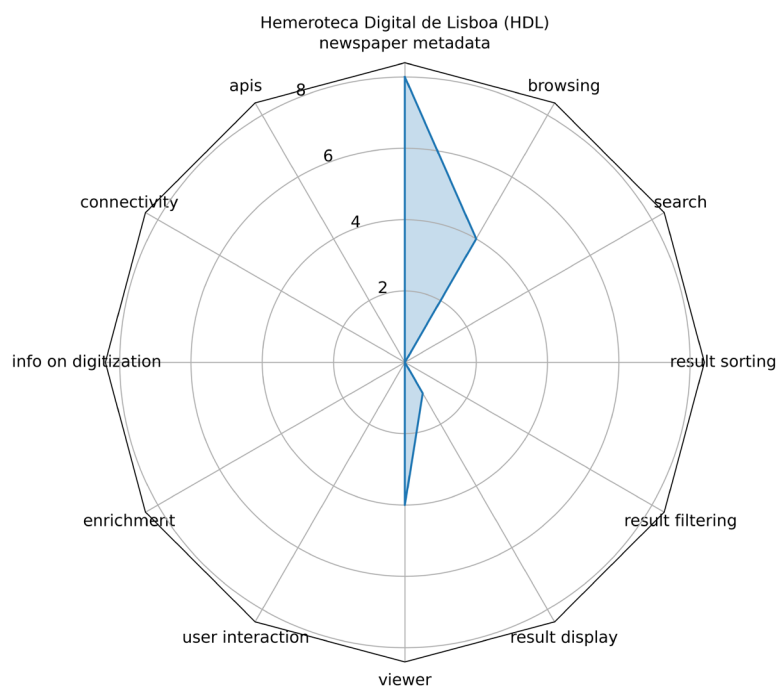
GRÁFICO 8. Gráfico radial das famílias de funcionalidades da HDB



Fonte: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 9. Gráfico radial das famílias de funcionalidades da BND-PT

Fonte: Elaborado pelo autor

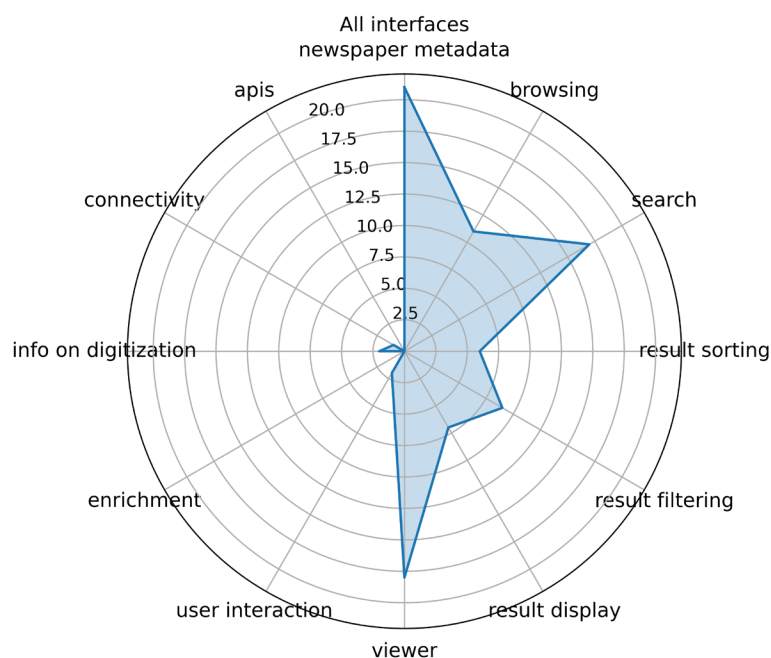
GRÁFICO 10. Gráfico radial das famílias de funcionalidades da HDL

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar, também, as ausências comuns às três interfaces. Recursos relativos à conectividade, APIs e enriquecimento constituem lacunas acentuadas nos casos estudados, assim como informações sobre o processo de digitalização e interações com os usuários. Essa

ausência é sintomática, pois essas categorias são importantes para a realização de pesquisas complexas, a aplicação de técnicas avançadas de análise computacional, a viabilização de ações de interoperabilidade e reprodutibilidade e o estabelecimento de um registro metodológico rigoroso dos processos de pesquisa.

GRÁFICO 11. Gráfico global das famílias de funcionalidades de todas as IGUs



Fonte: Elaborado pelo autor

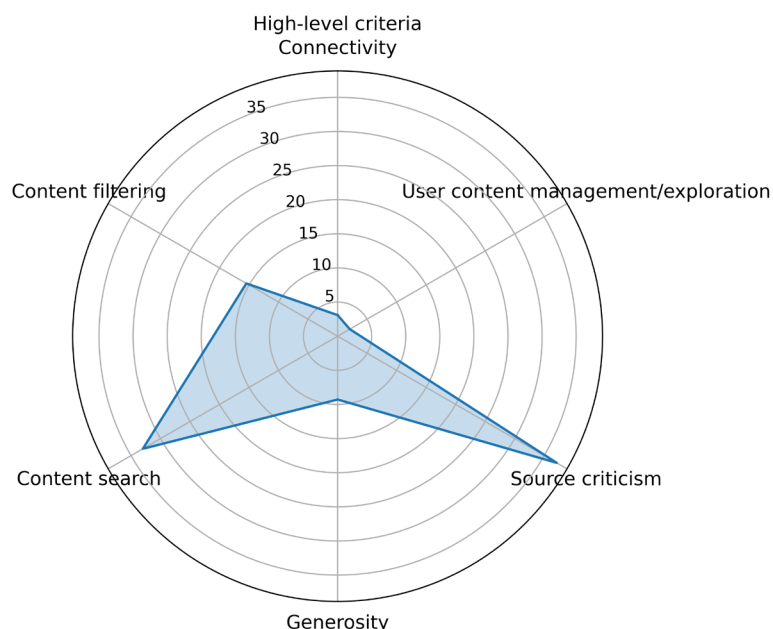
A análise evidencia que, embora as interfaces atendam bem às funcionalidades básicas de busca, elas apresentam limitações significativas nas opções mais avançadas, comprometendo a possibilidade de explorar plenamente os acervos por meio de ferramentas mais sofisticadas. Além disso, há uma carência de recursos voltados para a compreensão da própria estrutura da interface, de seus métodos de busca, OCR e apresentação dos resultados, dificultando uma navegação mais informada e eficiente para os pesquisadores.

5.1. Critérios de avaliação de alto nível

Ao analisarmos os Critérios de Avaliação de Alto Nível, que incluem Crítica das Fontes (avalia a transparência das informações sobre documentos digitalizados, metadados e processos de digitalização), Busca de Conteúdo (mensura a amplitude e sofisticação das ferramentas de pesquisa), Filtro de Conteúdo (examina os mecanismos de refinamento de resultados), Conectividade (verifica a integração com outros repositórios), Gerenciamento/Exploração de Conteúdo pelo Usuário (permite ao pesquisador organizar e anotar material) e Generosidade (oferece caminhos alternativos e mais ricos de descoberta de conteúdos), constatamos, a partir do gráfico radial, uma forte implementação de funcionalidades associadas aos três primeiros critérios. Isso

se manifesta na variedade de recursos disponíveis para checar a procedência dos documentos, realizar pesquisas em grandes volumes de dados e refinar resultados (Gráfico 12).

GRÁFICO 12. Gráfico radial dos Critérios de Avaliação de Alto Nível

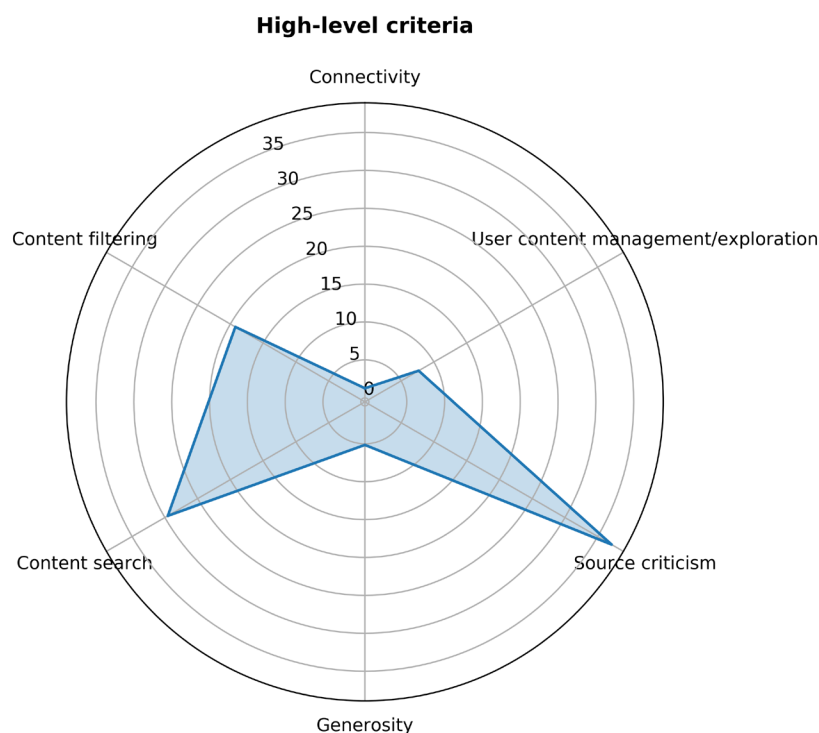


Fonte: Elaborado pelo autor

Em contrapartida, as dimensões de Conectividade, Gerenciamento/Exploração e Generosidade apresentam-se substancialmente limitadas. O mapeamento detalhado das famílias de funcionalidades indica que essas lacunas impactam diretamente a experiência do usuário, restringindo o compartilhamento e a interação (Conectividade), a curadoria pessoal do acervo (Gerenciamento/Exploração) e as possibilidades de apropriação autônoma e inovadora dos materiais (Generosidade). Esse cenário evidencia a necessidade de aprimoramentos estruturais, capazes de fomentar maior colaboração, personalização e integração das hemerotecas digitais em ecossistemas de pesquisa mais amplos.

O gráfico radial da pesquisa de Ehrmann; Bunout e Düring (2019, p. 17), em comparação com o gráfico do nosso estudo, revela uma estrutura análoga (Gráfico 13). Em ambos os casos, funcionalidades, como busca por texto completo, filtros básicos (por título ou data) e visualização de fac-símiles aparecem como as mais consolidadas, enquanto aspectos relacionados à conectividade (incluindo integração entre coleções e uso de APIs) e ao enriquecimento semântico permanecem menos desenvolvidos. A transparência dos processos de digitalização e OCR, bem como a documentação de metadados e potenciais vieses, também se mostra ausente com frequência nas duas amostras, dificultando a avaliação crítica das fontes. Essas tendências recorrentes – ainda que decorram de contextos institucionais distintos – reforçam a conclusão de que hemerotecas digitais, de maneira geral, precisam superar barreiras tecnológicas e epistemológicas para oferecer uma experiência de pesquisa mais robusta e confiável.

GRÁFICO 13. Gráfico radial dos Critérios de Avaliação de Alto Nível da pesquisa de Ehrmann; Bunout e Düring (2019)



Fonte: Ehrmann; Bunout e Düring (2019)

Os resultados do estudo indicam que as interfaces gráficas de usuário das hemerotecas digitais em português situam-se na primeira geração de interfaces, conforme a categorização proposta por Ehrmann; Bunout e Düring (2019, p. 12). O foco recai na disponibilização de material textual bruto e metadados básicos já existentes em registros bibliográficos, oferecendo apenas recursos essenciais de busca e organização de resultados. Embora essas interfaces representem um avanço relevante para o acesso e preservação dos acervos, ainda carecem de funcionalidades que permitam análises historiográficas aprofundadas.

A segunda geração de interfaces amplia a interação com os usuários, incorporando recursos, como *links* permanentes (*permalinks*), salvamento de favoritos, agrupamento de itens em coleções e, em alguns casos, correção colaborativa de OCR. Já a terceira geração, destaca-se pela incorporação de funcionalidades de enriquecimento semântico, como reconhecimento de entidades, além da oferta de APIs para consultas programáticas, o que expande as possibilidades de pesquisa automatizada e avançada. Por fim, a quarta geração, ainda em desenvolvimento em diversos projetos, busca promover maior transparência sobre o processo de digitalização e enriquecer a experiência do usuário por meio de mecanismos de recomendação e sugestões de pesquisa personalizadas, criando interfaces que atendam tanto ao público geral quanto a especialistas em história digital (2019, p. 12-15).

6. Pelo desenvolvimento de hemerotecas digitais 2.0

A análise das interfaces de hemerotecas digitais em português evidencia como as escolhas técnicas, muitas vezes subestimadas, impactam diretamente as possibilidades de pesquisa em história (Gil, 2024). Funcionalidades, como filtros avançados, integração com APIs e ferramentas de enriquecimento semântico, poderiam ampliar significativamente as abordagens metodológicas, mas permanecem insuficientes em grande parte dessas plataformas.

As limitações técnicas das hemerotecas digitais em português acabam reforçando, paradoxalmente, o uso de práticas analógicas em ambientes digitais. Em vez de estimular a adoção de metodologias inovadoras, essas plataformas frequentemente engendram a lógica tradicional de consulta, na qual o pesquisador acessa documentos de forma individualizada, com pouca ou nenhuma mediação por recursos tecnológicos avançados. A ausência de ferramentas de enriquecimento, conectividade com outros repositórios e suporte à análise automatizada de dados faz com que os historiadores recorram a métodos manuais, replicando estratégias analógicas no meio digital, em vez de desenvolverem abordagens criativas e metodologicamente inovadoras diante do potencial dos dados digitais.

A ausência de mecanismos de reconhecimento automático de padrões ou de modelagem de tópicos exige que os pesquisadores organizem, categorizem e interpretem grandes volumes de dados manualmente, resultando em um processo lento e trabalhoso, que retarda a inovação na pesquisa histórica. As limitações nos recursos de interação do usuário com as interfaces – como a ausência de ferramentas para gerenciamento de coleções ou marcação de artigos – impossibilitam a personalização e a exploração aprofundada dos acervos, ao mesmo tempo em que dificultam a reprodutibilidade das pesquisas. Esse cenário reforça a percepção equivocada de que acervos digitais são meras extensões dos arquivos físicos, em vez de plataformas transformadoras, capazes de ampliar significativamente as possibilidades de investigação histórica.

Diante desse quadro, torna-se urgente um salto qualitativo rumo às Hemerotecas Digitais 2.0. Essa nova geração de plataformas deve ultrapassar a simples disponibilização de fontes digitalizadas com buscas por palavras-chave para incorporar avanços em conectividade, enriquecimento semântico e experiência do usuário. A emergência de plataformas, como o *Chronicling America* (EUA), o projeto *Europeana Newspapers* (União Europeia) e o *impresso* (Suíça/França), ilustra alguns caminhos possíveis.

A coleção *Chronicling America*, mantida pela *Library of Congress* em parceria com o *National Endowment for the Humanities* (NEH), é um exemplo de interface que está se encaminhando para se tornar uma *Hemeroteca Digital 2.0*, com avanços tanto em infraestrutura técnica quanto em usabilidade e abertura à pesquisa computacional. Em 2024, foi lançada uma nova documentação voltada ao uso de sua API, integrada à arquitetura do *site LoC.gov*, que permite acesso automatizado e em larga escala a metadados e páginas digitalizadas de jornais históricos norte-americanos. Essa API pública, sem necessidade de autenticação, é acompanhada por tutoriais detalhados e *notebooks* Jupyter voltados a pesquisadores e desenvolvedores, disponíveis no repositório do GitHub da própria instituição. Além disso, a plataforma está em processo de migração para uma nova interface com infraestrutura de busca redesenhada, cuja versão preli-



minar já se encontra disponível, prometendo maior eficiência na recuperação da informação e melhor experiência de navegação.¹²

A *Europeana*, além de um repositório de dados, atua como uma plataforma dinâmica e colaborativa que agrega acervos de milhares de instituições culturais europeias, estruturando um ecossistema digital que articula padrões técnicos, ferramentas de interoperabilidade (como APIs e metadados padronizados) e políticas públicas de digitalização do patrimônio. Especificamente no caso da coleção de jornais, esses princípios se concretizam por meio da oferta de visualizações interativas, mecanismos de enriquecimento semântico, integração com projetos agregadores nacionais e domínio público, além de políticas voltadas ao reuso criativo e científico dos dados (Capurro e Severo, 2023).

Já discutido anteriormente no artigo, o projeto *Impresso - Media Monitoring of the Past* constitui um exemplo emblemático de Hemeroteca Digital 2.0, ao integrar técnicas avançadas de mineração de textos históricos com uma interface projetada para o trabalho exploratório em humanidades digitais. Desenvolvido por um consórcio de instituições suíças, o *impresso* se destaca por disponibilizar *corpora* de jornais históricos acompanhados de ferramentas analíticas baseadas em enriquecimento semântico (como reconhecimento de entidades nomeadas e análise de tópicos), além de visualizações interativas e acesso programático via API.

Essas iniciativas têm investido em APIs, enriquecimento semântico, interoperabilidade e transparência nos processos técnicos, oferecendo modelos relevantes para pensar o futuro das hemerotecas em português. Sob essa perspectiva, a noção de Hemeroteca Digital 2.0 pressupõe o desenvolvimento colaborativo e multidisciplinar de ferramentas e funcionalidades que vão desde APIs interoperáveis e tecnologias da *web* semântica até mecanismos de enriquecimento automatizado de conteúdo e transparência técnica.

No entanto, essas transformações não dependem apenas de inovações tecnológicas. É fundamental promover debates sobre políticas de financiamento público que incentivem a colaboração entre historiadores, profissionais das instituições arquivísticas e bibliotecas, linguistas e especialistas em tecnologia. A valorização de iniciativas abertas e gratuitas reforça o compromisso com a democratização do acesso e a preservação do patrimônio documental, ao mesmo tempo em que amplia o potencial das ciências humanas no meio digital. Em última instância, a modernização das hemerotecas digitais em português constitui não apenas um desafio técnico, mas também uma oportunidade para repensar e aprofundar o papel dessas plataformas na pesquisa histórica, consolidando-as como ferramentas indispensáveis para o avanço das humanidades no século XXI.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses relacionado a este artigo.

¹² Disponível em: <<https://www.loc.gov/collections/chronicling-america/about-this-collection/>>. Acessado em: 08 de abril de 2025.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é um dos resultados da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, integrante do IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. A pesquisa, entretanto, não contou com financiamento específico de agência de fomento.

REFERÊNCIAS

- BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – FEBAB**, v. 25, n. 0, p. 1028-1038, 2013.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.
- BRASIL, Eric; VALVERDE, Priscila; VELOSO, Ana Carolina. Desafios e expectativas da prática da história na Era Digital: percepções de docentes de história nas instituições de ensino superior na Bahia. **Boletim do Tempo Presente**, v. 13, n. 2, p. 140-171, 2024.
- BRASIL, Eric. pyHDB – Ferramenta Heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de *web scraping* para a pesquisa em História. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 15, n. 40, 2022.
- BUNOUT, Estelle; EHRMANN, Maud; CLAVERT, Frédéric. Digitised Historical Newspapers: A Changing Research Landscape – Introduction. In: **Digitised Newspapers – A New Eldorado for Historians?: Reflections on Tools, Methods and Epistemology**. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2022. (Studies in Digital History e Hermeneutics, v. 3).
- CAMPOS, Fernanda Maria; CABRAL, Rosa Maria Galvão Maria Luísa; BORBINHA, José Luis. The National Library of Portugal. **Alexandria: The Journal of National and International Library and Information Issues**, v. 14, n. 2, p. 83-101, 2002.
- CAPURRO, Carlotta; SEVERO, Marta. Mapping European Digital Heritage Politics: An Empirical Study of Europeana as a Web-based Network. **Heritage&Society**, v. 0, n. 0, p. 1-21, 2023.
- EHRMANN, Maud; ROMANELLO, Matteo; CLEMATIDE, Simon; STRÖBEL, Phillip Benjamin; BARMAN, Raphaël. Language Resources for Historical Newspapers: the Impresso Collection. In: **Proceedings of the Twelfth Language Resources and Evaluation Conference**, p. 958-968, Marseille, France. European Language Resources Association, 2020.
- EHRMANN, Maud; BUNOUT, Estelle; DÜRING, Marten. Historical Newspaper User Interfaces: A Review. In: **Historical Newspaper User Interfaces**, 2019, Athens, Greece. **Proceedings of the 85th IFLA General Conference and Assembly (IFLA)**. Athens, Greece: IFLA Library, 2019.
- GIL, Tiago. Entre teoria, técnica e imaginação: consumo e produção de motores de busca por historiadores, através do caso do projeto “Oxossi”. **Acervo**, v. 37, n. 3, p. 1-20, 2024.



GIORDANO, Rafaela Boeira. **Do jornal à ciência: a hemeroteca digital brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica**. 2016. Doutorado - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARINO, Ian Kisil et al. Como contar a história da COVID-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 28, n. 48, p. 558-583, 2021.

MATOS, Álvaro Costa de. **A Digitalização do Acervo Documental da Hemeroteca Municipal de Lisboa: Uma Primeira Abordagem Ao Suporte Electrónico, a Partir Do Jornal Os Ridículos**. Lisboa, 2001.

MEIRELLES, Raíssa Félix. **A Biblioteca Nacional Digital e a premência de realização de estudo de usuários**. Orientadora: Luana Farias Sales. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MILLIGAN, Ian. Illusionary Order: Online Databases, Optical Character Recognition, and Canadian History, 1997-2010. **The Canadian Historical Review**, v. 94, n. 4, p. 540-569, 2013.

OLIVEIRA, João Carlos Salvador da Silva de; MATOS, Álvaro Costa de. Hemeroteca Municipal de Lisboa: Património Projetado No Futuro. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, n. 1, 2015.

PATRÍCIO, Helena. Portugal: Enhancing Digital Services at the National Library of Portugal. **Uncommon Culture**, p. 136-143, 2011.

PFANZELTER, Eva et al. Digital Interfaces of Historical Newspapers: Opportunities, Restrictions and Recommendations. **Journal of Data Mining & Digital Humanities**, v. HistoInformatics, n. HistoInformatics, 2021.

VELOSO, Ana Carolina de Oliveira. **A Hemeroteca Digital Brasileira na pesquisa histórica: uma análise dos simpósios nacionais de História da ANPUH (2013-2019)**. 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde, BA, 2022.



Nombrar, resistir, transformar: una conversación sobre sexismo, lenguaje y pensamiento feminista

Genoveva Vargas-Solar y Alejandra Josiowicz entrevistan a
Stefania Cavagnoli y Francesca Dragotto, Universidad Roma 2, Italia

Genoveva Vargas-Solar and Alejandra Josiowicz interview
Stefania Cavagnoli and Francesca Dragotto, University Roma 2, Italy

El volumen *Sessismo* de Stefania Cavagnoli y Francesca Dragotto (Mondadori Education) analiza el sexismo para visibilizar sus mecanismos y promover un cambio social, jurídico y lingüístico. El libro propone repensar las normas que excluyen a quienes no encajan en roles tradicionales. El texto critica cómo las estructuras sociales, lingüísticas y tecnológicas perpetúan desigualdades de género. La entrevista con las autoras amplía esta reflexión, explorando los vínculos entre lenguaje, tecnología, derecho y nuevas formas de imaginar una sociedad más justa.

MATRAGA | ¿Pueden presentarse adoptando una perspectiva feminista?

STEFANIA | Soy una mujer profundamente interesada en las personas, comprometida con un enfoque inclusivo del lenguaje y con una postura firme contra toda forma de violencia. Creo firmemente en la educación lingüística y, en general, en el respeto por el lugar que cada persona ocupa en la comunicación y en el mundo. Procuro aplicar estos valores en la crianza de mi hija y de mi hijo, guiada por mis convicciones y conocimientos. Mi trayectoria científica ha estado marcada por el trabajo y la escritura constante. En los últimos doce años he colaborado estrechamente con Francesca, pero antes también trabajé con otras mujeres muy distintas entre sí. Siempre he logrado establecer relaciones de trabajo positivas, enriquecedoras y productivas.

FRANCESCA | A partir de lo que dijo Stefania, y a diferencia de ella, en los últimos años yo he trabajado casi exclusivamente con varones. Durante los quince años anteriores, no veía la importancia de estos temas, porque me hacía sentir aún más como un “panda en vías de



extinción”. Fue únicamente gracias a una característica que me define —la curiosidad— y al haberme encontrado con nuevos estímulos, que empecé a replantear profundamente mis líneas de investigación.

Ese cambio se produjo cuando comencé a abordar las cuestiones de género desde diferentes enfoques: no solo lingüísticos o sociolingüísticos, sino también desde la adquisición del lenguaje, el aprendizaje profundo y otros ámbitos que en apariencia resultan colaterales a la lingüística. A partir de ese momento, cambié por completo mi perspectiva sobre estos temas, hasta convertirlos en el eje central de mi investigación.

También soy madre, y sin duda la experiencia de criar a un hijo tuvo un gran impacto en mi toma de conciencia sobre la existencia —y más aún, sobre la omnipresencia— de estas cuestiones en la vida cotidiana. Creo que, como le ocurrió a Stefania, llegó un punto en el que ser mujer, madre, pareja e investigadora colapsaron en una misma forma de activismo cultural. Hoy, ya no hay diferencia entre dónde termina mi actividad investigadora, dónde empieza la docencia o dónde empieza mi rol de madre. La reflexión sobre las cuestiones de género ha atravesado por completo mi existencia, la de Stefania, la nuestra.

MATRAGA | ¿Cómo ha evolucionado la comprensión y la visibilidad del sexismo en el ámbito académico?

STEFANIA | En la academia, especialmente en la italiana, no se valora lo suficiente el trabajo de divulgación que hacemos con Francesca, a pesar de que está basado en años de investigación y lo hacemos bien. Este tipo de trabajo no cuenta mucho para la carrera académica, aunque sabemos que es más difícil escribir para quienes no están familiarizados con el tema que para expertos. Aun así, creemos en su importancia y por eso lo seguimos haciendo.

Es cierto que estos temas están ganando visibilidad, lo cual es positivo. Pero también es un problema que se discutan casi siempre en términos de “a favor o en contra”, sin reconocer que el sexismo atraviesa nuestra vida y nuestro trabajo. Debería haber una perspectiva de género en todas las disciplinas. Sin embargo, en Italia, las disciplinas tradicionales siguen viendo estos temas como “cosas de mujeres” y los minimizan.

MATRAGA | ¿Cómo transforman las perspectivas feministas las metodologías tradicionales de investigación?

FRANCESCA | Hace diez o quince años este tipo de temas no estaba tan difundido. Ahora somos más conscientes del significado profundo que tiene esto. Ya no es un tema de investigación: es algo más profundo que puede ayudarnos también a describir la fuerte polarización que caracteriza nuestra sociedad. Por eso creo que no necesitamos reformular nuestros modelos de investigación o enseñanza, porque no se trata de una simple materia, sino de una perspectiva: la perspectiva de género.



STEFANIA | Lo que tenemos que cambiar es nuestra perspectiva de vida, antes que la perspectiva de investigación. Y digo esto porque, mientras en el fondo —aunque sea de manera inconsciente— sigamos considerando que ciertos temas “son de hombres” y otros “son de mujeres”, que hay cosas que no se pueden hacer, nos estamos auto bloqueando.

FRANCESCA | En Italia, se nos etiqueta por nuestros temas de investigación. Esa es la realidad.

STEFANIA | Sí, eso es muy característico de nuestra situación. Quienes se ocupan de estos temas —hablo del campo de la lingüística— suelen ser mujeres. Pero en cuanto aparece un hombre que trata estos mismos temas, no importa si dice tonterías o si escribe cosas serias, automáticamente se convierte en un punto de referencia. Pero, si en este campo somos solo mujeres las que trabajamos seriamente, ¿por qué tendría que invitar a un hombre menos preparado en lugar de una mujer competente?

MATRAGA | Qué les inspiró a pasar de narrativas orales a escribir un libro estructurado con un enfoque colaborativo?

FRANCESCA | Queríamos reunir nuestro mosaico, construir un muro a partir de muchas pequeñas investigaciones e integrarlas dentro de un marco común. La inteligencia artificial influyó en nuestra escritura. Por eso, incluí en el libro mi idea original sobre uno de los capítulos, pensando en cómo aprende el aprendizaje automático. Pensaba en el cerebro de un niño y en el efecto que tiene alimentar un sistema con textos. Ese “alimentar textual” empieza a renovar y reformular el conocimiento, pero no necesariamente para mejor. Porque una máquina que se alimenta a sí misma solo reproduce patrones ya existentes.

STEFANIA | Sí, narraciones preexistentes, sin la posibilidad de encontrarse con el azar, con aquello que permite a un ser humano cambiar de posición. Una máquina, por más que se nutra de una gran variedad de textos, no tiene forma de pensar «fuera de la caja». Solo puede reproducir, amplificar y hacer aún más sofocantes los puntos de vista ya establecidos. Justamente leí un artículo hace poco, mucho después de haber escrito el libro, sobre el papel de los estereotipos en la inteligencia artificial y la falta de emotividad de las máquinas. Tú dijiste que el azar te puede hacer cambiar, pero también las sensaciones y los sentimientos nos transforman. Aquí, en cambio, solo hay una transposición de textos ya escritos, hablados o diseñados. Todo sin cuerpo. Me gustaría poder profundizar este aspecto en una próxima edición.

MATRAGA | ¿Cuánto tiempo tomó escribir el libro? ¿Consideraron una estrategia feminista?

STEFANIA | Fue un año y medio muy intenso. Yo escribí mi parte de forma bastante concentrada. Tenemos estilos de escritura muy distintos. Yo trabajo por capítulos, incluso en

paralelo, pero siempre en bloques bien estructurados. En cambio, Francesca escribe en flujo de conciencia.

FRANCESCA | Y en cuanto a la literatura académica, sí, era esencial. En nuestra bibliografía hay más autoras que autores. Muchas veces, estos temas se consideran “temas de mujeres”, lo cual ya dice mucho. Por ejemplo, en el capítulo sobre derecho, las reflexiones sobre el lenguaje jurídico suelen ser masculinas, pero cuando se trata de género, predominan claramente las mujeres. Incluso sin buscarlo, muchas de ellas eran referencias imprescindibles.

STEFANIA | Procuramos que la bibliografía ofreciera un marco actualizado hasta 2021. No solo incorporamos fuentes directamente utilizadas, sino textos auténticos, como artículos periodísticos y contenidos de redes sociales. Concebimos la bibliografía como una herramienta para ubicar el debate en un contexto más amplio.

MATRAGA | ¿Si volvieran a escribir el libro qué cambiarían dados los avances recientes?

FRANCESCA | Tal vez menos citas y más afirmaciones propias. Más inteligencia artificial, más dispositivos digitales y el discurso que circula a través de ellos.

STEFANIA | Quizá algo que sí haría, si tuviéramos que escribir un nuevo libro, sería escribir un libro en diálogo con Francesca, en primer lugar, pero tal vez también con otras personas.

FRANCESCA | Al principio, hubiese dicho “nada”, ya que no ha cambiado tanto entre 2021 y 2024... aunque la inteligencia artificial, sí, claro, eso sí ha cambiado.

MATRAGA | ¿Creen que el discurso sobre el sexismo sigue estando en una etapa temprana en cuanto a generar cambios estructurales concretos?

FRANCESCA | Para lograr un cambio real, el sexismo debe dejar de ser un asunto solo de mujeres y convertirse en una cuestión humana. Mientras sigamos hablando de sexismo como algo que afecta solo a un género, estamos reconociendo que nuestra sociedad discrimina a quienes no pertenecen al género dominante. En las próximas décadas —no años— el sexismo deberá entenderse como un problema que nos incumbe a todas.

STEFANIA | El feminismo, especialmente el estadounidense, ha sido clave. Pero, me parece fundamental incluir perspectivas lingüísticas diversas porque el lenguaje refleja la cultura. En italiano o español, más intensos culturalmente, el sexismo se percibe de forma más agresiva con un tono con peso diferente. Para reflejar diversidad tenemos que reinventar el lenguaje para dar espacio, imaginando nuevas formas de expresión, por ende, nuevas formas de pensamiento.



Para mí, el camino es la colaboración y la conciencia. Como decía Francesca, el sexismo no es un problema de mujeres: es una injusticia social, afectiva, económica y jurídica. Vivimos dentro de nuestra lengua y de nuestra cultura, y eso crea una zona de confort cognitiva que impide ver el mundo de otro modo. El esfuerzo debe ir hacia la disolución de esquemas: “resolver” es “disolver”.

FRANCESCA | Creo que el cambio solo puede venir a través de nuevas narrativas. Mira, en Estados Unidos la física era considerada aburrida, hasta que apareció una serie como *The Big Bang Theory*. Por eso empecé a estudiar cómo funcionan las neuronas espejo: si entendemos cómo funciona el mecanismo, podríamos intervenir en él a mediano plazo.

MATRAGA | Comentarios finales

La entrevista con Stefania Cavagnoli y Francesca Dragotto pone de relieve la centralidad del lenguaje en la reproducción y transformación de las desigualdades de género. Al articular perspectivas feministas con análisis lingüísticos, jurídicos y tecnológicos, las autoras proponen una revisión crítica de los marcos epistemológicos dominantes. Su reflexión subraya la necesidad de metodologías transversales, sensibles a la dimensión afectiva y social del conocimiento, y reafirma el compromiso del pensamiento feminista con la construcción de formas más justas e inclusivas de producción académica.





Humanidades Digitais na América Latina: linguagens, metodologias e práticas de análise, organização de **Alejandra J. Josiowicz e Naira de Almeida Velozo**

Ana Cristina Andrade dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5594-5826>

E-mail: anacristina_acas@yahoo.com.br

Milene Santos Couto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8229-9194>

E-mail: milenescouto@gmail.com

Explorando o potencial de articulação entre humanidades e tecnologias digitais, o livro *Humanidades digitais na América Latina*, organizado por Alejandra J. Josiowicz e Naira de Almeida Veloso, reúne quatorze capítulos que são divididos em três partes: Abordagens teórico-metodológicas em humanidades digitais, Letramento digital e práticas de ensino-aprendizagem e Gêneros discursivos, modalidade e práticas de análise. A obra oferece um panorama abrangente e uma valiosa contribuição para o campo das humanidades digitais, mostrando como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para a pesquisa, o ensino e a análise de fenômenos culturais.

Ao iniciar a primeira parte do livro, Juliana Marques, Suemi Higuchi, Jimmy Medeiros e Celso Castro, todos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostram como as humanidades digitais vêm transformando as práticas de ensino, pesquisa e tratamento de dados no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Os autores chamam a atenção para a atuação coletiva e interdisciplinar da equipe na aplicação de tecnologias digitais; a contribuição dos projetos de letramento digital na capacitação de pesquisadores, técnicos e alunos; e o foco no propósito de democratização do acesso ao acervo.

Partindo da perspectiva do Processamento de Linguagem Natural (PLN), no segundo capítulo, Cláudia Freitas (PUC-RJ) destaca o potencial da técnica de anotação linguística para as



Ao citar esta resenha, referenciar como: SANTOS, Ana Cristina Andrade dos; COUTO, Milene Santos. *Humanidades digitais na América Latina: linguagens, metodologias e práticas de análise, organização de* Alejandra J. Josiowicz e Naira de Almeida Velozo. **Matraga**, v. 32, n. 65, p. 352-355, maio/ago. 2025.

DOI: 10.12957/matraga.2025.91570

Recebido em: 31/10/2025

Aceito em: 08/04/2025

humanidades digitais. A autora apresenta um estudo de caso sobre representações de gêneros de personagens literários, a partir da análise de anotações morfossintáticas e semânticas de predicções humanas do *corpus* Literateca. Os resultados apontam para padrões e tendências que revelam diferenças significativas na descrição das personagens, mostrando como a linguagem pode reproduzir e reforçar vieses e estereótipos de gênero.

Sob um ponto de vista decolonial, no terceiro capítulo, Alejandra Josiowicz (UERJ) e Ammina Kothari (URI) investigam as práticas discursivas em torno das postagens com a hashtag #artificialintelligence, em português e espanhol, no Twitter. As análises do estudo visam entender como a Inteligência Artificial (IA) é integrada na vida cotidiana dos usuários do Twitter na América Latina. As autoras destacam a necessidade de pesquisas que repensem o uso da IA no Sul Global, com base nos contextos de suas comunidades e alertam para o risco de aumento de desigualdades globais em pesquisas que reproduzem discursos tecnocoloniais.

O quarto capítulo aborda como a arquitetura das redes sociais, seus mecanismos e algoritmos associados à falta de políticas e normas de regulação e ao monopólio dessas plataformas favorecem a disseminação de *fake news* na era digital. Renê Foster (UERJ) e Rodrigo Carvalho (UC) alertam que as redes sociais são um terreno fértil para a propagação de informações, sejam elas verdadeiras ou não. O estudo mostra que essas plataformas não são neutras e essa desordem informacional vem sendo tratada de forma condescendente pelas empresas de tecnologia que operam essas redes e lucram com a produção de desinformação.

Dando início à segunda parte do livro, no capítulo cinco, Janaina Cardoso (UERJ) argumenta que, no contexto da cibercultura, não basta que o professor tenha acesso e saiba usar as tecnologias, é preciso que ele desenvolva um letramento digital. Refletindo sobre o impacto da pandemia no letramento digital dos professores, a autora realiza um estudo comparativo, em relação à atuação desses (futuros) profissionais nas disciplinas de estágio de língua inglesa, antes e durante a pandemia. O estudo levanta questões sobre os desafios e aprendizados em relação às tecnologias digitais e a necessidade de uma formação crítico-reflexiva.

Ainda no âmbito do ensino, no capítulo seis, Fábio Coradini e Edméa Santos, ambos da UFRRJ, relatam a experiência de pesquisa-formação com alunos da disciplina de “Teorias e Política Curricular” do curso de Pedagogia, que ocorreu no formato de aulas-oficinas durante a pandemia e o retorno às aulas presenciais. A experiência revela como a construção de estratégias e práticas pedagógicas, que articulam atividades presenciais e virtuais, são capazes de potencializar debates e ressignificar conceitos, permitindo um aprendizado mais ativo e colaborativo na formação de professores no contexto da cibercultura.

No sétimo capítulo, Amanda Campos, Júlia Carneiro, Yasmin Vicente e Rodrigo Campos, todos da UERJ, apresentam a experiência no projeto de extensão “Oficina de espanhol para crianças” na modalidade *online*. O projeto trabalha com diferentes gêneros discursivos e interfaces digitais, visando ao desenvolvimento linguístico crítico e à participação ativa das crianças, fazendo do ambiente virtual um espaço de coconstrução de conhecimentos. As atividades do projeto também oferecem letramento digital para os bolsistas que atuam como docentes e fazem (re)pensar o ensino de línguas para crianças com o uso de tecnologias digitais.



No oitavo capítulo, Cintia Barreto (SEEDUC-RJ) discorre sobre os caminhos que a sociedade brasileira tomou com a covid-19, no que diz respeito à cultura, educação e economia. A autora destaca a cibercultura como aliada do saber e aposta na internet como ferramenta útil para impulsionar novas formas de atuação dos professores. Assim, comenta sua experiência com as novas tecnologias em suas turmas de pós-graduação (*lato sensu*) em literatura e, à continuação, defende que os professores atuem como colaboradores comprometidos com as mudanças da atualidade, em aliança com as novas tecnologias digitais.

Ana Beatriz da Matta (Colégio Pedro II/UFRJ) e Rafaela Ferreira (UFRJ) concluem a segunda parte do livro com um texto crítico sobre o projeto neoliberal de educação doméstica promovido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que pretendia excluir crianças e adolescentes do convívio com a diversidade existente no ambiente escolar. As autoras propõem que a sociedade discuta o tema da escolarização doméstica como um risco ao estado democrático de direito e defendem o espaço escolar como lugar por excelência em que discentes e docentes desenvolvem o pensamento crítico e partilham da diversidade.

Inaugurando a terceira parte da obra, a professora Sandra Bernardo (UERJ) discute o conceito de intericonicidade e mecanismos cognitivos em torno da peça publicitária “E o coentro levou”, da rede Hortifruti. Tendo as humanidades digitais como norte, Bernardo opta pela análise da produção publicitária multimodal, ancorando-se na semântica cognitiva e em estruturas conceptuais, em uma perspectiva sociocognitiva. A autora explica que as similaridades observadas na propaganda se dão por meio de uma projeção metafórica, dado que a metáfora está no nosso cotidiano por meio da linguagem, do pensamento e da ação.

O capítulo seguinte discute o impacto da imagem de capa da revista *Época* de 2010, com o título “Diabetes, ele vai pegar você?”. Sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, Tatiana Secundino (INES/UERJ) analisa tanto as imagens da capa como a polissemia em torno do verbo *pegar*. Considerando a metáfora como um processo cognitivo capaz de determinar como pensamos, agimos e falamos, a autora afirma que as imagens têm função para além da ilustração e que são fundamentais para imprimir sentidos. Conclui-se que o entendimento da integração conceptual passa por um processo “criativo de ideias novas em nossa mente”.

Atotô! Com essa saudação que referencia Omolu, orixá cultuado principalmente por candomblecistas em busca de cura, saúde e bem-estar, Leonardo de Lima (UERJ) e Viviane Caldas (SME/UERJ) apresentam um texto potente que trabalha com a conceptualização do orixá e sua importância para o candomblé. No *site* da *Google*, os autores analisam imagens do orixá, como as roupas de palha, destinadas a cobrir feridas em seu corpo, observando a relação metafórica entre “roupa” e “refúgio”, em que a roupa serviria como proteção. É significativo lembrar que o candomblé é uma religião com muitos simbolismos, em que a metáfora se faz presente nas práticas, historicamente reprimidas e discriminadas, em um contexto racista.

O penúltimo artigo da publicação explora *frames* em competição e metáforas na construção do efeito humorístico em torno da Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil. Para as análises, Naira Velozo e Bruno Gomes, ambos da UERJ, selecionaram duas charges publicadas na plataforma virtual “Humor Político”, observando como os mapeamentos metafóricos são capazes de criar narrativas satíricas sobre as relações de trabalho implementadas pela Reforma e a concepção de

modernização dessas relações. Os autores concluem que os *frames* em competição e as metáforas em diversos níveis *offline* e *online* funcionam para construir sentidos.

Encerrando a obra, sob a perspectiva da Análise do Discurso, Rodrigo Campos (UERJ) e Jorge Paulino (SME-Maricá) discorrem sobre o conceito de autoria de samba-enredo. Em um simulacro de guerra verbal que é a “disputa de samba-enredo”, os autores argumentam que compositores anunciam e enunciam o desejo de terem suas composições eleitas para representarem suas agremiações. Sobre a autoria no digital, os autores pesquisaram, em um *site* especializado em mídia carnavalesca, como jornalistas erguem a imagem de autor na figura de apenas uma pessoa, embora obras, como sambas-enredo, sejam compostas por múltiplas vozes.

Diante do que foi apresentado, podemos notar que o livro convida os leitores a uma reflexão crítica sobre o uso de tecnologias digitais na sociedade contemporânea, abordando desafios e questões éticas que emergem desses usos e questionando a reprodução de padrões dominantes, sob uma perspectiva decolonial, transdisciplinar e antirracista. No que diz respeito aos campos de estudos da linguagem, destaca-se o potencial das humanidades digitais em pesquisas em áreas, como linguística computacional, análise do discurso, linguística cognitiva e linguística aplicada ao ensino de línguas, combinando diferentes metodologias computacionais para explorar as complexas relações entre linguagem, cultura e tecnologia na era digital. Assim, esta obra, com suas abordagens inovadoras, contribui significativamente para novas perspectivas nos estudos da linguagem.

REFERÊNCIA

JOSIOWICZ, Alejandra J.; VELOZO, Naira de Almeida (Orgs.). **Humanidades digitais na América Latina: linguagens, metodologias e práticas de análise**. – 1. ed. – Campinas (SP): Pontes Editores, 2023.





Editoras e Colaboradores

EDITORAS

Alejandra Judith Josiowicz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3525-1833>

É Master of Arts e PhD in Spanish and Portuguese Languages and Cultures pela Princeton University (PU). Professora Adjunta no Departamento de Letras Neolatinas (LNEO), Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras (PGLETRAS) e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLILP) do Instituto de Letras (ILE) da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista Prociência (UERJ-FAPERJ) 2024-2027 e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). É coordenadora do Laboratório de Humanidades Digitais da UERJ. Participa do Hub de América Latina e do Caribe (LAC) da Red Feminista de Investigación sobre Inteligencia Artificial, f<A+i>r (<https://aplusalliance.org/>).

✉ alejandra.josiowicz@gmail.com

Genoveva Vargas-Solar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9545-1821>

Genoveva Vargas-Solar é cientista principal no CNRS, Laboratório LIRIS, e membro sênior do IEEE. Possui doutorados em Ciência da Computação (Univ. Joseph Fourier) e em Literatura (Univ. Stendhal), além de uma HDR de Grenoble. É membrae da Academia Mexicana de Computação e atua pela igualdade de gênero na ciência. Sua pesquisa foca em sistemas de gestão de ciência de dados para processamento em tempo real. Lidera projetos sobre dados decoloniais, inclusão e justiça algorítmica. Coordena a iniciativa interconferência DEI e integra comitês do EDBT, SIGMOD e AMW. É ativa nos grupos Tierra Común e FeministA+I, promovendo tecnologia inclusiva. Promove a colaboração científica entre América Latina e Europa, especialmente entre França e México.

✉ genoveva.vargas-solar@cnrs.fr



COLABORADORES

Ana Carolina dos Santos

É graduada em Letras (2012-UFF), pós-graduada em Leitura e Produção Textos (2015-UFF) e mestre em estudos de Linguagem (2023-UFF). Atualmente é doutoranda do instituto de Letras da UFF, associada à linha de pesquisa sobre teoria do texto e do discurso. Seus estudos têm como foco a análise Semiolinguística do Discurso, com base na investigação das mídias digitais. É membro do grupo de pesquisa em Semiolinguística – Leitura, fruição e ensino (GPS –LeiFEn/UFF/CNPq). Já atuou como professora de Língua Portuguesa na Secretaria Estadual de Educação, no Instituto Jeilson da Costa Antunes e no Grupo Alfredo Backer de Ensino. Atualmente é professora de Produção Textual no Instituto Gaylussac e, na Escola Brentanha, ministra a disciplina de Estudos Literários.

✉ ana.santos.uff@gmail.com

Ana Cristina Andrade dos Santos

Possui mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, graduação e licenciatura em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e especialização em Produção Editorial pela Universidade Estácio de Sá. Membro do grupo de pesquisa “Observatório Digital das Mulheres Latino-americanas”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, sob a liderança da Profa. Dra. Alejandra Judith Josiowicz. Atua principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, revisão de linguagem, ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, e correção de redação em larga escala.

✉ anacristina_acas@yahoo.com.br

Ana Sofía Pabón Chaves

É doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil (Bolsa Capes/DS) (2024); mestra em Educação, Estudos do Corpo e da Motricidade (2018) e licenciada em Educação Básica com Ênfase em Educação Física, Recreação e Esporte (2012) pela Universidad del Cauca – Colômbia. Pesquisadora no Grupo de Estudos no Campo Discursivo (CNPq/UFSC) (2020) e pesquisadora no grupo Urdimbre da Universidad del Cauca – Colômbia (2011). Sua experiência tem se situado nas práticas de pesquisa com abordagem qualitativa em temas relacionados à política do corpo, gênero, diversidade sexual e juventude. Atualmente, seus interesses de pesquisa têm se centrado na relação das mulheres e na produção de discursos digitais a partir do governo digital nas geopolíticas do Sul, em diálogo com perspectivas neomaterialistas, feministas e decoloniais.

✉ sofia.pabon150@gmail.com

Eric Brasil Nepomuceno

Eric Brasil é professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Digitais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Desenvolve pesquisas nas áreas de História Digital, Humanidades Digitais e acervos históricos, com ênfase em hemerotecas digitais. É editor-chefe da edição em português do *Programming Historian* e membro do Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (LABHDFUBA). Foi investigador visitante no Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa, onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado.

✉ profericbrasil@gmail.com

Francesca Dragotto

É professora associada de Linguística Geral e Sociolinguística na Universidade de Roma Tor Vergata, na qual dirige o centro *Grammatica e sessismo* (Gramática e Sexismo) e coordena o curso Cidadania Ativa e Igualitária, voltado para a desconstrução de estereótipos sociais com o objetivo de prevenir e combater a violência de gênero. Sua pesquisa concentra-se em análise crítica do discurso, representações de gênero e coesão social. Desde 2020, lidera o monitoramento da RAI sobre representação das mulheres na mídia e combate ao discurso de ódio, representando o ISIMM Research. Atua na comissão de inclusão (CARIS) e coordena o mestrado em Transtornos Específicos de Aprendizagem. É autora de centenas de trabalhos científicos, além de diversos livros. É divulgadora científica, colaborando com editoras e projetos sobre juventude, comunicação e sociedade digital. Desenvolve ações formativas sobre linguagem e igualdade de gênero reconhecidas pelo MIUR.

✉ francesca.dragotto@gmail.com

Ilana da Silva Rebello

É doutora (2009-UFF) em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. Realizou seu pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, na Linha de Pesquisa Estudos de Semântica e Análise do Discurso (2022). Já atuou como professora de Língua Portuguesa na Educação Básica. Atualmente é professora Associada 40h DE, de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense. Está vinculada como professora permanente à linha de pesquisa Teorias do texto, do Discurso e da Tradução do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, onde atua como docente e orientadora no mestrado e doutorado. Atua também no curso de especialização em Língua Portuguesa. É membro do grupo de pesquisa em Semiologia – Leitura, fruição e ensino (GPS – LeiFEn/UFF/CNPq), do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (Ciad-Rio) e do Grupo de Trabalho de Linguística de Texto e Análise da Conversação da Anpoll. Tem experiência na área



de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: semiolinguística, mídia, leitura, compreensão e escrita.

✉ ilanarebello@id.uff.br

Liliana Ramírez Ruiz

É socióloga pela UNAM, mestre em sociologia pela Universidad Iberoamericana da Cidade do México, possui estudos de doutorado na Zeppelin Universität, na Alemanha, e é doutora em Ciências Sociais com ênfase em sociologia pela UNAM. Foi pesquisadora em tempo integral na Universidade Pontifícia Bolivariana, na Colômbia, e tem atuado como professora e facilitadora em diversas universidades e associações da América Latina. Suas áreas de pesquisa são gênero, ciência e tecnologia, teoria sociológica e saúde mental. Atualmente, é pós-doutoranda DGAPA no Instituto de Pesquisas em Matemática Aplicada e Sistemas da UNAM.

✉ liliana.r.ruiz.2020@gmail.com

Luciana Patricia Zucco

É licenciada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina; mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) e doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (2007). Foi professora adjunta do Departamento de Políticas Sociais da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenadora do Centro de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho da Mulher. Atualmente, é Professora Associada no Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Tem experiência no campo das Relações de Gênero e Saúde Coletiva, com ênfase em Políticas de Saúde.

✉ zuccoluciana@gmail.com

Michelle Gomes Alonso Dominguez

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Pós-doutorado em Linguística realizado na Universidade Aberta (Portugal). É Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua nos cursos de graduação, no Programa de pós-graduação em Letras (PPGL) e no Programa de pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLILP). É pesquisadora do discurso dedicada a temas contemporâneos e integrante do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD), do Laboratório de Gramática e Discurso (LabGradis) e do Projeto DIGITHUM. Coordena o Observatório de Discursos da Contemporaneidade e é mãe da Zoé.

✉ michelle.alonso@gmail.com

Milagros Vilar

É doutora em Linguística pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e mestre em Gestão de Línguas pela Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). É pesquisadora associada no Centro de Estudos da Linguagem em Sociedade (CELES) da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e faz parte da equipe docente do Diploma em Estudos Avançados da Linguagem em Sociedade nesta mesma universidade. Ela é especialista nos estudos da interação, do planejamento e da política linguística e, atualmente, se interessa pela interação com *chatbots* e pelo estudo das dinâmicas conversacionais em sistemas de inteligência artificial.

✉ mvilar@unsam.edu.ar

Milene Santos Couto

É bacharela em Letras Português/Italiano pela UERJ e especialista em Tradução pela PUC-Rio. Atuou como Assistente Administrativo na UNIRIO (2009-2014), trabalhou como Analista em Geoprocessamento no IBGE (2014-2017), foi bolsista de Iniciação Científica na Revista de Comunicação Dialógica da UERJ (2020-2022), bolsista de extensão no Laboratório de Publicações Lima Barreto da UERJ (2023), bolsista de Iniciação Científica FAPERJ no Observatório de Intelectuais Mulheres da América Latina da UERJ (2024) e bolsista de extensão no Laboratório de Humanidades Digitais da UERJ (2025). Atualmente faz licenciatura em Letras Português/Italiano na UERJ e mestrado em Linguística na mesma universidade, é bolsista de mestrado FAPERJ e trabalha como tradutora.

✉ milenescouto@gmail.com

Paula Salerno

É doutora em Linguística pela Universidade de Buenos Aires (UBA), onde também obteve os títulos de Licenciada e Professora em Letras. Realizou um pós-doutorado no Centro de Estudos da Linguagem em Sociedade (CELES) da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) com bolsa do CONICET e outro no The Graduate Center, City University of New York (CUNY), com financiamento da American Association of University Women. Atualmente, é pesquisadora do CELES-UNSAM. Ela se dedica aos estudos do discurso, especialmente às relações entre linguagem, memória social, gênero e discriminação. Entre seus temas de trabalho, estão os discursos contemporâneos sobre a Guerra das Malvinas, a linguagem inclusiva e a discriminação linguística.

✉ psalerno@unsam.edu.ar

Stefania Cavagnoli

É professora titular de Glotodidática na Universidade de Roma Tor Vergata, na qual dirige o Centro de Línguas e leciona Linguística Aplicada e Didática de Línguas. Fez parte da diretoria nacional da AICLU e atualmente atua como vice-coordenadora do centro de pesquisa



Grammatica e sessismo (Gramática e Sexismo). Após obter seu doutorado na Alemanha, por meio de uma bolsa de pesquisa do DAAD, trabalhou como pesquisadora sênior no Eurac na área de Linguagem e Direito. Ocupou o cargo de professora associada na Universidade de Macerata. Desde 2023, é coordenadora da macroárea de Humanidades e Filosofia. Sua pesquisa se concentra em educação multilíngue, linguagem jurídica e de gênero, e comunicação especializada. Autora prolífica em nível nacional e internacional, colabora ativamente com associações profissionais, instituições educacionais e organismos de pesquisa interdisciplinares.

✉ stefania.cavagnoli@uniroma2.it

Vanessa Rodrigues Barcelos

É doutouranda em Língua e Literatura Inglesa na University of Miami. Possui mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Sua pesquisa atualmente se concentra na relação entre raça e gênero no discurso sobre bruxas e caça às bruxas na literatura inglesa no século 17, bem como o uso de ferramentas digitais para o ensino de literatura em língua inglesa.

✉ vrd28@miami.edu

Virgínea Novack Santos da Rocha

É doutora em Teoria da Literatura (CAPES/PUCRS, 2024) com período sanduíche (*short-term scholar*) na University of Miami (UM/EUA), com bolsa CAPES PrInt de 11/2022- 04/2023. Em 2018, foi mestra Teoria da Literatura pela PUCRS (bolsa parcial CAPES) e em 2015 graduou-se em Letras, habilitação Português e Literatura, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na qual foi bolsista PIBID-UFPel (2012-2013) e PIBIC-CNPQ (2013-2014). Foi Editora Jr do periódico Letrônica (PUCRS/A2), de 2021-2023. Já foi docente no IFSUL (Campus Camaquã, 2023-2024), UFPel (2024) e atualmente atua no IFFAR (Campus Frederico Westphalen). Interessa-se por temas envolvendo a escrita de mulheres, crítica literária feminista, pensamento decolonial e Humanidades Digitais.

✉ novack.virginea@gmail.com